

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**A PROBLEMÁTICA DA DEFINIÇÃO DE PSÍQUICO NAS PESQUISAS
DE WANDERLEY CODO E COLABORADORES SOBRE O
SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO**

Fernando José Gastal de Castro

**Florianópolis
2001**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**A PROBLEMÁTICA DA DEFINIÇÃO DE PSÍQUICO NAS PESQUISAS
DE WANDERLEY CODO E COLABORADORES SOBRE O
SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO**

Fernando José Gastal de Castro

Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Psicologia.

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Ferreira.

Orientador

**Florianópolis
2001**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA


Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado


***A PROBLEMÁTICA DA DEFINIÇÃO DE PSÍQUICO NAS PESQUISAS DE
WANDERLEY CODO E COLABORADORES SOBRE O SOFRIMENTO
PSÍQUICO NO TRABALHO***


Fernando José Gastal de Castro

Dissertação defendida como requisito básico para obtenção do Grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, Linha de Pesquisa: Organizações Humanas, Trabalho e o Fenômeno das Representações Sociais e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:


Prof^ª Dr^ª Maria Juracy Toneli Siqueira
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Marcos Ribeiro Ferreira (UFSC)
Orientador


Prof. Dr. Kleber Prado Filho (UFSC)


Prof^ª Dr^ª Olga Mitsue Kubo (UFSC)

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM, 27/04/2001.

à Irene

Agradecimentos

Aos meus pais, Paulo e Marguerite, sem os quais nada disso seria possível.

A Marcos Ribeiro Ferreira, pela orientação.

A Pedro Bertolino, mediação intelectual fundamental.

Aos amigos e integrantes do Núcleo de Estudos e Atividades em Existencialismo - NUCA – pelo companheirismo.

A Paulo Roberto e Cláudia , pela amizade e disposição em formatar esta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

A CAPES, pela concessão de bolsa para pesquisa.

SUMÁRIO

Agradecimentos	IV
Sumário	IV
Resumo	VII
Abstract	VIII
Introdução	01
1.1. O fenômeno e nosso objeto de preocupação	01
1.2. Delimitação e especificação do problema	04
1.3. Metodologia da pesquisa	07
PARTE I - O Sofrimento Psíquico e o Trabalho	10
1. Os autores brasileiros que pesquisam "Sofrimento Psíquico e Trabalho", na perspectiva Analítica	11
2. Os autores brasileiros que Pesquisam "Sofrimento Psíquico e Trabalho" na perspectiva do Materialismo Histórico	37
3. O que é o "Sofrimento Psíquico no Trabalho" para os autores que se baseiam no Materialismo Histórico	57
3.1. Identificação das necessidades de ordem técnica-científica que justificam recorrer ao Materialismo Histórico	57
3.2. O que é 'sofrimento psíquico no trabalho' para os autores que se baseiam no Materialismo Histórico	64
3.2.1. A demarcação do quadro de conceitos em que se compreende o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho	64
3.2.2. O fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho no recorte epidemiológico	72
3.2.3. O fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho no recorte clínico	90
PARTE II - Análise da Definição de Psíquico	100
1. A definição de Psíquico tal como fica estabelecida pelos autores brasileiros que se baseiam no Materialismo Histórico	101

2. As fontes teóricas da Definição de Psíquico estudada	115
3. Análise dos limites e alcances da Definição de Psíquico verificada	135
Considerações Finais	161
Referências Bibliográficas	181

Resumo

A presente pesquisa estuda a contribuição da definição de psíquico utilizada por autores brasileiros baseados no Materialismo Histórico, para as pesquisas sobre Sofrimento Psíquico e Trabalho no Brasil. Para tanto, tratou-se de realizar uma revisão bibliográfica sobre Sofrimento Psíquico e Trabalho no Brasil e, identificar aqueles pesquisadores, que se baseiam no materialismo histórico para estabelecer a definição de psíquico e estudar o fenômeno.

O material analisado se constituiu de livros e artigos dos pesquisadores brasileiros que se baseiam no Materialismo Histórico, para o estudo do Sofrimento Psíquico e Trabalho, que depois de lidos e devidamente fichados, foram descritos seus conceitos fundamentais e os fenômenos que recortam para pesquisa, bem como procedida a análise da definição de psíquico utilizada, suas fontes teóricas fundamentais e, por fim, verificado seus limites e alcances.

A análise revelou uma definição de psíquico, que em essência, não se mostra diferente da noção de perspectiva analítica. Ou seja, evidenciou-se uma noção de psíquico compatível com o mentalismo freudiano e com certas noções psicopatológicas; suas fontes teóricas mostraram-se abandonando as balizas da práxis e do materialismo histórico e, seus alcances e limites, não indo além do que já se tem realizado pelos pesquisadores brasileiros de perspectiva analítica, que se dedicam ao estudo do Sofrimento Psíquico e Trabalho.

Conclui-se que, os autores realizam uma crítica social ao sofrimento psíquico no trabalho, mas, que a definição de psíquico estudada não realiza os objetivos e necessidades técnico-científicas reivindicadas pelo Materialismo Histórico à Psicologia, permanecendo, assim, a questão em aberto.

Abstract

The present research studies the contribution of the definition of Psychic used by Brazilian authors based on the Historical Materialism, for the researches on Psychic Pain and Work in Brazil. In order to reach such objective it was done a bibliographic review on Psychic Pain and Work in Brazil as well as it was identified researchers based on the historical materialism to establish the definition and to study the phenomenon.

The material analyzed comprehended books and articles by Brazilian researchers who based their ideas on the historical materialism to the study of the Psychic Pain and Work, which was later, read and duly filed. This process resulted in a description of their fundamental concepts; the phenomenon selected for the research as well as in the carrying out of the analysis of the definition of the psychic used, its fundamental theoretical sources, and lastly, the verification of its scopes and limits.

The analysis revealed a definition of the psychic essentially compatible with the analytical perspective, that is, it showed up a notion of psychic compatible with Freud's mentalist ideas as well as with certain psychopathological notions; its theoretical sources left behind the basis of the praxis and historical materialism and its scopes and limits, not going beyond what has already been done by the Brazilian researchers based on analytical perspective who have dedicated to the study of Psychic Pain and Work

It is concluded that the authors make a social critic to psychic pain at work, but the definition of psychic studied does not meet the objective and the technical-scientific needs demanded by the Historical Materialism towards Psychology, so that the question is still to be answered.

1. Introdução

1.1. O Fenômeno e Nosso Objeto de Preocupação:

O sofrimento humano no trabalho tem se mostrado um fenômeno regular na sociedade capitalista, uma verdadeira marca das relações de trabalho em uma sociedade que se organiza em função das leis coercitivas da competitividade do mercado (Harvey, 1992). Fatos empíricos não faltam para expressar como o trabalho, desde que assume a “forma de mercadoria”, característica do modo de produção capitalista, conforme assinala Marx (1988), tem sido a relação humana que mais tem inviabilizado e alienado os homens do que permitido a realização de suas necessidades e desejos.

Marx, ao descrever em *O Capital* (1988, I) os processos de mais valia relativa, já tratava de mostrar as marcas desgastantes deixadas pela necessidade sempre crescente do capital em despendar mais trabalho no mesmo período de tempo, intensificando, assim, os ritmos, preenchendo os poros do trabalho, melhorando a vigilância para evitar qualquer perda do tempo produtivo, sendo esta:

lúgubre rotina de um trabalho atribulante e sem fim em que se repete sempre o mesmo processo mecânico, lembra o tormento de Sísifo: como o rochedo, o peso do trabalho volta sempre a sobrecarregar o trabalhador esgotado (MARX, 1988, I, p. 483).

Braverman citado por Meiksins (1996), ao tratar de relacionar a natureza do processo de produção capitalista e seus efeitos no local de trabalho, faz notar uma tendência contínua para a ‘desqualificação’ a que são submetidos os trabalhadores na empresa taylorista-fordista em relação ao seu trabalho concreto, sendo “raro o trabalhador, em qualquer nível ou setor da economia, que não tenha experimentado alguma versão desta tendência” (Meiksins: 1996, p.114). Os trabalhos de Dejours (1998, 1994) sobre o confronto da organização de trabalho e aparelho psíquico não cansam de atestar que a resultante desta relação em nossa época, tem sido sempre, alguma forma de sofrimento psíquico. E Seligmann-Silva (1994), no Brasil, também tem mostrado por suas inúmeras pesquisas e revisões bibliográficas como o trabalho dominado, próprio do modo de produção capitalista, produz o sofrimento “na medida em que a dominação esmaga a identidade e aprisiona a alma no medo” (Seligmann-Silva, 1994, p.40).

Estamos, deste modo, antes de tudo, diante de um fenômeno humano concreto, qual seja, o sofrimento do homem no trabalho. Fenômeno este que, por sua complexidade, não permite ser reduzido a um único enfoque ou a uma única disciplina, sendo necessário um

aporte interdisciplinar que inclui desde a Psicologia, a Sociologia, a Ergonomia, a Administração, a Medicina do Trabalho, dentre outros, como já fizeram notar autores como Seligmann-Silva:

(...) Os desenvolvimentos teóricos e metodológicos sobre o tema, bem como a nitidez cada vez maior de cada um de seus significados políticos, econômicos e sócio-culturais, assumem tal intensidade e abrangência, que torna possível falar do surgimento de um novo campo de estudo marcado pela interdisciplinaridade. (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.50).

No estudo deste fenômeno complexo, para sabermos os limites e alcances da contribuição científica que a Psicologia pode dar ao problema, mostra-se necessário uma demarcação de seu objeto, nos termos em que Sève já esclareceu muito bem:

Uma *definição*, por meio da qual nos podemos aperceber, com exatidão, da própria essência do seu objeto - e relacionado a esta definição o método adequado para estudar este objeto; *conceitos de base*, através dos quais se exprimem os principais elementos e, sobretudo, as contradições determinantes desta essência - órgãos que permitem a investigação bem sucedida das *leis fundamentais de desenvolvimento* do objeto de estudo, e dessa forma, poderem levar, na medida em que tal depende dessa ciência, em dominá-lo na teoria e na prática, que é o fim de todo o empreendimento científico. (SÈVE, 1979, p.37)

Conhecer os domínios de seu objeto - sua essência, conceitos de base e leis fundamentais de desenvolvimento - é, portanto, uma tarefa fundamental para uma contribuição cientificamente madura da Psicologia no conhecimento do sofrimento no trabalho, em seu recorte psicológico. Os estudos de Vygotski, tal como os de Sève, também confirmam esta necessidade primordial da Psicologia em demarcar seu objeto, chamando a atenção das diversas “abordagens” psicológicas para a necessidade técnica de

(...) que significado pode ter essas buscas para nossa ciência no momento Histórico atual de seu desenvolvimento, qual o conceito que procuramos como objeto da Psicologia, e qual a resposta que procuramos para a pergunta ‘do que é que a Psicologia estuda? (VYGOTSKI: 1996: P.231)

No Brasil, autores de referência como Codo e seus colaboradores, vêm trabalhando no sentido de definir o objeto da Psicologia com base no Materialismo Histórico, em função de uma série de insuficiências que os mesmos detectam na ciência psicológica e, que a impede de avançar no conhecimento das relações entre trabalho e sofrimento psíquico. Como afirma Codo, fazendo eco às palavras de Seligmann-Silva, “é mentira que a crise econômica de 1929 tenha gerado suicídios, gerou algum mecanismo psicológico que por sua vez, gerou o suicídio” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.23). Neste sentido, Codo e seus colaboradores

vão “em busca do objeto da Psicologia”, ao amparo do Materialismo Histórico, para assim superar a situação teórica e prática de que:

(...) as investigações das relações entre saúde mental e trabalho não tem revelado sobre a questão nada mais que rápidas iluminações. Sabe-se, acredita-se, denuncia-se...mas não se comprova, não se apreende o como e o quando. (CODO e SAMPAIO, 1995, p. 85).

Nosso trabalho, deste modo, se contém nos domínios da Psicologia, e objetivou verificar em que medida, a definição de psíquico utilizada por Codo e seus colaboradores trazem a contribuição que a Psicologia pode proporcionar para o esclarecimento e enfrentamento técnico e científico do referido sofrimento psíquico no trabalho. Nosso objetivo, portanto, é de contribuir para o avanço teórico das pesquisas sobre o sofrimento psíquico no trabalho no Brasil, verificando e discutindo a definição de psíquico utilizada por Codo e seus colaboradores e sua contribuição para o conhecimento do fenômeno do sofrimento humano no trabalho, no seu recorte psicológico.

Nossos resultados mostraram, que tais autores esbarram-se com limitações de ordem técnica, relacionadas a definição do objeto da Psicologia ou do psíquico, o qual os impede de chegarem a uma superação do “sabe-se”, “acredita-se”, “denuncia-se”, ou seja, de chegarem a uma compreensão científica do fenômeno e, assim, proporcionarem alternativas técnicas para iniciativas de ordem prática. Não conseguimos vê-los assim, alcançando mais do que uma denúncia e crítica social, uma reivindicação da categoria “trabalho” como fundamental para a Psicologia, mas, sem, no entanto, proporcionar nada de essencialmente novo no que diz respeito ao objeto psicológico.

1.2. Delimitação e Especificação do Problema

Ao longo de nossa revisão de literatura na área, nos deparamos com um quadro teórico que, em certo aspecto, mostra-se pacífico ao afirmar como as condições objetivas da organização do trabalho e suas diversas formas de dominação e alienação da vontade e dos desejos humanos, presentes na sociedade industrial, operam como variáveis chaves na produção do sofrimento psíquico, ou seja, a realidade do sofrimento psíquico aparece impreterivelmente relacionada à situação social e histórica em que se encontra.

Ao mesmo tempo, quando enfocamos o objeto da Psicologia e a definição de psíquico, de forma a esclarecer como são os processos psíquicos e de que modo ocorre sua relação com a situação social e histórica do trabalho, surgem necessidades técnico-científicas que merecem avanço teórico. Azevedo (1995) afirma a “existência de um elo ainda insuficientemente esclarecido, entre saúde e processo produtivo” e, na mesma direção, Seligmann-Silva marca um limite teórico na psicopatologia do trabalho, quando afirma que:

a constituição de uma fragilização gradual da capacidade de enfrentamento das agressões [...] pode ter associação direta ao que é vivenciado no trabalho, muitas vezes, ao longo de anos, durante o qual o desgaste mental se agrava de modo progressivo. [Mas] não se conhece ainda, até que ponto e de que modo essas mudanças podem fazer parte da ‘patogenia’ de uma série de distúrbios psíquicos. (SELIGMANN-SILVA, 1996, p.295)

Podemos, ainda, considerar esta situação teórica como decorrência de que a Psicologia surge como profissão, antes mesmo de sua consolidação como ciência, como já atestou Ribas, citado por Zanelli (1994), ou ainda, pelo fato de se tratar de um campo interdisciplinar, em pleno processo de estruturação que exige a condução de pesquisas de campo ou teóricas, na direção de uma melhor compreensão da dinâmica indivíduo-coletivo, capazes de integrar as instâncias ‘macro’ com a dinâmica psíquica, como faz notar Seligmann-Silva:

Um desafio para os pesquisadores do novo campo é, portanto, o de integrar, de forma compreensiva, as contribuições dos autores que têm se preocupado em analisar as instâncias ‘macro’, às daqueles que tem estudado fenômenos micros sociais, nas equipes e nos/dos locais de trabalho e ainda, às dos que detectam a complexidade da dinâmica intrapsíquica decorrente da vida e da experiência laboral (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.71).

Adotando a perspectiva do Materialismo Histórico, encontramos Codo e colaboradores (1992), que tecem críticas à insuficiência teórica do conceito de “estresse” por sua origem bioquímica, fisiológica e behaviorista. Insuficiência esta, também, verificada e criticada tanto

por Dejours, conforme aponta Morais e outros (1995), por não apreender a “vivência psíquica”, como também por Seligmann-Silva por se mostrar “reducionista”:

A análise crítica dos estudos realizados em adesão ao conceito de estresse se reporta essencialmente a dois aspectos, ambos vinculados ao reducionismo que a perspectiva positivista tem imprimido às investigações. Maschewsky (1982) examina especialmente o reducionismo, com prejuízo para importantes dinâmicas e aspectos sociais (...) Chanlat (1990) em outra revisão (...) considera que os diferentes modelos que utilizam o conceito de estresse estão essencialmente dirigidos a uma objetivação de fatores sem considerar as vivências subjetivas. (SELIGMANN-SILVA: 1994: p.77)

Codo, Sampaio e Hitomi (1992) ressaltam ainda como insuficientes, as definições de psíquico como um produto social, pois, mais do que isso, o homem “construiria” sua individualidade socialmente:

O homem não aparece, portanto, como um ‘ser social’, mas como um ser que constrói sua individualidade em sociedade [...] quando o problema posto é a busca do traço distintivo do homem, o que permite ao ser humano tornar-se humano, o que emerge é a produção da própria existência. Trabalho, em síntese, dupla transformação de si e do mundo (ou do outro) que caminha em direção a engendrar o homem, este ser de necessidades e imaginação, capaz de construir suas condições de existência, portanto, sua sociabilidade (CODO, SAMPAIO e HITOMI: 1994: p.72).

Os mesmo autores tecem críticas à deficiência da definição do objeto psicológico na Psicanálise de Freud, no comportamentalismo de Skinner e no humanismo de Roger, atestando estar a ciência psicológica “na desconfortável situação de uma ciência em busca de seu objeto” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.29-50). Situação esta que, para os mesmos autores, obriga a pôr em questão o conjunto teórico que explica o dinamismo psíquico, seus processos de saúde e doença, bem como a reorientar toda a concepção do que é o homem:

Ocorre que a área de saúde mental e trabalho não tem conseguido se desvencilhar do impasse que apontamos aqui. Por estar inserida, e não poderia ser de outra forma, no arcabouço teórico das ciências que lhe deram origem, reaparecem os velhos fantasmas. Classicamente os estudos da etiologia da doença mental se encontram ligados a uma metodologia que privilegia, quando não exclusivamente, casos individuais, para não dizer individualizantes. Em toda a perspectiva psicanalítica, a inserção do indivíduo como trabalhador prima pela ausência sistemática. Do outro lado, estudos epidemiológicos, preocupados com as condições e/ou organização do trabalho, realizam aproximações quase sociológicas do problema, onde desaparece a dinâmica individual da psicopatologia. Aqui têm lugar as condições de trabalho cotidianas, mas a inserção delas no modo de produção capitalista terminam por se ofuscarem (...) Enfim as pesquisas

sobre saúde mental e trabalho não podem se dar ao luxo de se instalarem como um ramo aplicado da Psicologia e da Psiquiatria. Elas obrigam a pôr em questão o conjunto do arcabouço teórico construído até agora para explicar o processos de saúde/doença mental, mais ainda, obrigam a reorientar toda a concepção de ser humano. (CODO, SAMPAIO e HITOMI:1992: p.62)

Evidencia-se, deste modo, para estes autores, a necessidade científica de rever a definição do objeto da Psicologia na área para, a partir disso, avançar na compreensão da relação sofrimento psíquico e trabalho.

Considerando toda esta problemática, Codo Sampaio e Hitomi (1992) tratam de mostrar como a possibilidade para superação desses impasses está no Materialismo Histórico de Marx, bem como naqueles autores que buscam demarcar o psíquico e suas categorias respeitando tais coordenadas teóricas, para assim, superar “a desconfortável situação de uma ciência em busca de seu objeto” e avançar na compreensão científica das relações entre sofrimento psíquico e trabalho.

Nossa pesquisa, portanto, considerando as debilidades teóricas presentes na área de Saúde Mental e Trabalho, onde as relações entre sofrimento psíquico e trabalho mostra-se, ainda, insuficientemente compreendidas, bem como considerando toda esta problemática posta por Codo e seus colaboradores, tratou de verificar, analisar e discutir a “definição de psíquico”, usada por tais autores que recorrem ao Materialismo Histórico, e sua efetiva contribuição para o avanço científico desta área do conhecimento.

Neste sentido, é que vemos a necessidade de nosso estudo, de forma que seja uma contribuição não só para a denúncia referente ao fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho, como também aponte as deficiências técnicas, as quais precisamos superar, a fim de conseguir uma intervenção no fenômeno de sorte a dirigi-lo para uma efetiva superação.

1.3. Metodologia da Pesquisa

Nossa pesquisa é de natureza bibliográfica, de acordo com a classificação de Gil (1996). O material analisado constituiu-se de livros e artigos científicos de pesquisadores da área.

A forma como procedemos para a obtenção do material bibliográfico constituiu-se de uma pesquisa à base de dados “index psi”: e, à base de dados do Laboratório de Psicologia do Trabalho, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Verificamos as remissões bibliográficas utilizadas nos livros e artigos que fomos tomando contato, visitas via internet, aos Laboratórios de Psicologia do Trabalho, das universidades brasileiras, comunicação via e-mail com os pesquisadores da área, a fim de obter informações bibliográficas mais completas. Nosso parâmetro de avaliação, para que se julgasse concluído o levantamento, foi o de “esgotamento”, ou seja, ao verificarmos os principais pesquisadores e/ou núcleos de pesquisas na área, passamos a observar que as remissões bibliográficas se repetiam, girando em torno de um conjunto regular de mesmos autores.

Não utilizamos, assim, uma data (período) para demarcar o material, visto que a própria inspeção da bibliografia nos revelou ser o estudo sobre sofrimento psíquico no trabalho no Brasil uma área relativamente nova, como afirma Seligmann-Silva (1994), que começou propriamente a nascer à partir da publicação dos trabalhos de Dejours, na década de 80. Tratamos de identificar, então, os núcleos de pesquisa e produção sobre a questão no Brasil.

Depois de concluído o levantamento do material bibliográfico, passamos à sua leitura e fichamento. A partir disto, foi possível identificar um conjunto de autores, que trabalham a partir da perspectiva psicanalítica, quanto à noção de psíquico, com bastante influência de Dejours e, outro conjunto que recorre à perspectiva do Materialismo Histórico, caracterizada por Codo e seus colaboradores.

Em seguida, procedemos com a análise da noção de psíquico consubstanciada nos estudos e pesquisas de Codo e seus colaboradores, objeto de nossa pesquisa e, posteriormente, uma identificação e esclarecimento quando às bases de onde tal noção é extraída, seguindo aqueles autores e obras principalmente utilizadas.

Extraímos nossas conclusões comparando a noção de psíquico utilizada pelo conjunto de autores de perspectiva psicanalítica, com a noção verificada nos estudos de Codo e colaboradores, tratando de responder qual a contribuição efetiva que esta definição de psíquico proporciona ao conjunto da área e, o quanto os mesmos autores respondem às reivindicações e exigências feitas pelo Materialismo Histórico à Psicologia, quanto à noção de psíquico.

Nossa dissertação ficou, então, exposta em duas partes e um último capítulo, onde realizamos nossas considerações finais. A primeira parte chamada “O Sofrimento Psíquico e o Trabalho” está disposta em três capítulos. O primeiro, realiza uma exposição do conjunto dos autores que se dedicam a estudar o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho, no Brasil, bem como uma síntese de seus estudos, evidenciando a perspectiva analítica utilizada com respeito à noção de psíquico, que perpassa por todo este conjunto.

O segundo capítulo expõe os autores brasileiros que pesquisam o sofrimento psíquico no trabalho, na perspectiva do Materialismo Histórico, identificando suas obras bem como, já fazendo uma primeira aproximação com respeito à noção de psíquico, que se mostra semelhante à noção de psíquico de perspectiva analítica.

No terceiro capítulo buscamos, primeiramente, identificar, no conjunto da obra dos autores pesquisados, suas razões técnicas que os fizeram recorrer ao Materialismo Histórico, expor os objetivos de sua empresa teórica e prática, sendo possível com isso, verificar uma superficialidade na colocação e no tratamento das exigências científicas que o Materialismo Histórico faz com relação à Psicologia. Ainda neste terceiro e último capítulo, da primeira parte, tratamos de expor como ficam desenvolvidos os conceitos principais com que trabalham os autores pesquisados, a que tipos de fenômenos são aplicados e, como são usados na prática de pesquisa. Aproximamos, assim, mais nosso foco em relação ao desenvolvimento teórico e aplicado da noção de psíquico, de forma a proporcionar os elementos necessários para sua análise e responder como é possível tal noção de psíquico, apesar de partir do Materialismo Histórico, não se diferencia da definição de psíquico de perspectiva analítica.

A segunda parte, denomina-se “Análise da Definição de Psíquico” e também está constituída em três capítulos. O primeiro trata de fazer uma análise do conjunto de conceitos de demarcam a noção de psíquico estudada, recorrendo tanto ao plano teórico como ao aplicado na prática de pesquisa, sendo possível verificar uma noção de psíquico mentalista e psicopatológica, que não corresponde às necessidades técnicas e científicas exigidas tanto por CODO e colaboradores, como também àquelas postas pelo Materialismo Histórico à Psicologia.

No segundo capítulo, partimos para a análise das bases da definição de psíquico estudada, tratando de esclarecer as fontes que os autores lançaram mão de forma a deixar claro como se fez possível manter inalterada a noção de psíquico, ou seja, como, apesar de se reivindicar o Materialismo Histórico como base para se elaborar outra definição de psíquico, não se saiu do âmbito da perspectiva analítica.

No terceiro e último capítulo, realizamos uma análise da aplicação da definição de psíquico utilizada por Codo e colaboradores, sobre os fenômenos que eles próprios se dedicaram a estudar ao amparo desta definição, verificando seus alcances e limites, com o objetivo de responder o que, à utilização de tal noção de psíquico, traz de novo e contribui para o fenômeno do sofrimento no trabalho. Concluimos como os autores, ao longo de suas pesquisas foram perdendo a preocupação com uma definição de psíquico com base no Materialismo Histórico, passando a realizar mais uma crítica social do trabalho na sociedade capitalista que conduz as pessoas ao sofrimento. A diferença, portanto, com o conjunto dos autores que estudam o sofrimento psíquico no trabalho, com base na perspectiva analítica em relação à noção de psíquico, mostra-se mais de cunho ideológico do que técnico-científico.

Por fim, em nossas Considerações Finais, tratamos de um problema que ficou em aberto ao longo de nossa dissertação, qual seja: ao mesmo tempo em que, verificamos como Codo e colaboradores não chegam a outra definição de psíquico que a já existente, a questão do conjunto de reivindicações que o Materialismo Histórico faz à Psicologia, continua sem respostas. Trazemos, então, à tona este conjunto de reivindicações tratadas por autores de referência dentro do Materialismo Histórico de forma a comprovar como Codo e colaboradores não respondem a tais reivindicações feitas à Psicologia, como, também, para mostrar, como a questão de definir o psíquico nestas bases, continua em aberto.

PARTE I

O Sofrimento Psíquico e o Trabalho

- Capítulo 1 -

Autores Brasileiros Que Pesquisam “Sofrimento Psíquico No Trabalho”, Na Perspectiva Analítica

O presente capítulo apresenta uma exposição daqueles pesquisadores brasileiros que se dedicam a estudar as relações entre trabalho e fenômeno psicológico. O ponto comum a todos é a tentativa, levando em conta as diversas perspectivas teóricas e metodológicas, de demonstrar como o trabalho, nas organizações capitalistas, repercute no psíquico, fazendo o sujeito sofrer. Assim, todos os autores aqui expostos pertencem ao conjunto dos que se preocupam com o que denominam “Saúde Mental e Trabalho”.

Começamos esta exposição com os trabalhos de Seligmann-Silva, visto que esta pesquisadora mostra-se pioneira, a nível nacional, dentro deste campo disciplinar, desenvolvendo seus trabalhos na Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, possuindo uma série de produções na área. Em um de seus primeiros trabalhos, (Seligmann-Silva, 1987) aponta precariedades teóricas que se caracterizam por uma espécie de reducionismo fisiológico ou psicológico no modo de se demarcar o sofrimento no trabalho. A autora pergunta-se em função disso:

Existe um conhecimento científico suficiente sobre a dinâmica subjetiva pela qual as experiências da vida laboral influem na mente humana, determinando ou participando no surgimento do sofrimento psíquico? (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.226)

E, não encontrando resposta positiva, afirma pela necessidade de superação dos reducionismos, devendo-se por um lado, levar em conta os conhecimentos de diversas disciplinas auxiliares, ao mesmo tempo em que, não se deixe possuir pelas ideologias a favor do capital por serem elas uma das responsáveis por várias distorções.

Em um trabalho posterior, (Seligmann-Silva, 1994) o objetivo da autora avança em relação à situação anterior, demarcando como sendo sua finalidade científica somar esforços na busca de compreensão do modo pelo qual o trabalho dominado atua na dinâmica psicossocial gerando desgaste ou sofrimento psíquico, colocados como conceitos equivalentes pela autora. Uma variável central, portanto, na constituição do “desgaste” (ou sofrimento psíquico) é a “dominação do trabalho” sendo a tarefa do pesquisador conhecer os mecanismos

da dinâmica que une a dominação no trabalho (em todos os seus territórios macro e micro sociais) aos acontecimentos humanos de desgaste e sofrimento psíquico.

É no sentido de superar os reducionismos apontados, que a autora define a categoria “desgaste” como sendo aquela capaz de integrar o modelo que trata da “expropriação da subjetividade” (trabalhado por alguns marxistas), com o modelo que trata da “fadiga” (trabalhado por psicólogos e ergonomistas), com o modelo de “identidade como processo” (de Berger e Luckman), com o modelo de economia psicossomática (de Marty, com base psicanalítica) e, finalmente, com as noções de psíquico de base psicanalítica, trazidas por Dejours para a psicopatologia do trabalho. A integração de todos estes modelos em torno da categoria “desgaste” dá-se assim em função de que, em todo estes, existe a convergência para o esclarecimento do fenômeno do ‘embotamento afetivo’ dos trabalhadores como presença característica do trabalho dominado (Seligmann-Silva, 1994).

A linha demarcatória, traçada pela autora, ao realizar um estudo com trabalhadores afastados do trabalho por “doença dos nervos” de duas empresas siderúrgicas de São Paulo e Cubatão passa, a partir destas noções teóricas, pelos seguintes pontos: as condições vinculadas aos aspectos físicos e químicos do trabalho, as condições vinculadas às características da organização do trabalho (ritmos, disciplina, técnicas de controle, jornadas, tipo de tarefas, relações de trabalho, etc.), a ligação destas características com as condições do mercado de trabalho, do grau de desenvolvimento da organização operária, das condições de alimentação, transporte e moradia que, por sua vez, dependem de fatores macro-sociais e, ainda, está incluída nesta demarcação a história de vida e trabalho dos sujeitos em estudo.

Seligmann-Silva relata, assim, em seus resultados uma série de fatos relacionados a todos estes aspectos, dentre estes: o fato de serem na grande maioria migrantes do campo e o impacto que o trabalho fabril e em turnos alternados resulta; os fatos relacionados à situação de trabalho onde aparece o desgaste face a extensa jornada, a troca de turnos ou aos turnos alternados; o desgaste devido aos ritmos acelerados, as pressões por produtividade e a insuficiência de folgas para descanso no trabalho; a irritabilidade face aos altos índices de ruído e calor; a tensão face aos riscos, face às pressões das chefias e face à competitividade com os colegas, principalmente em épocas de recessão; o medo das sanções que têm seus critérios deliberadamente obscurecidos para promover a submissão: as humilhações impingidas por várias formas de desprezo. Fatos, também, relacionados à vida fora da fábrica que, se articulam com as situações de trabalho, são também relatados, tais como: a falta de condições de moradia, que impedem um sono que os recupere do cansaço, as precárias condições de transporte, que fazem aumentar o tempo despendido ao trabalho, dentre outros.

Nas manifestações do “desgaste” relatadas pela autora (1994, p.137-193) é traçada uma linha que vai do cansaço crônico e sua impossibilidade de recuperação até a alteração da dinâmica familiar e aos sintomas de irritabilidade, tristeza que se tornaram casos de “doença mental”, conforme descritos pela nosologia psiquiátrica. Neste aspecto, Seligmann-Silva expressa uma carência teórica que se refere à falta de uma compreensão, que esclareça quando e como a fadiga e o cansaço crônicos se tornam casos clínicos, conforme apresentados pelos trabalhadores estudados:

Os operários que se referiram a internações psiquiátricas, as licenças por ‘sistema nervoso’ ou a sintomas da área psíquica que levaram a buscar ajuda de qualquer tipo, via de regra, haviam passado anteriormente por períodos extensos de fadiga (...) Não encontramos, entretanto, limites nítidos entre as perturbações decorrentes do cansaço crônico e o surgimento da ‘doença mental’, de descrições clássicas (psiconeuroses, organoneuroses, psicoses, etc.) (SELIGMANN-SILVA: 1994: p.176)

Indica, contudo, como nos trabalhadores estudados, que existe um aumento progressivo da insônia, da irritabilidade e do desânimo, mas não nos oferece uma compreensão que responda à sua primeira interrogação.

Em outro trabalho, (Seligmann-Silva, 1996) descreve algumas síndromes vinculadas ao trabalho, apesar de chamar atenção para as controvérsias teóricas a respeito deste ponto. Algumas das síndromes relatadas são: síndrome da fadiga crônica, principalmente identificada em trabalhadores da indústria, onde os sintomas caracterizam-se por cansaço constante, distúrbios do sono, irritabilidade e desânimo; síndrome do esgotamento profissional, mais freqüente em enfermeiros, médicos, professores, executivos, entre outros; síndromes pós-traumáticas, caracterizada por um conjunto de sintomas variados que impedem o retorno ao local de trabalho, desencadeados por um episódio traumático, que levou ao afastamento do trabalhador de seu local de trabalho. Mas, da mesma forma, a autora assinala limitações teóricas:

Por mais que exista uma concordância entre cientistas de diferentes correntes sobre a importância etiológica [do trabalho], não se criou consenso com respeito ao modo como se exerce a conexão trabalho-psiquismo de forma suficiente a permitir fixar um quadro teórico. (SELIGMANN-SILVA, 1996, p.289)

E, mesmo definindo a categoria “desgaste” como forma de integrar o psíquico com o biológico e com os níveis micro e macros sociais, Seligmann-Silva não deixa de mostrar como esta categoria (desgaste) implica numa “teoria” que esclareça e defina como se dá a

relação objetividade (nos seus diversos níveis) e subjetividade. E, ainda, dentro deste ponto, e em razão desde quadro teórico, que a autora assinala que:

A constituição de uma fragilização gradual da capacidade de enfrentamento das agressões ao psiquismo também pode ocorrer em associação direta ao que é vivenciado no trabalho, muitas vezes ao longo de anos, durante os quais o desgaste mental se agrava de modo progressivo. [Mas] Não se conhece ainda até que ponto e de que modo essas mudanças fazem parte da patogenia de uma série de distúrbios psíquicos (SELIGMANN-SILVA, 1996, p.296)

Silva Filho em conjunto com uma série de colaboradores, pesquisadores do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, na área de Organização do Trabalho e Saúde Mental, se apresenta também, como um outro núcleo de produção sobre o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho, no Brasil. Em alguns de seus trabalhos (1993a; 1993b; 1997a; 1987) Silva-Filho “analisa a função e as tendências da informatização na organização do trabalho bancário, e suas repercussões na saúde mental de seus trabalhadores”. Teoricamente, o autor trata de afirmar o trabalho como um “componente importante na constituição do Eu” (Silva Filho, 1993a) e, a partir de Dejours, afirma como a organização de trabalho ao ignorar os projetos, esperanças e desejos dos indivíduos historicamente constituídos, pode dar origem ao sofrimento psíquico.

É, portanto, na noção de psíquico com base na Psicanálise, que o autor vai enquadrar suas investigações, tratando de mostrar que é a partir do “discurso e representações que os sujeitos fazem de si e da realidade do trabalho” (Silva Filho, 1994, 1993b), que a subjetividade é aprendida, sendo “interpretável” tudo aquilo que diz respeito diretamente à experiência do sujeito, e pertencendo sempre (o interpretável) ao “domínio da linguagem”:

Notamos antes de tudo que o interpretável se mostra sempre como uma preposição ou como uma série de preposições e pertence por isso a *linguagem*: é a narração de um sonho, é a *confissão* de uma temática delirante; é o *descrever* do locutor que anuncia a próxima viagem do Papa e assim por diante”. (SILVA-FILHO, 1997b, p.328)”.

Nos resultados de suas pesquisas, o mesmo autor, relata como a reestruturação do trabalho bancário comprova, mais do que qualquer outra, a tese de Dejours de que a organização do trabalho ao ignorar os projetos, desejos e esperanças dos indivíduos pode dar origem a sofrimentos psíquicos (Silva Filho, 1993a). Conclui, neste sentido, como as modificações no trabalho bancário, no Banco do Brasil, acabaram por retirar do projeto de vida de seus trabalhadores o significado de “ser bancário”, para reduzi-lo a uma “mera ocupação” (Silva Filho, 1994), desprendendo disso o sofrimento psíquico provocado a seus

trabalhadores. Marca, ainda, como a intensificação do ritmo e da pressão no trabalho são agentes de sofrimento que caracterizam todas as funções do trabalho no Banco do Brasil e, atesta que a tendência da automação bancária é tanto fazer com que o trabalhador perca cada vez mais o controle da própria atividade - conduzindo-os a uma alienação que deixa de lado sua própria vontade, fazendo triunfar a vontade da organização -, como também levar a um isolamento dos demais funcionários conduzindo a altos níveis de tensão e solidão:

Um outro aspecto referente às conseqüências da automatização da organização do trabalho para a saúde do trabalhador, é que freqüentemente ocorre um isolamento do indivíduo, fazendo com que este permaneça sem possibilidades de comunicação com os companheiros, ocasionando um alto nível de tensão, um sentimento de angústia, aprisionamento e solidão (SILVA-FILHO, 1987, p.315).

JARDIM é outra pesquisadora do Programa Organização do Trabalho e Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria (IPUB) da UFRJ. Em um de seus artigos, (Jardim, 1996) no qual aborda o sofrimento psíquico dos pilotos de metrô, da cidade do Rio de Janeiro, relata uma série de dados, tanto sociais, demográficos e econômicos, quanto dados das características do trabalho e de como este está organizado (seus horários, turnos, punições, riscos, chefias, etc.), mas não apresenta resultados sobre o sofrimento psíquico, pois segundo a autora, será objeto de um próximo artigo, ainda não publicado.

No entanto, em dois outros trabalhos a mesma autora (Jardim, 1997a e 1997b) realiza discussões teóricas que esclarecem a noção de psíquico que lhe permite abordar o sofrimento psíquico no trabalho. É com base na Psicanálise, aprofundando principalmente algumas reflexões sobre os conceitos de sublimação e ideal de ego que a autora vai enquadrar suas pesquisas:

Aqui, trataremos da aplicação do conceito de sublimação na psicopatologia/Psicodinâmica do Trabalho (...) Logo, o presente artigo partirá da revisão do conceito de sublimação em Freud, Lacan e nos autores da Psicopatologia do Trabalho que se referem a este conceito, especialmente Christophe Dejours (JARDIM, 1997b, p.117)

Afirma, neste sentido, como o trabalho na idade moderna passa a se tornar a medida do valor para a sociedade, com o sujeito passando a valer pelo "a mais que produz" (Jardim, 1997a). As conseqüências desta realidade sócio-histórica para o psíquico e suas formas de sofrimento são analisadas, então, a partir do modelo freudiano, destacando ser o conceito 'ideal de ego', que permite que se estabeleça o vínculo entre processo identificatório do sujeito e seu trabalho. O sofrimento ou prazer no trabalho dependem, assim, 'do quanto' o ego atual se aproxima ou se distancia das aspirações do ideal de ego.

Realizar o ideal do Eu é uma exigência imposta ao Eu. E a medida de tranquilidade e harmonia interna do sujeito é dada pelo nível de aproximação entre o Eu atual e o Ideal do Eu. O Eu triunfa quando consegue coincidir com o Ideal do Eu e se sente culpado ou inferiorizado quando há tensão entre o Eu e o Ideal do Eu. (JARDIM, 1997a, p.85)

Outro conceito trabalhado pela autora (1997b), seguindo as orientações de Dejours é o de “sublimação”. Jardim explica como a sublimação implica num desvio das pulsões (sexuais) de um “alvo sexual” para um “não sexual”, onde esta passa a ser investida em finalidades socialmente valorizadas e culturalmente relevantes. A sublimação, no entanto, afirma a autora, independe tanto dos estímulos do ideal de ego quanto do conteúdo da tarefa de trabalho realizada e está mais ligada à organização de trabalho, que pode se apresentar mais rígida ou mais flexível, mais repetitiva ou mais monótona. Pois “sublimar”, de acordo com a autora, implica na canalização inconsciente do desejo para tentativas, erros, pensamentos e processos criativos, nas quais as pulsões podem se canalizar. É, portanto, pelos mecanismos inconscientes de aproximação ou distanciamento do ego atual em relação ao ideal de ego e na sublimação das pulsões sexuais para tarefas socialmente valorizadas, que vão ser possíveis aos trabalhadores do metrô do Rio de Janeiro, quanto a quaisquer outros, terem prazer ou sofrimento psíquico no trabalho.

Jardim conclui suas reflexões (1997b) tratando de afirmar, a partir de Dejours, que o trabalho, então, não é apenas um lugar de “investimento subjetivo” (apesar de ser esta a linha central de sua reflexão), mas sim um espaço de “construção de sentido e historicização do sujeito, porém assinala como esta idéia está somente “apontada” mas não “desenvolvida” pelo autor francês, sendo as devidas modificações que a teoria psicanalítica teria que sofrer para corresponder a estas exigências, ainda, uma questão em aberto.

Cardoso, outra pesquisadora do Programa Organização do Trabalho e Saúde Mental do IPUB/ UFRJ, desenvolve um estudo sobre “sofrimento psíquico e a identidade profissional do trabalhador bancário”. Em seus trabalhos, (Cardoso, 1997a e 1997b), faz uma caracterização do Banco do Brasil como uma empresa que sempre em sua história, ofereceu uma grande quantidade de benefícios aos seus funcionários, os quais possibilitaram a adesão por parte de seus funcionários ao projeto do banco de tornar-se uma grande empresa com grandes funções sociais (Cardoso, 1997a). Mas, relata a autora que, no momento em que esta empresa começou a desenvolver seus programas de Qualidade Total e de Demissão Voluntária com a finalidade de tornar-se mais eficiente, competitiva e menos onerosa, seus trabalhadores começaram a ficar completamente perplexos e desesperados por verem o valor de seu trabalho

e anos de dedicação ao banco ser traduzido apenas por cifras (Cardoso, 1997b). Cardoso conclui, então, como os programas de 'qualidade total' e 'demissão voluntária' ignoraram a função de ser bancário do Banco do Brasil como constituindo o projeto de vida de seus funcionários e, assinala o sofrimento psíquico resultante do fato de se retirar o significado deste tipo de um projeto de vida.

Como apontamentos teóricos a autora assinala (Cardoso, 1997b) como a identidade é produzida numa relação de mão dupla entre o indivíduo e a cultura, sendo o trabalho, portanto, uma destas relações fundamentais para o sujeito moderno e, neste sentido, se constituindo num traço identificatório do Eu e num elemento que dá sentido a seu projeto de vida. Mas, conclui pela necessidade de uma discussão que aprofunde a questão do trabalho como dimensão constitutiva da condição humana (Cardoso, 1997a), não fornecendo, por estas razões, portanto, maiores explicações acerca das categorias Identidade do Eu e Projeto de Vida:

Assumindo o trabalho como dimensão constitutiva da subjetividade, inerente mesmo à condição humana, parece-nos fácil depreender o sofrimento causado ao retirarmos de um projeto de vida seu significado maior. Parece-nos, e a literatura assim nos mostra, que a produção teórica existente até agora não conseguiu dar conta das especificidades deste vasto campo de conhecimento (...) Assim, conclui-se pela necessidade e importância de estudos que identifiquem as diferentes formas de inserção neste coletivo, que se apresente como produtor de uma certa regularidade em relação à questão do sofrimento psíquico (CARDOSO, 1997a, p.144-145).

Moullin (1997 e 1998), psicóloga da UFES, mas pesquisadora também do Programa Organização do Trabalho e Saúde Mental, do IPUB/UFRJ, tem como objeto de sua pesquisa o modo como tem se dado a inserção de mulheres de classe média e com nível superior no trabalho público e seus impactos à saúde mental. Nas suas remissões teóricas (Moullin, 1998) recorre a Dejours para afirmar o trabalho como instância mediadora entre o inconsciente (singular) e o campo social (coletivo), a Hirata e Kergoat para incluir o gênero como categoria de análise, a Seligmann-Silva, por suas revisões sobre a problemática da dominação do trabalho feminino e, atesta por fim, que só é possível entender o sofrimento psíquico no trabalho compreendendo o trabalho social como um componente estruturador da identidade, mas sem chegar a desenvolver este aspecto teórico. Podemos observar como a noção de psíquico nesta autora, fica circunscrita dentro da noção psicanalítica e suas categorias, tal como aproveitadas pela Psicodinâmica no Trabalho.

Para realização da pesquisa (Moullin, 1998), a autora faz uma análise do discurso de um grupo de funcionárias do banco, obtido através de algumas entrevistas. E, em seus principais

resultados relata um modo de inserção no trabalho, onde as mulheres falam de suas altas exigências de competência e perfeição no trabalho, ao mesmo tempo em que dizem dar preferência a um modo de inserção profissional que seja compatível com as suas exigências de trabalho doméstico e vida familiar, sendo, por isso, o trabalho de ‘caixa’ definido como mais adequado. Deste modo de inserção, Moulin conclui que pode gerar, ao mesmo tempo, uma divisão e sofrimento, pois o fato de dar tudo de si ao trabalho muitas vezes entra em choque com as atividades domésticas e familiares, ao mesmo tempo em que, a carga de trabalho ao tomar-se dobrada, pode resultar em altos níveis de desgaste.

Neves e outros (1997) psicólogos da UFPB, mas vinculadas ao Programa de Organização do Trabalho e Saúde Mental do IPUB/UFRJ, buscaram estudar a vivência subjetiva dos funcionários do setor de manutenção, do hospital universitário da Universidade da Paraíba. Sua intenção era saber como se configura a relação trabalho-saúde mental e o que confere a esta relação um caráter de sofrimento ou prazer.

Como referências teóricas (Neves e outros, 1997) são citadas as categorias: processo de trabalho de Laurell, as relações entre trabalho prescrito e trabalho real da ergonomia, o modelo operário italiano e as noções de sublimação, mecanismos de defesa e ideologia defensiva para definir o campo psicológico, com base na Psicodinâmica do Trabalho. Temos, portanto, assim como nos autores anteriores, a noção de psíquico vinculada ao modelo analítico freudiano, como aproveitado por Dejours, que segundo as autoras:

se propõe a analisar dinamicamente os processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho, recortando como objeto de estudo o sofrimento mental e as estratégias individuais e/ou coletivas elaboradas para fazer face a este sofrimento, assim como a dimensão do prazer (NEVES e outros, 1997, p.153).

Apesar de fazerem alguns apontamentos sobre as transformações do mundo do trabalho na atualidade, as autoras não as relacionam à realidade singular estudada e, relatam fatos sobre o processo de trabalho, como as prescrições, os modos de admissão, as escalas de plantões, um certo caos no modo como o setor organiza-se, face aos chamados de serviço e as improvisações dos funcionários segundo as precariedades do trabalho. Mas é ao “discurso” dos trabalhadores que é dada mais atenção, como o meio necessário para interpretar as vivências subjetivas dos funcionários pesquisados, sendo que em seus resultados são relatados como as falas desses trabalhadores remetem sempre a um quadro de tensão, concluindo que, a falta de um reconhecimento das chefias e a impossibilidade de contribuir para organização de

trabalho - conteúdos sempre presentes no discurso dos funcionários - são fatores de desmobilização subjetiva e, conseqüentemente, de sofrimento psíquico.

Outro conjunto de estudos sobre o tema encontramos em *Saúde Mental e Trabalho*, uma coletânea de artigos organizados por Guimarães e Grubits. Considerando o “par saúde e doença mental nos ambientes de trabalho como um fenômeno multicausal” o livro mostra-se como um primeiro produto do Laboratório de Saúde Mental de Trabalho, da Universidade Estadual de Campinas, sob a coordenação da psicóloga Liliana A M. Guimarães.

Num primeiro estudo, denominado *Álcool e Local de Trabalho*, de Lacerda (2000, p.17-34), o autor introduz o assunto relatando dados epidemiológicos sobre o alcoolismo, que se mostra “como um problema de saúde pública da maior magnitude”. Buscando uma definição de termos para poder tratar o problema, Lacerda adota para este fim, os do Comitê de Especialistas em Promoção de Saúde no Local de Trabalho, da Organização Mundial de Saúde, assim relacionados: “Local de Trabalho”, “Promoção e Proteção à Saúde” (políticas que desenvolvam práticas saudáveis, condições de trabalho saudáveis bem como atividades que repercutam em saúde na empresa), “Abuso e Dependência de Álcool ou Drogas” (uso repetido ou estado de necessidade de doses repetidas da substância), “Problemas Relacionados ao Álcool e Drogas” e “Recaída”.

Após isto, o autor trata o uso de álcool no trabalho descrevendo dados estatísticos sobre o absenteísmo, acidentes no trabalho, queda de produtividade e prejuízos nas relações pessoais. Em seguida, discute os fatores que influenciam o uso do álcool no trabalho, tratando àqueles relacionados ao trabalho em si, quais sejam: o “ambiente de trabalho” – observando somente medidas institucionais que facilitam ou inibem o uso do álcool – e, “fatores específicos do emprego” – onde se lista fatores como disponibilidade de álcool no trabalho e pressão social por beber. A partir disso, discute uma “política de combate ao uso do álcool no trabalho”, considerando os seguintes passos gerais: diagnóstico da quantidade e frequência do consumo de álcool e a correspondente motivação para deixar seu consumo, traçar objetivos, explicitar e divulgar material educacional para conscientização dos funcionários, estabelecer normas e, por fim, realizar uma avaliação da política, considerando como indicadores “taxa de absenteísmo, de acidentes, de renovação do quadro funcional, de desempenho, de ações disciplinares e de eficiência” entre outras. Podemos notar, desde modo, como o eixo deste estudo é administrativo, institucional e normativo, não tratando do fenômeno psicológico nem tampouco apontando as noções teóricas para sua abordagem.

No estudo de Azevedo (2000, p.35-48) denominado *Drogas e Trabalho*, a autora trata, também, de listar primeiramente certos dados epidemiológicos sobre o uso de drogas e

álcool no mundo atual, bem como dos acidentes de trabalho em função do uso de álcool. Em seguida, Azevedo relata os conceitos a partir dos quais trata a questão, quais sejam: droga, substância psicoativa (SPA), uso de drogas, motivos para experimentação de SPA e fatores de risco para o uso de SPA (ambos segundo a O.M.S), abuso e dependência de drogas (segundo CID 10) e classificação de drogas pela sua ação no Sistema Nervoso Central.

Em seguida, a autora relata como o consumo de substâncias psicoativas encontra-se em sua maior parte, associado a transtornos psiquiátricos, mas, quando busca fazer a relação entre as variáveis que constituem tal fenômeno, bem como, a identificação dos agentes etiológicos para uma ação terapêutica, vemos que:

Embora ainda tenhamos grande dificuldade em estabelecer uma relação de causa e efeito na associação de transtornos psiquiátricos e consumo de drogas, é mister que investiguemos corretamente tal possibilidade diagnóstica, com vistas à escolha terapêutica mais adequada para cada indivíduo em cada situação. (AZEVEDO, 2000, p. 41)

No decorrer do estudo, a autora discute níveis de intervenção no problema, bem como diretrizes para a adoção de políticas sobre o mesmo, sugerindo estratégias de prevenção. Podemos, desde modo, verificar que este estudo considera um conjunto de fatos epidemiológicos sobre a questão e, ao mesmo tempo, traça estratégias de intervenção, mas mostra-se no plano do conhecimento como se desenvolvem os transtornos psiquiátricos e sua relação com o trabalho e com a dependência de drogas, na total precariedade.

No outro estudo de Guimarães e Colaboradores, (2000, p.49-57), chamado *Prevalência de Transtornos Mentais nos Ambientes de Trabalho* as autoras realizam uma revisão bibliográfica sobre o tema. Mostram como progressivamente foi se reconhecendo à influência da atividade ocupacional no bem estar emocional do trabalhador, e, a partir da década de 80 é que se acentuaram efetivamente os estudos sobre saúde mental e trabalho. Observam, com base na literatura internacional, a carência de se estudar os “transtornos mentais em sua relação com o trabalho”, salientam estudos que tratam das bases bioquímicas das doenças mentais e mostram como é necessário considerar outras áreas, outros problemas e variáveis associadas ao adoecimento do trabalhador, que não só as biológicas.

Depois, ao fazerem uma incursão na literatura que trata da questão dos transtornos mentais no trabalho, afirmam que:

os estudos que visam verificar a prevalência de transtornos mentais nos locais de trabalho prescindem de critérios diagnósticos precisos e quando este quesito é preenchido, a contextualização do ambiente ocupacional, incluindo-se a questão da organização do trabalho, não é contemplada. (GUIMARÃES e outros, 2000, p.52)

A partir disso, o estudo relata pesquisas de ordem epidemiológica e seus achados, no que diz respeito à relação entre estresse ocupacional e transtornos mentais que relatam fatos estatísticos entre estes dois termos, realizadas em várias categorias profissionais. Portanto, a noção de psíquico subjacente ao estudo, afilia-se à abordagem do Estresse, bem como às noções psicopatológicas da psiquiatria clássica.

Em outro trabalho, chamado *Lesões por Esforços Repetitivos L.E.R: Aspectos Psicológicos*, Barros e Guimarães (2000: p.59-69), tratam justamente dos aspectos psíquicos desta doença caracterizada como epidemia mundial nos anos 80. Discutindo, primeiramente, sobre o trabalho ser “redentor ou algoz do homem”, os autores sintetizam que se:

o trabalho pode responder a estas duas perspectivas, ou seja, um promotor de saúde ou de doença, acreditamos que tal fato se deve, entre outras coisas, à organização do trabalho (BARROS e GUIMARÃES, 2000, p.61).

Depois de tratarem a respeito da história do taylorismo e do tratamento técnico e crítico a ele dispensado, os autores atentam como o trabalho, do ponto de vista psicológico, foi caminhando para uma delimitação mais precisa e definida, principalmente, a partir da década de 80, com os estudos de Dejours, Abdoucheli, Jaynet, Seligmann-Silva e a própria Guimarães, tratando

a questão saúde/trabalho, a partir da saúde mental dos trabalhadores e a organização do trabalho a qual estão submetidos, considerando como objeto, a análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pelo confronto do sujeito com a realidade do trabalho (BARROS e GUIMARÃES: 2000; p.65)

A noção de psíquico, como podemos observar, ganha destaque a partir do modelo psicodinâmico de Dejours e seus colaboradores, de vertente analítica que:

Fazem a análise dos fenômenos subjetivos, buscando na Psicanálise seu referencial fundamental. A este que se configurou em um novo Campo de Estudo, os autores denominaram de Psicodinâmica do Trabalho. (BARROS e GUIMARÃES, 2000, p.65)

No que diz respeito à pesquisa realizada, os autores observam como as L.E.R constituem-se num problema de saúde pública, à nível mundial e, apontam como os estudos sobre o problema, à nível de Brasil, deixam de fora as consequências psíquicas da doença provocadas pelo trabalho. Mostram, então, que é necessário discutir a problemática da L.E.R como “um fato complexo no qual está envolvido o sujeito na sua integridade psicossomática,

inserido numa realidade social determinada”, sendo fundamental para compreender as L.E.R partir:

da realidade do trabalho no qual o sujeito está inserido, buscando estabelecer a *dinâmica* que envolve este trabalhador quanto a sua percepção, possibilidades e habilidades para lidar com o mundo que o cerca e as resultantes deste processo (BARROS e GUIMARÃES, 2000 p.67).

É, portanto, a exigência técnica de estudos psicológicos sobre a L.E.R que o texto chama atenção, considerando a noção de psíquico de base freudiana, conforme utilizada por Dejours, ficando a dever, no entanto, estudos que nos mostrem resultados concretos nesta direção.

O estudo de Cardoso (2000, p.73-94), denominado *Qualidade de Vida e Trabalho: Uma Articulação Possível* realiza uma revisão teórica buscando definir e relacionar estes dois termos. Tratando, primeiramente, de revisar a literatura nacional e internacional sobre “Qualidade de Vida” atesta que, falar em ‘*Qualidade*’, implica em considerar uma “noção prescritiva do que é socialmente bom para o homem” - princípios éticos, portanto - bem como, listar indicadores que classifiquem um quadro de bem estar, ou seja, de qualidade de vida. Além de indicadores, tais como segurança, inovação, liberdade, consta na literatura revisada por Cardoso, os “chamados fatores subjetivos”, chamando a atenção para a:

exigência de estudos sociológicos e/ou psicológicos para uma compreensão mais completa do que leva o homem a buscar um objetivo, característica esta de ‘perspectiva de futuro’, que nos distingue dos outros animais (CARDOSO, 2000, p.76)

Além disso, Cardoso trata de revisar a literatura sobre Qualidade de Vida na terceira Idade e, ainda, discute o “fator saúde” como indispensável na definição de Q.V. Para tanto, refere-se a definição de Saúde da O.M.S, faz uma descrição de critérios adversos ao bem estar e, por fim, problematiza como relacionar saúde e trabalho, fazendo uso das noções analíticas de “desejo”. Afirma, neste sentido, com base em Guatarri e Dejours que:

Em qualquer dimensão que se considere o desejo, ele nunca é uma energia indiferenciada, nem é uma função de desordem (...) deixando claro o quanto se precisa ter esse alimento fundamental para se realizar as tarefas às quais o indivíduo se propõe. Quando não há esta energia, ou quando o desejo encontra-se reprimido, tudo que diz respeito à atuação do indivíduo fica prejudicada. (CARDOSO, 2000, p. 81)

Depois de definir Qualidade de Vida e suas articulações com o trabalho, a autora descreve a alienação promovida pelo taylorismo e cita as pesquisas de Mayo, Trist, Maslow e

Mcgregor como tentativas de redescobrir as relações humanas nas organizações. Por fim, situa o objetivo das pesquisas sobre Qualidade de Vida no Trabalho, demarca suas principais abordagens e lista, sinteticamente, os estudos desenvolvidos sobre o tema no Brasil.

Podemos observar como esta revisão teórica realizada por Cardoso sobre Qualidade de Vida e Trabalho aponta lacunas no que diz respeito a questões sociológicas e psicológicas que dariam uma “compreensão mais completa ao que leva o homem a ter uma perspectiva de futuro”,⁶ ao mesmo tempo em que, ao tratar os fenômenos subjetivos, deixa ver a categoria “desejo” como ligada às noções psicanalíticas aproveitadas por Dejours e Guatarri.

Em mais outro estudo, denominado *Saúde Mental do Adolescente Trabalhador* de Mauro e colaboradores (2000, p.109-127), é relatada uma pesquisa sobre o tema em adolescentes trabalhadores na faixa de 12 a 18 anos. Antes do relato dos resultados, os autores fazem uma colocação do problema e uma revisão teórica. Consideram a situação de “dupla jornada” – estudo e trabalho – a que estão submetidos os jovens, bem como as “ambivalências” e “crises” vividas nesta fase, em que se deixa a infância, mas ainda não se é adulto e justificam o estudo marcando como a grande maioria dos trabalhos epidemiológicos realizados, não diferenciam esta parcela da população.

No que diz respeito ao marco teórico, os autores recorrem a Dejours e seus colaboradores, em função do impulso que os conhecimentos da Psicodinâmica do Trabalho trouxe, segundo os autores, ao esclarecimento da relação entre saúde mental e trabalho, buscando os processos psíquicos mobilizados pelo confronto do sujeito com a organização laboral:

Com o impulso da Psicodinâmica do Trabalho, novos estudos vieram colaborar com o conhecimento da relação Saúde Mental e Trabalho. Dejours amplia o enfoque da relação saúde/doença e surge uma nova disciplina que objetiva a análise psicodinâmica das situações de trabalho. Seu objeto de estudo, conforme definido por Dejours, Jayet, Abdoucheli (1994) é: ‘a análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pelo confronto do sujeito com a realidade do trabalho’ (MAURO e outros, 2000, p.113).

Ainda dentro da definição dos marcos teóricos, relatam pesquisas epidemiológicas sobre o tema e consideram a adolescência como período de “definição da identidade do eu”, destacando-se as “identificações” como essenciais para estruturação do ego e a elaboração de papéis e lutos na resolução das crises próprias desta fase, referendando estas noções em Knobel, Aberastury, Erikson e Blos. Sobre conceito de trabalho citam Alborno para afirmar o perfil humanizador do trabalho, na medida em que o homem produz os meios para sua subsistência e, Dejours em sua reflexão sobre como o regime taylorista impossibilita a

sublimação das frustrações reprimidas no inconsciente. Temos, portanto, no que concerne a noção de psíquico, o recurso à Psicanálise e suas categorias, tal como aproveitadas pela Psicodinâmica do Trabalho.

No relato realizado na pesquisa de campo, os autores observam “uma prevalência de 58% de suspeitos de transtornos mentais na população estudada, somando-se a isto uma análise de entrevistas que mostraram como a variável “qualidade do sono” dos sujeitos, apresentando diferenças estatisticamente significativas. Depois de fazer o relato dos dados estatísticos em relação a função das variáveis “tarefas desenvolvidas”, “idade”, “condições de vida”, “relacionamento familiar”, “saúde”, “dupla jornada (trabalho- escola)”, “organização do trabalho”, a síntese realizada pelos autores ressalta que,

devido às extensas jornadas de trabalho, (os adolescentes) relegam a educação a um segundo plano, bem como apresentam um afastamento dos laços familiares, importantes na construção de sua identidade e constituindo ainda um fator de desgaste em sua saúde física e mental (MAURO e outros, 2000, p.123).

E, a partir das noções da Psicodinâmica do Trabalho, os autores afirmam serem poucas as oportunidades em que estes adolescentes têm de experimentar suas ‘teorias’, de realizar as atividades de trabalho de acordo com suas necessidades e curiosidades, devido à natureza do trabalho que é realizado e, concluem que, pela agitação do dia-a-dia, o cansaço vai provocando irritabilidade, excitabilidade e alteração na qualidade do sono destes trabalhadores, produzindo cansaço crônico e o sofrimento psíquico, tal como lido pelos dados epidemiológicos.

Um outro estudo, que realiza uma revisão e uma reflexão sobre a bibliografia que trata do estresse ocupacional em trabalhadores de enfermagem é *O estresse Ocupacional em Enfermeiros*, de Vieira e Colaboradores (2000 p.169-185). Ao revisar a literatura sobre “trabalho”, as autoras destacam como este tem ocupado uma significativa importância nos processos de saúde e doença, e sobre o conceito de “estresse”, também depois de proceder a uma revisão teórica afirmam que, a “tendência sintomatologizante que predomina nas pesquisas sobre o estresse, perde de vista o indivíduo em todas as suas dimensões”. Tal situação faz com que os autores busquem na definição de “estresse ocupacional”, elaborada pelo psicólogo inglês Cooper e seus colaboradores uma superação para este estado teórico. Neste, o estresse ocupacional fica definido como:

um problema de natureza perceptiva, resultante de uma incapacidade em lidar com as fontes de pressão no trabalho, tendo como conseqüências, problemas de saúde física e mental e na satisfação no trabalho (VIEIRA e outros, 2000, p.175)

Logo, o estresse ocupacional, depende, por um lado, dos agentes estressores e, por outro, dos elementos de natureza pessoal que cada indivíduo tem para reagir às pressões do ambiente, ficando a descoberto, como podemos ver, uma teoria que esclareça como são, se articulam e se desenvolvem estes “elementos de natureza pessoal”, ou seja, é uma teoria psicológica suficientemente desenvolvida.

Em seguida, Vieira e Colaboradores, realizam uma revisão bibliográfica sobre a literatura nacional e internacional do estresse nos profissionais de enfermagem, chamando a atenção de como os aspectos negativos da profissão se repetem em praticamente todas as pesquisas analisadas, fato este que reflete, para as autoras, a insensibilidade, desconhecimento e o descaso dos administradores. Ao mesmo tempo, assinalam os limites técnicos ao dizer que:

Diante do quadro apresentado, fica patente a necessidade de um maior número de pesquisas sobre o estresse ocupacional, que poderão contribuir mais na compreensão da dinâmica do trabalho e na elaboração de condutas que promovam a saúde deste profissional. Entretanto, concordamos com Dejours (1992) quando este alerta que a trajetória metodológica da pesquisas sobre o estresse não tem sido capaz de apreender efetivamente a vivência psíquica do prazer e do sofrimento entre os trabalhadores. (VIEIRA e outros, 2000, p.182)

Uma última produção do Laboratório de Saúde Mental e Trabalho deste grupo de pesquisadores da UNICAMP que convém relacionar é *Saúde em Tempos de Desemprego* de León e Iguti (2000 p.195-210). Primeiramente, as autoras relatam uma série de dados que situam o problema do desemprego no mundo e no Brasil e, em seguida, situam as pressões para o trabalhador, resultantes dos programas de reestruturação das políticas gerenciais, reengenharia e qualidade total. Perguntam, com base nestes dados, sobre qual seu impacto a médio e longo prazo sobre o trabalho e os trabalhadores.

A autoras tratam de uma destas conseqüências, justamente, a do desemprego. Referem-se, primeiramente, a Wisner, onde:

O sofrimento psíquico está, às vezes, ligado às incertezas sobre a percepção ou a significação das informações, perturbações do sono, relacionadas com horários e conteúdo do trabalho, e sobrecarga cognitiva (LEON e IGUTI, 2000, p.202).

Em seguida, citam Seligmann-Silva, com relação aos processos de desgaste no trabalho e suas expressões psíquicas e somáticas e, por fim, citam Dejours, que:

apresenta um trabalho de campo, realizado entre trabalhadores da manutenção de uma central de produção de

energia nuclear, e relaciona uma lista, que denomina *expressões diretas do sofrimento e as reações defensivas* (LEÓN e IGUTI, 2000; p.203).

Afirmam, neste sentido, que ao sofrimento no trabalho, conforme assinalado por Wisner, Seligmann-Silva e Dejours, somam-se as pressões devidas a ameaça do desemprego, e citam dois exemplos extremos do desgaste físico e mental provocado por toda esta situação, quais sejam: o *karoshi* e o *burnout*. Explicam, na continuação, cada um destes acontecimentos e, finalmente, relatam uma série de pesquisas que relacionam o fenômeno do desemprego a mal estar físicos e psíquicos. A noção de psíquico que se depreende deste estudo, além do modelo ergonômico de Wisner, também presta tributo a Dejours, e ao modelo do “desgaste”, de Seligmann-Silva, que por sua vez, vincula-se à noção de psíquico analítica do autor Francês.

Lima, pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais, também se mostra preocupada em estudar o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho. Numa de suas pesquisas (1994, 1996a), busca compreender como os operários, trabalhadores de escritório e gerentes de uma empresa de ponta na aplicação dos novos modelos gerenciais, “resistem”, “mantém seu equilíbrio” e a que “tipos de defesas recorrem” para protegerem-se do sofrimento psíquico, fazendo uma clara referência ao modelo de Dejours, ao mesmo tempo em que, realiza um estudo comparativo referente às mesmas questões, em uma empresa cooperativa.

No plano teórico, portanto, é a Psicodinâmica do Trabalho e à alguns outros pesquisadores franceses que estudam os novos modelos gerenciais, que a autora vai embasar suas investigações, definindo o psíquico, à partir das categorias psicanalíticas. “Valorizar a palavra” e “dar crédito às expressões dos trabalhadores” (Lima, 1996) colocam-se, assim, como fundamentais nos procedimentos de pesquisa para se explicar os acontecimentos psíquicos.

Em sua investigação, após explicar com detalhes as verdadeiras razões das transformações do modelo gerencial, tanto no mundo quanto no Brasil (Lima, 1994 e 1996a), a autora passa a analisar as repercussões psíquicas destas transformações para os operários, trabalhadores de escritório e gerentes, no caso estudado. Lima relata (1996a), para o caso dos operários, o mecanismo de negação dos conflitos como um elemento característico de sua organização psicológica, mas não oferece uma descrição da realidade destes conflitos, seja de como eles acontecem ou de como são negados. Quando relata o caso dos trabalhadores em escritório, encontramos uma situação similar: fala sobre o grande dinamismo, dedicação e

satisfação com o trabalho desta categoria profissional, mas ao afirmar a existência de uma insegurança quanto a continuidade na carreira ou do mecanismo de negação dos conflitos, ou, ainda, ao estabelecer a hipótese sobre a organização psíquica desta categoria profissional como estando presente um “elemento depressivo”, não oferece uma descrição de como se dão as relações, de como estes “elementos depressivos” se articulam, por exemplo, como a alta competitividade, a vontade de ascender e com o dinamismo, relatados como próprios desta categoria profissional. Do mesmo modo, as conclusões as quais Lima chega para o caso dos gerentes, marcam uma “fragilidade do mundo interno” desta categoria profissional (1996a), mas não é relatada uma descrição do trabalho destes gerentes que exponha como se caracteriza esta fragilidade.

Numa outra pesquisa, (Lima, 1998) tratou de estudar, com o mesmo enfoque teórico e metodológico, os gerentes de várias empresas, com a finalidade de conhecer “as formas de regulação e os mecanismos de defesa utilizados por esta categoria, diante dos conflitos que tal posição profissional implica. É recorrendo ao discurso (latente e manifesto) dos sujeitos, que a autora vai tratar de responder as suas questões de pesquisa. Em seus resultados relata como a “alta gerência”, por exemplo, apela para a racionalização como mecanismo de defesa, na tentativa de regular seus conflitos, mas não oferece uma descrição que demarque os tipos de conflitos que esta categoria profissional está envolvida. Em suas conclusões afirma como “o sucesso na carreira para este grupo não vem acompanhado de uma sólida estrutura psíquica”, sendo que os elementos que oferece na tentativa de esclarecer esta afirmação compõe-se de uma lista dos mecanismos de defesa e dos sentimentos, interpretados à partir do discurso da categoria estudada.

Em um outro de seus trabalhos (Lima, 1996b), onde a autora trata de discutir as bases para as pesquisas no campo da “Saúde Mental e Trabalho”, atesta a exigência de se romper com uma Psicologia abstrata e idealista e ir em direção ao homem concreto, obedecendo para isso as coordenadas do Materialismo Histórico de Marx e dos trabalhos psicológicos de Politzer, Vigotsky, Sève e Leontiev. Afirma, que só assim será possível a pesquisa na área se desprender do plano puramente discursivo para encontrar os indivíduos concretos, problema este que aponta estar presente nos trabalhos de Dejours (Lima, 1996b). O que surpreende, no entanto, é que os trabalhos da própria autora mostram todos os elementos e deficiências apontadas por ela mesma, nesta sua discussão das bases para a pesquisa no campo de Saúde Mental e Trabalho, mas ao mesmo tempo, não desenvolve a reflexão na direção do Materialismo Histórico como apontado, considerando, ainda, como válido o poder explicativo dos conceitos psicanalíticos para os fenômenos em questão:

É fácil concluir que esta busca de recursos da Psicanálise a fim de explicar o sofrimento psíquico do homem no trabalho tem sido objeto de polêmica. Para alguns autores a teoria psicanalítica não tratou do trabalho, e ainda menos das possíveis conseqüências psicopatológicas do sofrimento e da alienação presentes na relação do homem com sua atividade profissional (...) No entanto, apesar de considerarmos válida a maior parte destas reflexões, concluímos que alguns desses conceitos [psicanalíticos] ainda preservam sua força na explicação de certos fenômenos detectados nas pesquisas em SM&T (LIMA, 1998, p.14).

Grisci, psicóloga e pesquisadora do grupo “Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar” da UFRGS, coordenado por Fonseca, apresenta, também, estudos psicológicos da relação homem e trabalho. Num primeiro deles, em colaboração com Guareschi, intitula-se *A Fala do Trabalhador* (1993), e trata de investigar a singularidade do trabalhador submetido a lógica de uma organização taylorista, ou seja, “O que se passaria na mente daqueles homens, tão encobertos de aparelhos de proteção, e tão submersos num contínuo e único movimento corporal? Que histórias teriam para contar? Quais seriam seus desejos?”, são perguntas que este trabalho visa responder. Procedem de forma a observar o trabalhador no cotidiano da fábrica, criticando a Psicologia por colocar-se ao lado do capital com sua ênfase individualista, sem focar a análise no “como o trabalho constrói o homem e forma a subjetividade da classe trabalhadora”. Os autores, então, objetivam conhecer a relação trabalho/subjetividade, “privilegiando a fala do trabalhador”, tratando de examinar com este fim a “evolução do sistema fabril, a divisão social e técnica a ele atribuída, o conseqüente sofrimento físico e psíquico que se impõe ao trabalhador e as formas de resistência utilizadas para sua sobrevivência” (Grisci e Guareschi, 1993).

O estudo primeiramente traça um referencial teórico que visa esclarecer as estratégias do capital para fazer o trabalho render o máximo possível para em seguida contrastar diversos aspectos teóricos que discutem o sentido do trabalho (principalmente de Marx, Braverman e Taylor) com o sentido do trabalho que os autores apreendem a partir das falas dos trabalhadores, que sinteticamente podem ser apresentadas da seguinte forma:

Uma percepção que revela o quanto o trabalhador realiza migalhas de um trabalho, perde a visão do processo total da fabricação e não detém o poder do conhecimento sobre o que suas mãos executam (GRISCI e GUARESCHI, 1993, p.40)

Num capítulo seguinte, os autores analisam a relação entre trabalhador e máquina, tratando de mostrar como o sujeito vai sendo assimilado pela máquina, assumindo a frieza e a impessoalidade, características da máquina, onde o ato de criação é cotidianamente atrofiado dia após dia por jornadas de trabalho absolutamente iguais. Mas também relatam certas

artimanhas criadas pelos sujeitos para driblar sua própria consciência e proteger sua saúde mental.

Em seguida, Grisci e Guareschi, relatam e discutem as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para resistir ao processo alienante de suas condições de trabalho. Uma destas resistências relatadas são as “freadas da produção”, como forma de defesa contra os tempos e ritmos impostos pela organização para o trabalho. Prosseguindo, no objetivo do estudo, passam a descrever como a subjetividade é constituída no cotidiano, detendo-se às contribuições teóricas que analisam, por um lado, o processo de trabalho mecanicista, estratificador de classes e gerencialista e a decorrente expropriação do saber e a produção do sofrimento físico e psíquico, no parque fabril com base na Teoria da Administração Clássica e, por outro, às análises que buscam preservar a subjetividade do trabalhador, a partir de Guattari, que acaba por constituir-se numa principal fonte teórica para abordar a questão da subjetividade e do psíquico.

Guattari e Rolnik falam de subjetivação, em produção de subjetividade, e introduzem a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquinaica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida, numa nova proposta frente à tradição da filosofia e das ciências sociais (GRISCI e GUARESCCHI: 1993: p.72).

Ao mesmo tempo, tratam de considerar o subjetivo como caracterizando a existência de uma singularidade, que se manifesta nos gestos individuais:

Observando-se as formas de expressão física e psíquica do trabalhador, percebemos que a subjetividade é a forma como ele se expressa no mundo, como nos mostra Arent (1989), até mesmo enquanto engrenagem de um sistema produtivo (GRISCI e GUARESCCHI, 1993, p. 70)

E, ainda, considerando o ponto da subjetividade, os autores fazem referência a Dejours, afirmando como neste autor aparece o indivíduo dotado de uma história singular e personalizada em choque com a organização de trabalho dotada de injunções despersonalizantes, choque este que faz emergir alguma forma de sofrimento psíquico. Em qualquer das formas, no entanto, em que a questão do psíquico é abordada pelos autores, tal noção não aparece precisada, ficando somente nítido, a postura analítica que apreende o subjetivo através do discurso e suas formas de representação. Neste sentido, é que relatam falas que mostram sempre um trabalhador cada vez mais “objeto do trabalho” do que “sujeito do trabalho”.

Num penúltimo capítulo, Grisci e Guareschi tratam dos artificios empregados pelo capital para alienar o trabalhador, através de estratégias comunicativas e práticas paternalistas,

valendo-se, principalmente, das críticas à Escola de Relações Humanas, realizadas por Bogomólova. E, por fim, os autores refletem sobre o papel da Psicologia na área do trabalho, analisando a função que esta disciplina tem exercido no âmbito das relações de trabalho e na vida do trabalhador. A noção de psíquico, que se encontra subjacente a este estudo, mostra-se vinculada sempre aos significados simbólicos do discurso.

Em outra de suas pesquisas, Grisci (1999b), trata de estudar os impactos da reestruturação produtiva na subjetividade do trabalhador do setor bancário, objetivando “verificar como os sujeitos do trabalho experimentam os atuais desafios implicados nas transformações de seus modos de trabalhar, se empregar e se subjetivar” (Grisci, 1999b, p.145). Em suas noções teóricas trata de enfatizar como o contexto da reestruturação produtiva é constitutivo do sujeito (Grisci, 1999a, p.04), baseando-se tanto em autores da Psicologia Social Brasileira, como também nos trabalhos de Rolnik, Deleuze e Guatarri. Afirma, neste sentido, como os modos de trabalhar mais complexos, competitivos, acelerados e flexíveis do bancário, típicos da reestruturação produtiva bancária, condizem com o modelo de acumulação flexível típico do capitalismo atual que, por sua vez, “subjetivam os sujeitos bancários como pressão e medo” (Grisci, 1999a). Enfatizando a conexão íntima entre objetividade e subjetividade e, de como o sujeito é constituído pelos fluxos sociais que o atravessam e circundam, (Grisci, 1999b) Grisci foca sua análise no relato das entrevistas com os sujeitos bancários, escolhidos para pesquisa. Relata, assim, algumas falas destes trabalhadores que expressam o medo do desemprego, caso não cumpram as exigências, o medo dos riscos à saúde e a integridade psicológica decorrentes do ritmo acelerado, das altas exigências e pressões por produtividade e da automatização das atividades. O psíquico, assim, aparece como um produto das condições objetivas, apreendido, como no estudo anterior, através das formas do discurso.

Tittoni, professora e pesquisadora da área de Psicologia do Trabalho da UFRGS apresenta também um conjunto de estudos sobre as relações entre saúde mental e trabalho. Numa de suas pesquisas (Tittoni, 1994) buscou conhecer os impactos psicológicos da organização de trabalho sobre os operadores de processo de uma indústria petroquímica, definindo como objeto de seu estudo as vivências que configuram o cotidiano do mundo de trabalho destes sujeitos. Pretende a autora, a partir da noção de “vivência subjetiva” (ou experiência), vincular a realidade social e histórica do trabalho à individualidade do trabalhador, remetendo desta forma a sua observação para o cotidiano de trabalho, pois “é nele que se articula as diferentes representações da experiência vivida” (Tittoni, 1994, p.31) e, que possuem sua tradução nos “conteúdos simbólicos do discurso” (Tittoni, 1994). Logo, o

“discurso” é a instância em que se revela a significação dos conteúdos simbólicos, se tornando, portanto, o foco principal da análise.

É, desta forma, no referencial psicanalítico que a autora vai embasar-se para definir a subjetividade e suas formas de sofrimento no trabalho. Neste sentido, como explica a própria autora (Tittoni, 1994), as vivências implicam sempre em “satisfações simbólicas”, o que conduz às noções de “desejo” e “inconsciente”, como àquele que torna possível a dimensão simbólica e, que comanda o encadeamento de operações lógicas e do comportamento (Tittoni, 1994). A autora, ao mesmo tempo em que lança mão destas noções psicanalíticas para estudar o homem no trabalho, assinala seus limites, afirmando que dentro deste quadro teórico não se consegue saber “como o sujeito constrói seu simbolismo, ou se constitui com sujeito do inconsciente” (Tittoni, 1994, p.37).

Nos achados de sua pesquisa, após fazer uma breve descrição social e histórica do trabalho petroquímico, relata as características do modo de ser dos sujeitos (agilidade física, curiosidade, o traço masculino), suas principais dificuldades (isolamento e solidão devido ao trabalho em turnos alternados) e afirma os sintomas de irritabilidade, distúrbios do sono e da alimentação como componentes de uma “fadiga”, resultante do trabalho em turnos. Conclui pela necessidade de aprofundamentos teóricos e metodológicos em que a dimensão subjetiva seja esclarecida em intersecção com os fenômenos sócio-históricos.

Num outro trabalho, (Tittoni e Nardi, 1995) definem como objeto de sua pesquisa a “vivência dos trabalhadores afastados por adoecimento profissional”, pesquisando mulheres que recorriam à postos de saúde pública e homens de um pólo-petroquímico. Com base sempre no referencial psicanalítico, recorre a duas dimensões para explicar o sofrimento psíquico dos trabalhadores afastados por doença profissional: uma delas advinda da “quebra da identidade de ser trabalhador”, como resultante do afastamento (baseada nas elaborações de Costa) e, outra dimensão, advinda das pressões da organização do trabalho (com base em Dejours). Os elementos relatados pela autora como “estruturantes das vivências de sofrimento” são o “silêncio da empresa quanto aos riscos inerentes ao trabalho” e a “culpabilização” a que os trabalhadores são impingidos (pela empresa e pela sociedade), ao serem responsabilizados pelo seu adoecimento:

Este jogo no qual estão implicados o silêncio e a suspeição, constituem em elementos estruturantes da vivência de sofrimento [bem como] a culpabilização do doente (individualização) e o descaso com as condições e organização do trabalho são [também] fontes de vivências de sofrimento (TITTONI e NARDI, 1995, p.98).

Numa outra pesquisa, Tittoni (1997) define como objeto de investigação as “vivências forjadas pela construção de novos saberes por parte dos trabalhadores face a informatização do processo produtivo”. É novamente o caso dos operadores de processo petroquímico, que serve de base para suas investigações, sendo a nível teórico, além da noção de sofrimento psíquico advinda de Dejours, passa a considerar, também, a perspectiva de Foucault (1997, p.55), assinalando como as formas subjetivas são produtos de processos Históricos e Sociais, com suas formas de normalidade e de regulação na construção do sujeito, mas sem apresentar ainda resultados de sua investigação.

Os trabalhos de Merlo (1997 e 1999), também, constituem uma outra porção das pesquisas sobre o sofrimento psíquico no trabalho no Brasil. Professor e pesquisador do programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, estudou as conseqüências da organização do trabalho em processamento de massa de dados (PMD), no Brasil, sobre a saúde dos trabalhadores (Merlo, 1999).

O autor define o aspecto teórico de sua pesquisa com base na Psicodinâmica do Trabalho de Dejours, justificando isto pelo fato desta disciplina “incorporar” conceitos tanto da ‘Sociologia do Trabalho’ (que descreve as características da organização taylorista do trabalho), conceitos da Ergonomia (com suas investigações sobre o espaço existente entre a organização prescrita e real do trabalho) como, também, incorporar o modelo de homem e de subjetividade da Psicanálise (Merlo, 1999).

Ainda, assinala a este respeito, como o objetivo das investigações em Psicodinâmica do Trabalho é buscar as vivências operárias específicas, que se inscrevem em realidades concretas de trabalho e, define o sofrimento conforme as palavras de Dejours, que afirma:

temos por base a idéia de que o sofrimento e o prazer originam-se de uma relação singular com o inconsciente, e é no jogo entre pré-consciente e inconsciente que se negociam as relações de prazer, de sofrimento, de desejo e de saúde mental, e mesmo de saúde física. (MERLO, 1999, p.48).

É com base nos trabalhos de Dejours, então, que o autor lista as pré-condições para que se realize uma “sublimação das pulsões” e se conquiste, assim, a identidade no trabalho. São elas: ter possibilidade de jogar com a curiosidade, ter reconhecimento da utilidade de sua atividade pelas chefias e, por último, ter o julgamento positivo de seus colegas. Merlo expõe, seguindo Dejours que, no momento em que não se tem como sublimar as pulsões e assim dar vazão aos desejos inconscientes, opera-se a ação de “mecanismos de defesa”, com a finalidade de proteger o ego do sofrimento psíquico e manter um certo grau de estabilidade:

Segundo a Psicanálise, frente a uma situação de agressão ao ego, o indivíduo defende-se, primeiramente, pela produção de fantasmas, que lhe permite construir uma ligação entre a realidade difícil de suportar, o desejo e a possibilidade de sublimação (MERLO, 1999, p.38).

Merlo em sua investigação estuda o trabalho de três categorias profissionais ligados ao processamento de massa de dados: os digitadores, os programadores e os analistas. E, fazendo uma descrição da evolução deste tipo de trabalho no Brasil, mostra como a lógica taylorista de organização do trabalho está fortemente presente neste setor, oferecendo uma detalhada descrição da realidade do trabalho de cada categoria profissional. Em especial, no caso dos digitadores, é relatado um trabalho extremamente repetitivo, totalmente controlado, definindo os digitadores como executantes de tarefas previamente planejadas, tendo em muitos casos, sérias repercussões em sua vida social e familiar, gerando dificuldades tais como a de lembrar de fatos recentes e de conseguir diminuir o ritmo de suas atividades em geral. A compreensão psicológica realizada neste caso refere-se a uma ausência de possibilidade de sublimação por parte dos digitadores, o que coloca em ação um mecanismo de defesa adaptativo que se caracteriza pela aceleração intensa do ritmo de trabalho:

As defesas desenvolvidas por estes trabalhadores são, claramente de tipo adaptativo (...). A forma mais visível dessa defesa adaptativa consiste em uma aceleração espontânea das cadências frente a uma atividade repetitiva e muito agressiva. (MERLO, 1999, p.211)

As relações entre trabalho informatizado e sofrimento psíquico são pesquisadas, também, por UCHIDA (1998), que tratou de estudar o sofrimento vivido por analistas de sistemas, de uma central de processamento de dados em uma organização bancária. O autor vai buscar, da mesma forma, os elementos teóricos no modelo da Psicodinâmica do Trabalho, tratando de afirmar como a rigidez da organização de trabalho é a mais perniciosa e patogênica das situações para os trabalhadores, pois impede a criatividade e a inovação e, assim, bloqueia a vazão dos desejos e necessidades daqueles que trabalham (UCHIDA, 1998). As noções psicanalíticas de sublimação e mecanismos de defesa entre outras são enfatizadas para explicar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho:

O reconhecimento (do outro) por sua vez completa o processo sublimatório do indivíduo, permitindo a este uma saída dessexualizada às suas pulsões, o que terá efeitos benéficos no nível tanto simbólico como econômico (como energia pulsional) (UCHIDA:1998: p.186).

Nos achados de sua investigação o autor relata uma série de fatos tais como o tempo de reação às exigências do trabalho, como gerador de ansiedade, as características humanas atribuídas pelos analistas de sistemas aos computadores e, por fim, relata a ocorrência de “crises psíquicas” que acontecem com os analistas de sistemas com mais de dez anos de trabalho na área, explicando o fato pelo envolvimento (um “vestir a camisa”) quase sem limites dos analistas de sistemas com as demandas de seu trabalho, devido à exigência cada vez maior da organização por um trabalho mais rápido e de melhor qualidade.

Já Mendes e Abrahão (1996), pesquisadoras do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, da Universidade de Brasília, dedicaram-se a estudar até que ponto trabalhadores qualificados, pelo fato mesmo de executarem tarefas mais qualificadas, “vivenciam” mais prazer do que sofrimento psíquico no trabalho e, de que modo, a organização do trabalho promoveria estas mesmas vivências.

As autoras recorrem ao modelo da Psicodinâmica do Trabalho de Dejours e colaboradores e, a partir deste, afirmam como o sofrimento acontece devido a uma discrepância entre as relações e conflitos das vivências infantis do trabalhador e a organização do trabalho. Assim, a situação de trabalho, caso se organize com rigidez, repetição das tarefas e monotonia, afirmam as autoras a partir de Dejours, pode propiciar um ‘reencontro’ do indivíduo com um sofrimento vivenciado em um determinado momento de suas relações primárias, através de mecanismos de transferência e projeção inconscientes e, deste modo, desencadear o sofrimento psíquico no trabalho. De forma similar, o prazer torna-se possível no trabalho quando existe a sublimação das pulsões, possibilitada pela flexibilidade em relação a divisão do trabalho e dos homens:

Ocorre uma transposição da realidade infantil pregressa para a realidade atual do trabalho, por meio de mecanismos psicológicos inconscientes de transferência e projeção dos trabalhadores com relação à organização do trabalho, a colegas e conteúdo das atividades de trabalho. [E] o prazer neste momento, é visto como um processo de sublimação vinculados à escola profissional e ao sofrimento criativo. (MENDES e ABRAHÃO, 1996, p.180)

É, também, ao discurso dos trabalhadores que o enfoque de análise é realizado, pois de acordo com Mendes e Abrahão “esta abordagem prioriza as representações psíquicas do trabalhador sobre seu trabalho e não o trabalho objetivamente realizado” (1996, p.180), à medida que, as vivências psíquicas se manifestam, consciente ou inconscientemente, no momento em que se fala, por intermédio da palavra. A noção de psíquico considerada pelos autores, mostra-se psicanalítica, fazendo uso das categorias de inconsciente, mecanismos

defensivos, sublimação de pulsões, etc, conforme o aproveitamento dado a elas pela Psicodinâmica do Trabalho.

Em seus resultados as autoras relatam que a qualificação por si só, mesmo que tenha sido escolhida pelo sujeito, não gera prazer no trabalho, pois os profissionais estudados sentiam-se impotentes diante da organização, o que conduz à hipótese de que “são as relações intersubjetivas das situações de trabalho que definem as vivências de prazer e sofrimento psíquico no trabalho” (Mendes e Abrahão, 1996, p.184).

Em síntese podemos dizer que, a noção de psíquico utilizada pelo conjunto dos autores mostra-se, em sua grande maioria, caudatários de Dejours e seus colaboradores e, portanto, de base psicanalítica. Desde os trabalhos de Seligmann-Silva que buscam articular uma série de categorias em torno de seu conceito de “Desgaste”, podemos observar como, ao tratar do psíquico, é Dejours na Psicodinâmica do Trabalho que lhe dá respaldo. Da mesma forma, todos os estudos de Silva Filho e da série de colaboradores e pesquisadores do IPUB, também se remetem ao modelo de Dejours e, em alguns casos, remetendo-se diretamente a Freud e Lacan, na tentativa de aprofundar alguns conceitos psicanalíticos.

Nas produções do Laboratório de Saúde Mental e Trabalho da UNICAMP, coordenado por Guimarães, se desconsiderarmos os trabalhos em que o psíquico não é abordado diretamente é, também, Dejours e seus colaboradores que iluminam o caminho para apreensão do psíquico em suas relações com o trabalho. Pode-se considerar como nestas produções o modelo teórico do Estresse também aparece citado, mas bem observado este modelo não deixa de sofrer as observações críticas quanto a não considerar a “vivência psíquica”, crítica que procede dos trabalhos do autor Francês.

Os trabalhos de Lima da mesma forma, apesar de em determinado momento refletirem criticamente sobre os problemas que as noções psicanalíticas implicam para se compreender as relações entre saúde mental e trabalho, reafirmam e endossam a noção de psíquico utilizada pela Psicodinâmica do Trabalho, de base psicanalítica, como válidas para se estudar o sofrimento psíquico no trabalho.

Dos estudos realizados por pesquisadores da UFRGS, apesar de não constituírem um núcleo comum, apresentam-se, com relação à noção de psíquico da mesma forma, ligados a Psicanálise, como mostram os trabalhos de Tittoni e Merlo. Uma ambigüidade, porém, apresenta-se nos trabalhos de Grisci, que sem usar as categorias psicanalíticas freudianas, mantém-se o tempo todo no domínio do discurso, ou seja, do subjetivo entendido como se manifestando nos atos discursivos, fazendo uso das noções analíticas de Guatari e Rolnik principalmente, na tentativa de relacionar objetividade e subjetividade.

E, por fim, temos que considerar os estudos de Uchida, e de Mendes e Abrahão que, expressamente fazem uso das noções psicanalíticas a partir de Dejours, fazendo uso da noção de psíquico conforme o modelo da Psicodinâmica do Trabalho.

É, por este conjunto de verificações, que podemos enquadrar a noção de psíquico utilizada por todos estes autores como pertencendo à *perspectiva analítica*, de base freudiana, à medida que recortam o psíquico dentro do universo do discurso, do simbólico e do dinamismo mental consciente/inconsciente.

- Capítulo 2 -

Os Autores Brasileiros Que Pesquisam “Sofrimento Psíquico e Trabalho” Com Base No Materialismo Histórico

O presente, capítulo apresenta uma exposição daqueles pesquisadores brasileiros, que tratam de estudar o sofrimento psíquico e trabalho com base na perspectiva dialética, cunhada pelo Materialismo Histórico. É, como podemos observar, um recorte em relação ao conjunto de autores tratados no capítulo anterior, mas que nos permite identificar o conjunto de pesquisadores que tratam do fenômeno do “Sofrimento Psíquico e Trabalho”, buscando em Marx e no Materialismo Histórico as bases para a elaboração da noção de psíquico.

Segundo nossas verificações, podemos afirmar que tais pesquisadores consistem no psicólogo Wanderley Codo, coordenador do Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília e um conjunto de colaboradores e pesquisadores afiliados à mesma linha de trabalho.

O livro *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* (1992) de Codo, Sampaio e Hitomi, apresenta-se como uma primeira exposição teórica sobre as relações entre sofrimento psicológico e trabalho, com base no Materialismo Histórico no Brasil. Livro este, que como marca Codo (1992), fecha um ciclo de pesquisas de mais dez anos levada a cabo pelo “Projeto Saúde Mental e Trabalho: Uma Abordagem Psicossocial” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.05).

Antes de entrar propriamente na identificação dos temas abordados em *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* cabe uma identificação de trabalhos anteriores que, de certa forma, fazem parte do ciclo de pesquisas anteriores que tal livro consubstancia. Dentre estas, identificamos primeiramente três textos, que integram a primeira comunicação coletiva da Psicologia Social Brasileira, baseada no Materialismo Histórico, qual seja: o livro *Psicologia Social: O Homem Em Movimento* (1984), organizado pelo próprio Wanderley Codo e por Silvia Lane. Os três textos a que nos referimos são: *O Fazer e a Consciência, Relações de Trabalho e Transformação Social* e *O Papel do Psicólogo na Organização Industrial (nota sobre o “lobo mal” em Psicologia)*, onde Codo trata de abordar a relação homem-trabalho.

Em *O Fazer e a Consciência* o autor trata de analisar estas duas categorias (Fazer e Consciência), buscando demarcar, a partir de Marx, como a segunda (a consciência humana) é sempre um resultado da atividade material e mediada, expressada pelo fazer humano.

No segundo texto – *Relações de Trabalho e Transformação Social* - Codo marca como se faz essencial e urgente para a Psicologia analisar o “trabalho” para, assim, se compreender o comportamento dos homens. E conclui pela ausência e pelo distanciamento da categoria “trabalho” operado pela Psicologia, cabendo, então, a ciência reverter este equívoco, sendo o ponto de partida a análise de Marx, sobre trabalho como mercadoria na sociedade capitalista, sendo situado, portanto, o homem no terreno do Materialismo Histórico:

O gesto do homem é um gesto no mundo, inserido necessariamente, quer os psicólogos queiram ou não, quer percebam ou não, imediatamente nas relações de produção desenvolvidas pelo ser humano. (...) O estudo da Psicologia deve partir destas relações de produção, reconhecer como o comportamento é determinado a partir destas relações (CODO, 1984, p.141).

A respeito do terceiro texto de CODO que integra o livro *Psicologia Social: O Homem em Movimento – O Papel do Psicólogo na Organização Industrial* - podemos dizer que, analisa a função que a prática dos psicólogos nas indústrias tem dentro da Psicologia, bem como discute suas alternativas e possibilidades.

Além destes textos identificamos um trabalho de 1985, - *O Que É Alienação* - onde o mesmo autor trata de definir tal conceito com base em Marx, sendo que para isso se obriga a tratar da categoria trabalho e da análise marxista sobre o ser do homem. O autor explica como a definição de “alienação”, implica sempre num esclarecimento do homem como “desprovido de si mesmo: é “ser”, e, ao mesmo tempo, “não ser”, no sentido de ser um tipo de ser que se faz desprovido de seu próprio ser. Implica, neste sentido, a compreensão do ser do homem, que por sua vez obriga a passar pelas categorias “trabalho e mercadoria” na sociedade capitalista, para, assim, fechar uma compreensão da “alienação”, e deixando uma série de questões em aberto em relação à Ciência Psicológica:

Quais as relações entre alienação e a loucura? (...) E quanto à linguagem? A palavra representa o mundo na sua ausência, por isso traz a possibilidade da compreensão e traição da natureza (...) E da alienação e inconsciente? Freud garante que trazemos em nós um outro que nos escapa, do qual somos porta vozes involuntários. Mas que será o inconsciente? O homem privado de sua existência pela voz do outro ou o ser social do homem, castrado pelo animal que a alienação reinventa? (CODO, 1985, p.68)

Em um artigo chamado *Saúde Mental e Trabalho: Uma Urgência Prática* (Codo, 1988), o mesmo autor trata pela primeira vez da relação entre “Saúde Mental e Trabalho” com base

no Materialismo Histórico. Afirma, neste sentido, ser impossível afastar-se da “categoria trabalho” e das “condições concretas de existência dos homens” para se definir e compreender o que é o homem, atestando, a título de hipótese, “que o trabalho teria uma função determinante, embora não exclusiva, nos distúrbios mentais” (Codo, 1988, p.21). Em síntese, conclui neste artigo que, já que o trabalho tem se mostrado tão danoso psicologicamente para os trabalhadores, se faz urgente ações que busquem prevenir, remediar e conhecer os efeitos do trabalho, principalmente em épocas de recessão econômica, sobre a saúde mental dos trabalhadores, interrogando, de forma provocativa, a Ciência Psicológica e psiquiátrica sobre sua ignorância em não reconhecer que os sofrimentos psicológicos resultam da própria vida dos homens.

Depois deste caminho percorrido chega-se ao livro *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* (1992) de Codo, Sampaio e Hitomi, que se mostra como uma primeira exposição sobre as relações entre sofrimento psíquico e trabalho, com base no Materialismo Histórico no Brasil. O livro apresenta-se como uma exposição de cunho mais teórico e trata de situar conceitos e categorias para se compreender as relações entre o sofrimento psíquico e trabalho.

Os autores marcam nesta obra que, em função de todo o trabalho anterior, se fez possível constatar que o “trabalho necessita ser uma categoria central de análise em Psicologia” e que, por isto mesmo, se faz necessário “rever as abordagens clássicas em Psicologia”, já que a categoria trabalho “tem sido excluída ou mal tratada nos estudos psicológicos e sociológicos”. Mas, como se mostra impossível, no dizer dos autores, uma tradução literal de Marx para o território da Psicologia, cabe à Ciência Psicológica elaborar seus conceitos, a partir da obra de Marx e do Materialismo Histórico e não extrair direto dele, como se já estivessem prontos seus conceitos fundamentais:

Deste o primeiro grande movimento herdamos algumas certezas: a) a necessidade de reler abordagens clássicas da Psicologia; b) a impossibilidade de uma tradução total e literal de Marx para o território psi; c) a imposição de uma equipe interdisciplinar para assumir a empreitada de tais estudos (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.24)

O livro *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* apresenta três partes bem definidas: em sua primeira parte, os autores tratam de mostrar a dificuldade da Psicologia em encontrar e demarcar seu próprio objeto devido a um jogo de “esconde-esconde”, operado pelas linhas psicológicas, que colocam a Psicologia na “desconfortável posição de uma ciência em busca de seu objeto”. Ainda, dentro desta problemática do objeto da Ciência Psicológica, os autores

discutem as falhas de uma ciência perdida quanto a seu objeto, bem como, as razões das mesmas, tratando de mostrar a cisão existente entre trabalho-vida e razão-afeto, que impregnam a Ciência Psicológica e a impedem de avançar. Ainda, na primeira parte e com o objetivo de se fazer avançar em relação aos problemas diagnosticados, os autores vão às obras de Marx, para se interrogar sobre a questão da sociabilidade do homem, identificando como em Marx, o homem não é um ser social, mas um ser que constrói sua individualidade no social. E, por fim, buscando dar mais um passo com relação aos problemas colocados, tratam de mostrar como a categoria “atividade” do Psicólogo Leontiev mostra-se capaz de equacionar os problemas e fazer avançar a Ciência Psicológica:

Cada gesto, ação ou comportamento interessam na exata medida em que transformam o indivíduo à imagem e semelhança do mundo e o mundo à imagem e semelhança do indivíduo. É aqui que ganha relevância o trabalho de Leontiev (1978). É aqui também que se compreende seu esforço na definição e sistematização da categoria Atividade como epicentro da Psicologia (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.84).

Na segunda parte do livro *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* trata-se de refletir e demarcar os diversos aspectos implicados pela categoria trabalho: demarcam o “trabalho na sociedade capitalista” explicando seu duplo caráter de ser produtor de valor de uso e de valor de troca, buscam esclarecer sua relação com a construção da identidade, tratam de refletir as transformações do trabalho em função da informática e da automação e, ainda, buscam identificar, numa reflexão de caráter metodológico, os elementos necessários para uma observação e análise do homem no trabalho, considerando seu duplo caráter.

Na terceira e última parte do livro *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento*, Codo, Sampaio e Hitomi passam a analisar as relações entre trabalho e sofrimento psíquico. Tratam, nesta parte, primeiro sobre a definição de “afeto” salientando a unidade eu-mundo que esta definição implica e a cisão operada pelo capitalismo entre trabalho e afeto, fazendo notar como, neste aspecto, trabalho e afeto aparecem ao mesmo tempo como irmãos siameses e inimigos, à medida que ocorre por um lado a expulsão do afeto no trabalho pelo taylorismo e fordismo, ao mesmo tempo em que ocorre, de alguma forma, uma reapropriação e reafetivação deste mesmo trabalho pelo trabalhador, chamando a atenção de que, sempre, todas as formas de desafetivação do trabalho, por parte da organização capitalista, implicam na reafetivação do afeto, por parte do trabalhador:

Portanto, se o foco estiver no trabalhador, há de se discernir que o trabalho permanece como portador da identidade, no sentido de articulação da percepção de si perante o mundo. A desafetivação empetrada pela lógica da acumulação não se dá sem luta; pelo contrário, instala-se no território do trabalho um enfrentamento de guerrilha, a busca de reafetivação também cotidiana (...) quanto mais o trabalho se afasta do seu espaço genérico, como metabolismo entre homem e natureza, quanto menos o trabalhador tem acesso psicológico ao produto de seu trabalho, mais se desenvolvem vias 'deslocadas', canais imediatos para a expressão afetiva da tensão cotidiana (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p. 195).

Tratam ainda, nesta última parte, de buscar reenquadrar os estudos epidemiológicos com base na definição de classe social de Marx, e, também, reenquadrar a entrevista psicológica e psiquiátrica incluindo as categorias trabalho e identidade, bem como discutir a definição de loucura e doença mental, dentro destas novas bases. Assim, estabelecem que falar de algum tipo de sofrimento psíquico é falar de algum tipo de ruptura, de divórcio entre o Eu e o Mundo e que, por sua vez, falar de ruptura eu-mundo, bem como, de sua ligação, implica abordar tanto o tema da "consciência" e esclarecer suas características, bem como o tema da "diversidade do mundo", para não se cair novamente no abismo subjetividade-objetividade, se considerando somente um dos pólos da ruptura. Assim, os riscos do sofrimento psíquico se encontram quando existem momentos significativos para serem rompidos, ou seja, quando falham os modos de reapropriação, que correspondem aos mecanismos de defesa de Freud:

É preciso atingir o nível individual, encontrar as maneiras que o sujeito em particular busca se proteger contra a ruptura S-O (...) Se a ruptura S-O não encontrar uma destas formas socialmente disponíveis – um hobby, um esporte, uma religião – se restar a reapropriação solitária, incompartilhável, estaremos no vestibulo da doença mental. Por que não denominamos mecanismos de defesa e sim modos de reapropriação na dialética que vínhamos apontando? Sem dúvida seria merecida homenagem (CODO, SAMPAIO, e HITOMI: 1992 p.265).

Um outro livro que se segue a este primeiro e que busca, também, tratar das relações entre sofrimento psíquico e trabalho com base no Materialismo Histórico, é *Sofrimento Psíquico nas Organizações* organizado por Codo e Sampaio (1995). Este trabalho mostra-se como uma obra que segue os caminhos traçados em *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento*, mas que, por sua vez, expõe uma série de investigações sobre diversas categorias profissionais, buscando deste modo, aplicar às noções teóricas a prática de pesquisa.

A primeira parte do livro *Sofrimento Psíquico nas Organizações*, trata principalmente de questões de ordem metodológica, com Sampaio, Hitomi e Ruis buscando esquadriñar o 'modo' de investigação do sofrimento psíquico no trabalho, ou seja, os elementos que se deve levar em conta dentro do "processo de trabalho", para se conhecer como os trabalhadores adoecem na produção, considerando, para isto, "a dupla natureza do trabalho no sistema capitalista" e marcando como não é possível conhecer os significados do trabalho sem conhecer como as tarefas se objetivam, ou seja, como não é possível conhecer o subjetivo sem o objetivo. É assinalado, então, como pode haver um jeito metalúrgico de ser, de viver, de sofrer, bem como um jeito borracheiro e tantos outros tendo todos estes o trabalho como base de sua construção.

Ainda, dentro de uma reflexão metodológica Sampaio, Codo e Hitomi (1995, p.85-114), tratam de expor um modelo de investigação do fenômeno, marcando como:

A investigação das relações provavelmente existentes entre saúde mental e trabalho, intuídas empiricamente, associadas logicamente, ricas em conseqüências práticas quando operam intervenções, não tem revelado sobre a questão nada mais que rápidas iluminações. Sabe-se, acredita-se, denuncia-se...mas, não se comprova, não se apreende o como e o quando (SAMPAIO, CODO e HITOMI, 1995, p.85).

Apontam, assim, três considerações básicas sobre o método: a primeira, que a abordagem deve ser interdisciplinar, a segunda, que a compreensão deve buscar reconstruir totalidades significativas, e a terceira que deve manter um permanente resgate da história. Afirmam, deste modo, que somente considerando estes pontos, bem como as noções teóricas já formuladas anteriormente, é que se fará possível "começar a esboçar uma teoria sobre a gênese do sofrimento psíquico":

É deste modo que, tomando o trabalho como construtor da subjetividade e da sociedade; tomando categoria profissional como população significativa, classe social expressa no cotidiano do trabalho; tomando alienação como característica básica de sociedades capitalistas; e tomando saúde/doença como qualidades diferentes do fenômeno vital, fenômeno histórico, expressão do que acontece na esfera da produção e do consumo, principalmente do que acontece na esfera da produção e do consumo de significados, no que diz respeito à questão específica da saúde/doença mental; poderemos começar a esboçar uma teoria sobre a gênese do sofrimento psíquico, deste mais estável, paralizador, incapacitante, denominada doença mental (CODO e SAMPAIO e HITOMI, 1995, p.94).

Ainda, como compondo está primeira parte do livro *Sofrimento Psíquico nas Organizações*, HITOMI faz uma reflexão sobre o problema da 'Ideologia', com base no pensamento marxista, afirmando como a noção de "Ideologia" no desenvolvimento do pensamento marxista das últimas décadas tem estado muito mais ligada a ação no mundo do que a representação do mundo, se colocando, portanto, como uma das condições de reprodução da sociedade burguesa contemporânea.

No que concerne a segunda parte de *Sofrimento Psíquico nas Organizações* é posto como foco de análise a "saúde mental no trabalho feminino". De início, Borsoi (1995, p.115-126) realiza uma reflexão histórica sobre o trabalho feminino, bem como uma revisão bibliográfica sobre o que se tem pesquisado sobre o tema no Brasil e em outros países, onde chama a atenção para aspectos específicos, próprios da condição de ser mulher, tais como a dupla jornada e as características penosas do processo de trabalho feminino.

Num estudo sobre o sofrimento psíquico das professoras primárias de quatro escolas públicas de Belém do Pará, chamado *Professora Primária: Amor e Dor*, Carvalho (1995, p.127-138), descreve as características gerais que identificam as escolas e a população investigada, bem como relata e analisa os resultados epidemiológicos, obtidos através da aplicação do Inventário Minisota Multifásico de Personalidade (MMPI), nesta população, identificando um percentual significativo da população com sintomas de sofrimento psíquico. Carvalho, ainda, faz referência às noções teóricas postas em *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* para explicar o sofrimento desta categoria profissional, considerando o trabalho e suas contradições como elemento central na gênese deste sofrimento:

Acreditamos que a doença mental se instala em momentos significativos da vida do homem, quando, ocorrendo uma ruptura entre subjetividade e objetividade, bloqueiam-se outros meios de reapropriação secundária desta ligação (CARVALHO, 1995, p.137).

Em um outro estudo, *Enfermagem: Trabalho e Cuidado*, sobre as profissionais de enfermagem, Borsoi e Codo (1995, p.139-151) definem esta profissão como se caracterizando pelo "trabalho de cuidar", onde o bom profissional não se restringe ao correto domínio das ferramentas técnicas, mas também pela mediação do afeto no contato com os pacientes. Interrogam neste sentido, sobre quais os efeitos que este trabalho pode ter sobre a saúde destas trabalhadoras, á medida que esta atividade adquire o caráter de mercadoria. A pesquisa tratou de investigar, então, os trabalhadores de enfermagem de um hospital escola estatal, onde primeiro se levantou dados sobre a história do hospital, sua política administrativa e

salarial, sua relevância para a região; entrevistou-se chefias e diretores nos setores escolhidos para pesquisa, observou-se diretamente o local de trabalho e, por fim, aplicou-se o Inventário Minisota Multifásico de Personalidade (MMPI) na população epidemiológica. Os autores relatam a prevalência significativa de um “perfil histérico” dentro da população estudada e, se batem teoricamente com a falta de uma “teoria da histeria”, para se avançar na compreensão do fenômeno em questão:

Os estudos atuais não têm avançado em direção de uma nova nosologia e/ou etiologia da histeria e, quando discutem aspectos teóricos do fenômeno se remetem a Freud. [E continuam, atestando que] A histeria tem como base, a angústia gerada por alguma forma de conflito. Pode ser tomada como dramatização de sintomas, se expressando ao nível de reações musculares e expressões corporais difusas (BORSOI e CODO, 1995, p147).

Em outra pesquisa, Borsoi e outros (1995: p.152-173), intitulada *Trabalho e Identidade nas Telefonistas*, tratam de expor o estudo feito das relações entre o trabalho de telefonistas e a conformação de sua identidade. Fazem remissão às noções de trabalho em Marx, definem as categorias de apropriação e objetivação com base em Leontiev e, ainda, fazem referência a noção de identidade de Ciampa. Marcadas estas considerações teóricas, partem para o relato de um estudo com telefonistas de uma empresa estatal de telecomunicações, na busca de objetivar como estas profissionais constroem aspectos importantes de sua identidade pela mediação do seu trabalho.

Em outra pesquisa – *As Relações Creche-Família e Histeria em Creches* – de Codo e Mello (1995: p.174-181) e Codo (1995: p.183-198), tratam de estudar as trabalhadoras de creches. Primeiramente, analisam como as creches se impuseram na realidade do espaço urbano, ou seja, como este trabalho de cuidar torna-se institucionalizado na sociedade capitalista, para depois se investigar o fenômeno psicológico que rodeia estas trabalhadoras. A observação realizada constou de dados de identificações gerais, observação direta do local de trabalho e aplicação de um Inventário de Personalidade - MMPI - para obtenção de dados epidemiológicos. Os resultados apresentam um “perfil histérico”, como característico da população estudada, com os autores, buscando na psicopatologia clássica e em Freud, noções teóricas para a definição do conceito de histeria de conversão, tratando de explicar a partir disso, o perfil histérico identificado:

O estudo de caso com as recreacionistas demonstra que estas trabalhadoras estão inseridas neste mesmo tipo de conflito

que a psicopatologia clássica encontra na etiologia da histeria (CODO, 1995, p.189).

A terceira parte do livro *Sofrimento Psíquico nas Organizações*, se dedica a expor os estudos realizados com uma série de categorias profissionais. E, numa espécie de apresentação, Codo destaca como, apesar de todo esforço teórico e prático empreendido até então,

as relações entre saúde mental e trabalho são muito mais difíceis de detectar do que se poderia imaginar. Não podemos ter certeza de que nossos resultados se relacionam, e como se relacionam com o trabalho propriamente dito (CODO, 1995, p.197).

Num primeiro destes trabalhos, chamado *Saúde Mental e Trabalho: Trabalhadores Industriais de Usina de Açúcar e Alcool* de SAMPAIO e SORATTO (1995, p.199-225), se estuda o sofrimento psíquico dos trabalhadores deste setor. Em conformidade com a metodologia exposta na primeira parte do mesmo livro, passam a descrever as características desta categoria profissional e da empresa pesquisada, da população estudada, do seu perfil produtivo e relatam, por fim, os resultados epidemiológicos obtidos através da aplicação do Inventário de Personalidade (MMPI). Relatam a prevalência dos sintomas de Histeria, Hipocondria e Paranóia e concluem, também, com recurso a nosologia psiquiátrica, que a:

Lógica psíquica disseminada e intensa presente na população estudada é: algo ou alguém quer me destruir, meu corpo está em falência e por favor me salven (SAMPAIO e SORATTO, 1995, p.225).

Sampaio e Carneiro (1995, p.226-241) em *Saúde Mental e Trabalho Têxtil*, realizam um estudo de caso clínico de uma trabalhadora de indústria têxtil, fazendo notar como o “Projeto Saúde Mental e Trabalho” vem desde seus primeiros trabalhos, realizando uma releitura de autores, de base marxista, no objetivo de subsidiar, o conhecimento das relações entre sofrimento psíquico e trabalho:

No Brasil, buscando integrar-se ao esforço italiano e ibero-americano, o projeto Saúde Mental e Trabalho (Codo Sampaio e Hitomi, 1990; Codo Sampaio e Hitomi, np) vêm realizando uma releitura (Adorno 1950; Fanon, 1978; Leontiev, 1978; Politzer 1965; Rey 1989; Sève, 1979) que considera o trabalho como principal atividade humana, de natureza complexa e contraditória, para estabelecer o lugar que ocupa na rede hierarquizada de determinações do processo de

saúde/doença mental (CODO e SAMPAIO e CARNEIRO, 1995, p 226).

Os instrumentos de observação utilizados, no estudo de caso, foram às consultas psiquiátricas, a aplicação de entrevista padronizada (entrevista de aprofundamento e representação do trabalho – EART) e um diário de campo. Primeiramente, são apresentados dados de identificação sobre o caso, depois apresentadas as queixas iniciais da paciente e, em seguida, os autores apresentam o que definem como “mapa dos problemas” da paciente. Após estes procedimentos, os autores relatam o resultado da aplicação de EART, que é exposta em quatro tópicos, quais sejam: representação de si mesma, representação da família, representação das relações sociais e representação do trabalho. Então, passam a realizar uma elaboração a respeito do fenômeno do sofrimento psíquico da paciente, considerando os modos de reapropriação:

A discussão teórica que cabe agora é a do modo de reapropriação (...) subjetividade e objetividade entram em estranhamento, o viver paira sem significados, aderidos e afetivados, as possibilidades socialmente compartilhadas de reconstruir significados estão impedidas ou são insuficientes para recuperar a diacronia subjetividade-objetividade (SAMPALIO e CARNEIRO, 1995, p.239).

Concluem os autores, com a afirmação de como o tormento do trabalho do tecelão entende um desgaste penoso, que invade o todo da vida, ou seja, de como os elementos levantados na discussão sugerem a conformação pelo trabalho, do quadro psicológico apresentado pela paciente.

Sampaio e Carneiro também realizam outro estudo de caso clínico, no mesmo sentido deste primeiro, em *Saúde Mental e Trabalho: Estudo de Caso de Uma Mulher Policial* (1997 p.297-317). Os instrumentos de observação foram os mesmos e o caso mostra-se relatado nos mesmos moldes do anterior, qual seja: dados de identificação da paciente, suas queixas iniciais, o mapa de seus conflitos, o relato da Entrevista de Aprofundamento e Representação do Trabalho (EART) e uma discussão final. Nesta, os autores concluem como os sintomas apresentados pela paciente, provém da sua ruptura com a visão idealizada e romântica do trabalho de policial, acompanhada pela ameaça de perda da identidade resultante das contradições vividas no trabalho:

No processo terapêutico a cliente pode aceitar o fracasso das idealizações, revelar o segredo, entender as fantasias de dissolução (da identidade) e valorizar a vida doméstica como

espaço de realização. Foi a aventura, e percebeu-se desequipada, o ardil fraqueza/fracasso como doença permitia uma retirada honrosa. A importância do trabalho como construtor de condições de sobrevivência é evidente (SAMPAIO e CARNEIRO, 1997, p.316).

Um outro estudo de caso clínico é realizado por Almeida (1995, p.242-264), chamado *O Trabalho na Clínica Psicológica*, que trata de compreender o sofrimento psíquico de um metalúrgico, à luz das coordenadas teóricas postas por Codo e colaboradores, valendo-se, principalmente, do que está exposto em *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento*. A autora realiza primeiramente, uma identificação do paciente e, faz uma apresentação do caso, chamando a atenção para dados de sua família, de seu modo de ser como marido e pai, e alguns elementos de sua história com sua família de origem. Em seguida, relata a situação do paciente como trabalhador e sua situação no seu emprego atual, fazendo uma identificação e exposição de seus sintomas. Após estes procedimentos Almeida interroga sobre “o que será que ocorreu para levar este paciente a tal desequilíbrio emocional?” e, fazendo remissão às noções teóricas expostas em *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento*, afirma como toda a sintomatologia apresentada pelo paciente, encontra no trabalho sua raiz etiológica:

O não alcançar seu objetivo, não obter satisfação, não poder terminar sua tarefa, e daí a necessidade de repetição: repete, repete e não conclui. Fica sempre como inacabado, imperfeito, e ele se sentindo como um inútil, como alguém improdutivo, impotente, incapaz de realizar suas tarefas (ALMEIDA, 1995, p.251).

Em um outro estudo, de caráter epidemiológico, chamado *Paranóia e Trabalho: Os Trabalhadores em um Centro de Processamento de Dados*, Codo e outros (1995, p.294-315) relatam uma pesquisa com os trabalhadores de um Centro de Processamento de Dados de um banco estatal, de Ribeirão Preto.

O estudo relata primeiramente como está estruturado o CPD, descreve os turnos de trabalho, a distribuição da força de trabalho por setores e, em seguida, passa a relatar os resultados obtidos, a partir da aplicação do Inventário de Personalidade - MMPI - constatando os Setores de Preparação de Dados, de Digitação e de Microfilmagem como aqueles mais comprometidos, em termos de sofrimento psíquico de seus funcionários. Destacam que, estes três setores têm como característica serem serviços de massa, chamando a atenção para as novas formas de sujeição e controle aí postas e, fazendo notar como a escala de “paranóia” mostra-se significativamente acentuada, principalmente nos trabalhadores do Setor de

Digitação, concluindo pela necessidade de novos estudos, sobre o trabalho do digitador, bem como da necessidade de um avanço teórico sobre a etiologia da “paranóia”:

Se a informática inova nos mecanismos de controle, cabe perguntar quais os seus efeitos sobre a saúde do trabalhador (...) é preciso realçar, no entanto, que estamos diante de uma abordagem meramente quantitativa do problema; o que não é suficiente para conclusões definitivas, é preciso examinar os aspectos qualitativos do trabalho do digitador (particularmente), assim como realizar uma análise crítica da etiologia da paranóia (CODO e outros, 1995, p.315)

Em *A Síndrome do Trabalho Vazio em Bancários*, Codo e outros (1995: p.361-329 e 1993), relatam uma pesquisa, também, de caráter epidemiológico, em bancários, onde trataram de estudar o que classificaram como “trabalho vazio”, presente nesta categoria profissional. Primeiramente, resgatam pressupostos teóricos, que afirmam como o produto do trabalho (seu conteúdo propriamente dito) deve ter papel fundamental nas relações entre saúde mental e trabalho e, como a literatura da área não oferece nenhuma análise, que leve em conta esta variável. A partir disso, indicam e justificam o objetivo deste estudo, qual seja,

examinar as relações entre saúde mental e produto de trabalho (ou melhor, a ausência deste), na situação concreta dos trabalhadores de uma Agência Bancária e de um Centro de Processamento de Dados de um grande banco estatal (CODO e outros, 1995, p.317).

Os autores tratam inicialmente, de definir “trabalho vazio” e, em seguida, relatam os dados da pesquisa bem como sua análise, verificando índices significativos nos sintomas de Depressão e Histeria, naqueles trabalhadores demarcados dentro do grupo, que exercem o “trabalho vazio”. E, em seguida, afirmam como os resultados conseguidos pelo Inventário de Personalidade - MMPI - são confirmados pelas entrevistas de aprofundamento e representação do trabalho (EART), onde citam ser comum “um clima de desassossego, um persistente sentimento de infelicidade no meio dos valores do individualismo, do sucesso, da vaidade” (Codo e outros, 1995, p.328).

Por fim, chamam a atenção para como o trabalho vazio impossibilita o bancário de conhecer e se reconhecer plenamente no que faz e, como os sintomas psicopatológicos observados resultam “da experiência de um viver sob a ameaça de não ter futuro, de um esforço sob ameaça de não ter recompensa, de um trabalho que não transforma, não cria” (Codo e outros, 1995, p.328).

Um outro livro, onde podemos encontrar um estudo sobre as relações entre sofrimento psíquico e trabalho, com base no Materialismo Histórico é *Educação: Carinho e Trabalho* (1999), que expõe uma pesquisa a nível nacional, coordenada por Codo, sobre as condições de trabalho e saúde mental dos trabalhadores em educação, da rede pública estadual, onde se trata de um fenômeno psicológico específico, qual seja: *Burnout* ou “síndrome da desistência”. Importante considerar que esta pesquisa aplica e desenvolve as diretrizes teóricas e metodológicas expostas em grande parte em *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* e em *Sofrimento Psíquico nas Organizações*.

Na primeira parte do livro, denominada *Educar: O Afeto Invocado*, primeiramente, Codo e Vasques-Menezes, buscam demarcar a especificidade do trabalho do professor, expondo suas características intrínsecas que o diferencia de um trabalho em uma linha de montagem e, ainda, como uma organização escolar se diferencia de uma organização fordista e taylorista. Num outro capítulo denominado *Trabalho e Afetividade*, Codo e Gazzotti analisam as relações deste tipo de trabalho com a afetividade, bem como tratam de estabelecer uma definição de afeto, já tratada por sua vez, em outras obras como *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* (1992) e, também, em *Um Diagnóstico do Trabalho: Em Busca do Prazer* (1996), onde temos que:

Quando o homem se relaciona com o mundo, imprimindo-lhe sua marca, além da energia física, ele despende também uma energia psíquica, enquanto dá significação às coisas (CODO e GAZZOTTI, 1999, p.54).

Encerrando esta primeira parte do livro *Educação: Carinho e Trabalho*, Codo e Batista tratam de analisar, num capítulo chamado *Crise de Identidade e Sofrimento*, a crise de identidade pela qual passa esta categoria profissional neste final de século no Brasil, bem como suas relações com o sofrimento psíquico de seus trabalhadores.

Na sua segunda parte de *Educação: Carinho e Trabalho*, denominada de “*O Ofício do Educador*”, se discute o fazer do professor em suas múltiplas dimensões, mas não do ponto de vista pedagógico como é feito notar, mas sim como atividade geradora de um produto e de si mesmo, ou seja, como “trabalho”. Num primeiro capítulo, chamado de *Os trabalhadores e seu Trabalho*, Soratto e Olivier-Heckler marcam, primeiramente, como, do ponto de vista organizacional, a escola pode ser caracterizada como a “pior organização” possível e, ao mesmo tempo, como os professores da rede pública estadual apresentam-se com bons índices de satisfação e comprometimento, autonomia e controle sobre o trabalho, mostram-se capazes de tomar decisões e assumir responsabilidades, reconhecem a importância de seu trabalho e

do seu produto e são cooperativos entre si, ou seja, apresentam-se, desta forma, como os melhores funcionários, do ponto de vista de qualquer empregador ou organização. Buscam, assim, explicar como pode ser possível este fato, ou seja, como em uma das “piores organizações” de trabalho se pode encontrar um trabalhador com todas estas características.

Os mesmos autores tratam em seguida, num próximo capítulo chamado *Trabalho: Atividade Humana por Excelência* de explicar a “categoria trabalho”, como criadora de valores de uso e capaz de realizar a dupla transformação do mundo e de si mesmo, já tratada em estudos anteriores. Neste sentido, afirmam os autores como o trabalho só retorna positivamente para o trabalhador quando não fragmentado, quando não submetido à lógica fordista e taylorista, sendo, por isso, o trabalho como produtor de valor de uso e não como produtor de valor de troca que move o professor, ou seja, o professor:

suporta o salário para continuar tendo o privilégio de satisfazer um desejo, que é o de todos nós, mudar o mundo através de sua ação, transformar com seu trabalho a si mesmo e ao outro, inventar o futuro a partir do próprio gesto (SORATTO e OLIVIER-HECKLER, 1999, p.121).

No último capítulo, desta segunda parte chamado de *Escola: Uma Organização Multiprofissional*, Soratto e Oliveir-Heckler buscam identificar os múltiplos aspectos do trabalho do professor. Caracterizam a escola como uma organização, onde coexiste uma série de profissões, descrevendo o trabalho das cozinheiras, da secretaria, da biblioteca, dos serviços gerais, do setor de limpeza e manutenção, da vigilância, e analisando as precárias condições de trabalho que todas estas funções meio desenvolvem suas atividades e, verificando um percentual relativamente alto do ponto de vista epidemiológico, de profissionais insatisfeitos com o caráter rotineiro de seu trabalho, sendo chamada a atenção para o fato de que, a principal consequência destas condições objetivas precárias é justamente a situação subjetiva destes trabalhadores.

Na terceira parte de *Educação, Carinho e Trabalho*, denominada *Imagens e Miragens da Escola Pública*, trata-se de certas condições estruturais e objetivas da escola pública no Brasil, sendo analisadas questões da violência, da infra-estrutura e de gestão nas escolas. Com respeito à questão da violência, Batista e El-Moor, num primeiro capítulo chamado *Violência e Agressão*, buscam traçar um cenário dos aspectos envolvidos na compreensão do fenômeno na sociedade e de suas manifestações nas escolas, marcando o incremento de um tipo de violência de motivação destrutiva. Em relação à escola afirmam que, entre a exclusão social e o desejo de destruição se interpõe várias mediações, afirmando-se que a relação entre

exclusão social e violência não é direta, mas sim mediada, sendo mencionado, entre estas mediações, a instigação do consumo desenfreado e inalcançável e a “ferida constantemente aberta na auto-estima”, pela impossibilidade de se apropriar destes mesmos objetos de consumo. Num outro capítulo chamado *Infra-Estrutura da Escola Pública*, Batista e Odélius buscam apresentar um diagnóstico da infra-estrutura das escolas públicas estaduais no país, bem como compreender as relações entre os Índices de Desenvolvimento Econômico de cada estado, seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano e as Políticas de Gestão das Escolas Estaduais. É verificado como o problema estrutural das escolas públicas estaduais brasileiras refere-se basicamente ao déficit em materiais de apoio ao ensino e nos recursos que promovem melhores condições de trabalho. E, em relação aos índices de desenvolvimento, as autoras apontam que os dados indicam sempre uma correlação positiva entre o Índice de Desenvolvimento Econômico e o Índice de Desenvolvimento Humano em cada um dos estados. Num último capítulo desta parte, chamado *Gestão/Eficiência nas Escolas*, Batista e El-Moor tratam de construir uma tipologia de gestão da escola pública brasileira, sendo definidos, como resultado da suas análises, os tipos “gestão democrática não participativa” e “gestão democrática participativa”.

Na quarta parte chamada de *O Espelho Perverso* expõe-se as condições objetivas de salário e poder de consumo dos trabalhadores da educação. Em um primeiro capítulo chamado *Salário*, Odélius e Codo analisam questões básicas para que se possa discutir o que é salário, como é possível definir um bom salário, bem como a compatibilidade entre o salário desta população e o trabalho realizado, com recurso à noção de equidade. Num segundo capítulo desta parte, denominado *Poder de Compra*, os mesmos autores analisam a grande dispersão salarial verificada, as diversas zonas de poder de compra existentes na população estudada, seus respectivos níveis de vida e a iniquidade entre a remuneração e trabalho desenvolvido.

A quinta parte de *Educação: Carinho e Trabalho*, denominada *Burnout: Síndrome da Desistência*, trata de analisar as relações entre as condições objetivas de vida e trabalho expostas nas partes anteriores e um sofrimento psíquico específico, denominado *Burnout*.

Num primeiro capítulo chamado de *O que é Burnout?* Codo e Vasques-Menezes tratam de definir este fenômeno, demarcando-o como uma síndrome caracterizada por três sintomas: a (1) “Exaustão Emocional” (esgotamento e desgaste diário sofrido em função dos problemas no trabalho), (2) a “Despersonalização” (endurecimento afetivo, sendo um estado psíquico em que prevalece o cinismo ou dissimulação afetiva) e, a (3) “Falta de Envolvimento Pessoal no Trabalho” (quando as relações interpessoais são cortadas como se estivessem apenas em

contado com objetos). É, salientado, porém, pelos autores, ao se referirem ao tratamento teórico dado ao problema, que:

Um passeio pelas diversas teorias psicológicas, diversas épocas, na etiologia das neuroses, da depressão, da ansiedade, enfim, um velho problema ainda candente, ainda latente: por que as pessoas desistem? Por que fracassam? Como e quando fogem quando não há razão aparente? Quando a ação não ocorre, o que está imobilizando o sujeito? (CODO e VÁSQUES-MENEZES, 1999, p.239).

Apesar desta carência teórica ressaltada, Codo e Vasques-Menezes ao revisar a literatura do problema encontram que, o ponto comum é que *Burnout* seria uma resposta ao *stress* laboral crônico, sendo que, para se pesquisar o fenômeno o instrumento mencionado para contabilizar a população epidemiológica foi a “Escala de Maslach”. Os autores, neste capítulo, ainda, marcam como o fenômeno *Burnout* está presente em todos os cargos e em todos os lugares, dentro da população estudada, e sempre em porcentagens preocupantes, sendo não só um acontecimento frequente, mas altamente disseminado.

Num outro capítulo, chamado de *O Conflito entre o Trabalho e a Família e o Sofrimento Psíquico* escrito por Codo, Vasques-Menezes e Medeiros, trata-se das relações entre o conflito trabalho-família e a relação destes com os sintomas de *Burnout*, sendo identificado uma correlação significativa dentro da população estudada, entre a presença deste conflito e o sintoma de exaustão emocional.

Em outro capítulo, chamado *Suporte Afetivo e o Sofrimento Psíquico em Burnout*, Vásques-Menezes e Gazzotti tratam da relação entre “o suporte afetivo e *Burnout*”. As autoras primeiramente definem o que é suporte afetivo, em seguida identificam um percentual estatisticamente alto na população de trabalhadores com a ausência de suporte afetivo, e verificam uma correlação estatística deste dado com a incidência dos sintomas de *Burnout*, tratando de explicar seus mecanismos.

Vasques-Menezes e Soratto em *Burnout e Suporte Social* tratam da relação existente entre o “suporte social” e o sofrimento psíquico de *Burnout*, identificando, primeiramente, o percentual da população que reclama da ausência de “suporte social”, bem como identificando uma correlação deste fator com os sintomas de Exaustão Emocional e com a perda do Envolvimento Pessoal no Trabalho, tratando de dar uma explicação para este fato.

De forma similar, Soratto e Ramos, em capítulo chamado de *Burnout e as Relações Sociais no Trabalho*, analisam a relação entre este sofrimento psíquico e o suporte social no trabalho do professor. Depois, de definir suporte social no trabalho, as autoras tratam de

correlacionar a falta de suporte social no trabalho identificada na população com os fatores “relação com o produto”, “controle sobre o trabalho”, “rotina de trabalho”, “satisfação” e “comprometimento”, identificando como existem ligações entre estes fatores conjugados e os sintomas de *Burnout*.

Soratto e Pinto, em outros dois capítulos chamados *Burnout e Atitudes no Trabalho* e *Burnout e Carga Mental no Trabalho*, refletem sobre o percentual de professores insatisfeitos e, com baixo comprometimento no trabalho e suas relações com os sintomas de *Burnout*, bem como as relações entre o trabalho fragmentado a que é submetido o professor, devido ao número excessivo de turmas, alunos e escolas com que é forçado a trabalhar e a síndrome da desistência. É, neste sentido, explicado as razões de como a alta incidência de um trabalho fragmentado entre a população pode estar correlacionada aos sintomas de *Burnout*.

Codo, Vasques-Menezes e Verdan em *A Importância Social do Trabalho e Burnout* tratam do significado social do trabalho e sua relação com a síndrome, ou seja, de “como a importância da percepção do próprio trabalho como sendo útil à sociedade, tem valor inegável para a auto-estima do trabalhador, para a forma como se estrutura sua identidade: sentir que realizamos um trabalho inútil faz, de alguma forma, com que nos sintamos também inúteis” (Codo, Vasques-Menezes e Verdan, 1999, p.293), exacerbando os sintomas de *Burnout*. Partindo desta noção, passam a analisar os dados da pesquisa, o que faz os autores se interrogarem sobre o que faz com que um determinado percentual da população perceba seu trabalho como inútil, buscando a partir disso identificar quais os fatores que estariam estatisticamente correlacionados a este fato, bem como tratam de fornecer uma explicação para as relações verificadas.

As relações entre a participação no sindicato e *Burnout*, são analisadas por Codo e Batista, que partem do ponto teórico de que, se *Burnout* cresce com a falta de controle sobre o trabalho e, se o sindicato existe para aumentar este mesmo controle, então, a consequência esperada seria de que os trabalhadores atuantes no sindicato estariam mais protegidos contra a síndrome da desistência. Mas, os autores mostram como os resultados da pesquisa apresentam o inverso, verificando que a participação no sindicato encontra-se correlacionada a elevados índices de exaustão emocional, o que leva os autores a buscar uma explicação para tal acontecimento.

Batista e Pinto tratam das relações entre a segurança nas escolas e *Burnout* nos professores, num capítulo subsequente. Afirmam que os dados são assustadores, sendo claramente verificada a relação entre a incidência de violência e a desistência psicológica que o *Burnout* traduz. Marcam, como o fato novo que atualmente se verifica em relação a esta

problemática é a frequência com que tem acontecido os episódios de vandalismo e agressão na escola e, verificam uma correlação positiva entre os altos índices de atos de violência nas escolas e os sintomas de exaustão emocional e despersonalização, traçando os nexos entre estes dois acontecimentos.

A questão da infra-estrutura das escolas e sua relação com o sofrimento psíquico é analisada em *Segurança nas Escolas e Burnout dos Professores*, por Batista e Odélius. As autoras se perguntam como, apesar de constatado uma precariedade muito grande de “materiais básicos e de apoio” (as ferramentas de trabalho do professor), não foi encontrado correlação significativa entre este fato e os sintomas de *Burnout*, ao mesmo tempo em que, encontram uma correlação positiva entre a falta de condições de trabalho nas escolas e um “baixo envolvimento pessoal no trabalho” e com a “exaustão emocional”, tratando de explicar como isto pode ocorrer.

As mesmas autoras, também, analisam a relação entre tipos de gestão nas escolas e *Burnout*, afirmando como os dados apontam uma correlação entre tipo de gestão tradicional e os sintomas de “exaustão emocional”. Buscam mostrar os múltiplos aspectos implicados em uma gestão tradicional e numa gestão democrática, bem como, mostrar como estes aspectos podem estar relacionados aos sintomas da síndrome estudada.

Odélius e Ramos, no capítulo *Remuneração, Renda, Poder de Compra e Sofrimento Psíquico*, tratam de relacionar o salário e seu poder de consumo com os sintomas de *Burnout*, afirmando que esta relação não se dá diretamente, mas sim através da intervenção dos fatores de “iniquidade (falta de relação entre o esforço despendido e sua consequência)”, “larga dispersão (de renda entre a categoria)” e “baixos salários”. Como estes fatores se relacionam com o sofrimento psíquico é o que as autoras se propõem a explicar, no presente capítulo.

Vasques-Menezes e Ramos analisam num último capítulo, desta quinta parte, os sintomas de *Burnout* e suas manifestações distintas nos diversos estados e municípios da federação. Primeiramente, colocam para análise a relação entre “os indicadores econômicos de cada estado” e sua relação com o *Burnout*, nos professores. Assinalam as autoras como existe uma interação entre a renda per capita da cidade, o PIB da cidade, o PIB total do estado e os sintomas de *Burnout*, fazendo notar como os dados mostram uma correlação entre os lugares onde há mais riqueza e a incidência dos sintomas da síndrome, buscando traçar um nexo entre estes fatos.

Na conclusão do livro *Educação: Carinho e Trabalho* Vasques-Menezes e Gazzotti, num primeiro capítulo, chamado *A Si Mesmo Como Trabalho*, refletem sobre a “dinâmica psíquica” do educador. Em um primeiro aspecto analisado, tratam do perfil psicológico do

educador, fazendo notar como a característica psicológica mais marcante dentro desta população é a “mania”, dado este que, segundo as autoras, não evidencia um sofrimento psíquico, mas que permite entender com mais clareza a relação destes profissionais com seu trabalho. As autoras marcam, também, como este dinamismo psíquico, com o passar dos anos de carreira do professor, vai se perdendo, ou seja, conforme os dados, quanto mais tempo de profissão menos a característica psicológica de “mania” está presente nesta população. Por último, nesta reflexão sobre o dinamismo psíquico do professor, as autoras explicam como a falta de retorno, ao passar dos anos, da energia afetiva investida no trabalho, vai gerando um processo psíquico aonde o indivíduo vai se fechando até colocar-se numa posição depressiva, conduzindo-se a despersonalização:

Do ponto de vista do dinamismo psíquico, duas coisas ocorrem paralelamente. Por um lado, a elaboração do luto pelo investimento perdido, ou seja, pela parte de si mesmo que o indivíduo sente ter sido roubada, coloca-o numa posição depressiva. Esta posição depressiva é o momento no qual aquilo que não está mais presente é simbolicamente introjetado, de forma que a sua ausência não provoque mais frustração. É um processo simbólico. O indivíduo se fecha sobre si mesmo e perde o interesse pelo mundo externo. Afinal o mundo não é capaz de retribuir o afeto que este oferece. O mundo é mau, flagela, depaupera, não tem nada de interessante a oferecer (VASQUES-MENEZES e RAMOS 1999, p.380).

Numa síntese final, em um capítulo chamado *O Outro Como Produto*, Codo e Batista tratam de sintetizar o conjunto de descobertas empíricas que a pesquisa revelou, identificando os três grandes focos de tensão do trabalho do professor que estão na origem do sofrimento psíquico estudado, quais sejam: o conflito afeto x razão, as relações sociais obrigadas pelo trabalho do professor e o controle sobre o meio de trabalho (ou perda dele), tratando de mostrar como cada conflito deste à medida que é mal resolvido, faz emergir algum sintoma da síndrome.

Com esta exposição é possível dizer que Codo e seus colaboradores, que buscam uma *perspectiva dialética* a partir do Materialismo Histórico, para apreender e demarcar o psíquico, não apresentam, a este respeito, nada de novo em relação aos autores de *perspectiva analítica*.

Reivindicam a categoria trabalho como essencial para a Psicologia, trazem à tona o conceito de alienação, criticam a pulsão sexual, como impulsionador de qualquer gesto humano, por perder a perspectiva histórica, mas em termos de definição de psíquico, permanecem dentro do mesmo quadro conceitual, com algumas diferenças de superfície.

Concebem o psíquico no domínio do simbólico e da representação, aceitam a noção de mecanismos de defesa, expressos em termos novos como “modos de reapropriação”, utilizam a noção de “energia afetiva”, com a única diferença de não ter a mesma origem sexual expressa por Freud. Consideram também, o conjunto percepção/consciência e inconsciente para pensar o psíquico como “mundo interior” e, ainda, em acordo com a Psicanálise, fazem uso de todo o conjunto de noções psicopatológicas, consubstanciadas nos conceitos de paranóia, histeria de conversão, que por sua vez enfoca o psíquico como um “aparelho mental”.

Como podemos observar, nesta primeira aproximação, Codo e seus colaboradores, apesar de partirem do Materialismo Histórico, não encontraram uma definição de psíquico, que fosse outra que às noções psicanalíticas e psicopatológicas presentes na *perspectiva analítica*, não estando, portanto, neste plano técnico da definição do objeto, as diferenças entre as duas perspectivas.

Passemos agora para nosso próximo capítulo, tratando de focar nossa observação em como, nas obras expostas de Codo e colaboradores, fica demarcado o problema de sofrimento psíquico e trabalho, discorrendo sobre quais as justificativas técnicas e científicas dadas pelos autores para recorrer ao Materialismo Histórico, detalhando o quadro de conceitos utilizados e como estes se aplicam ao estudo e compreensão dos fenômenos estudados na prática de pesquisa. Objetivamos, assim, verificar mais de perto o desenvolvimento teórico e aplicado da noção de psíquico que estudamos, discorrer sobre como procedem os autores para fazer uso do Materialismo Histórico, como os conceitos são aproveitados, como se encontram com a prática de pesquisa e esclarecem os acontecimentos observados. Com este procedimento, estaremos aptos a verificar onde estão os desvios, as limitações e, esclarecer em detalhes o problema que levantamos ao final deste capítulo II, qual seja, de como se faz possível aos autores, que buscam a perspectiva dialética do Materialismo Histórico saírem em uma definição de psíquico similar, em essência, aos de perspectiva analítica.

- Capítulo 3 -

O Que É O “Sofrimento Psíquico No Trabalho” Para Os Autores Que Se Baseiam No Materialismo Histórico

3.1. Identificação das Necessidades de Ordem Técnica–Científica que Justificam Recorrer ao Materialismo Histórico

É importante nos reportarmos, primeiramente, ao quadro teórico inicial, das primeiras formulações de Codo, sobre as relações entre homem e trabalho, onde se evidencia o “por quê de recorrer ao Materialismo Histórico”, ou ainda, “o que tem presente no Materialismo Histórico que faz dele necessário para a Psicologia”. Lane, no livro *“Psicologia Social: O Homem em Movimento”* (1984) nos fornece uma contextualização do quadro teórico inicial em que surgiu uma Psicologia com base no Materialismo Histórico no Brasil. Quadro dentro do qual, encontra-se o pesquisador brasileiro Wanderley Codo, que passou a se dedicar ao estudo do sofrimento psíquico no trabalho. A mesma autora explica que, partindo-se da crítica a Psicologia Social, que oscilava entre o pragmatismo americano e as generalidades e especulações sobre um homem abstrato, é que se vai consumir, no ano de 1979, em um congresso em Lima no Peru, a tese de uma Psicologia Social baseada no Materialismo Histórico (Lane, 1984). Fazia-se necessário, antes de tudo, segundo a autora, superar a visão distorcida do homem vinculada a uma tradição biológica e, partir para o desafio de compreendê-lo sócio-historicamente, como produto e produtor da história. Neste sentido, caberia à Psicologia “recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade” (Lane, 1984, p.13) e, para isso, nem Skinner, Lewin e a própria Psicanálise, apesar de afirmarem a indissociabilidade entre “indivíduo-meio”, não ofereciam uma compreensão do sujeito como sujeito de sua história e da história de seu grupo social. Assim, o ponto de partida para esta superação se apresentava no Materialismo Histórico, à medida que este fornecia uma compreensão da materialidade sócio-histórica como produzida e produtora dos homens, estando, com isso, dada as bases gerais para se apreender o indivíduo como um ser concreto.

Neste sentido, o texto *“O Fazer e a Consciência”*, de Codo (1984a), aparece como uma primeira exposição da definição de homem baseada no Materialismo Histórico, suporte para

apreender indivíduo concreto como produto e produtor da história e na indissolubilidade com os grupos e com a sociedade a que pertence. Deixa expresso, o mesmo autor, como a categoria “atividade” se faz central para a Psicologia, pois, é através dela que o mundo passa a adquirir significado para o homem, à medida que o homem aprende do mundo o que ele é, num processo em que este se faz racional ao colocar a natureza a seu serviço, ou seja, a serviço de uma finalidade posta racionalmente. Surge, então, como característica essencial do fazer humano, a mediação do “instrumento” e a mediação do “outro”, à medida que esta finalidade ou projeto (ação idealmente posta, ainda não realizada) se realiza por meio de objetos materiais (já resultantes em alguma medida do trabalho humano) e por meio dos outros ligados e divididos pela materialidade das condições de trabalho.

* Assim, seguindo os passos de Marx, Codo afirma como a consciência será sempre o resultado deste fazer, marcado pela “atividade” (como relação homem-meio), mediada pelos outros e por instrumentos, na realização de um projeto, uma finalidade:

Em suma, o instrumento de trabalho transforma o homem de animal em ser transcendente: através da ação mediatizada o homem transcende a si mesmo, em direção a um projeto, portanto em relação ao outro, portanto em relação à história” (CODO, 1984a, p.54).

No texto “*O Que É Alienação*” (1986), o mesmo autor busca proporcionar mais elementos desta definição de homem com base no Materialismo Histórico, que se apresenta como mais uma justificativa técnica-científica para fazer uso das teses de Marx, como forma de superar as especulações sobre um homem abstrato e simplesmente biológico, para pensá-lo concretamente e sócio-historicamente.

Neste sentido, esclarecer este “estranhar-se a si mesmo do homem” ou a unidade entre ser e não-ser em que a alienação se objetiva, leva Codo a esclarecer a categoria “trabalho”. O trabalho aparece, então, como o meio através do qual o homem se faz homem, na medida em que o meio de vida do homem é aquilo que torna o homem vivo e parecido consigo mesmo:

O trabalho é uma via de identificação com o outro, algo que nos insere em um grupo, numa espécie, nos iguala e nos diferencia dos outros indivíduos; pela via do trabalho eu significo algo para o outro e o outro significa algo para mim (CODO, 1985, p.33).

O homem, assim, sobrevive na medida em que transforma a natureza à sua imagem e semelhança e, ao mesmo tempo, é transformado por ela, ou seja, “viver para o homem é objetivar-se no mundo” (Codo, 1985, p.93)

Mas como se produz, pergunta CODO, na sociedade capitalista, “este perder-se de si mesmo”, “este estranhamento de si” no homem? Responder a isso, para o autor, implica em compreender o duplo caráter do trabalho na sociedade capitalista, identificado por Marx, qual seja: o trabalho como produtor de valor de uso (como produtor de objetos, artefatos, que satisfazem necessidades humanas) e o trabalho como valor de troca (como produtor de mercadorias). Este duplo caráter do trabalho implica na ruptura do homem com seu gesto – à medida que este é tomado força de trabalho a serviço da produção - na ruptura da ação com seu dono - e ruptura, ainda, da ação realizada com seu produto. Estas rupturas implicam, portanto, em um “roubo da transcendência do trabalhador”, pois, à medida que o trabalhador é roubado de si mesmo quando deveria reconhecer-se, destrói-se, quando deveria ser construído, ou seja, perde-se quanto deveria estar se reconhecendo no que faz.

Além destes elementos, que mostram como é a partir do Materialismo Histórico, que se faz possível pensar o ser humano como um sujeito histórico, demarcado concretamente com base no seu fazer material, portanto, em seu trabalho, Codo (1984b) identifica, na Psicologia, a ausência e o distanciamento que esta disciplina operou, até então, com relação a categoria “trabalho”, cabendo, desta forma, à ciência reverter este equívoco urgentemente, visto que, a definição de “trabalho”, dada pelo Materialismo Histórico, coloca-se, como a base material e sócio-histórica para se compreender o comportamento dos homens. Isto porque, o trabalho e as relações de produção, determinam a posição do indivíduo na sociedade, sua situação e possibilidades de classe e, formam a base social para o comportar-se dos indivíduos, determinando suas expectativas, projetos para o futuro, sua linguagem e afetos.

No livro *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* (1992) Codo, Sampaio e Hitomi, entram mais na questão do atual estado da ciência psicológica e justificam porque a superação de tal “estado” se faz necessário somente com recurso às coordenadas teóricas do Materialismo Histórico:

O primeiro quesito necessário para a conformação e compreensão do indivíduo é, portanto, as condições objetivas da existência do homem além dele mesmo. Na verdade, construir sua objetividade através da impressão fora de si, de início arrancando a sobrevivência das árvores, depois produzindo árvores idênticas às suas necessidades e, por essa via, encontrar no outro o reflexo de si. A construção do indivíduo é a história do trabalho (...) o trabalho é, portanto, a

maneira de o indivíduo existir, objetivar-se, se subjetivar (CODO, SAMPAIO, e HITOMI, 1992, p.51).

No capítulo chamado, “*Em Busca da Psicologia*” do mesmo livro, mostra-se como a diversidade das áreas, linhas, etc., são na verdade, concepções diferentes a respeito do mesmo fenômeno e não ‘áreas’ no sentido de delimitações distintas à respeito do fenômeno a ser estudado, fato este que leva à conclusão de que a Psicologia encontra-se na desconfortável situação de uma ciência em busca de seu objeto.

O problema está nestas áreas [as linhas psicológicas] não serem áreas, no sentido de uma delimitação do fenômeno a ser abordado, são concepções diferentes à respeito do mesmo fenômeno e de suas determinações (...) Estamos, quer gostemos ou não, na desconfortável situação de praticantes de uma ciência em busca de seu objeto (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.30).

Afirmam os autores, que o problema teórico comum que perpassa toda esta diversidade teórica tem sido sempre o mesmo, qual seja: “como desenvolver uma ciência do indivíduo?”.

Apontam, neste sentido, o problema de que, cada abordagem psicológica, a seu jeito, tratou de fazer um “esconde-esconde” em relação ao que seria o objeto da ciência psicológica, resultando desta forma, no fracasso deste ponto fundamental, qual seja, a demarcação do seu objeto, que implica por sua vez, na demarcação das regularidades específicas próprias do fenômeno psicológico:

Quem se dispor a escrever a história da Psicologia será obrigado a reproduzir uma autêntica epopéia semelhante a um jogo de esconde-esconde (...) É que a tentativa de encontrar regularidades por entre as diferenças nos tem empurrado ao ancoramento, ora da Sociologia, ora da Biologia (...) destruindo o que pretendia compreender (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.32).

Explicam, por um lado, como a Psicanálise perde ou esconde o objeto, à medida que o “homo freudianus” é uma determinação de pulsões, de energias libidinais, que estão sempre presentes movendo o homem e, desta forma, ao tentar definir as regularidades para assim se fazer uma ciência do indivíduo, Freud teria se retirado do território concreto, onde aquele se encontra, para tratar cada gesto seu como manifestação de um “animal”, de um instinto que pulsa no homem:

Um outro não-humano, o “homo-freudianus”, vive perseguindo ou sendo perseguido por um animal em si, fonte a

um só tempo de suas mazelas e sua realização possível, síntese mágica do inferno e/ou do paraíso. Só é possível compreender o indivíduo se buscarmos em determinações biológicas, estranhas a ele, a seu modo de ser (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.35).

Por outro lado, os autores citam, também, como em Skinner, o homem aparece como mera rearticulação das idiosincrasias de um meio que atua, além e apesar do sujeito e, como assim o indivíduo desaparece, se tornado um mero momento de uma articulação biunívoca entre estímulos e respostas, desaparecendo o sujeito, seu poder sintetizador e ressignificador do meio. Assinalam, ainda, o culto quase religioso realizado pelo humanismo de Rogers ao indivíduo que, por sua vez, e em função mesmo deste espírito religioso, também, opera este esconde-esconde do objeto.

É neste contexto, que os autores chamam a atenção de como a delimitação do objeto de uma ciência não é um acontecimento natural, ou seja, implica iniciativas humanas, na teoria e na prática, na direção de se consolidar a ciência, ao mesmo tempo em que, esta delimitação se faz algo extremamente necessário para o avanço científico:

A delimitação do objeto de uma ciência, isto é, a constituição desta ciência, não é um acontecimento natural (...) A história tem demonstrado que uma ciência só avança quando logra uma definição operacional capaz de impulsionar as descobertas. Assim, faz sentido a discussão metateórica, revendo e posicionando sempre o universo científico e suas categorias centrais de análise (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.83).

Num outro capítulo, do mesmo livro, chamado *Um Velho Handicap*, os autores realizam uma reflexão histórica para demarcar as falhas deste jogo de esconde-esconde do objeto e as razões desta situação. Uma das falhas apontadas é que o saber psicológico, por um lado, “tem se mantido afastado das relações de produção, ou seja, do homem concreto” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.51), ao mesmo tempo em que se realiza uma Psicologia industrial/organizacional definindo o ser humano como desprovido de afetos e sexualidade.

Conclui-se então, por um estado esquizofrênico que se traduz em duas concepções opostas: uma de “fora da fábrica”, marcada pelos conteúdos emocionais e irracionais, baseada na definição de inconsciente como algo que nunca poderá ser revelado, fazendo da Psicologia uma ciência que procura, como um cego em um quarto escuro, por um gato preto que não está lá (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992); e outra concepção, de “dentro da fábrica”, marcada pelos princípios de eficiência e produtividade. Desta forma, é identificado uma cisão “vida x

trabalho” e seu correlato imediato, a cisão “homem racional e irracional”, identificando-se, no capitalismo, a raiz histórica para esta cisão, à medida que, o mesmo homem que se apresenta neste sistema como “cidadão livre” (livre para consumir, apresentado como símbolo da liberdade) ao mesmo tempo, é expropriado, à medida que o trabalho, sinônimo de humanização, tornou-se um estranhamento, uma perda de si.

E, é este “estado esquizofrênico” que, para os autores, se manifesta seja quando um paciente chega ao consultório do psicanalista, onde a inserção do indivíduo como trabalhador prima por sua ausência, seja quando se tratam as questões etiológicas da doença mental, seja quando pesquisadores da área da Saúde Mental e Trabalho utilizam o conceito de “estresse”, seja, ainda, nos estudos epidemiológicos, onde desaparece a dinâmica individual da psicopatologia, enfim este estado esquizofrênico aparece na ciência psicológica como um todo, o que obriga

a pôr em questão o conjunto do arcabouço teórico construído até agora para explicar o processo saúde/doença e a reorientar toda concepção de ser humano (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.62).

Consideradas todas estas exigências técnicas, tratadas por Codo e colaboradores, o que podemos concluir com relação à noção de psíquico? Em que, precisamente, estes apontamentos permitem reorientar a noção de psíquico?

Considerar a situação de uma ciência que não consegue precisar seu objeto, que o deixa escapar das mãos num jogo de esconde-esconde, só reafirma uma tarefa científica já identificada e preconizada por uma série de autores que se debruçaram sobre o problema da ciência psicológica tais como Politzer (1965), Vigotski (1996) e Sève (1979). Fazer avançar então a ciência, logrando uma definição operacional do objeto psicológico para impulsionar descobertas científicas sobre o campo psicológico, exigiria ao nosso ver, uma exposição detalhada e rigorosa dos estudos clássicos realizados por tais autores sobre o problema da ciência na Psicologia, visto serem autores afiliados à perspectiva dialética, que estudaram com detalhes e rigor o problema e, não uma exposição de superfície, como a realizada por Codo e colaboradores. Sève, por exemplo, pesquisou durante vinte anos o problema da definição do objeto e as relações entre marxismo e personalidade, para escrever *Marxismo e Teoria da Personalidade*. Vigotski, antes de propriamente começar a sua produção na área, fornece um preciso diagnóstico sobre a crise da Psicologia em *O Significado Histórico da Crise na Psicologia: Uma Investigação Metodológica*. Politzer, realiza uma rigorosa análise sobre as debilidades científicas da Psicanálise em sua *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*. Como

então, tratar do problema da ciência e do objeto da Psicologia sem explorar e discutir com rigor todos os problemas, verificações e análises técnicas, realizados por tais autores? Realiza-se uma colocação superficial do problema, que, como veremos, trará implicações decisivas para o sucesso da empresa científica de lograr uma nova definição do objeto psíquico que saia dos limites psicanalíticos, tal com pretendiam Codo e colaboradores.

Reivindicar, portanto, o Materialismo Histórico, afirmando a exigência de compreender o indivíduo como produto e produtor da história, recuperar sua intersecção com a sociedade, afirmar a necessidade de uma apreensão concreta e não abstrata do sujeito, bem como, alardear pela ausência da categoria trabalho na Psicologia, mostram-se mais como reivindicações de ordem política, de denúncia social, do que como uma efetiva possibilidade de mudança quanto a noção de psíquico. Não por acaso, Codo e seus colaboradores, endossam as “descobertas psicanalíticas”, só recusando suas bases biológicas:

Agora podemos retornar a dinâmica psicanalítica: as descobertas de Freud têm se mostrado, quando nos referimos ao modo de atuação dos seres humanos, bastante sólidas (...). Conserva-se como modo de intervenção as descobertas relativas à dinâmica da personalidade que devemos à Psicanálise, porque a mesma é filha de um olho particularmente arguto (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.37).

3.2. O Que É “Sofrimento Psíquico No Trabalho” Para Os Autores Que Se Baseiam No Materialismo Histórico

Tratamos agora de identificar e expor como fica demarcado o fenômeno do “sofrimento psíquico no trabalho”, para Codo e seus colaboradores, buscando detalhar os conceitos que se utilizam para tal finalidade, que fenômenos estudam, como os delimitam, que ordem de fatos consideram e que tipo de compreensão é fornecida. Neste sentido, primeiro trataremos de apresentar e expor o quadro de conceitos que nossos autores fazem uso, para demarcar o sofrimento psíquico no trabalho, em seguida expondo na prática de pesquisa os tipos de fenômenos que foram pesquisados, buscando com o maior rigor, observar como foram delimitados, que fatos foram identificados e como estes foram compreendidos. É o tratamento científico dado ao fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho, no plano da teoria e da prática de pesquisa, que por ora nos deteremos.

3.2.1. A Demarcação Do Quadro De Conceitos Em Que Se Compreende O Fenômeno Do Sofrimento Psíquico No Trabalho

No que diz respeito ao quadro de conceitos utilizados, um primeiro destes que cabe observar é a definição de “ser social”, realizada a partir de algumas obras de Marx, no livro *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* (1992).

Com base no *Terceiro Manuscrito*, os autores marcam que nesta obra, a vida social e a vida particular aparecem em tensão dialética mutuamente realizadora e nunca em relação de subsunção. O homem é definido, seguindo os passos de Marx, como um ser que constrói sua individualidade em sociedade e não como um simples ser social. Esta construção tem como traço essencial a produção dos meios da própria existência, que implica concomitantemente na transformação da natureza e de si mesmo: “a produção da individualidade pelas vias da produção, eis o processo de hominização” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.72). Então, a delimitação do social, em Marx, para os autores, define-se na “cooperação de diversos indivíduos na produção da própria existência”.

Com base na *Ideologia Alemã* e, perseguindo o mesmo tema, os autores reafirmam como nesta obra, da mesma forma, não há redução dos homens à sociabilidade, mas sim o desenvolvimento da individualidade em sua sociabilidade e, por isto, segundo os autores, a insistência de Marx em marcar que a “única forma de compreensão do indivíduo é capturar o

seu movimento de dupla negação/afirmação em que consiste sua sociabilidade”. O primeiro passo para isso, então, consistiria em partir “das condições de existência do homem além dele mesmo, as marcas de si no mundo”, visto que,

o homem se diferencia dos animais, e marca sua individualidade pelo exercício de sua transcendência, pela possibilidade de expressão objetiva da subjetividade. (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.77).

Neste processo, identifica-se uma tríade entre linguagem, instrumentos e cooperação, visto que a existência do instrumento pressupõe o projeto, a ação não realizada, e desta forma, o instrumento é produto e produtor da transcendência do homem. Ao mesmo tempo esta transcendência, esta objetivação da subjetividade, ganha uma dimensão que engloba a coletividade a que pertence.

Com base nos *Grundrisse*, seguindo, ainda, este fio da sociabilidade em Marx, os autores marcam que a individualidade tem no capitalismo o seu tempo histórico definidor e gerador, pois, se o humano se constitui na medida em que se objetiva

no seu tempo histórico de objetivação universal, como moeda universal, como troca universal, aqui, e só aqui, é possível a individualidade universal galgada a partir da alienação universal (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.82).

Concluem, que não há como abandonar então, a tensão dialética entre individualidade e sociedade e, como se torna impossível a compreensão do indivíduo à parte da economia e dos modos de produção.

Outro conceito, que cumpre observar se trata da categoria de “atividade” de Leontiev, colocado, ainda, no mesmo livro, como indispensável para uma demarcação do objeto da Psicologia. Afirmam, neste sentido, que o objeto da Psicologia não pode ser demarcado nem “como um meio ambiente capaz de determinar o indivíduo apesar dele”, nem tampouco “como um sujeito autodeterminante apesar do mundo. Sendo assim, afirmam como a Psicologia Moderna se desenvolve, sabendo que seu objeto” está na inter-relação entre sujeito e objeto, na dupla conformação entre o homem e o mundo, exatamente na tensão entre um e outro. Nesta direção, mostram a relevância da categoria “Atividade”, do psicólogo Leontiev, como essencial na demarcação do objeto da Psicologia. Pois, a categoria “atividade” implica em:

introduzir na Psicologia, unidades de análise tais que impliquem o reflexo psíquico em sua inseparabilidade dos aspectos da atividade humana que o engendra e que são mediatizados por ele (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.84).

Assim, o reflexo psíquico faz-se inseparável da atividade humana que o engendra, ao mesmo tempo em que, a “atividade” ao engendrará-lo, passa a ser mediatizada pelo mesmo. O mérito, então, de Leontiev, mostra-se para os autores, no fato de “explicitar e sistematizar a dupla relação homem-mundo como elemento de constituição da Psicologia”.

Importante fazer notar como a categoria “atividade” é identificada como sendo o mesmo que “trabalho genérico”, ou seja, como “atividade que implica um projeto de transformação da natureza e dos homens”. A categoria “atividade” mostra-se, então, essencial para definir o objeto da Psicologia, pois, situa o homem da realidade objetiva ao mesmo tempo em que situa a realidade objetiva como conformada pela subjetividade (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992).

Um outro conjunto de conceitos utilizados por Codo, Hitomi e Sampaio (1992) diz respeito aos diversos aspectos teóricos implicados pela categoria trabalho, com base, é claro, no Materialismo Histórico. Primeiramente, buscam demarcar o “trabalho na sociedade capitalista”, tratando de explicar seu caráter “mágico” à medida que carrega uma duplicidade: ser valor de troca e valor de uso ao mesmo tempo. Explica-se, que o trabalho como valor de troca “amarga a universalização do trabalho humano, ou seja, a abstração radical do trabalho específico, construída pela equivalência de todos os trabalhos, como troca universal, como dinheiro. O trabalho feito valor de uso é “o ato de depositar significado humano à natureza”, por meio do qual se traça a “individualidade numa trama de espelhamentos, que se desenha a cada momento, se igualando e se diferenciando de cada um e de todos”. Assim, a tensão dialética inevitável que se estabelece entre o trabalho como valor de uso e o trabalho como valor de troca, mostra-se um “fator determinante na conformação da identidade do trabalhador” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.98).

Afirmam, que o trabalho como valor de troca no sistema capitalista “é produtivo na medida em que produz capital, que entra no circuito de produção de mercadorias, realiza mais valia, entra em circulação, produz mais valor”. Assim, o trabalhador interessa ao capital pela sua capacidade de conversão de trabalho em capital. Sendo que, quanto mais o sistema capitalista evolui, maior é a independência entre o trabalho como realização de valor de uso e o trabalho como valor de troca. Já o trabalho como produtor de valor de uso, remete à análise os processos específicos de trabalho, com seus meios e relações específicas de transformação

da natureza, na produção de produtos que satisfazem necessidades humanas. Fazem notar os autores como a Psicologia comete freqüentemente o equívoco de demarcação correta do trabalho, pois ora se recorta somente o trabalho abstrato (como produtor de valor de troca), “abusando-se da crítica ideológica ao sistema” ora se recorta somente o trabalho concreto (como produtor de valores de uso), livre da alienação produzida pelo primeiro.

Ainda, refletindo sobre os diversos aspectos implicados na categoria trabalho, os autores discutem a questão da “identidade” e sua relação com as categorias trabalho e atividade. Partindo da pergunta “como chegamos a nos parecermos conosco? E “como nos diferenciamos perante o outro e nos igualamos a ele?” remetem-se a Ciampa (1987), atestando que, o que interessa:

é o processo de construção da identidade, onde nos tornamos parecidos conosco na medida em que a existência social traça um perene jogo de espelhamentos, diferenciações e igualdades que me definem em relação ao conjunto da humanidade (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.116).

Sendo que, este “processo” se realiza através da “atividade” dos indivíduos, de maneira que, definir identidade como “metamorfose”, conforme Ciampa (1987) é, para os autores, compreendê-la como “histórica” e ligada a categoria “atividade”. Mas não basta, continuam, a mera constatação da identidade como “metamorfose”, “é preciso conhecer suas leis, evoluir da perplexidade à ciência”, sendo para isso necessário a sua articulação com a categoria “trabalho”, tendo presente seu duplo caráter na sociedade capitalista, já anteriormente explicado.

Se o trabalho está assim demarcado dentro do sistema capitalista, considera-se que este, à medida que se faz mercadoria e assim divide os homens entre aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que a compram, “o modelo de análise nos empurra para a questão das classes sociais”, fazendo os autores se perguntarem “qual o papel da composição das classes na conformação da identidade do trabalhador?” (Codo, Sampaio e Hitomi: 1992, p.119). Apontam, como necessário nesta questão, não desviar para abstrações vazias, e considerar as classes na complexidade concreta de cada situação singular, apreendendo o indivíduo concreto no interior de sua situação de classe objetiva.

Prosseguindo nesta análise, dos diversos aspectos da categoria trabalho, após reafirmar a teoria do valor de Marx, os autores analisam a evolução histórica do trabalho sob o sistema de maquinaria e, afirmam a verificação marxista sobre a situação do trabalhador na grande

indústria, onde se esclarece que não é mais “o trabalhador que usa as condições de trabalho, são as condições de trabalho que usam o trabalhador”, sendo “só com a maquinaria que essa invenção ganha realidade tecnicamente palpável” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.147).

Avançando, ainda, sobre mais fatores implicados dentro da categoria “trabalho”, desenvolvem uma reflexão mais de caráter metodológico, buscando mostrar os caminhos e os elementos a considerar para a análise do trabalho humano considerando seu duplo caráter (como produtor de valor de uso e valor de troca), concluindo como no processo de trabalho capitalista, a especificidade do saber e do fazer concreto subordina-se ao trabalho abstrato, ao trabalho tornado força de trabalho, vendida por um salário. E, neste sentido, afirmam como a “Identidade” - como sendo aquele jogo de espelhamentos na trama social resultante do metabolismo homem-natureza - marca-se pelo seu reconhecimento como mercadoria e, assim, “um metalúrgico mandrilhador vale mais do que um torneiro mecânico, um professor universitário vale mais do que um professor primário” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.178).

Um último aspecto, ressaltado pelos autores dentro da categoria trabalho, caracteriza-se pela reflexão sobre as transformações do trabalho em função da informática e da automação. Destacam-se as principais alterações provocadas por este processo: a eliminação de algumas profissões, a substituição da força de trabalho qualificada em mecânica por qualificada em eletrônica, a substituição do cargo de supervisor pelo controle informático, o aumento da cooperação e do caráter socializado do trabalho, onde a própria linha de montagem tende a ser substituída por pequenos grupos de trabalho. Com base nisso, aponta-se que se, por um lado, a ênfase passa a se deslocar para a organização produtiva como um todo, por outro, a relação de compra e venda da força de trabalho, ainda, faz com que o trabalho permaneça uma relação de poder, e não uma interação cooperativa, pressuposto necessário das novas formas de produção.

Depois, então, de se demarcar as noções de “ser social”, de “atividade” e os “diversos aspectos implicados pela categoria trabalho”, outros dois conceitos implicados na demarcação do fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho são “afeto” e “doença mental”.

Com relação ao primeiro destes conceitos - de afeto - é criticado a definição psicanalítica de ser uma manifestação do “id”, pois, esta não comporta a definição do homem como “ser social”, sendo definido, portanto, a noção de “afeto” como “a impregnação dos objetos com a história humana”. Chegam, assim, a unidade “eu-mundo”, ou seja,

a indistinção entre o mundo e cada um de nós, a fusão contraditória entre objetividade e subjetividade, ser enquanto

ser no mundo, com o mundo, pelo mundo (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.188).

Assim, o indivíduo se realiza se transcendendo nos objetos, imantando o mundo com seus afetos. É mostrado com base nestes elementos, como este processo de “impregnação dos objetos” ocorre por intermédio do trabalho: tendo presente a definição de trabalho como fenômeno de hominização, afirma-se que, por mais alienado que este seja, existe sempre uma “carga afetiva” despejada nos objetos e nas situações de trabalho. Ao mesmo tempo, ao observar como o trabalho vem conformando o afeto ao longo da história, concluem, pela “cisão entre trabalho e afeto” impingida com o advento do capitalismo: “o mundo do trabalho e o mundo do afeto passam a se desenvolver em dois universos distintos, a fábrica e o lar” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.189). Deste modo, as fábricas, deste as bancadas de um operário até a mesa de um digitador são tão empobrecidas do ponto de vista das marcas afetivas quanto as instituições totais descritas por Goffman”, à medida que trabalhador e trabalho, para o capital, significam a mesma coisa, força de trabalho, quantidade de trabalho injetada na mercadoria.

Neste aspecto, os autores destacam a “desafetivação” impingida pelo capital ao trabalhador, na mesma medida em que se dá como outro pólo desta unidade contraditória, a luta cotidiana exercida pelos trabalhadores pela “reafetivação” e contra a impessoalidade no trabalho, seja nas “focacas e ironias distribuídas na hora do cafezinho e até nas fotos do painel do motorista de caminhão, etc”. Desta forma, quanto mais o capitalismo objetivado na organização do trabalho cinde trabalho e afeto, mais o trabalhador busca encontrar meios de expressão afetiva, explicitando-se, então, a contradição, sob o capitalismo, do trabalho ser, ao mesmo tempo, impessoal e desafetivado (ao ser feito mercadoria) e ser conformador da identidade (ao produzir valor de uso): “assim, afeto e trabalho aparecem agora como siameses e inimigos” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.196).

Num estudo de caso, dado como exemplo da cisão trabalho e afeto afirmam os autores que, quanto mais hierarquizado e burocratizado for o trabalho, quanto mais houver cisão entre planejamento e execução, menos autonomia e mais a cisão trabalho e afeto se realiza. Em outro caso, agora clínico, dado como exemplo para servir de paradigma da definição de afeto fornecida, afirma-se como, o impedimento da expressão afetiva no trabalho por parte de um sujeito bancário, faz com que sua afetividade se dirija para um caso amoroso, onde se conclui que:

como regra geral, exatamente ao contrário do que Freud dizia, não se trata do envolvimento no trabalho significar a sublimação de necessidades sexuais mal satisfeitas, mas sim da impossibilidade de satisfação emocional afetiva no trabalho inventar a sexualidade onipresente, convertida em única forma de expressão de si (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.205).

A respeito do segundo conceito, o de “doença mental”, afirmam os autores que apesar da resposta ao que seja ‘doença mental’ se mostrar uma “torre de babel”, encontra-se um ponto em comum:

quando falamos de sofrimento psíquico estamos falando de algum tipo de ruptura entre subjetividade e objetividade, um divórcio entre o eu e o mundo, entre o eu e o outro, já consubstanciado intrasubjetivamente, entre eu e eu, e nas tentativas de superar o divórcio (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1992, p.254).

Passam a mostrar, então, como que é necessária uma compreensão da “consciência”, vista esta ser o ‘locus’ de inter-relação entre o subjetivo e o objetivo. Neste sentido afirmam que, se pode falar de ‘consciência’ quando na relação subjetividade-objetividade aparece “um significado que transcende o objeto imediato: “Enquanto a parede branca significar para minha percepção apenas uma parede branca, não podemos falar em consciência; é preciso que minha intervenção construa um significado da parede que transcenda ela mesma” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.255). E como esta transcendência ocorre? A resposta se encontra no “trabalho”, ou seja, “tanto de um ponto de vista individual como coletivo, é a experiência do trabalho que estabelecerá relevâncias, destacará fatos e significados, diferenciará alguns objetos de outros na percepção”. É, portanto, no momento em que, pelo trabalho, a ação passada passa a incluir-se na ação presente, este é o momento em que “a ação se historiciza”, que “os gestos significam” e onde “não podemos mais abandonar a diacronia sob o risco de perder a ação mesma.” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.256).

Com estes assinalamentos a respeito do conceito de doença mental como “ruptura” eu-mundo e da consciência como locus de inter-relação entre o subjetivo e o objetivo e, ainda, acrescentada aos conceitos de “ser social”, “atividade”, “trabalho” e “afeto”, é assinalado como agora se encontram postas as condições formais para que ocorra a ruptura sujeito-objeto, portanto, do sujeito consigo mesmo, sendo marcado:

como, a partir desta formulação, alguns clássicos problemas da Psicologia perdem totalmente o sentido, quais sejam: sobre a determinação interna ou externa na doença mental, por exemplo, pois qualquer das duas respostas clássicas se equivoca na medida em que o problema é exatamente a tensão entre o sujeito e o objeto, a dupla transformação homem-natureza (CODO, SAMPAIO e HITIOMI, 1992, p.259).

Assim, o conceito de “doença mental” defini-se como a ruptura entre subjetividade e objetividade, “como na lógica paranóide, que através da dissincronia entre a parede branca e a parede para este sujeito, inventa a falsa existência de um monstro interplanetário espertamente disfarçado” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.259).

Assim, se reconhece a diversidade do sujeito, ou seja, sua capacidade de construir vários significados. Mas, mostra-se como, até neste ponto, a Psiquiatria Clássica, também, se desenvolveu, “pois ocorrido o estranhamento, era no indivíduo que deveríamos buscá-la”, congelando-se a objetividade e cindindo-se a unidade homem-mundo. Marcam os autores, então, que não só o sujeito é múltiplo, mas o objetivo é também múltiplo:

ainda nossa gasta parede branca se insere objetivamente em estruturas objetivas múltiplas, recebe dos hospitais a marca da assepsia, dos velórios a tristeza, da moda a beleza ou a feiúra, dependendo do contexto, da hora, do lugar (CODO, SAMPAIO de HITOMI, 1992, p.260).

É assinalado desta forma como, onde ocorrer alguma ruptura sujeito-objeto ocorrerá sempre mecanismos de reapropriação. Ou seja, afirmam que, quando sob o capitalismo, o trabalhador se estranha perante seu produto, portanto perante si mesmo, do ponto de vista psicológico está ocorrendo uma forma de “ruptura” mas, ao mesmo tempo, esta ruptura implica modos de reapropriação: assim “se o modo de produção expulsa o afeto do trabalho, o trabalhador busca reapropriar-se do afeto, então a sedução da secretária, passa a ser assunto obrigatório nas rodas informais de trabalhadores”, etc., ou seja, “se o trabalho feito mercadoria expulsa o projeto, o sonho, se revela a cada dia que o futuro nos escapa, eis uma enxurrada de telenovelas, cartomantes, horóscopos, eis a fantasia reinventando o devir”. Logo, se a ruptura se faz inerente ao modo de produção capitalista, é necessário que o trabalhador encontre formas de conviver com ela.

Assim, para escapar da ruptura impingida, o indivíduo tem que encontrar suas formas possíveis de reapropriação, mas caso não encontre uma das formas socialmente disponíveis –

um hobby, um esporte, uma religião, etc. – e se restar a reapropriação solitária, estaremos nos vestibulos da doença mental. Importante observar, nesta questão, como os autores identificam, estes modos de ruptura e reapropriação aos mecanismos de defesa identificados por Freud, com a diferença, segundo eles, de que o pai da Psicanálise situa na base do biológico suas afirmações, o que implica, para os autores brasileiros que, “a etiologia que a Psicanálise engendra, a protege da tarefa de enfrentar a história e com ela o trabalho dos homens, modo de construir a si mesmos” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992, p.266).

Assim, os riscos do sofrimento psíquico se encontram quando existem momentos significativos para serem rompidos e, visto ser o homem um ser transcendente, que só se realiza quando se torna um outro e quando produz significados, o trabalho, afirmam, “é o momento significativo do homem, é a possibilidade da felicidade, da liberdade, da loucura e da doença mental”, assim como a infância e a sexualidade também o são, mas somente em seus momentos significativos. Em síntese, quando a história individual entrar em conflito permanente com a história social, quando o modo de reapropriação implicar em cada vez mais ruptura, quando a magnitude da ruptura ou seu momento individual de ocorrência, impedirem a reapropriação ou quando, se bloquearem os rituais de reapropriação, estaremos no território da doença mental.

Agora, depois de exposto o quadro conceitual utilizado para demarcar o sofrimento psíquico no trabalho, passemos a observar como na prática de pesquisa o fenômeno é delimitado, que fatos são observados como pertencendo a delimitação feita e como estes acontecimentos são compreendidos e equacionados. Ou seja, como ocorrem e são identificadas as rupturas e reapropriações sujeito-objeto ou, se quiser, como o objeto da Psicologia é tirado do jogo de “esconde-esconde”, já diagnosticado, e sacado à luz, sendo demarcado e identificadas suas determinantes no que concerne ao sofrimento psíquico no trabalho. É, fundamentalmente nos livros *Sofrimento Psíquico nas Organizações* (1995) e também em *Educação: Carinho e Trabalho*” (1999) e mais alguns artigos, que poderemos avançar na observação destas questões.

3.2.2. O Fenômeno do Sofrimento Psíquico no Trabalho no Recorte Epidemiológico

No livro *Sofrimento Psíquico nas Organizações* (1995), como já assinalamos no capítulo II, encontramos uma série de pesquisas com recorte epidemiológico, que agora passaremos a expor.

Um primeiro ponto, que vale assinalar, antes de expor uma síntese dessas pesquisas é que, depois de realizar uma reflexão de caráter metodológico (Codo e Sampaio, 1995, p.85-114), onde se demarcam as categorias necessárias a serem observadas e analisadas, a fim de se conhecer como as pessoas adoecem em função do trabalho, os autores demarcam o campo de investigação como sendo o “campo de relacionamentos possíveis entre trabalho e processos de saúde/doença mental e seus vários níveis analíticos (sócio-econômico genérico - categoria profissional, sócio-econômico concreto - empresa - população epidemiológica e concreto individual)”, visando sempre responder a pergunta: “qual o lugar que o trabalho ocupa na hierarquia das determinações do perfil psicológico/psicopatológico de um grupo?”. A “hipótese”, apontada pelos pesquisadores, é de que “o perfil produtivo”, ao lado de outros momentos significativos da vida humana, como a infância e a adolescência, exerce papel preponderante, sendo, em seguida, listados os instrumentos de investigação utilizados, bem como as etapas da pesquisa de campo realizadas.

A pesquisa de Carvalho, chamada *Professora Primária: Amor e Dor* constata, através da aplicação do Inventário de Personalidade (MMPI), depois de observar uma série de dados de identificação da escola e sua população, um alto percentual de sofrimento psíquico na população investigada e, que leva a autora a interrogar “do que sofrem estas professoras?”. Após fazer remissão a alguns estudos americanos sobre o stress no trabalho de professoras e analisar como o trabalho feminino, no plano geral da sociedade capitalista e, principalmente, no capitalismo subdesenvolvido brasileiro, a alienação e a exploração são mais acentuadas, a autora conclui: “parece-nos lícito supor que as características psicológicas e psicopatológicas evidenciadas nesta categoria profissional, e neste estudo específico, encontrem suas determinações no modo como trabalham e como têm seu trabalho explorado” (Carvalho, 1995, p.135- 137).

Em seguida, a autora busca justificar teoricamente esta conclusão, fazendo remissão às noções teóricas postas em *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento* (1992), afirmando com os autores, como o sofrimento psíquico resulta de um processo de ruptura entre subjetividade e objetividade, onde falham os modos de reapropriação, assinalando como o discurso ideológico do magistério como sacerdócio, já não mais consegue apaziguar a contradição entre trabalho como produtor de valor de uso e valor de troca (que se expressa entre o trabalho que se faz, e o seu valor de troca como salário). Com estes elementos:

supõe-se que haveria um acirramento das contradições que perpassam as relações com o trabalho, gerando uma

ruptura entre subjetividade-objetividade, sem perspectivas ou possibilidades reais de resolver o problema (CARVALHO, 1995, p.137).

Concluem, desta forma, como esta contradição deve “provavelmente afetar de forma profunda a identidade do professor”, e, portanto, ser a responsável pelos índices de sofrimento identificados.

Num outro estudo, sobre as trabalhadoras de enfermagem de um hospital, Borsoi e Codo, ao descreverem os dados observados, mostram como o “perfil histérico” aparece em 19,4% da população pesquisada. É descrito, também, a incidência do perfil histérico por função profissional, por idade, por grau de instrução e por turno de trabalho, todos estes mostrando resultados epidemiologicamente significativos. Em seguida, buscam-se subsídios teóricos para a definição de “histeria”, e depois de se passar por Freud e por alguns psiquiatras como Henri Ey e Moffat, apontam “que os estudos atuais não têm avançado em direção de uma nova nosologia e/ou etiologia e, quando discutem aspectos teóricos do fenômeno, se remetem a Freud”. Na tentativa de avançar sobre o tema afirmam que “a histeria tem como base, a angústia gerada por algum tipo de conflito” e, na medida em que o trabalho de enfermagem implica no “ato de cuidado”, os autores buscam olhar mais de perto as contradições deste “cuidar”, na medida em que, mediado pelo salário, “não se pode transformar sentimentos em parcela de mercadoria impunemente”. Dos conflitos que fazem menção estão “a exigência do modelo de mãe cuidadosa e abnegada ‘independente’ da realidade e das condições cotidianas”, “o afeto que está implicado no cuidar se defrontando com alta do paciente e o conseqüente corte com o afeto estabelecido” e, “a contradição entre personificação da atividade e a impessoalidade exigida pelo trabalho técnico”. Destas contradições apontadas num plano genérico, sintetizam a contradição “necessidade/impossibilidade de expressão de afeto” sendo, portanto, “esta tensão, quando não resolvida, que parece levar os trabalhadores de enfermagem a desenvolverem, ao nível psicológico, a lógica da histeria” (Borsoi e Codo, 1995, p.147-151).

Em outra pesquisa, agora sobre a relação trabalho e identidade nas telefonistas, Borsoi, Ruis e Sampaio (1995, p.152-173), retomam, primeiramente, algumas noções teóricas: marcam a partir de Marx, como o homem se faz à partir da relação concreta e material com o outro, definem as categorias de “apropriação” e “objetivação”, do psicólogo Leontiev e, ainda, fazem referência a Ciampa (1987) afirmando com este autor, que é “na práxis, que é unidade da subjetividade e objetividade, que o homem faz a si mesmo, concretizando sua identidade”.

Ainda, ao nível da elaboração teórica, os autores fazem remissão à categoria trabalho como uma atividade essencial na conformação da identidade, sendo apontada a “categoria profissional”, como estruturante da identidade, juntamente com a família, a escola e a mídia, incluídas e determinadas, de alguma forma, pelo sistema de produção.

Depois de relatado os instrumentos de observação utilizados, e realizado uma descrição da rotina de trabalho das telefonistas, verificam como a repetitividade é algo marcante, o ritmo é intenso e o controle é excessivo. Mostram os momentos mais intensos e desgastantes de produção e, relatam como as telefonistas representam o produto do seu trabalho: “as ligações completadas”, “a comunicação entre cliente e o interlocutor solicitado” ou “as informações fornecidas” são as falas que aparecem. Relatam, também, como estas profissionais representam o “significado de seu trabalho para si”: “é o salário”, “a obrigação cumprida”, “a satisfação do cliente” ou, ainda, “a ausência de qualquer significação para algumas” são as falas que aparecem. É observado pelos autores que o revezamento em turnos é tido pelas telefonistas como um grande problema que afeta a vida familiar e social, e a respeito da saúde observa-se uma sintomatologia variada, onde as telefonistas mencionam insônia, cefaléia, nervosismo, dores no corpo, etc.

Depois destas observações, Borsoi, Ruis e Sampaio tratam de analisar as relações entre o trabalho das telefonistas e a conformação de sua identidade. Destacam, para isso, alguns aspectos relativos ao trabalho, buscando analisá-los e relacioná-los entre si, quais sejam: (1) o controle da produtividade marcado pela sofisticação tecnológica; (2) perda do controle sobre o processo de trabalho; (3) comunicação visando eficiência e rapidez na prestação do serviço e; (4) jornada de trabalho realizada em esquema de revezamento. Explicam, desta forma, estes aspectos como sendo característicos do trabalho das telefonistas de forma genérica e, de suas formas de mais-valia, concluindo que, partindo do princípio de que o trabalho é estruturante da identidade, então:

os aspectos relacionados ao trabalho tais como o processo de trabalho em si, a relação com a chefia e os companheiros de trabalho, o controle e a jornada de trabalho fariam com que a telefonista se comportasse e se identificasse como tal, mesmo fora da organização” (BORSOI, RUIZ e SAMPAIO, 1995, p.170).

Neste sentido, transcrevem um trecho de uma das entrevistas, onde uma telefonista relata como no trabalho “tudo é muito rápido, correndo, voando” e como fora do trabalho,

principalmente, depois que se implementaram a informatização, qualquer demora ou espera passou a ser insuportável e, como tudo, também, é horrivelmente rápido e acelerado. Mas, a conclusão a que chegam os autores é simplesmente constativa deste fato, ou seja, “a telefonista vive o estar sendo o que faz durante quase vinte e quatro horas por dia”, o que conduz os pesquisadores a seguinte consideração:

temos consciência de que os estudos realizados sobre o trabalho humano, mesmo aqueles presos a uma abordagem que presta tributo ao marxismo em Psicologia, não tem conseguido abarcar com êxito a complexidade do objeto em questão (BORSOI, RUIZ e SAMPAIO, 1995, p.172).

Codo, no texto *A Histeria em Creches*, relata como os dados apresentados expressam um “perfil histérico” nas trabalhadoras das creches, relativamente significativo em relação ao grupo controle. Busca em Freud a definição de histeria, a enquadrando “como um sintoma ligado ao afeto: se alguém investe sua energia afetiva em um objeto impossível, a tendência predominante será redirecionar esta ‘catexia’ para si mesmo”, fato que enquadra como característica da chamada “conversão histérica”. Busca, então, nas descrições da psicopatologia clássica, especificamente em Kolb e Ey mais elementos para a compreensão da etiologia da histeria: do primeiro, evidencia como a histeria de conversão permite uma defesa contra ansiedade e, assim, cumpre um propósito, torna possível uma certa válvula de escape de uma situação intolerável; e do segundo, extrai que na histeria o indivíduo luta consigo mesmo numa situação contínua de conflito interior, incapaz de dar autenticidade à sua pessoa e expressa seus sintomas a nível somático. Desta ida a Freud e à Psicopatologia, Codo retorna às recreacionistas das creches afirmando como elas estão inseridas neste tipo de conflito, descrito pela psicopatologia clássica. A elaboração feita do problema assinala como as recreacionistas são exigidas a comportarem-se como mães ao passo que não o podem ser, resultando daí sua ‘tendência histérica’:

as recreacionistas precisam parecer como mães e não podem ser. Precisam, também, e em igual proporção, ter uma relação ‘fria’, profissional e, também, não podem. Sem outras formas de expressão deste conflito, sua única alternativa é a de desenvolver uma ‘quase-histeria’, lido pelo MMPI como uma manifestação *borderline* ou uma “tendência histérica” (CODO, 1995: p.189).

No estudo sobre os trabalhadores da usina de álcool e açúcar, Sampaio e Soratto dão uma descrição detalhada do perfil econômico, da localização da empresa no ranking produtivo,

da descrição do padrão tecnológico e administrativo. Descrevem, também, a população da empresa, e recortam a população estudada (os trabalhadores da “Divisão Industrial”), descrevendo, por fim, os dados gerais da população pesquisada. Sobre o perfil produtivo, os autores expõem como historicamente, a política paternalista da empresa foi substituída por uma nova orientação gerencial e tecnológica, e analisam a sua relação com o Estado e com o mercado, descrevendo os momentos de safra e entressafra da cana de açúcar, identificando a existência de dois momentos distintos do perfil produtivo da empresa durante o ano. Também, sobre o perfil produtivo, os autores expõem a alta produtividade da empresa para os padrões nacionais, descrevem os custos e suas taxas de lucro, os tipos de salários praticados e as possibilidades de carreira, os tipos de jornada a que estão submetidos os trabalhadores da Divisão Industrial estudada, a baixa sindicalização, o ambiente físico e as condições sanitárias, os riscos de acidentes e as políticas de segurança. Em outra parte, o estudo descreve as sessões e o perfil dos cargos e funções existentes nos seis departamentos da Divisão Industrial, nas épocas de safra e entressafra: Departamento de Manutenção Mecânica, de Manutenção Elétrica, Departamento de Controle de Qualidade e Departamento de Operações Industriais. Por fim, Sampaio e Soratto traçam o perfil epidemiológico da população estudada, com recurso ao Inventário Minisota Multifásico de Personalidade (MMPI). Em função de uma série de elementos, avaliam que os resultados do Inventário mostram elevados índices de invalidação, mas apesar disso, o estudo, ainda, foi capaz de encontrar, na população validada, uma magnitude de prevalência de 23% de suspeita de sofrimento psíquico, ou seja, uma prevalência duas vezes maior em relação a esperada pela Divisão Nacional de Saúde Mental, o que leva os pesquisadores a concluir, pela constatação factual de que “pelo MMPI podemos observar uma prevalência de suspeita de sofrimento psíquico mais elevada que a referida na literatura para o Brasil”. As escalas do Inventário de Personalidade descritas como mais afetadas são as de “Paranóia”, “Hipocondria” e “Histeria” e, discorrendo pelos sintomas descritos pela nosologia psiquiátrica que caracterizam cada uma - a Paranóia - (sujeito faz do mundo externo uma fonte de perseguição e medos) – a Hipocondria (sujeito se congela no presente através de mal estares que se fixam no corpo físico) – e a Histeria (repetição da hipocondria, acrescentando rigidez muscular e dramatização), os autores concluem que a lógica psíquica disseminada e intensa na população estudada é: “algo ou alguém quer me destruir, meu corpo está em falência e, por favor, me salvem” (Sampaio e Soratto, 1995, p.225).

Em *Paranóia e Trabalho*, os autores relatam, primeiramente, a realidade organizacional do Centro de Processamento de Dados: mostram sua divisão em seis setores (Apoio, Digitação e Microfilmagem, Preparação, Conferência, Serviço e Processamento de Dados), descrevem a forma dos turnos de trabalho, a distribuição da força de trabalho por setores e, em seguida, passam a descrever os resultados da aplicação do Inventário Minisota Multifásico de Personalidade (MMPI), onde se constata, em síntese, que os setores mais comprometidos em termos de sofrimento psicológico são os de Preparação, de Digitação e Microfilmagem e Conferência. É relatado, também, a observação direta do processo de trabalho, onde se descreve a divisão do CPD em três grandes núcleos: o primeiro que engloba a Preparação, Digitação e Microfilmagem e Conferência, o segundo que engloba os setores de Serviço e Apoio e, o terceiro que engloba o setor de Processamento de Dados, caracterizando suas funções e o tipo de trabalho executado em cada um deles. Na última parte, os autores fazem uma discussão dos dados: afirmam que dos seis setores, três deles (Digitação e Microfilmagem, Conferência e Preparação) possuem a característica de serem um “serviço de massa” e, por esta característica são setores que exigem maiores esforços de funções cognitivas, tais como atenção concentrada e memória, além do trabalho se dar basicamente na posição sentada. Do Setor de Serviço marcam como sendo aquele que exige uma qualificação maior para a execução das tarefas e o de Apoio é caracterizado por uma maior variação das atividades, sendo o ritmo não intenso.

Apontam, em seguida, alguns estudos que buscaram conhecer os problemas de saúde, advindos da introdução do computador na divisão do trabalho, fazendo notar como “um aspecto importante do trabalho em terminais de computadores não tem merecido a atenção devida (...) os efeitos da parcialização do trabalho e a fragmentação do processo produtivo”. Deste modo, concluem que, se a informática inova os mecanismos de controle e, se por outro lado, o controle sobre a própria tarefa é importante para o sujeito que a realiza, cabe perguntar, “qual os seus efeitos sobre a saúde mental do trabalhador?”, sendo relatado como os resultados epidemiológicos indicaram a prevalência da “Paranóia”, nos trabalhadores diretamente vinculados ao computador dentro do banco, o que conduz a conclusão de que, no entanto, “é preciso examinar os aspectos qualitativos do trabalho do digitador (particularmente), assim como realizar uma análise crítica da etiologia da paranóia” (Codo e outros, 1995, p.314-315).

No estudo sobre a “*Síndrome do Trabalho Vazio nos Bancários*”, Codo, Sampaio, Hitomi e Bauer tratam de definir primeiramente o que é trabalho vazio: um trabalho em que o

ponto de partida é exatamente igual ao ponto de chegada (de um caixa bancário, por ex.), um trabalho em que o trabalhador parte de um zero e chega a ele ao final da jornada, sendo interrogado em seguida, como que:

se os homens necessitam dos produtos do trabalho para a construção de suas identidades sociais, como os bancários modernos poderão fazê-lo num circuito de produção dinheiro-dinheiro, sem produto?" (CODO e outros, 1995, p.319).

Passam, então, a descrever a pesquisa, conduzida em uma agência e em um CPD de um grande banco estatal brasileiro, no qual a população epidemiológica do estudo constituiu-se em um conjunto de 379 pessoas, distribuídas em grupos de função (grupos de função que exercem trabalho "vazio", grupos de função com trabalho "cheio" e um grupo de controle).

Na análise dos resultados epidemiológicos obtidos pelo MMPI, os autores verificaram duas escalas clínicas afetadas em associação, quais sejam: a depressão e a histeria. A hipótese principal que os pesquisadores buscam verificar é a de que "o trabalho vazio está relacionado com a "depressão narcísica", demarcada como sendo um quadro psicopatológico que sintetiza as escalas de "Depressão" e "Histeria".

Relatam como a ocorrência da "depressão narcísica" é encontrada em magnitude significativamente mais elevada nos grupos de função, que realizam um trabalho vazio em relação aos demais, ou seja, há uma marcante presença associada dos sintomas depressivos e histéricos nos trabalhadores, com ausência do produto de trabalho, sendo ainda aplicado um "modelo de regressão logística" para o controle de outras variáveis tais com sexo, idade, educação, etc. Desta forma, os autores concluem como os "resultados apresentam diferença estatisticamente significativa entre o 'trabalho vazio' e o 'trabalho cheio', pois nenhuma outra variável foi capaz de oferecer contribuição estatisticamente significativa, para predizer a "depressão narcísica" (Codo e outros, 1995: p.324).

Elaboram, teoricamente, a partir destes dados, como o "mal estar do trabalho vazio" é produzido pela dificuldade de construção da identidade social, em função da ausência do produto de trabalho, chamando-se a atenção para como os sujeitos com menos de trinta anos de idade não se mostram afetados pelos sintomas associados de "Depressão" e "Histeria" e, tampouco as mulheres casadas com suporte social de famílias a cuidar. Ou seja,

aqueles que possuem vinculação necessária com família por cuidar ou juventude cheia de utopias para o futuro parecem encontrar identidades alternativas para aquelas que o trabalho vazio está prejudicando e assim podem escapar deste

padrão de sofrimento psicológico (CODO e outros, 1995, p.327).

Como acréscimo, os autores tratam de fornecer uma descrição do padrão nosológico depressivo-histérico, apontado pela literatura, afirmando que neste quadro os sujeitos tendem a ser imaturos, egoístas, egocêntricos, inseguros e com necessidade de atenção, afeto e simpatia, mostrando-se desconfortáveis por precisarem dos outros e com uma pobreza no envolvimento emocional genuíno. E, em seguida, afirmam como os resultados conseguidos pelo MMPI são confirmados pela entrevista de aprofundamento e representação do trabalho (EART), onde citam ser comum “um clima de desassossego, um persistente sentimento de infelicidade no meio dos valores do individualismo, do sucesso, da vaidade” (Codo e outros, 1995, p.328).

Por fim, os autores chamam a atenção para como o trabalho vazio impossibilita o bancário de conhecer e se reconhecer plenamente no que faz, sendo que “a experiência é de des-significado, um vegetar entre nadas” e, concluem como o quadro de “depressão narcísica” resulta da “experiência de um viver sob a ameaça de não ter futuro, de um esforço sob a ameaça de não ter recompensa, de um trabalho que não transforma, não cria”. E, ao final, fazem os autores, um alerta para como, no atual momento de nossa sociedade, cada vez mais este tipo de trabalho está presente, o que pode fazer crescer em larga escala a “Síndrome do Trabalho Vazio” (CODO e outros, 1995, p.328).

Um último estudo epidemiológico, que agora descreveremos, está exposto em *Educação: Carinho e Trabalho* (1999). Para esta exposição detalharemos a primeira parte do livro - que demarca certas noções teóricas - e as partes V e VI - que tratam do fenômeno de *Burnout* bem como das conclusões da pesquisa. Omitiremos, aqui, o detalhamento das partes II, III, IV, visto ter se mostrado suficiente para aos objetivos de nosso estudo, a exposição que fizemos no segundo capítulo.

Ao demarcar a “ação de educar” no primeiro capítulo da primeira parte, afirma-se como a “escola” é um lugar, onde os atos humanos e seus produtos recuperam sua história e como o professor é o profissional responsável por reconstituir todo o futuro e o passado, presos aos objetos e atos humanos:

Reorganizar o passado, refazer os vínculos com o presente, reorganizar o futuro, eis o que o professor faz, [pois] “quando se estudam ciências (...) o que o professor está fazendo? Está trazendo o passado para que se possa construir o presente dos alunos, para que eles então possam, através da re-significação, construir o futuro” (CODO e VASQUES-MENEZES, 1999, p.44).

O produto do trabalho do professor é identificado como o “aluno educado”, ou seja, “a mudança social na sua expressão mais imediata”. Assim, demarcam os autores como o trabalho do professor é “imediatamente histórico” e, como que, ao buscar se aplicar a definição de “alienação” ao trabalho do professor, este último se encontra fora dos limites do taylorismo/fordismo, à medida que “o saber e o saber fazer estão nas mãos do professor”, “o produto (do trabalho) não é um objeto, mas outro ser humano” e, sendo assim, “difícilmente o produto do trabalho será sentido como algo estranho, que se opõe a ele (trabalhador da educação) (Codo e Vasques-Menezes, 1999: p 47).

O segundo capítulo - *Trabalho e Afetividade* - expõe as relações entre o trabalho educativo e afetividade: demarcam como o trabalho do professor é “um trabalho carregado de afeto” e, se, por um lado, tem “tudo para ser o melhor, porque não há fragmentação”, ao mesmo tempo, é um trabalho delicado em termos psicológicos, à medida que “para ser efetivo, para que atinja seus objetivos, a relação afetiva professor-aluno, necessariamente, tem que ser estabelecida, ou seja, “o professor precisa que os alunos estejam de seu lado; se estiverem contra ele, funcionarão como obstáculo a qualquer conteúdo a ser assimilado”. Referente ao significado atribuído ao produto, este mostra-se como resultado da energia afetiva investida no objeto, o subjetivo é, então, o significado dado ao mundo, ao ser modificado através da ação.

A afetividade é demarcada, como já feito anteriormente em *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento*, como o significado ‘impresso’ no produto pela atividade de trabalho, chamando a atenção para o “circuito afetivo”, que se estabelece na dupla relação eu-outro: o que eu invisto ou faço em relação ao outro e o que o outro retribui e retorna a mim do que foi investido. Afirmam, neste sentido, que existe no trabalho do professor um fator de caráter “estrutural”, que impede o retorno para o professor, do investimento afetivo na mesma medida. Os autores esclarecem a existência deste fator estrutural, dizendo que os alunos estão sempre de “passagem por suas mãos”, à medida que sempre ficam um ano e passam para outro professor ou, ainda, ao fim do dia vão embora, ou abandonam a escola. Assim os afetos investidos não retornam da mesma maneira e, caso o professor não encontre meios alternativos nos quais investir sua afetividade (seja melhorando a escola, investindo em sua transformação, etc.), ou seja, à medida que “faltam-lhe outros modos saudáveis de dar vazão a esta energia afetiva, então o quadro de sofrimento se instaura”, sendo, ainda, assinalado como que

a energia afetiva que não encontrou formas de vazão, quando retorna para sua origem (...) passa a ser negativa, destrutiva, nesse caminho de volta. O resultado é o indivíduo

agredindo a si mesmo. Os sintomas deste sofrimento podem ser notados a todo o momento, seja através de dores de cabeça, dor nas costas, perda de voz, cansaço, irritabilidade, dificuldade de estabelecer relações afetivas mais profundas, etc. (CODO e GAZOTTI, 1999, p.57- 59).

Completando esta primeira parte, o capítulo *Crise de Identidade e Sofrimento* reflete a crise de identidade desta categoria profissional neste final de século, no Brasil e, suas relações com o sofrimento psíquico. Os autores colocam as transformações da identidade de gênero, das características da formação profissional e da função social da educação e das escolas resultantes das mudanças no mundo do trabalho, neste final de século, como todos estes elementos - demarcados como pilares na construção da identidade destes profissionais - têm deixado em crise a identidade destes profissionais. E, deixam em crise, à medida que estes fatores têm influência sobre os diferentes aspectos da “realidade do trabalho” nas escolas e, por esta via, acabam tendo efeitos sobre a conflitiva relação estrutural, que todo educador mantém com seu trabalho”. Desta forma, é que o “sofrimento psíquico poderá resultar desse ‘jogo de interdições’ que a realidade do trabalho nas escolas impõe a realização do afeto e emoção que o trabalho (de professor) demanda dos educadores”. Assim:

o espaço para o sofrimento psíquico se abre quando esse investimento carece de sentido (...). O trabalhador se observa no seu produto como num espelho, seu produto o interpela. Se a objetivação da sua subjetividade no aluno mostra uma face negativa (o aluno não aprendeu ou aprendeu muito mal) ele será recorrido por um frisson: sua identidade será atingida (CODO, coord. 1999: p.84).

Passemos agora para a quinta parte de *Educação: Carinho e Trabalho* para detalharmos as relações entre as ocorrências pesquisadas e os sintomas de *Burnout*.

Em *O Conflito entre Família e Trabalho e o Sofrimento Psíquico* os autores mostram como, apesar do percentual da população estudada que apresenta o conflito ser pequeno, segundo os autores (6%), merecem ser relacionados estes dois tópicos. O primeiro dado identificado é que o índice de “exaustão emocional” aumenta significativamente na presença do conflito trabalho x família (conflito caracterizado quando o trabalhador sente que seu trabalho rouba o tempo que deveria ser dedicado à família). É dado um pequeno exemplo de uma professora que precisa se dedicar e dar conta das exigências da escola, ao mesmo tempo em que se sente em falta com sua família por muitas vezes ter que trabalhar demais: “eles entendem, quem não entende sou eu” afirma a professora, mostrando-se uma mulher que se

exige em ter que garantir o futuro dos filhos e que não faz diferença entre estes e seus alunos. A explicação dada é que seu esgotamento gera baixa auto-estima (pois, por mais que faça não conseguirá fazer tudo que tem vontade ou que acha que deveria fazer) e como em função disso realiza um “afastamento afetivo do que lhe causa dor e sofrimento”, que são o afeto que a família e o trabalho lhe exigem: é o recurso à despersonalização, explicam os autores, usado como defesa a esta situação.

Com respeito a relação entre a ausência de suporte afetivo e *Burnout*, tratam as autoras, primeiramente, de definir suporte afetivo. Assim, por suporte afetivo entendem as autoras como sendo aquela relação de amizade que cria vínculos mais íntimos, mais próximos, amizade com a qual se possa dividir preocupações, amarguras, esperanças, na presença da qual se sinta conforto, segurança e confiança. Na população pesquisada identificaram cerca de 14%, sofrendo com a ausência de suporte afetivo, um percentual significativo do ponto de vista epidemiológico, segundo as autoras. Os dois pontos observados que parecem circundar o problema, de acordo com as pesquisadoras, são identificados como: (1) quanto maior a participação do professor na renda familiar, maior o sentimento de falta de suporte afetivo e (2) quanto mais a relação de bens, menos a sensação de falta de suporte afetivo. Explicam, a função do primeiro ponto dizendo que, para ocorrer a participação de uma maior renda implica numa vida diária extremamente corrida e muito angustiante devido a falta de recursos e a necessidade de provê-los e, desta forma, quanto mais ocorre esta correria, mais angústia e mais falta de suporte afetivo. Em relação ao segundo ponto, explicam que, quanto menos bens materiais, menos possibilidades de contatos sociais que permitiriam a criação de suportes afetivos. O resultado deste “desamparo” (falta de suporte afetivo que leva as pessoas a só contarem consigo mesmas), conduz, segundo os dados da pesquisa, aos sintomas de “exaustão emocional” e à “despersonalização”. Explicam deste modo, como o professor, na falta do suporte afetivo “não tem com quem dividir as travessuras do aluno, a discussão com um pai... a briga com a diretora ou colega de trabalho, e tem ainda os filhos, o aluguel”, precisando dar conta de tudo isto sozinho, logo “a exaustão emocional é inegável”, sendo observado como o índice de “exaustão emocional” dobra na presença da falta do suporte afetivo.

Em relação a despersonalização é explicado que, perante uma maior “exaustão emocional” e, ainda, face a uma tarefa que exige afeto e dedicação a:

saída encontrada é de minimizar este afeto, pelo menos no trabalho (...) provocando, inconscientemente, um endurecimento emocional, se tornando insensível aos

problemas do dia-a-dia (VASQUES-MENEZES e GAZOTTI, 1999, p.265).

É observado, ainda, como o percentual de professores com alta despersonalização dobra quando associado a falta de suporte afetivo.

Quando se discute a relação entre “suporte social e sofrimento psíquico”, as autoras, também, tratam de, primeiramente, esclarecer “suporte social”, como sendo aquela rede de contatos sociais com vizinhos, colegas ou conhecidos que auxiliam a resolver problemas, a esquecer de aborrecimentos, a distrair-se e até ajudar que o tempo passe. Segundo as autoras, a pesquisa identificou um percentual de 18% da população que reclama da falta deste suporte. Os resultados apontam, segundo Vasques-Menezes e Soratto, para um comprometimento dos fatores de “Exaustão Emocional” e “Envolvimento Pessoal no Trabalho”, ligado a esta falta. As autoras explicam, que as pessoas com falta de suporte social vivem seu cotidiano sem uma saída, que as façam renovar as baterias, limitação esta que conduz ao desânimo e a “exaustão emocional”, que contamina outras esferas da vida. O fator “Envolvimento Pessoal no Trabalho” é atingido à medida que o desgaste emocional aumenta, e o trabalho ao invés de mostrar-se como uma instância que protege o indivíduo, apresenta-se também cheio de demandas, o que conduz o professor a baixar o envolvimento com o próprio trabalho.

Com respeito ao tratamento dado às relações entre “suporte social no trabalho e *Burnout*”, define-se, primeiramente, este suporte como sendo caracterizado por relações de cooperação, pela qualidade dos vínculos e pelo desejo de trabalhar em conjunto. Com relação aos resultados da pesquisa, verificam como a falta de suporte social no trabalho correlaciona-se a um comprometimento nos índices relativos a “relação com o produto”, “controle sobre o trabalho”, “rotina de trabalho”, “satisfação” e “comprometimento”. Ou seja, como existem ligações entre a qualidade das relações sociais no trabalho e *Burnout*, sendo mostrado como os sintomas que indicam *Burnout* – exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento pessoal – atingem e prejudicam as relações sociais no trabalho implicando principalmente, em perda na relação com o produto e nas relações de feedback, que por sua vez, geram mais *Burnout*.

Nas relações entre *Burnout* e carga mental no trabalho, apontam os autores que, o fator nocivo do trabalho não é a quantidade de tempo que se dedica a ele, mas está nas condições, na organização e na relação com o trabalho: afirmam que o que as pessoas buscam não é abandonar o trabalho, mas sim abandonar o emprego alienador, que compromete a integridade

psicológica do trabalhador: “o que as pessoas buscam quando lhes oferecemos a possibilidade imaginária de ganhar na loteria, ou quando efetivamente jogam, é a chance de um trabalho sadio” (Soratto e Pinto, 1999, p.283). Em seguida, definem carga mental como sendo a característica resultante do trabalho fragmentado, sendo a repetição e a falta de controle sobre o processo, fatores responsáveis por altos níveis de carga mental. Na análise dos dados empíricos, Soratto e Pinto afirmam como a carga mental aparece em níveis preocupantes entre a população estudada, existindo efetivamente um problema relativo a este fator no trabalho do professor. O ponto comum encontrado na população estudada e, que se associa aos altos níveis de carga mental é a “diversificação do trabalho do professor”, implicando um trabalho fragmentado, neste aspecto. Ou seja, “o número de empregos, o número de turmas e/ou turmas diferentes, o número de disciplinas, de escolas, de alunos por turma”, enfim, toda esta diversidade implica condições que aumentam os níveis de carga mental no trabalho do professor. Em suma, é explicado como esta diversidade gera a impossibilidade de atenção necessária aos alunos, a impossibilidade de preparar como deveria as aulas, de se criar os vínculos necessários para realizar o trabalho. Portanto, a carga mental atinge o professor à medida que este está impossibilitado de realizar seu trabalho.

A relação desta carga mental, identificada com os sintomas de *Burnout*, é analisada através da qual esta situação de impossibilidade de realizar o próprio trabalho implica na perda, por parte do professor, do controle sobre a situação de trabalho, da qualidade das relações interpessoais e do investimento afetivo, sendo o custo emocional para tocar à frente esta situação, muito alto, o que explica os altos índices de “exaustão emocional”, correlacionados à carga mental. Além deste fator, os autores indicam que associados a altos níveis de carga mental aparece, também, o sintoma de “despersonalização”. Explicam isto, afirmando: “como não se importar em dar menos atenção ao outro do que a função exige ou o desejo ordena?”, sendo a saída encontrada pelo trabalhador é o “transformar 200 alunos em apenas 200 alunos (...), em números ou nomes de uma lista de frequência” (Soratto e Pinto, 1999, p.293).

Nas relações entre a “importância social do trabalho e *Burnout*”, onde se trata de analisar a relação do professor com o produto de seu trabalho e sua ligação com os sintomas da síndrome pesquisada, indica-se que “apenas 8,7% dos professores percebem a relação com seus respectivos produtos de trabalho como problemática”. Mas, o que faz com que estes trabalhadores passem a sentir seu trabalho como inútil, indagam os autores? Neste sentido, analisando os dados da pesquisa, identificam como a incidência de índices significativos nos fatores “comprometimento”, “satisfação”, “rotina” e “suporte social no trabalho”

correlacionam-se com índices problemáticos, no que diz respeito ao fator “controle sobre o trabalho” dos professores, o que por sua vez, afeta a relação que o professor estabelece com o produto de seu trabalho. Assim, estabelecem os autores, uma relação de determinação entre a relação problemática com o produto e *Burnout*, à medida que problemas na relação com o produto alimentam a percepção do trabalho como inútil, o que por sua vez aumentam os sentimentos de *Burnout* no professor e, assim, o circuito se instala.

Na análise das relações entre a participação no sindicato e *Burnout*, são verificados altos índices de exaustão emocional correlacionados nos trabalhadores ligados ao sindicato, o que leva os autores a interrogar sobre as razões deste acontecimento. Passam a mostrar como a crise global, que atinge o sindicalismo, faz com que os trabalhadores que participam do sindicato, se tornem aqueles que experimentam na pele, no dia-a-dia, a crise que atinge esta organização, agravada ainda pela desvalorização sofrida pelo serviço público, o que agrava mais o desgaste e o esvaziamento do movimento sindical. Desta forma, explicam Codo e Batista, aqueles que atuam no sindicato hoje vivem uma dupla jornada de trabalho, vivem crises ou rupturas de laços familiares e/ou de amizade, sofrem a discriminação nos locais de trabalho, agravada nos momentos de greve e, em função de tudo isso, são levados à “exaustão emocional”.

No capítulo em que se discute a relação entre a segurança nas escolas e sofrimento psíquico, é marcado como os atos de violência desorganizam totalmente o cotidiano escolar e minam a confiança nas interações sociais, como o vandalismo que além da insegurança que ocasiona, interdita a possibilidade de tecer linhas de contado entre o afeto e o trabalho, além dos efeitos diretos que as agressões entre alunos e professores provocam, concluindo que o resultado não poderia ser outro, qual seja, a “exaustão profissional” e a “despersonalização”. O vandalismo leva a “exaustão emocional”, de acordo com os autores, à medida que leva a um conflito entre as relações que o professor precisa construir com os alunos para o seu trabalho versus as relações que a violência o obriga a construir. Da mesma maneira, é explicado que a agressão freqüente leva a “despersonalização” na medida em que a afetividade necessária para a realização do trabalho fica dificultada, o que “leva o professor a atuar no limite extremo da obrigação” (Batista e Pinto, 1999, p.318). Em suma, é marcado como todos estes elementos “impõe um cotidiano de trabalho praticamente sem controle”, sendo que “esta alienação com a perda do controle sobre o trabalho leva os educadores ao sofrimento psíquico” (Batista e Pinto, 1999, p.323).

Sobre a relação identificada entre a carência de materiais básicos e de apoio e os sintomas da síndrome, a explicação dada pelos autores é que o déficit destes materiais básicos e de apoio “invoca a criatividade”, leva o professor a procurar alternativas, e, à medida que isso ocorre, ganha reconhecimento, e seu trabalho ganha significado e, neste sentido, “não há espaço para o sofrimento psíquico”. Já no que se refere às “condições de trabalho nas escolas,” os autores afirmam, como o déficit neste aspecto apresenta uma correlação significativa com os fatores de “baixo envolvimento pessoal no trabalho” e com a “exaustão emocional”, sintomas de *Burnout*. A explicação fornecida para este fato é que o déficit nos recursos que promoveriam melhores condições de trabalho nas escolas não faz com que o professor corte seus vínculos de afeto com os alunos e por isso não incorre em sua despersonalização; ao contrário, seu problema mostra-se com “o trabalho na escola” e por isso, é com ela que sua relação vê-se afetada, o que se traduz em seu “baixo envolvimento pessoal com o trabalho”. Com relação à “exaustão emocional”, que, também, aparece correlacionada com o fato do “déficit das condições de trabalho”, é explicado que sua manifestação surge como consequência do sintoma de “baixo envolvimento pessoal no trabalho” (Batista e Odelius, 1999, p.329-331).

Sobre o tipo de gestão nas escolas e suas relações com algum sintoma da síndrome da desistência, afirmam as autoras como o tipo de gestão é um elemento que compõe o conjunto das “condições de trabalho” e em função deste fato, trás seus desdobramentos ao nível de sofrimento ou satisfação psicológicos. É apontado que existe uma relação, qualificada como “indireta”, entre o tipo de gestão tradicional e a exaustão emocional, refletindo-se sobre quais os fatores derivados do tipo de gestão que fazem a intermediação entre a gestão tradicional e a “exaustão emocional”, quais sejam: afirmam que foi encontrada uma correlação entre os fatos “maior integração entre escola-comunidade” e “menor o número de vandalismos”, situações estas associadas geralmente a um tipo de gestão mais democrática exercidas nas escolas. As autoras explicam que, quanto maior a integração escola e comunidade, menos a escola é vista como algo externo pela população, e mais como algo que lhe pertence, o que diminui o vandalismo, que por sua vez, está correlacionado de forma positiva com um dos sintomas do *Burnout*: a “exaustão emocional”. Outro fator, derivado do tipo de gestão é que, quanto maior a democracia e a participação na escola, mais as chances desta melhorar sua infra-estrutura e com isso diminuir o déficit com relação aos “recursos que promovem melhores condições de trabalho”, assinalado pelas autoras como tendo também uma correlação positiva com a exaustão emocional. Em síntese, Batista e Odelius afirmam como as relações entre tipo de

gestão é o surgimento de exaustão emocional “só pode ser entendida num contexto de carências diversas, instituídas por um tipo de gestão denominado tradicional” (Batista e Odelius, 1999, p.336).

No que diz respeito ao fator salário e seu poder de compra, os autores, também apontam uma correlação indireta com *Burnout*, que passa pelos fatores “iniquidade”, “dispersão salarial” e pelo “baixo poder de compra”. Com respeito ao fator “iniquidade”, é explicado que, na medida em que, todo o esforço que o professor despense não trás como consequência um padrão de vida e consumo compatível, esta “iniquidade” passa a ser “sentida, sofrida, pesa sobre os ombros, altera o ânimo para o trabalho (...) aquele trabalho que se define na prática, como uma relação simbiótica, visceral, do educador com os seus alunos”. Assim, afirmam as autoras:

quanto mais relação existe entre o esforço e as consequências, maior o nosso sentimento de controle sobre o meio, maior a nossa possibilidade de intervenção (real ou imaginada), e melhores condições pessoais temos de lidar com as dificuldades normais do cotidiano (ODELIUS e RAMOS, 1999, p.338).

E, ao contrário, quanto mais incontrolabilidade sobre o meio, mais frustração e, quanto mais frustração mais desamparo e assim mais sofrimento psíquico. O fator de “grande dispersão salarial entre a categoria” é tido pelas autoras como um agravante da “iniquidade”, na medida em que esta dispersão salarial não tem qualquer relação com o esforço despendido pelo profissional, tendo ainda a agravante de fazer conviver, lado a lado no cotidiano escolar, pessoas com remunerações extremamente diferenciadas.

As autoras, ainda, fazem notar como há um descompasso entre a “identidade social da categoria” (que se caracteriza por uma homogeneidade em termos ocupacionais, por sua alta taxa de sindicalização, e por sua formação intelectual que chega a doze ou quinze anos fazendo dela uma categoria ‘especial’ na sociedade) e seu “padrão de consumo”, que faz do professor um operário das letras. Descompasso este que trás implicações, segundo as autoras, para a identidade profissional desta categoria. Desta forma, Odelius e Ramos perguntam como fica então, em termos de identidade, este profissional, na medida em que vive esta disparidade entre a importância de seu trabalho e o retorno que tem em termos de remuneração, ou seja, “como fica para os outros, para seus alunos, para seus filhos, e principalmente, como fica para si mesmo?”. As autoras relatam, ainda, que os dados epidemiológicos obtidos apontam uma correlação significativa entre o sintoma “baixo envolvimento pessoal no trabalho” e a “baixa

remuneração-salário”, bem como, também uma correlação significativa entre “despersonalização” e “baixa remuneração-salário”. Desta forma, concluem como “a relação entre dinheiro e sofrimento é indireta e onipresente” (Odélius e Ramos, 1999, p.352-354).

No último capítulo, perante o fato daqueles estados que apresentam elevados índices de desenvolvimento econômico indicarem elevados percentuais de sofrimento psíquico entre os professores, os autores explicam que um estado ou município mais pobre, os salários em geral são menores, as possibilidades de emprego para todos são menores e o professor acaba assumindo, relativamente, uma posição não tão inferiorizada social e economicamente. Ao mesmo tempo em que, somam a isto o fato de o estilo de vida ser mais tranquilo e os níveis de violência serem bem mais baixos. Desta forma, o professor tem melhores condições de planejar a vida, ou seja, tem melhores condições de controlar sua vida de uma forma mais efetiva, o que resulta em menos incidência dos sintomas da síndrome. O contrário, explicam as autoras, acontece nos estados e municípios com PIB mais elevado, pois, neste caso, o salário é relativamente mais baixo, o prestígio social está também mais rebaixado, ao mesmo tempo que nos locais mais ricos e desenvolvidos se acumulam os problemas com transporte, poluição, violência, etc., o que torna o professor mais suscetível ao *Burnout*.

Na última parte de *Educação: Carinho e Trabalho* é importante destacar as reflexões sobre o dinamismo psíquico do professor realizado pelas autoras. Fazem notar como o tipo de trabalho que o professor faz é moldador da característica psicológica caracterizada como “Mania”. E o é à medida que é um “trabalho completo”, como já explicado, e neste sentido, o professor esmera-se no trabalho, envolve-se, preocupa-se com ele, sendo o ‘idealismo’ a tônica destes profissionais da educação. Deste modo, este idealismo alimenta a necessidade de fazer muito pelo trabalho, provoca uma hiper-agitação para sempre superar as dificuldades, uma impulsividade que joga para frente, para quebrar as adversidades, uma inquietação que não o deixa parar, uma crença de poder, com as próprias mãos, modificar o destino dos alunos, da escola, da educação, do mundo. Assim, acrescentam as autoras “cria-se um círculo vicioso que se retro-alimenta: por acreditar que pode, ele faz, e por ver que fez, ele acredita que pode” e deste modo, é feito notar como existe uma “percepção subjetiva do professor, que orienta, regula e motiva a sua atuação” (Vasques-Menezes e Gazotti, 1999, p.373).

As autoras marcam na continuidade, como este dinamismo psíquico, com a passar dos anos de carreira do professor vai se perdendo, ou seja, conforme os dados, quanto mais tempo de profissão, menos a característica psicológica de “mania” está presente nesta população. Explicam como esta personalidade maniaca é confrontada dia-a-dia com frustrações e

limitações inerentes à realidade do trabalho, ou seja, como o professor vai se colocando diante de uma armadilha de ser, por um lado, um idealista incansável e, por outro, ter que criar mecanismos contra as frustrações que lhe impõe um pé no freio em seu idealismo. O *Burnout*, então, seria a síndrome “de um profissional encalacrado entre uma vida que castra os sonhos um a um, e uma profissão que tem nos sonhos o seu modo de ser” (Vasques-Menezes e Gazotti, 1999, p.378).

Por último, explica-se que a falta de retorno ao passar dos anos, da energia afetiva investida no trabalho, esta perda, portanto, do dinamismo de “mania”, vai gerando um processo simbólico em que o indivíduo vai se fechando sobre si mesmo, vai perdendo o interesse pelo mundo externo que não retribui a energia afetiva investida, e como uma estratégia de defesa, o sujeito passa a se colocar numa posição depressiva e entristecida. Mas, ocorre que, o trabalho continua exigindo suas demandas do professor, o que conduz o indivíduo ao sintoma da “despersonalização”, na medida em que, seu mecanismo psíquico “opta por manter a energia psíquica represada ao invés de encontrar formas alternativas para sua liberação” e, deste modo, ao realizar esta opção, o trabalho passa a tornar-se impessoal, sem afeto, “despersonalizado”, com o indivíduo tendo que criar uma “carapaça protetora”, mesmo que seja inconsciente, para não mais se deixar envolver, e afetar sua “paz interior”, e assim negar sua emocionalidade por um mundo que só lhe trouxe frustração.

3.2.3. O fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho no recorte clínico

Detalhemos, primeiramente, o caso clínico exposto em *Saúde Mental e Trabalho Têxtil* que aparece exposto em *Sofrimento Psíquico nas Organizações*. O caso clínico é de uma mulher, 32 anos, branca, residente em Ribeirão Preto, com estudo primário, com casa própria, católica praticante, casada por 12 anos e separada há dois meses. Mãe de três filhos pequenos, sendo o ex-marido de 37 anos, mecânico autônomo. Ela, uma operária de indústria têxtil há 18 anos, recebe dois salários mínimos e mais uma pensão de ½ salário mínimo do ex-marido. Pai aposentado e mãe do lar, sendo a paciente a mais velha e única mulher de um total de três irmãos.

As queixas que a conduziram à procura das consultas eram: irritabilidade, sensação de opressão cardíaca, tontura, dificuldade de começar a dormir e sonhos rústicos, envolvendo situações de sobressalto e ameaças indefinidas.

Em seguida, os autores realizam o que definem como ‘mapa dos problemas’, onde pontuam: (1) esposo alcoolista, (2) relacionamento com a mãe pouco afetivo/mãe autoritária, (3) por não ter tempo de cuidar dos filhos teve que passá-los aos cuidados da mãe a quem condena o modo de tratá-los, (4) sempre apresentando a mesma relação de sujeição, seja com a mãe, com o trabalho ou com o ex-marido, (5) acha que a mãe sempre lucrou às suas custas, transferindo primeiro os cuidados dos irmãos mais novos, depois o cargo na empresa, e (6) o trabalho como um tormento que invade sua casa e seus sonhos.

Depois de relatado este “mapa”, os autores passam a expor o resultado da observação realizada através do EART (Entrevista de Aprofundamento e Representação do Trabalho), dividido nos tópicos “representação de si mesma”, “representação da família”, “representação das relações sociais”, “representação do trabalho”. Do primeiro tópico (representação de si mesma), aparece no relato da paciente uma mulher que não dá importância para sua aparência, que não se acha inteligente, que não sente necessidade de sexo e que alguma felicidade viveu antes de trabalhar e casar, sendo, que, de dois anos para cá, vem cansada de viver, tendo o casamento fracassado e o trabalho se tornado muito difícil e exigente. Não dorme bem, acorda certas noites em sobressaltos, às vezes sonha que cai em buracos, que tropeça, sente as pernas tremerem e, em relação a separação, afirma que, devido a ela, mais do que nunca está obrigada a trabalhar e deixar os filhos com a mãe, que quer criá-los como a criou, coisa que desaprova.

Do segundo tópico (Representação da Família), aparece no relato da paciente o comentário de ser muito dependente da família, ao mesmo que se queixa do problema da mãe sempre fiscalizar tudo e estar sempre muito distante, seca e nervosa. Em relação aos seus filhos, a paciente relata adorá-los, mas não ter paciência com eles. Do terceiro tópico (Representação das relações sociais), relata que sempre foi alguém normal, com facilidade para fazer amigos, nunca foi embotada, mas com o trabalho danado que realiza, com a preocupação com os filhos e a cachaça do marido “é impossível agüentar”. Acha que seus problemas são da criação, do jeito de ser da sua mãe que aprendeu e de sempre fazer às vezes da mãe desde garotinha e, são, também, do casamento e do trabalho, são enfim, “da vida”, afirma. Do último tópico (Representação do trabalho), a paciente relata ser o trabalho o jeito de esquecer os problemas de casa. Afirma, que nele não tem possibilidades de carreira, de ascensão, o ambiente é muito quente, barulhento e abafado e que fica nervosa devido a fiscalização e cobranças das chefias. Relata sua rotina de trabalho, que necessita de muita atenção nas máquinas e força nas pernas, por ficar em pé o tempo todo, mas não acha que seja puxado cuidar dos dez teares automáticos, que são de sua responsabilidade e que, o bom do trabalho, é

o relacionamento com suas colegas. A respeito do produto de seu trabalho acha que ele é a peça tecida, mas não sabe se realmente é um produto dela ou da máquina, e não vê significado nenhum no que faz. Em relação ao tempo livre, aparece em seu relato que precisa ficar cuidando dos filhos ou de sua saúde o tempo todo, e queixosamente, fala da desgraça de “nascer e morrer tecelã”.

Depois desta exposição os autores passam a realizar uma elaboração do problema da paciente, dividindo em alguns tópicos e mais uma síntese final: num primeiro tópico comentam a “lógica da cliente”, com os autores mostrando como a relação com a mãe, com o casamento, a vida sexual, seu trabalho enfim, são “uma bagunça” (palavra expressa pela paciente para queixar-se da desorganização de seu cotidiano), sendo este o modo como suas experiências estão articuladas, sendo explicado suas explosões de nervosismo em função da “ameaça da bagunça” de suas experiências, idéias e sentimentos. É comentado, ainda, neste tópico como a paciente estando restrita a praticamente dois espaços (lar e trabalho) vive um como anulação do outro, ambos desgastantes e desagradáveis. Num outro tópico os autores comentam as “transferências dos encargos” que a mãe fez a ela: tanto de mãe (transferindo o cuidado dos filhos mais novos) quanto de trabalhadora, transferindo os encargos do trabalho desgastante e, comentam como a cliente é receptora de todas estas transferências, ao mesmo tempo em que, se nega a fazer o mesmo com seus filhos. Em um terceiro tópico, denominado “a consciência sofrida do trabalho ou a consciência do trabalho como sofrimento” os autores comentam como antes mesmo de entrar na produção e cliente já se submetia à família, lógica que vem a se repetir no trabalho e, por fim, comentam como a separação do marido veio no sentido de reduzir o peso sofrido da vida que vivia. Com base nestes pontos comentados, concluem que “se a família é uma experiência obrigatória, se a religião não consegue envolvê-la, se a cidadania política lhe escapa (...) se não realiza qualquer tarefa que lhe objetive e satisfaça sua subjetividade” (Sampaio e Carneiro, 1995, p.238), então falham os modos de reapropriação. Fazendo a relação com a teoria, os autores assinalam que:

a subjetividade e a objetividade entram em estranhamento, o viver paira sem significados aderidos e afetivos, as possibilidades socialmente compartilhadas de reconstruir significados estão impedidas ou são insuficientes (...) sobra o sentimento de vazio existencial, o sofrimento psicológico (Nascer, viver e morrer tecelã, oh desgraça!). (SAMPAIO e CARNEIRO, 1995, p.239).

Em um último tópico de análise denominado “as exaustivas exigências contraditórias do corpo e do psiquismo” são comentados três pontos: como a vivência do trabalho é marcada pela consciência da insalubridade e da periculosidade, construindo assim uma certa prontidão hipocondríaca; como a organização do trabalho não oferece atrativos de ascensão profissional e aumento salarial, num taylorismo que faz a cliente resvalar diante de um futuro cheio apenas pela possibilidade de repetição, de um produto impensável e fragmentário e de esmagadoras exigências; e de um processo de trabalho corrido, repetitivo, mecânico, compulsivo por produtividade, e criador de uma prontidão paranóide.

O segundo caso clínico que detalharemos é o relatado em *Saúde Mental e Trabalho: Um Estudo de Caso de Mulher Policial* exposto em *A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico* (Sampaio e Carneiro, 1997, p. 297-320).

Os dados de identificação gerais apresentados são: mulher de 34 anos, policial militar, casada há sete anos com um sargento da polícia militar e com duas filhas menores de sete anos, vivendo em casa própria. Pai aposentado da polícia militar, mãe do lar, sendo a filha intermediária de cinco irmãos. As queixas apresentadas pela paciente, quando procurou o atendimento ambulatorial psiquiátrico, eram de estar apresentando idéias de suicídio e crises que a levaram à unidade de emergência, mas por ter ficado insatisfeita com as soluções procurou tratamento sistemático, julgando-se depressiva.

Em seguida, relata-se o resultado da Entrevista de Aprofundamento e Representação do Trabalho (EART) dividido nos tópicos “representação de si mesma”, “representação sobre a família de origem”, “representação da família atual”, “representação das relações sociais” e “representação do trabalho”. No primeiro tópico (representação de si mesma), a paciente relata “ser forte”, sendo sempre a escolhida da família para dar notícias ruins e, no trabalho, sendo taxada como aquela que não vê o perigo, se reconhecendo alguém corajosa, que não tem medo. O ser policial também aparece no seu relato neste primeiro tópico, afirmando que sempre pensou em trabalhar na polícia, que adorava muito os filmes policiais, principalmente de mulheres policiais, mas comentando que ao entrar para a polícia se decepcionou por só fazer assistência social e não pegar no revólver. Relata que nunca gostou muito de estudar, sendo o que mais queria era estar na polícia. E afirma, ainda, nunca ter tido qualquer doença, e que a única que lhe abateu foi o “nervosismo” que hoje a faz descontrolar-se e explodir à toa, não encontrando explicação para seu estado.

Sobre o segundo tópico (Representação sobre a família de origem) afirma que nada tem a reclamar de seus pais e irmãos, sendo uma família onde todos se ajudam. Afirma também que

sempre foi decidida, sem medo das proibições dos pais, sem medo de discutir o que fosse com eles. Com relação ao terceiro tópico (Representação da família atual) afirma que o marido é alguém bom, que ajuda em casa com a roupa e filhos, apesar deles se desentenderem seguido por terem opiniões contrárias. Afirma que após um ano em Ribeirão Preto eles se casaram, porém nunca mais foi como antes. Cada qual acha que o outro é genioso, nervoso, com personalidade forte e não abre mão de nada, resultando em muitas brigas. Com relação ao tópico “Representação sobre o trabalho”, o relato mostra como a cliente tinha paixão pela polícia, tanto antes de entrar como, também, durante os cinco anos iniciais, mas atualmente não sentia mais nada. Afirma que no primeiro ano na polícia foi estuprada, mas ficou segurando esperança de não perder a paixão pela polícia, até que em determinado momento não foi mais possível. Reafirma neste tópico o fato de, deste cedo ‘querer ser policial’, e acrescenta como conviveu a vida toda com a Polícia Militar através de seu pai, e sempre se considerou corajosa para ser policial. Das funções que exercia destaca que o que mais gostava de fazer eram as rondas nas escolas, o contato com as crianças, o saber que as estava protegendo. No mesmo tópico relata, ainda, os seus horários de trabalho, os turnos, a lógica da carreira, os direitos e garantias, a disciplina e o salário. O relato deste item termina com a cliente afirmado que há oito meses havia pedido afastamento da polícia, e havia cortado a polícia do pensamento, não falava mais sobre, não visitava a corporação, não mantinha amigos de lá e tinha partido para montar um negócio em casa (ser cabeleireira), reclamando da corrupção na polícia, dos marginais que existem por lá, dos policiais que entram na ‘Psicologia’ no criminoso e depois não saem mais, se perguntando se o marido ou o pai já havia caído nestas armadilhas.

Após este relato, mostra-se um ‘mapa de conflitos’ do caso. Como primeiro tópico deste mapa, os autores chamam a atenção para o que classificam como “Idealização apaixonada do trabalho”: afirmam que o trabalho é caracterizado pela cliente como não rotineiro, como lugar de aventura e da vida livre, sendo esta idealização, esta representação do trabalho como algo na esfera do desejo e gerador de uma satisfação criativa e não uma necessidade ou obrigação. Os autores, ao concluírem sobre este tópico, afirmam o conflito gerado pelo confronto da “fantasia cinematográfica idealizada” (do trabalho) versus sua desmistificação frustrante e decepcionante. Num outro ponto, classificado como “compartilhar ou não um segredo vital”, os autores chamam a atenção para a dificuldade da paciente de compartilhar com o marido o segredo do estupro, acontecido antes mesmo de namorarem, e que somente quando deixa a corporação, experimentando o vazio do projeto profissional, declarando-se doente e buscando

psicoterapia, é que o segredo é contado. Em outro tópico classificado como “a imagem de forte e o papel social de mulher”, assinala-se que o deixar de corresponder à figura de forte, representada pelo pai, pelo marido, pelos colegas e exigida pela corporação, constitui uma experiência intolerável, onde a fraqueza só é aceita como doença. Em um último tópico dentro deste mapa de conflitos classificado como “o estado de sítio e o salto”, assinalam os autores que o esforço de articular o trabalho como policial (preenchido pela idealização) com sua vida familiar, levou a paciente a romper com várias coisas de seu cotidiano (tais como: visão messiânica da religião, proximidade com a família de origem, atividades sociais). A tensão gerada entre este esforço e seus rompimentos, somada com a ilusão cinematográfica investida no trabalho, chega ao limite, mostrando-se impossível continuar a mantê-la: observam que, em função disso, a paciente rompe de forma radical com o trabalho, buscando extirpá-lo de sua vida, e realizando um salto para dentro dos conflitos com a família atual (priorizando os papéis sociais de mulher caseira) a conduzindo ao “vazio de uma mera sobrevivência fisiológica” (Sampaio e Carneiro, 1997, p.312).

Depois de realizar este mapa dos conflitos, os autores afirmam que “a despeito da baixa visibilidade do lugar do trabalho na determinação desta história de vida, esta não pode ser entendida sem a compreensão deste trabalho específico”. Passam então a discorrer a respeito das condições sociais e materiais do trabalho de policial, salientando as condições de pobreza e autoritarismo e, em seguida, elaboram que a identidade do policial em geral vincula-se a uma intervenção saneadora das ameaças e males sociais e a convicção pessoal de que estes males e ameaças podem ser anulados ou reduzidos. Mas, “como exercer este trabalho sem correr o risco de se tornar o outro?”, perguntam os autores, afirmando desde modo, como o estupro sofrido pela paciente a conduziu ao colapso de suas referências por descobrir a existência do “policial-marginal”, além de se instaurar o medo de tornar-se o outro, a desconfiança pela possibilidade do pai, do marido terem sido corruptos: “A ameaça de perder a identidade, principalmente uma identidade romântica, frágil, está presente, pressionando, criando urgências. O sentimento de dissolução do eu é um risco profissional”. (Sampaio e Carneiro, 1997, p.315). Por fim, afirmam como a síntese desta situação dá-se quando a paciente busca voltar a trabalhar, mas em um serviço que possa fazer em casa, como o ser cabelêira, o que resulta no “fim da divisão profissão/papel de mulher”, trabalho este que não tensiona seu psiquismo, que não a leva a “beira da ruptura com a saúde mental” e, que a faz cumpliciar-se no refúgio de mãe, mulher e nutridora. Sintetiza-se como a paciente “foi à aventura e percebeu-se desequipada”, aceitando o fracasso de suas idealizações e fantasias no trabalho,

para buscar no espaço doméstico o espaço de realização (Sampaio e Carneiro, 1997, p.313-315).

Um terceiro e último caso clínico está relatado em *O trabalho na Clínica Psicológica* que trata da problemática um trabalhador metalúrgico, exposto em *Sofrimento Psíquico nas Organizações*. Trata-se de um paciente casado, com três filhos, montador de ferramentas de uma metalúrgica, de São Paulo. As suas queixas iniciais eram uma insônia (a mais insuportável), dores de cabeça, esquecimento, irritabilidade e nervosismo, diarreia e incômodos causados por ruídos de uma forma geral.

Inicia-se, fazendo uma apresentação do histórico familiar, relatando que, da família do paciente, seu pai não se importava com o estudo dos filhos, achando que eles tinham que trabalhar, sendo alguém muito enérgico e bravo, que só dava ordens, não conversava, nem participava muito das decisões do dia-a-dia familiar, deixando estas a cargo da esposa. Já sua mãe, preocupava-se com a educação dos filhos, fazendo-os estudar até o máximo possível, e, apesar de com ela existir um pouco de carinho, era alguém muito enérgica, dominadora e controladora. Em relação a sua esposa e filhos, relata-se que o paciente era alguém que fazia tudo para os outros e nada para ele: comprava roupas e brinquedos para os filhos, roupas e utilidades domésticas para a esposa, e nada para ele, levava os filhos no clube, mas não entrava, comprava carro, mas deixava só com a esposa. E, em relação à profissão, trabalhou em empresas que davam boas condições organizacionais e de trabalho, e que sempre foi alguém do tipo que ultrapassava obstinadamente os limites de produtividade exigidos em função de seu empenho e dedicação, nunca faltando ao emprego, e tampouco, reclamando de nada.

Com relação ao trabalho atual, onde se encontra desde seus 39 anos, é relatado que desde os primeiros meses começou a contar os dias para pedir demissão, pois entrou nesta firma apenas para se especializar em parafusos e não pretendia ficar mais de um ano por lá. Mas devido a sua idade, já mais avançada, para conseguir outro emprego com facilidade, e a necessidade de sustentar a família, o paciente foi ficando e está nele até hoje. Relata-se como esta empresa é diferente de todas as quais o paciente já havia trabalhado: lá não dão condições mínimas de trabalho, cobram o produto acabado sem darem as condições básicas para tal, e cada chefe, encarregado, supervisor, etc., dá uma ordem diferente caracterizando uma desordem administrativa, além dos maus tratos dados por seu supervisor direto.

A respeito dos sintomas apresentados pelo paciente é descrito o seguinte: com relação à insônia, este não compreendia por que acontecia, visto residir em uma casa tranquila, em uma

rua tranqüila. É assinalado que o paciente não tinha um sono tranqüilo nos últimos meses pelo fato de sua mãe ter estado hospedada em sua casa e ter o costume de entrar toda noite no quarto de todos em função de ter medo que alguém da família não estivesse em casa. Mas que sua insônia continuou mesmo depois da morte de sua mãe. Outros sintomas relatados são, os “brancos” que o paciente começou a sentir, esquecendo praticamente tudo, além das fortes dores de cabeça, da diarreia que ocorria sempre em situações de nervosismo e descontrole sobre o trabalho e, ainda, suas fortes dores nas pernas que dificultava sua permanência em pé. Em função deste quadro de sintomas descritos, a autora interroga sobre “o que será que ocorreu com o paciente para levá-lo a este desequilíbrio emocional” (Almeida, 1995, p.250).

O primeiro ponto analisado é o da “repetição”. Afirma-se, que o objetivo do paciente era o de aprender um trabalho novo quando entrou na empresa e acabou se escravizando numa pura manutenção de algo que é sempre o mesmo. Na busca de uma compreensão do caso, salienta-se, primeiramente, que esta compreensão poderia ser feita de várias formas possíveis, ou seja, que o caso poderia ter várias leituras possíveis, mas que se dedicará a elaborá-lo à partir dos conceitos sobre Saúde Mental e Trabalho elaborados por Codo, Sampaio e Hitomi.

Neste sentido, afirma-se que se pode “dizer que as situações vividas por ele (paciente) nesta empresa foram os fatores responsáveis de tal quadro clínico”. Com relação à “insônia”, é explicado que, para o paciente sempre foi possível ter o controle de suas atividades e atingir suas metas, mas que a atual empresa lhe tira esta possibilidade de controle. O paciente passaria a ficar, então, em um estado de constante alerta por não saber a que horas o chefe vai lhe mudar para outra tarefa, o colocando em uma situação de constante angústia, incerteza e alienação. Em seguida, faz-se uma relação do trabalho na empresa com a família, assinalando que, no plano familiar, o paciente nunca era aquele que o dirigia, que o controlava, mas em contrapartida, fazia muito bem este controle no plano do trabalho. Mas, agora, “já não tinha mais onde exercer esta função, já não tinha em casa, e agora nem no trabalho” e neste sentido interpreta-se o sintoma da “diarreia”, ou “descontrole” das fezes, como resultado deste seu “descontrole” externo, e como em função de “todos” seus descontroles o paciente passa a “querer controlar tudo”, na tentativa de restabelecer o controle perdido, resultando daí sua insônia (Almeida, 1995, p.256-257).

Feita estas interpretações, analisa-se a situação sócio-histórica do país, como sendo o contexto, onde se operam mudanças que levam a esta perda de controle por parte dos trabalhadores individuais. A crise econômica, a valorização maior da máquina do que do trabalho, a incerteza quanto ao emprego, quanto a conseguir dar conta de prestações, o clima

organizacional de extrema desconfiança, competitividade, descontentamento, as pressões da família, são todos pontos destacados. Afirma, desta forma, que “infelizmente, estes sentimentos não são passíveis de suportar, de dar continência para toda esta situação, para toda esta pressão e as pessoas adoecem...”. Além destes elementos gerais, a autora comenta como o trabalho transformado em força de trabalho, espoliado e alienado, anula a identidade, e como a falta de reconhecimento e exigências extremas conduz os trabalhadores a uma corrida desenfreada onde os indivíduos ultrapassam todo e qualquer limite e, ainda, como os programas de qualidade total estão piorando as relações no interior das empresas. Ao fim, a autora interroga em função de todos estes elementos “como fica a parte emocional das pessoas”, concluindo, que “dependerá da maneira como cada um reage e lida com toda esta situação é que teremos o desenvolvimento de cada patologia” (Almeida, 1995, p.259-263).

Depois deste caminho, temos agora condições de analisar com detalhes as características da noção de psíquico em que se amparam Codo e seus colaboradores. Responder com precisão onde estão as diferenças entre a definição de psíquico destes autores, amparada ao Materialismo Histórico, em relação aos de perspectiva analítica. Verificar qual o alcance e quais as conclusões, que esta definição de psíquico permite chegar em termos de conhecimento das relações entre o sofrimento psíquico e trabalho e, em quê, estas contribuem para o esclarecimento do fenômeno. Enfim, temos ou não uma Psicologia diferente, em termos técnicos e científicos? Ou a diferença se encontra no plano crítico, simplesmente, de denúncia social do caráter alienante do trabalho na sociedade capitalista?

O modo como procederam Codo e seus colaboradores, reivindicando do Materialismo Histórico a categoria “trabalho”, a fim de incorporá-la à Psicologia, recorrendo aos conceitos de “atividade” de Leontiev e de “identidade” de Ciampa para recortar o campo psicológico, usando um quadro conceitual para pensar o psíquico que não se mostrou, em essência, diferente da perspectiva analítica, e ainda fazendo uma elaboração bastante superficial do problema da demarcação do objeto na Psicologia, permite enfim, dizer que se chegou a uma definição do objeto da Psicologia que proporcionasse descobertas originais e um avanço efetivo da ciência na área?

Podemos observar ao longo da exposição dos trabalhos de Codo e seus colaboradores, tanto no recorte epidemiológico como no recorte clínico, que seguidamente, os autores são forçados a admitir as debilidades técnicas de seus próprios conceitos, para compreender os fenômenos estudados. Isso ocorre, por exemplo, quando se reivindica estudos críticos que avancem na etiologia da Paranóia, ou no estudo da identidade das telefonistas onde se afirma

que, mesmo a Psicologia se amparando no marxismo, não tem conseguindo dar conta da complexidade do fenômeno. Ou ainda, no estudo sofre o fenômeno de *Burnout* nos professores, onde se admite não compreender como é possível acontecer das pessoas desistirem e, mais generalizadamente, quando Codo considera que as relações entre saúde mental e trabalho, têm se mostrado muito difíceis de serem apreendidas. Todos estes assinalamentos evidenciam, como a noção de psíquico estudada não se fez operacional, na compreensão do fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho. Mostraremos agora, como e por que isso ocorreu.

PARTE II

Análise da Definição de Psíquico

- Capítulo 1 -

A definição de psíquico tal como fica estabelecida pelos autores brasileiros que se baseiam no Materialismo Histórico

Antes de expor propriamente a noção de psíquico convém recolocar a definição de “ser social”, realizada pelos autores brasileiros com base no materialismo histórico, visto que esta indica a base antropológica e uma série de exigências técnicas que devem ser explicitadas, a partir das quais o “psíquico” necessita ser demarcado. É justo afirmar, neste sentido, que as reflexões dos autores acerca do homem “não ser um ser social” mas sim um “ser que constrói sua individualidade socialmente”, nos coloca no centro de uma série de questões técnicas que a Psicologia, formulada em coerência com o Materialismo Histórico, precisa responder.

Desta forma, quando os autores tratam de expor a partir de Marx, que o homem é um ser que constrói sua individualidade socialmente, é importante assinalar o alcance antropológico desta tese, no sentido de que realiza um corte com toda noção abstrata e especulativa de homem. É neste sentido, que podemos compreender a crítica de Marx e Engels à Feuerbach na *Ideologia Alemã*, onde é dito que este último:

nunca consegue chegar aos homens existentes e que age realmente, pois ele atém-se a uma abstração <o homem>; e não consegue reconhecer o homem <real, individual, em carne e osso> a não ser no sentimento "(MARX e ENGELS, 1989, p.21)".

Fica bem claro, portanto, a exigência em se partir do homem concreto tal com vive e age objetivamente. Neste sentido, cabe, ainda, mais uma remissão bem esclarecedora de *A Ideologia Alemã*, onde lemos que:

As premissas de que partimos não são bases arbitrarias, Odogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São indivíduos reais, com sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação "(MARX e ENGELS, 1989, p.12)".

Partir das condições materiais e reais de existência dos homens, da ação humana concreta, material e história, expressa bem o repúdio à especulação, do ponto de vista estéril do humanismo abstrato, para uma concepção científica fundada nos indivíduos concretos e no seu desenvolvimento histórico (Sève, 1979). Torna-se claro ainda, como a separação entre os homens e suas relações sócio-históricas não só torna incompreensível o homem como, também, o desenvolvimento das relações sociais, ou seja, da história. Isso implica dizer que, qualquer fenômeno humano tem que ser abordado, para ser científico, como relações concretas e objetivas existentes entre um sujeito, a materialidade, os outros e a história. E, conseqüentemente, qualquer fenômeno psicológico que não estiver amarrado nestas bases materiais e históricas perde-se enquanto fenômeno psicológico humano, para cair na especulação e mistificação pré-científica. Neste sentido, é instrutivo consultar a VI tese sobre Feuerbach que afirma:

Feuerbach converte a essência religiosa em essência humana. Mas a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na realidade, é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não empreende a crítica desse ser real, é, por conseguinte, obrigado: (1) a abstrair-se do curso da história e a tratar o espírito religioso como uma realidade que existe por si mesma, supondo a existência do indivíduo isolado; (2) a considerar, por conseguinte, o ser humano, unicamente como 'gênero', como universalidade interna, muda, ligada de modo natural à multidão dos indivíduos "(MARX e ENGELS, 1989, p.95)".

Fica claro então que, buscar o materialismo histórico e definir o homem como um ser sócio-histórico implica corte com qualquer noção especulativa, abstrata e genérica do homem. Partir "do homem", como uma "entidade genérica", é partir de uma idéia de homem que se tenha na cabeça, é colocar-se, portanto, do ponto de vista especulativo e não científico, do ponto de vista do homem abstrato e não concreto. O conceito de homem, presente no materialismo histórico é então científico, à medida que apreende a essência de seu objeto, uma essência já não mais abstrata, mas sim concreta, já não ideal, mas sim material, já não natural, mas sim histórica, já não inerente ao indivíduo isolado, mas ao conjunto das relações sociais (Sève, 1979).

Já quando Codo e colaboradores se remetem aos *Grundrisse*, ainda perseguindo o mesmo fio antropológico, é importante esclarecer como nesta obra Marx empreende uma rigorosa crítica a dialética idealista hegeliana (Sève, 1979), atestando como esta última, ao invés de tratar de conhecer a "lógica específica de um objeto específico", busca fechar a realidade nas categorias da lógica, ou seja, Marx realiza a crítica de toda especulação em

função da ciência, de toda generalidade *a priori* e puramente abstrata, em função do real e do concreto, como ponto de partida do trabalho científico. É instrutivo, neste sentido, considerar a passagem de Sève que esclarece este ponto de partida:

Assim, o erro teórico mais fundamental em matéria de manejo da abstração, o erro especulativo que barra toda e qualquer via de acesso à verdadeira ciência, é o que consiste em confundir a generalidade abstrata, que ainda não passa da representação puramente externa das próprias coisas, com a essência real que preside ao seu desenvolvimento concreto, em considerar esta generalidade abstrata, simples início do trabalho de reflexão, com o ponto de partida objetivo, a base do processo real (SÈVE, 1979, p.131).

Por estas razões não é possível tomar como ponto de partida a noção de ser humano genérico, pois por esta via cai-se em elucubrações especulativas e abandona-se a essência concreta do objeto específico que precisa ser apreendido teórica e praticamente. E, tratar cientificamente do homem e de seus fenômenos psicológicos, é tratar de uma totalidade concreta que “existe em relação” sempre datadas, definidas sócio-historicamente. Neste sentido, ainda, podemos afirmar com Sève que segundo Marx nos *Grundrisse*:

Não existe nenhum processo de relação econômica que não ponha em causa os homens, nenhum conceito econômico que não tenha uma faceta antropológica. Assim, a força produtiva principal é o homem, e todo o desenvolvimento das forças produtivas representa ao mesmo tempo, um desenvolvimento das capacidades dos homens (SÈVE, 1979, p.133).

Deste modo, portanto, é que o materialismo histórico define objetivamente a tensão dialética entre os homens e as condições materiais de sua existência ou, ainda, entre o sujeito, a sociedade e a história. Justamente devido a isto, que é lícito afirmar de acordo com Sève (1979), que o materialismo histórico não só permite uma teoria científica da personalidade e dos fenômenos psicológicos, mas que a “exige”. Uma Psicologia que se edifique como ciência rigorosa, a partir deste homem concreto, deste homem de carne e osso, que existe e se singulariza sócio-historicamente e não dos misteriosos “fatos mentais”:

Para conceber um casamento, em tanto que fato psicológico, é preciso considerar os indivíduos em sua singularidade; as faculdades mentais, as idéias, os processos, não casam entre si: no momento em que se substituem os indivíduos por criações deste gênero, a realidade do fato concreto desaparece instantaneamente (POLITZER: 1965: p.73)

Assim, as exigências do Materialismo Histórico para a Psicologia se colocam claras, de forma a fazer que esta ciência para justificar-se como tal, defina, dentro destas coordenadas objetivas e concretas seu objeto, capte sua essência, expresse seus conceitos fundamentais, o que é o mesmo que dizer: “que encontre a lógica específica de um objeto específico”, lembrando a crítica de Marx à especulação hegeliana. Se recorrermos novamente aos esclarecimentos de Sève a este respeito, observamos que:

Uma *definição*, por meio da qual nos podemos aperceber, com exatidão, da própria essência de seu objeto (...) *conceitos de base*, através dos quais se exprimem os principais elementos e, sobretudo as contradições determinantes desta essência – órgãos que permitem a investigação bem sucedida das *leis fundamentais de desenvolvimento* do objeto de estudo, e dessa forma, poderem levar, na medida em que tal depende dessa ciência, a dominá-lo, na teoria e na prática (SÈVE, 1979, p.37).

Convém, agora nos determos na análise da definição de psíquico de Codo e seus colaboradores, tratando de observar em que medida tratam de respeitar estas exigências científicas do Materialismo Histórico, bem como, onde estão as distorções e desvios destas coordenadas.

Considerando inicialmente a categoria “atividade”, citada como uma das essenciais na demarcação da noção de psíquico, esta parece encontrar seu lugar, mais como base a partir da qual os fenômenos psíquicos se desenvolvem, do que propriamente como categoria psicológica principal. Os próprios autores fazem notar que, o uso da categoria “atividade” implica em “introduzir na Psicologia unidades de análise tais que impliquem o reflexo psíquico em sua inseparabilidade dos aspectos da atividade humana que a engendra” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992), identificando, ainda, “atividade” com o conceito de “trabalho genérico”. Isto quer dizer que, a categoria “atividade” ao situar o homem em sua realidade objetiva e, ao mesmo tempo, unificar e sintetizar objetividade e subjetividade, não faz mais do que servir de base para engendrar os fenômenos psíquicos humanos, em sua unidade inseparável com a realidade objetiva. Isto, como podemos notar, não é mais do que recolocar as bases antropológicas do materialismo histórico novamente sobre a mesa, não se chegando, ainda, a definir as “unidades de análises”, como afirmam os autores, que especifiquem e delimitem o psíquico.

Avançando nesta direção, podemos dizer que uma primeira categoria que delimita a noção de psíquico se encontra na noção de “identidade”, extraída de Ciampa (1987). Definida sinteticamente, identidade é uma trama de espelhamentos em que o indivíduo, a cada

momento do processo social, vai se diferenciando e, ao mesmo tempo, se igualando a todos os outros, se construindo incessantemente (como metamorfose) como um “representante de si mesmo”, perante cada “papel social” vivido. O conjunto destas “representações” vai conformando a identidade, o que nos remete a considerar a noção de “afeto” para seguir adiante. Afeto, como bem já expomos, apresenta-se como a “impressão de significados nos objetos por meio da atividade”, significados estes que ao serem impressos, vão construindo uma “representação de si mesmo” nos produtos desta atividade. Desta forma, podemos entender “afeto” como a expressão ou energia afetiva investida nos objetos através do “trabalho” e da “atividade”, que por sua vez vai significando o mundo para o indivíduo, ou seja, vai formando um conjunto de “representações pessoais”, à medida que este investimento afetivo vai retornando ao indivíduo, através do reconhecimento dos outros ou de alguma outra forma de recompensa. Aqui se faz presente a noção de “circuito afetivo”, onde se entende que as representações pessoais que vão conformando a identidade vão se estabelecendo na medida em que, a energia despendida e investida na impregnação dos objetos da atividade “retorna” ao indivíduo, não se alienando do significado ou representação pessoal realizada através da atividade.

Posto estas primeiras categorias, que vão demarcando a noção de psíquico estabelecida pelos autores em estudo, chamamos a atenção para sua similaridade com a noção psicanalítica de afeto, que o define, também, como uma “expressão de energia”, em termos de “quantidade de investimento”, ou ainda como a “tradução subjetiva de determinada quantidade de energia” (Laplanche e Pontalis, 1983, p. 34-35). É claro que, os autores brasileiros não incluem a noção de pulsão, como o fez Freud, mas é nítida a utilização de noções que se aproximam da psicanálise, ao se buscar esclarecer a “dinâmica psíquica” cabendo, é claro, para uma discussão final deste trabalho saber o quanto a noção de psíquico, assim postulada leva a cabo a necessidade de estabelecer os vínculos do homem com a História, exigência básica do materialismo histórico.

Dentro destas categorias que demarcam o psíquico, faz-se necessário, ainda, incluir a noção de consciência utilizada pelos autores. Como já fizemos, observamos que a consciência é definida como o lócus de inter-relação entre o subjetivo e o objetivo. É ela que constrói os significados, é através dela que os objetos passam a existir como “representando alguma coisa”, como “significando algo”. Neste sentido, é através dela que o indivíduo imprime significados pessoais à sua atividade, pessoaliza os objetos e os produtos de seu trabalho, passando a representar a si próprio e construir sua identidade.

X É importante salientar neste aspecto, como os autores, também, fazem uso expresso da noção de inconsciente, sem, no entanto, dar-lhe um tratamento teórico. Isso ocorre quando exigidos a equacionar certos problemas estudados, consideram certas maneiras do sujeito "reafetivar" seu trabalho e sua atividade, tornada "impessoal" pela organização, como produtos inconscientes ". Isto se mostra compatível com a afirmação de Code, Sampaio e Hitomi (1992, p.35) de que, as teses de Freud sobre "o modo de funcionar dos seres humanos" permanecem sólidas, desde que negada suas bases a-histórica e biológica em que foram assentadas.

Neste sentido, os autores destacam a identidade entre os "mecanismos de reapropriação", e os "mecanismos de defesa", de Freud. Como já mostramos, os mecanismos de reapropriação implicam na construção de novos significados pelo indivíduo, em função da cisão trabalho/afeto ou da impessoalização imposta pela organização, para qualquer impressão de significado pessoal realizada, que obrigam os sujeitos a investirem sua energia afetiva em outros objetos ou formas alternativas. Ou seja, a energia afetiva é barrada, é impedida de se expressar, de ser impressa nos produtos do trabalho, o que conduz a uma reação do mecanismo psíquico a encontrar formas alternativas desta expressão afetiva bloqueada, de imprimir novos significados através dos quais a identidade se estabelece, ou seja, através dos quais o indivíduo representa a si próprio. A relação de identidade, portanto, com os mecanismos de defesa de Freud, evidencia a similaridade da noção de psíquico estudada com o mentalismo freudiano, que por sua vez esclarece que:

Mecanismos de defesa, figura, por exemplo, nos escritos metapsicológicos de 1915, em duas acepções um pouco diferentes: quer para designar o *conjunto* dos processos defensivos característicos de determinada neurose, quer para exprimir a utilização defensiva *deste* ou *daquele* <destino pulsional>: recalçamento, volta sobre si, intervenção ou reinversão (LAPLANCHE e PONTALIS, 1983, p.357).

Outro ponto essencial que cabe esclarecer é a noção de "loucura" e "sofrimento psíquico" concebidas dentro do par "saúde e doença mental". Como já tivemos a oportunidade de expor, seja nos estudos sobre *bournot* dos professores, sobre a histeria dos enfermeiros ou trabalhadores em creches ou, ainda, nos casos clínicos apresentados e, tantos outros, os acontecimentos psicológicos relatados são sempre postos como "sintomas" de patologias descritas pela psiquiatria clássica, e mais especificamente com referências a Freud, Ey e Kolb principalmente. Sendo a concepção de "doença mental", como já fizemos notar, vinculada a noção de "energia afetiva" que, devido à "ruptura" entre sujeito e objeto,

realizada pela organização de trabalho capitalista, não encontra canais de expressão socialmente disponíveis, realizando reapropriações solitárias que passam a se manifestar, então, em sintomas patológicos.

Dentro deste quadro, podemos afirmar que, as noções de loucura e sofrimento podem ser classificadas como “psicopatológicas”, à medida que, conceber a loucura e o sofrimento psíquico como doença, desordem ou patologia de um dinamismo mental é o que caracteriza qualquer tese ou tendência psiquiátrica (Leone: 1998). Podemos encontrar, neste sentido, na definição de saúde mental de Kolb (1985), um esclarecimento sobre a definição de psíquico enquadrada dentro do par saúde/doença mental, que nos ajuda a esclarecer o enfoque psicopatológico da noção de psíquico estudada:

[...] o adulto sadio tem uma consciência de si próprio ou identidade pessoal acoplada com um propósito de vida, um senso de autonomia pessoal e boa vontade para perceber a realidade e enfrentar vicissitudes. O adulto sadio tem a capacidade de confiar nos outros, compreender suas necessidades, de ser ativo e produtivo, demonstrar persistência e tenacidade diante das tarefas, responder com flexibilidade diante da tensão e sentir prazer a partir de várias fontes e de aceitar realisticamente suas limitações.(p.91)

E, justamente, este mesmo homem que corresponde ou responde adequadamente as demandas sociais, que cumpre e responde positivamente aos papéis e normas dos grupos e instituições, é que sofrerá de alguma desordem mental quando as pressões e tensões a que está submetida sua identidade forem maiores que sua capacidade de criação de significados socialmente disponíveis (Kolb, 1985, p.91), ou seja, quando para os mecanismos de reapropriação ou de defesa do indivíduo, só restarem a “reapropriação solitária” (Codo, Sampaio e Hitomi, 1992), onde não é encontrada nenhuma das formas socialmente disponíveis para imprimir sua energia afetiva, restando somente a forma neurótica ou psicótica.

Um outro enriquecimento, que nos parece importante e que permite esclarecer melhor a tese psicopatológica presente na noção de psíquico estudada, é situá-la conforme os critérios utilizados por EY, (s/d, p.69-71), dentro de duas das quatro posições teóricas, em que é possível enquadrar qualquer das tendências psiquiátricas, pois segundo o próprio psiquiatra francês, na prática nunca encontramos as quatro posições em estado puro. As duas tendências psicopatológicas em que os autores brasileiros parecem mais se enquadrar, são, portanto: (1) a “teoria psicodinâmica do inconsciente patogênico”, principalmente na vertente lacaniana que, segundo EY (s/d, p.70), corta com a teoria biológica das pulsões, apreendendo a doença

mental como uma produção simbólica e imaginária cujos sintomas tem um sentido e, (2) a “teoria sociogênica dos fatores do meio”, onde as doenças mentais são tidas como reações psicogenéticas às situações vitais ou fracassos de adaptação ou ainda, como o efeito da estrutura social e da pressão que esta exerce sobre o indivíduo.

Desta forma, a “doença mental”, se instala quando os mecanismos de defesa são inoperantes perante as pressões e limitações do meio social, fazendo com que a energia afetiva seja canalizada na produção de significados ou representações solitárias e socialmente incompatíveis. Encontramos, assim, uma tendência “psicodinâmica” acoplada a uma tendência “sociogênica” que definem e explicam os sofrimentos psíquicos como patogenias da vida mental.

Um importante esclarecimento a ser feito neste aspecto diz respeito a como as noções de “doença mental” e de “conversão”, como esclarece o estudo de Szasz (s/d) “não são descrições de acontecimentos psicológicos”, não são, bem entendidos, “relatos de observações”, pois “se mantivermos as observações de Breuer e Freud com rigor, temos que dizer que seus pacientes eram pessoas complicadas ou infelizes, que expressavam sua dor através de reclamações corpóreas”, sendo, portanto, as noções de “mental”, de “físico” e de “conversão” “conceitos teóricos usados para ordenar e explicar as observações” (Szasz: s/d). Assim sendo, o aporte de Freud na sua “teoria da conversão histérica” e as noções de mental, físico e conversão, aí presentes, representa na verdade uma maneira de rearticular o dualismo cartesiano entre mente e corpo, implicado desde sua interrogação inicial de “como saltar do psíquico para o orgânico” (Szasz, s/d, p.85) e não representam relatos de acontecimentos psicológicos tal com se davam às suas observações clínicas. Afirmação esta, referendada por Van Den Berg (1973), quando faz lembrar como a separação corpo e mente, não é um fato humano; mas foi uma noção cavada por Descartes, principalmente, em obras de natureza filosófica, criando o paralelismo *res cogitans* e *res extensa*, nas palavras cartesianas.

Deste modo, mais uma característica que enquadra a definição de psíquico estudada dentro da tendência psiquiátrica, faz-se presente, qual seja: “o dualismo”, que, conforme Lang (1982), é próprio da maneira “psicopatológica” inteligir os acontecimentos humanos, consubstanciados na noção de dinamismo mental e todos seus corolários, que existe em paralelo com o corpo material e que concebe os fenômenos psicológicos como sintomas de doenças efetivas.

Recorrendo às pesquisas dos autores pesquisados, podemos, ainda, tornar mais claro as análises realizadas até aqui sobre a noção de psíquico. Ao verificarmos primeiramente a definição de psíquico objetivada nos estudos sobre os trabalhadores em enfermagem e sobre

os trabalhadores em creches, ambos identificados como possuindo um “perfil histérico”, podemos traçar as seguintes considerações: nos trabalhadores de enfermagem, os autores, depois de percorrer o conceito de histeria em Freud, Ey e Moffat, afirmam como este quadro tem como base algum tipo de conflito, que no caso dos trabalhadores em questão se manifesta pela ‘necessidade X impossibilidade’ da expressão de afeto. Em outros termos, o trabalhador em enfermagem, por seu trabalho com o “cuidar”, precisa imprimir significados, espelhar-se no que faz, representar-se no seu produto, mas é impedido pela impessoalidade das exigências técnicas, sendo, portanto, este conflito convertido em certos sintomas orgânicos.

Se considerarmos as afirmações de Ey (s/d; p.486) sobre a histeria de conversão, esta sem dúvida nos ajuda a tornar mais clara a noção de psíquico subjacente, à medida que o psiquiatra francês cita dois elementos básicos para definir tal quadro psicopatológico, quais sejam: a conversão somática dos conflitos psíquicos e a estrutura de personalidade da pessoa histérica descrita como influenciável, inconsistente, que não pára de falsificar as relações com os outros através de comédias, mentiras, fabulações, todas estas, vale considerar, características tidas como sintomas ou manifestações de forças psíquicas inconscientes. Podemos, ainda, acrescentar como a definição de histeria de conversão, conforme exposta por Laplanche e Pontalis (1983), é uma noção básica dentro do quadro teórico psicanalítico e psicopatológico, descrita por estes mesmos autores como a transposição de um conflito psíquico, numa tentativa de resolvê-lo, em sintomas somáticos que exprimem no corpo representações recalcadas.

No caso dos trabalhadores em creches, o perfil histérico encontrado na população estudada é explicado, como já tivemos a oportunidade de expor também, com base na noção de conversão, onde a energia afetiva ao não alcançar seu objetivo externo para a qual está direcionada, é “redirecionada” ou “convertida” para si próprio, sob a forma de sintomas corporais (Codo, 1995, p.187). Em outros termos, um conflito interior, mental, convertido em sintomas somáticos, explicação que se enquadra perfeitamente com as noções mentalistas e psicopatológicas, como temos até agora feito notar.

O mentalismo presente na noção de “conversão” pode, ainda, ser identificado quando, por exemplo, chama-se à atenção para o dinamismo psíquico do professor exausto emocionalmente que, inconscientemente, cria mecanismos para, então, defender-se perante a impossibilidade de investimento de sua energia afetiva nos alunos, endurecendo-se afetivamente. Ou ainda, quando nos deparamos com a noção de “carga mental”, que “aumenta” à medida que o professor fica impossibilitado de realizar seu próprio trabalho, ou seja, à medida que o professor não impregna os objetos com sua energia afetiva, que por sua

vez, fica contida ou retida na mente, fazendo-a sobrecarregar. Como podemos observar, a noção de psíquico está sempre vinculada à dinâmica de um aparelho mental.

A discussão sobre o “dinamismo psíquico do professor”, também, nos oferece elementos que confirmam e enriquecem a análise, que até agora fizemos sobre a noção de psíquico. Neste sentido, ao se identificar a “mania” como característica psicológica da população estudada, é expresso que esta característica manifesta o “idealismo do professor”, ou seja, um ideal ou sonho a realizar, uma fantasia de poder mudar o mundo, sendo, portanto, esta sua crença que o leva a fazer seu trabalho com tanto ímpeto e determinação e, ao mesmo tempo, quanto mais realiza isto mais acredita que pode e reforça seu ideal. Em outros termos, o futuro aparece aqui concebido como ideal, fantasia, crença, todas noções que o demarcam no plano da “representação”.

Podemos observar, ainda, mais elementos sobre a noção de psíquico, presentes na discussão feita a respeito do dinamismo psíquico do professor, quando os autores marcam como, com o passar dos anos, o dinamismo da “mania” se perde, explicando este processo da seguinte maneira: à medida que o mundo externo não retribui a energia afetiva investida, isto leva o indivíduo à frustração de seus sonhos, ideais, de suas crenças em mudar o mundo. E como marcam os autores:

Essas frustrações, entretanto, terão um peso maior ou menor para cada um de nós em função dos recursos internos e da disponibilidade para lidar com o sofrimento que estas situações irão causar e, em decorrência disso, superá-las ou não (VASQUES-MENEZES e SORATTO, 1999, p.376).

Isso quer dizer que, as frustrações terão a função de desestabilizar a dinâmica psíquica ou a saúde mental, à medida que os mecanismos de reapropriação ou de defesa forem insuficientes para responder de forma adequada e superar a tensão provocada. Tal esclarecimento nos remete novamente à definição de saúde e desordem mental de Kolb para quem, vale lembrar “o adulto sadio tem uma consciência de si próprio ou identidade pessoal acoplada com um propósito de vida, um senso de autonomia pessoal e boa vontade para perceber a realidade e enfrentar vicissitudes” e que, por sua vez, sofrerá de alguma desordem mental, quando as pressões e tensões a que está submetida sua identidade forem maiores que sua capacidade interna de dar respostas adaptativas, que criem novos significados pessoais socialmente disponíveis.

É, portanto, por um “processo interno”, por um “dinamismo mental” preenchido por defesas ou recursos imanentes, que o indivíduo passa do dinamismo psicológico caracterizado

pela “mania”, para uma posição depressiva e para a despersonalização. Vale a pena recolocar as explicações fornecidas do desenrolar deste processo, pois nos ajuda a esclarecer ainda mais a noção de psíquico presente. Como já expomos alhures, devido às frustrações, o indivíduo vai gerando um “processo simbólico” de mudança de significado ou representação de si e do mundo, aonde vai tomando uma “posição depressiva” como estratégia de defesa, para, em seguida, defender-se com o “mecanismo da despersonalização”. Importante destacar a explicação fornecida para a despersonalização de que, o mecanismo psíquico opta por manter represada a energia psíquica, criando inconscientemente uma “carapaça protetora”, para que não mais seja perturbada a “paz interior” do indivíduo frustrado. Em outros termos, do futuro como “representação idealizada”, passando pela noção de falta de “recursos interiores”, que permitem ou não reagir de forma positiva às frustrações impostas, as “defesas psíquicas” que contém a “energia afetiva”, criando “inconscientemente” um esfriamento afetivo, em todo este processo podemos vislumbrar uma noção de psíquico muito similar ao dinamismo mental freudiano.

Os estudos sobre a identidade das telefonistas e sobre o trabalho vazio dos bancários, também, nos permitem enriquecer o esclarecimento da noção de psíquico utilizada pelos autores brasileiros em estudo. Quando observamos o caso das telefonistas podemos notar que, a maneira de buscar o significado do trabalho para estas trabalhadoras é baseada na noção de “representação”. Considerando o que já foi exposto sobre o estudo, vemos que se trata de saber como as telefonistas representam o produto de seu trabalho, como representam o significado do trabalho para si, ou seja, demarca-se o psíquico pela representação pessoal que cada pessoa faz sobre o significado de seu trabalho e atividade. O mesmo, podemos observar a respeito do segundo estudo sobre a categoria dos bancários, onde a noção de psíquico aparece vinculada à representação ou espelhamento de si mesmo através do trabalho. E, especificamente no caso estudado, é buscado justamente a impossibilidade deste espelhamento devido à ausência do produto do trabalho, sendo que, uma das conclusões tiradas é que aqueles trabalhadores que não sofrem é porque, ou possuem ‘uma utopia de futuro’ - aparecendo novamente o futuro relacionado à noção de sonho, fantasia, etc., - ou ‘desempenham identidades sociais alternativas’ ao ser trabalhador bancário, – aparecendo a noção de papel social como constituidor da identidade.

Por último, observando os casos clínicos trabalhados, podemos da mesma forma extrair mais elementos que enriquecem e confirmam nossa análise. Em compatibilidade com o que verificamos anteriormente, encontramos a presença da noção de representação como característica da forma subjetiva do sujeito significar seu trabalho, a família, a sociedade, ou

seja, o psíquico mostra-se vinculado ao conjunto de representações que o indivíduo tem de suas diversas relações, sendo o futuro, da mesma forma como já apontamos, aparecendo aqui vinculado à noção de idealização apaixonada, fantasia ou ideal (no estudo de caso da mulher policial), ou seja, também como representação.

Já o sofrimento aparece concebido com a saúde mental em risco quando, as convicções, as referências ou os papéis sociais ficam ameaçados ou em risco, o que é o mesmo que dizer que as representações, que definem o indivíduo como um “representante de si mesmo”, ficam abaladas, ou seja, a mente do indivíduo passa a viver algum conflito e seus mecanismos de defesa internos já não conseguem criar significados que, até então, definiam as representações que o indivíduo tinha de si mesmo, fazendo-o adoecer. Como no caso clínico da mulher policial, que o sofrimento concebido como doença, explica-se por um conflito vivido entre sua “imagem” de forte versus seu “papel social” de mulher, mãe e nutridora. Ou seja, um tensionamento psíquico entre a idealização da profissão versus o papel social de mulher, como um “choque de representações conflituosas”, é que levam ao sofrimento, demarcado dentro do par saúde/doença mental.

O dualismo corpo-psiquismo, que já tivemos a oportunidade de apontar, aqui novamente aparece, quando, na análise que se faz da “mulher tecelã”, marca-se as exaustivas exigências do corpo e do psiquismo, considerando, por um lado, o adoecer do corpo em função dos desgastes e exaustão vinculados ao trabalho penoso e, por outro lado, considerando o psiquismo com representação de uma prontidão paranóide ou ansiógena-depressiva gerada pela lógica taylorista. Não é demais, por fim, mostrar como a paralelismo corpo/psíquico, também, manifesta-se no estudo de caso sobre o trabalhador metalúrgico, quando a autora interpreta o fato da diarreia do paciente como manifestação de seu descontrole externo sobre o mundo, ou seja, como a falta de controle sobre o trabalho e sobre a família, converte-se em descontrole sobre os esfíncteres, produzindo, então, um sintoma orgânico que simboliza o conflito psíquico.

Convém nesta altura, realizar uma síntese da definição de psíquico que acabamos de analisar, para que seus aspectos essenciais sejam apreendidos. Depois de refletirmos sobre o eixo antropológico demarcado pelo materialismo histórico com suas exigências científicas que nos conduziram ao homem concreto e vermos como a categoria atividade participa mais como noção de base do que definidora do campo psíquico, chegamos a uma definição de psíquico compatível com o mentalismo e com a psicopatologia freudiana.

Recuperando seus aspectos essenciais vimos que é por meio da atividade que se forma a “consciência” ou representação que o indivíduo tem de si mesmo, através da impressão de

energia afetiva nos objetos ou produtos do trabalho. O conjunto destas representações, que se consubstanciam em idealizações ou fantasias em relação ao futuro, em papéis sociais, em convicções sobre si, os outros e o mundo, vão conformando desta forma, a “identidade” como “processo”.

Neste sentido, a noção de afeto ou energia afetiva aparece nesta definição como cumprindo uma importante função, à medida que, de uma maneira ou de outra, ela sempre precisa ser impressa, pois, é através dela, que o indivíduo imprime sua marca, seus significados pessoais e representa a si próprio e, por conseguinte, forma sua identidade. Neste aspecto, entra o papel dos mecanismos de reapropriação, que buscam defender a identidade ou a realidade psíquica interior, contra as agressões externas de um trabalho alienado e impessoal. Mecanismos estes, que podem operar consciente ou inconscientemente, tratando sempre de dar vazão à energia afetiva bloqueada, de forma a encontrar maneiras alternativas para impressão do afeto.

A doença mental aparece, então, quando a pressão do meio social, a impessoalidade do trabalho, etc., geram conflitos entre as representações psíquicas, e os mecanismos de defesa não encontram formas socialmente disponíveis para imprimir a energia afetiva barrada, a convertendo ou para si próprio ou, para o organismo ou, ainda, investindo em representações solitárias no isolamento individual de formas patológicas.

Desta forma, a definição de psíquico estudada aparece implicada às noções de “representação”, de “energia afetiva”, de “mecanismos de reapropriação ou de defesa”, de “conversão” o que a caracterizam como “mentalista”, compatível, desta forma, tanto com as descrições freudianas de aparelho psíquico como dinamismo mental, quanto com as concepções psicopatológicas, ambas, por sua vez, em acordo com o dualismo cartesiano.

Feita esta análise, temos agora, condições de afirmar com segurança: não existem diferenças com relação à definição e psíquico dos autores da perspectiva materialista histórica para aqueles de perspectiva analítica. O mentalismo freudiano permanece inalterado e, talvez, até empobrecido, à medida que rechaçam-no superficialmente, para no decorrer do desenvolvimento das pesquisas, incorporá-lo com uma roupagem marxista.

Não existe diferença se pensarmos que, para o modelo analítico de Dejours, a energia pulsional, de origem sexual, necessita ser sublimada, sendo a organização de trabalho, aquela que pode viabilizar ou inviabilizar que isso aconteça. No modelo de Codo e seus colaboradores, a energia afetiva, tem no trabalho sua forma fundamental de expressão e, do mesmo modo, quando tal energia encontra-se impedida de realizar-se pelo trabalho, tem que encontrar seus canais alternativos que podem ser inclusive, a doença mental. Assim, as noções

de mecanismo de defesa, de inconsciente, de processos simbólicos, de mundo interior x mundo exterior, encontram-se presentes na noção de psíquico estudada. E o recurso aos conceitos de trabalho abstrato e trabalho concreto, de alienação, não conduziu de modo algum a uma Psicologia diferente, pois tal definição não respeitou as exigências técnicas e científicas postas por Marx, por Sève ou por Politzer. Ou seja, não respeitou a antropologia materialista histórica, orientando-se para o jogo de representações e idéias ao invés dos acontecimentos reais e objetivos de um homem concreto. Também, não definiu um objeto, preferindo antes, as críticas à alienação capitalista, ao trabalho abstrato subjugando o trabalho concreto, deixando de lado o princípio científico de encontrar um objeto e defini-lo.

A diferença, portanto, entre os autores de perspectiva materialista histórica em relação aos de perspectiva analítica, encontra-se restrita ao plano crítico, ideológico, da posição política de superar a condição de alienação impingida pela sociedade capitalista que, por mais justa e necessária, não nos conduz a outra Psicologia, a outra definição de psíquico e de seus conceitos fundamentais que respondessem às exigências técnicas do Materialismo Histórico.

Como é possível, então, a Codo e seus colaboradores, partirem do materialismo histórico e cheguem a uma noção de psíquico mentalista e psicopatológica, compatível com o modelo freudiano e com a perspectiva analítica? Que caminhos percorreram? Aonde foram buscar os elementos teóricos, e como os buscaram, de forma a cheguem a tal noção de psíquico? Buscando dar respostas a estas questões é que partimos para nosso próximo capítulo, tratando de analisar as fontes teóricas da noção de psíquico verificada.

- Capítulo 2 -

As fontes teóricas da definição de psíquico estudada

Antes de começarmos a tratar da categoria “atividade”, uma das principais fontes teóricas inspiradoras da definição de psíquico tratada no capítulo anterior, é instrutivo começarmos este capítulo observando a diferença existente entre os conceitos de “atividade” e “*práxis*”, chamando a atenção para a especificidade e centralidade que o segundo ocupa dentro do Materialismo Histórico, visto que Leontiev, como veremos no decorrer, não realiza tal distinção, fato este que acarretará desdobramentos fundamentais para que possamos compreender as bases da definição de psíquico verificada.

Vásquez (1977) nos mostra como o conceito de “atividade” caracteriza-se por sua amplidão, à medida que implica um “agente” na relação com uma “matéria prima” que resulta em um “produto”. A natureza do “agente” e da “matéria prima”, no âmbito da atividade, não é especificada e, nem tampouco, a “espécie de atos” que levam a formação do “produto”. O conceito de “atividade” aparece, assim, como o oposto de “passividade”, caracterizando-se sempre como uma realização atual - e nunca potencial - de um conjunto de atos singulares que formam uma totalidade concreta. Ou seja, um processo total, que culmina na modificação de uma “matéria prima” em um “produto” (Vásquez, 1977, p.186). Neste sentido, fica claro como na demarcação do conceito de “atividade” cabem as atividades de um órgão do corpo humano, de um pássaro que faz seu ninho, de um cachorro que esconde seu osso, etc.

Já no conceito de “*práxis*” os atos para modificar a realidade material “iniciam”, e isto é essencial, com uma “finalidade” posta pelo sujeito, que por sua vez “regula de ponta a ponta” o processo, que termina com um resultado efetivo e real. Como marca Vásquez:

Neste caso, os atos não só são determinados casualmente por um estado anterior que se verificou efetivamente – determinações do passado pelo presente - como também por algo que ainda não tem existência efetiva, e que, não obstante, determina e regula os diferentes atos antes de culminar num resultado real; ou seja, a determinação não vem só do passado, mas sim do futuro. [sem grifo no original] (VASQUEZ, 1977, p.187).

Deste modo, é possível afirmar que “toda ação verdadeiramente humana requer certa consciência de uma finalidade” (Vasquez, 1977, p.187) e toda atitude em relação ao real presente, caracteriza-se por negá-lo, configurando uma realidade futura, ainda inexistente, em função da qual a ação organiza. Como afirma Marx:

O operário não se limita a fazer mudar as formas da matéria que lhe oferece a natureza, mas sim, ao mesmo tempo, realiza nela sua finalidade, finalidade que ele sabe que governa como uma lei às modalidades de sua atuação e a qual ele tem que sujeitar sua vontade (MARX, 1988, p.202).

É, portanto, graças a esta sua “propriedade” que o ser humano não se encontra em uma relação de exterioridade com seus diversos atos e produtos, como acontece quando se trata de um agente físico ou de um animal comum, mas sim numa situação de interioridade com estes, à medida que seus atos e produtos estão em função de uma finalidade, que o homem busca realizar como resultado de seu movimento na materialidade. É a finalidade, desta forma, que subordina e organiza os atos presentes e dá sentido aos produtos da práxis e, não considerar esta lei da realidade humana é reduzi-la a uma pura expressão exterior, é compreendê-la de fora, como uma soma de comportamentos, obscurecendo uma verdade essencial. Importante considerar, ainda dentro da estrutura da práxis, que esta finalidade não se reduz a uma pura antecipação ideal, na forma de um simples processo cognitivo, mas se caracteriza como um projeto de “algo que queremos que venha” (Vásquez, 1977). Expressa, neste sentido, uma necessidade humana que a atividade é “exigida” a satisfazer. Em suma, o que leva o sujeito humano a agir é uma finalidade a que este se propõe e não uma necessidade material imediata a que o organismo responde, tampouco uma idéia ou pensamento que só relacionam signos lingüísticos. Apesar destes elementos comporem sem dúvida a estrutura da práxis, esta só ganha seu status ontológico à medida que o elemento “finalidade ou futuro” lhe é constitutivo.

Podemos compreender, dentro destes limites, como o “trabalho” se mostra, portanto, como “uma das formas da práxis” (Vásquez, 1977), à medida que o sujeito tem na natureza ou nos produtos da práxis de outrem sua matéria prima, e objetiva certa finalidade ou projeto no seu produto. Mas que, da mesma forma, as relações com a sociedade, seja na prática política ou nas relações com indivíduos concretos, também manifestam formas específicas de práxis, cabendo, portanto, serem objeto de preocupação, na busca de uma compreensão do homem concreto.

Podemos observar, ainda, como o conceito de práxis é, também, identificado por Kosik (1986), como “central dentro da filosofia marxista” à medida que, segundo o autor Tcheco, “a

problemática da práxis, na filosofia materialista, nasce como resposta ao problema filosófico ‘o que é o homem’ e como é criada a sociedade” (Kosik, 1986, p.201). Kosik deixa claro como o conceito de práxis implica na totalidade do homem concreto, sendo impossível apreendê-la a partir do exterior, quer dizer, a partir de uma determinação exterior que governaria de fora os atos humanos e lhes daria sentido:

A práxis não é uma determinação exterior do homem: uma máquina ou um cão não tem, nem conhecem a práxis. Uma máquina ou um animal não têm medo da morte, não sentem angústia diante do nada, nem alegria diante da beleza (KOSIK, 1986, p.203).

Vemos, portanto, como o conceito de práxis implica em que o homem passe a pôr o futuro como dimensão de sua existência (Kosik, 1986) e, a subordinar o presente em função deste futuro material e concreto, o que demarca, vale reafirmar, a práxis como uma atividade prática e material essencialmente humana em relação a uma atividade em geral:

O homem se submete ao (futuro) destino de escravo, ou luta pela (futura) condição de senhor apenas porque escolhe o presente em função do futuro e, portanto, configura o próprio presente com base nos projetos para o futuro (KOSIK, 1986, p.204).

Corroborando estas afirmações, encontramos, ainda, Gramsci (1987), para quem o conceito de “práxis” mostra-se essencial para o materialismo histórico. Nesta perspectiva, o sujeito humano é demarcado como síntese de suas relações materiais e sócio-históricas, ou seja, como *devir* concreto e material repleto de “possibilidades”, oferecidas pelos outros homens e pelas condições materiais da sociedade. Como podemos observar nas palavras do autor italiano:

[...] dado que o homem é também o conjunto de suas relações de vida, pode-se medir quantitativamente a diferença entre o passado e o presente, já que é possível medir a proporção na qual o homem domina a natureza e o acaso. A possibilidade não é a realidade, mas é também ela, uma realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz (GRAMSCI, 1987, p. 47).

Em suma, o conceito de “práxis” evidencia-se como um eixo central do-materialismo histórico, sendo a partir dela, com todos seus componentes essenciais que a caracterizam, que a atividade prática humana é demarcada e a unidade subjetividade e objetividade encontra

seus nexos com a histórica como produção humana. Posto estas duas definições iniciais, trataremos, então, da exposição do conceito de atividade de Leontiev, base e ponto de partida, como sabemos, para a definição de psíquico, dos autores estudados neste trabalho.

Como já comentamos no início da exposição deste capítulo, Leontiev não trabalha com o conceito de práxis, tratando exclusivamente com o conceito de atividade. É certo que, ao tratar este conceito, busca a demarcação entre a atividade imediata e a mediata ou, ainda, entre a atividade dos animais comuns e a atividade superior, propriamente humana, demonstrando para isso, como se dá a evolução das formas superiores, que implicam na aquisição e mediação da “consciência”. Qual a implicação para a definição verificada no capítulo anterior, o fato de ter como uma das bases fundamentais, um autor que não trata do conceito de práxis? Ou, em outras palavras, como se relaciona o fato de se reduzir o conceito de “práxis” ao de “atividade” com a definição de psíquico encontrada nos autores estudados? Temos que, para responder estas questões, acompanhar mais no pormenor a elaboração do conceito de atividade por Leontiev, para em seguida ver, dentro de que horizonte ele é apropriado pela Psicologia social brasileira que se inspira no materialismo histórico, pois aí vamos encontrar o pano de fundo teórico no qual está inserida a definição de psíquico estudada, bem como, encontrar as ligações que tornam possível sua compatibilidade com o mentalismo freudiano.

Para Leontiev, o conceito de “atividade” tem a função de superar o esquema estímulo-reação e sua noção de passividade característica, para desta forma unificar sujeito e objeto em uma síntese inseparável, passando a compreender os acontecimentos psíquicos como resultado da atividade do sujeito frente à materialidade circundante e, não mais abstraídos ou deslocados da “atividade”, que lhes dá origem e fundamento. Superar, então, a noção de psíquico como isolada da vida real, do modo de vida humano e sua existência concreta e que, por sua vez, concebe a “consciência” como algo que permanece essencialmente a mesma, apesar das transformações sociais e históricas, é o objetivo que o conceito de “atividade” busca alcançar (Leontiev, 1978a). É, para as características do conceito de atividade em Leontiev, que primeiramente teremos que nos remeter.

A primeira característica da “atividade” é a de sempre existir como tendo um “objeto”, que primeiro dá-se como objeto material “exterior”, para posteriormente dar-se como “interior” ou como “reflexo psíquico” (Leontiev, 1978b, p.71). O “objeto” da atividade se caracteriza por ser aquilo que a orienta e regula, à medida que é nele que se objetivam determinadas necessidades que demandam ser satisfeitas. Neste sentido, são as necessidades

acopladas aos objetos que dirigem a atividade do sujeito, não existindo, no entanto, necessidades desligadas de um objeto:

O encontro da necessidade com o objeto é um ato extraordinário que já foi observado por Darwin: Também alguns informes de Pavlov brindam provas sobre isto: Uznadzé se refere a ele como condição do surgimento da atitude e os etólogos modernos o descrevem brilhantemente. Este ato extraordinário é o de objetivação da necessidade, quer dizer, de seu 'recheio' com um conteúdo que se extrai do mundo circundante. (LEONTIEV, 1978b, p.71)¹

O surgimento de necessidades humanas que não encontram seu similar nos animais, tem para Leontiev, sua base fundamental neste encontro da “necessidade” com o “objeto”, sendo “esta circunstância a única que permite compreender a aparição de novas necessidades no homem” (Leontiev, 1978b, p.71). Desta forma, o objeto da atividade que objetiva uma necessidade é identificado pelo autor russo, como sendo o “motivo” da atividade. Motivo, no sentido de ser aquilo que impulsiona a atividade, se encontrando neste plano, os “móveis” da ação do sujeito. Leontiev busca dar um tratamento à questão da finalidade, e vale a pena considerar, aqui, como esta é abordada, sem, no entanto, abrir mão do fato de ser a fusão objeto/necessidade o “motivo” ou móvel impulsionador de qualquer atuação tipicamente humana. Neste quadro, não é a “finalidade” que orienta e regula a atividade prática e transformadora do sujeito, como podemos observar quando tratamos da *práxis*, mas sim o “próprio objeto”, como portador de necessidades, que move o sujeito a transformar os objetos de sua atividade para satisfazer necessidades e objetivar um produto.

A questão da finalidade encontra seu lugar quando o autor indica ser a atividade realizada por um “conjunto de ações”, que se caracterizam justamente por serem “atos com finalidade”:

É certo que a função de impulso se conserva plenamente no motivo. Outra coisa é a função da orientação: as ações que executam a atividade são impulsionadas pelo motivo, mas estão orientadas em direção a um fim. Suponhamos que o que impulsiona a atividade de um homem é o alimento: este é seu motivo. Não obstante, para satisfazer as necessidades da alimentação, os homens devem executar ações que não estão

¹ “El encuentro de la necesidad con el objeto es un acto extraordinario que fue ya observado por Darwin: también algunos informes de L. P. Pávlov brindan pruebas sobre él: Uznadzé se refiere a él como condición del surgimiento de la actitud, y los etólogos modernos lo describen brillantemente. Este acto extraordinario es la objetivación de la necesidad, es decir, de su 'rellenado' con un contenido que se extrae del mundo circundante.”

diretamente orientadas em direção à obtenção do alimento.
(Leontiev, 1978b, p.83)²

Podemos observar como a inclusão da noção de ação e finalidade em Leontiev ganha um caráter instrumental, encontrando seu lugar como passos que o sujeito executa para satisfazer a necessidade posta no objeto da atividade, seu motivo ou móvel impulsionador do início ao fim. É importante destacar, ainda, que além das “ações” é preciso, para completar a “macroestrutura da atividade”, de Leontiev, os “meios” ou instrumentos através dos quais as ações são realizadas, e conseqüentemente, as necessidades são satisfeitas. Neste plano, encontram-se as condições materiais e o conjunto de instrumentos disponíveis para toda e qualquer atividade.

No entanto, toda esta macroestrutura da atividade, no homem, está regulada pelo que o autor chama de “reflexo psíquico”, ou “imagem consciente” ou simplesmente “consciência” (Leontiev., 1978b, p.98). Fica claro como esta, para o autor russo, é um produto que tem sua origem na relação direta e imediata com a materialidade, que é a forma inicial de como a atividade “reflete” o mundo exterior. No homem, acontece que estes primeiros ‘reflexos’ diretos da realidade exterior que são resultante da atividade, ganham uma forma “ideal” – de signos lingüísticos – e passam a refletir já não diretamente, mas idealmente a realidade material e social, como resultado da vida em sociedade e de seus processos de comunicação. Os “significados”, todavia, passam a ser os formadores primordiais da consciência humana:

Dito de outra maneira, nos significados está representada – transformada e comprimida em matéria de linguagem – a forma ideal da existência do mundo objetivo, de suas propriedades, de seus vínculos e relações descobertos pela prática social conjunta. (LEONTIEV, 1978b, p.111)³

Dado esta definição da consciência humana, Leontiev lhe acrescenta mais um último conceito, qual seja, o de “sentido pessoal”. Este implica na singularização do significado que é compartilhado socialmente pelo sujeito, ou seja, o significado que existe socialmente e que passa a compor a consciência humana ganha um sentido individual, pessoal, tornando o reflexo psíquico algo singular, irreduzível ao de outro sujeito. Mas como, cabe perguntar, este

² “Es cierto que la función del impulso se conserva plenamente en el motivo. Otra cosa es la función de la orientación: las acciones que ejecuta la actividad son impulsadas por su motivo, pero están orientadas hacia un fin. Supongamos que lo que impulsa la actividad de un hombre es el alimento: éste es su motivo. No obstante, para satisfacer las necesidades de la alimentación, el hombre debe ejecutar acciones que no están orientadas *directamente* hacia la obtención del alimento”

³ “Dicho del otra manera, en los significados está representada - transformada y comprimida en la materia del lenguaje - la forma ideal de existencia del mundo objetivo, de sus propiedades y relaciones, descubiertos por la práctica social conjunta.”

sentido pessoal passa a penetrar e fazer parte da consciência? É aqui que retomamos novamente à base da Psicologia do autor russo, qual seja, a “atividade”. Se fizermos uma retrospectiva do caminho percorrido encontramos uma boa síntese da questão: o sentido pessoal é o “significado subjetivo e pessoal que tal significação tem para o sujeito” (Leontiev, 1978a, p.96), e que depende, portanto da apropriação dos significados socialmente disponíveis e que vão formar a consciência ou reflexo psíquico. Esta apropriação do significado depende da “atividade” que, por sua vez, se move em resposta a um objeto que carrega uma necessidade. É, este como vimos, o motivo, o qual o sujeito responde com sua atividade e que o impele a agir.

Compreende-se, então, que os “motivos” vão sendo refletidos na consciência e, com o decorrer da atividade, vão ganhando um lugar numa certa “hierarquia de motivos”, que vão constituindo a unidade da personalidade (Leontiev, 1978a, p.147). Este ponto, mais uma vez, nos ajuda a compreender como o essencial da “atividade” é o “objeto” a que ela responde e necessita satisfazer, sendo as ações e suas finalidades variáveis que não participam da essência do conceito de atividade, a não ser de um modo secundário, nem tampouco do de personalidade, mutilando, desta forma, a verdade da práxis, em detrimento da noção de atividade.

Tendo esclarecido a categoria da atividade, tal como demarcada por Leontiev, passemos agora a observar os autores brasileiros estudados, e onde estão as fontes teóricas deste modo de fazer uso da categoria de atividade. Começemos, primeiramente, verificando o que é deixado de fora do recorte realizado, para em seguida considerar as fontes teóricas que inspiram o mesmo.

Um primeiro ponto a considerar é o fato destes não considerarem a demarcação entre práxis e atividade, uma constatação até certo ponto óbvia, visto que possuem Leontiev como ponto de partida, mas não menos importante de ser assinalada. Podemos verificar, contudo, como o ponto de partida, a partir do qual se desenvolverá as elaborações posteriores, se assenta sobre esta questão essencial de não considerar a finalidade ou futuro como móvel orientador de ponta a ponta de todas as objetivações da subjetividade. Fato este que já nos permite antever um problema resultante, qual seja: à medida que a objetivação não é objetivação de uma finalidade ou projeto ela se faz objetivação do quê? Será de uma força interior? Ou de uma energia ou pulsão imanente ao indivíduo? Ou ainda, de um conjunto de idéias presentes no interior da consciência ou do inconsciente? Seguindo a orientação de Leontiev, o que move e orienta a ação presente e a conduz a objetivar-se em seus produtos, não é um futuro para o qual o sujeito se projeta, mas a fusão objeto/necessidade identificada

com o “motivo” a que o sujeito reage. Optar por não seguir a orientação de Leontiev, neste aspecto implica em fazer uso de alguma noção que se situa dentro do quadro de interrogações que acabamos de fazer. É, para a segunda opção que se dirige o quadro conceitual das fontes da definição de psíquico que estudamos e que em seguida explicitaremos. Para o momento é importante deixar assinalado que, o fato de se desconsiderar o futuro ou finalidade, ficando somente com o aspecto material e cognitivo da práxis, é o mesmo que, em física, querer trabalhar com os fenômenos da teoria da relatividade, excluindo a potência “2” da fórmula $E=m.c^2$. Isto quer dizer que, a equação que define o jogo de variáveis que permite compreender como massa se transforma em energia, só se torna compreensível com a variável “velocidade da luz” – c^2 –, caso contrário, já não expressa o fenômeno correspondente. Da mesma forma, tirar a “finalidade” da práxis, já muda totalmente a equação que define os termos a respeito do homem concreto, tal como realizado pelo materialismo histórico, o que leva conseqüentemente à sua incompreensão.

Outro ponto, deixado de fora pelo recorte realizado na apropriação do conceito de atividade de Leontiev, são as críticas que a própria Psicologia soviética, a partir principalmente da década de 70, passou a realizar a respeito das debilidades que o conceito de atividade vinha há algumas décadas apresentando, entervando o avanço científico. Chudnovsky, um dos psicólogos soviéticos que passaram a verificar o problema, aborda a questão da seguinte maneira:

É impossível não afirmar que no curso de vários decênios, o problema da subjetividade em nossa ciência e na prática foi subvalorizado (...) a necessidade de luta pela compreensão materialista do desenvolvimento social exigiu (e isso foi completamente correto) o acento na influência decisiva das forças produtivas e das relações de produção sobre a ideologia da sociedade e, através dela, no desenvolvimento da consciência e da personalidade do homem concreto. Lamentavelmente, estas posições que, em si, constituem um indiscutível pilar do marxismo, se absolutizaram e se converteram em um dogma. (GONZÁLES, 1997, p.77)⁴

Nepomnichaia, da mesma forma, ao marcar como o conceito de atividade implicou uma concepção unilateral e limitada do objeto de estudo da Psicologia, atesta como neste âmbito o pensamento, os processos sensoriais e a atividade são separados da personalidade, ficando o

⁴ “Es imposible no afirmar que en el curso de varios decenios, el problema de la subjetividad e nuestra ciencia e en la práctica social fue subvalorado (...) la necesidad de una lucha por la comprensión materialista del desarrollo social exigió (y eso fue completamente correcto) el acento en la influencia decisiva de la fuerzas productivas y las relaciones de producción sobre la ideología y, a través de ella, en el desarrollo del la conciencia e la

próprio conceito de personalidade “limitado ao *motivo*”, e não incluindo nenhum outro aspecto do sujeito integral (González, 1997, p.78). Ainda antes da década de sessenta, outro psicólogo soviético, chamado Miasichev, um dos fundadores da escola de Leningrado, mostrava-se já preocupado com o problema implicado pelo conceito de atividade:

Não obstante, a Psicologia soviética sofre de um subdesenvolvimento, e essencialmente sua lacuna radica em que o psíquico se examina preferencialmente como processo, mas seu portador, a personalidade, se estuda insuficientemente. A atividade se investiga separada de seu autor. O objeto (os processos psíquicos da atividade) se estuda sem o sujeito (a personalidade) (GONZÁLES, 1997, p.78).⁵

Podemos notar que, já deste a década de sessenta e, principalmente, na década de setenta, o conceito da atividade dentro da própria Psicologia soviética já mostrava suas insuficiências num ponto essencial, qual seja, omitia o momento subjetivo da prática humana, só a apreendendo de “fora”, nas palavras de Vásquez, através de suas reações aos objetos e objetivações nos produtos, empobrecendo assim a demarcação do objeto da ciência psicológica.

Desde modo, à medida que os autores brasileiros aqui em estudo ao apropriar-se do conceito de atividade de Leontiev, como ponto de partida básico para demarcar o psíquico, não consideram a demarcação entre práxis e atividade, o que significa dizer, que a finalidade e não somente o aspecto cognoscitivo da consciência humana, não é incluído como elemento essencial da atividade prática humana, como também não consideram as debilidades do conceito identificadas pela própria Psicologia soviética já a partir da década de sessenta, perguntamos: como então fica apropriado do conceito de atividade? E quais as condições de possibilidade desta apropriação permitir um avanço da Psicologia na direção posta pelos próprios autores aqui em estudo?

Avançando nesta direção, segundo Codo e colaboradores, podemos observar que “o mérito de Leontiev, nada desprezível, foi o de explicitar e sistematizar a dupla relação homem-mundo como elemento de constituição da Psicologia” e, neste sentido, o conceito de “atividade” integra a demarcação do objeto da Psicologia, à medida que “situa o homem na realidade objetiva” e “transforma esta realidade em uma forma de subjetividade” (Codo,

personalidad del hombre concreto. Lamentablemente, estas posiciones que, en sí mismas, constituyen un indiscutible pilar del marxismo, si absolutizaron y convirtieron en un dogma.”

⁵ “Sin embargo, la Psicologia soviética sufre un subdesarrollo, y esencialmente su laguna radica en que lo psíquico se examina preferentemente como proceso, pero su portador, la personalidad, se estudia insuficientemente. La actividad se investiga separada de su autor. El objeto (los procesos psíquicos de la actividad) se estudia sin el sujeto (la personalidad)”.

Sampaio e Hitomi, 1992, p.85). Podemos observar que o conceito de ação e finalidade que, de qualquer forma, apontaria para uma problematização da questão da práxis, ainda que dentro da estrutura do pensamento de Leontiev, não é abordado ou problematizado pela apropriação do conceito realizada pelos autores brasileiros em estudo, o que sem dúvidas trará problemas na hora de compreender a objetivação da subjetividade ou a transformação da realidade em formas subjetivas.

Outro conceito também deixado de fora quando observamos o recorte realizado da categoria de atividade é o de “personalidade”. Conceito por sinal, que compõe de forma fundamental não só os trabalhos de Leontiev, mas também o conjunto da Psicologia soviética, além de ser, de certa forma, uma tentativa de resposta às verificações e necessidades tratadas em *Marxismo e Teoria da Personalidade* (1979) de Sève e, que, por sua vez, vinha no lastro das preocupações de Politzer (1965), a respeito do caráter mitológico e pré-científico da Psicologia e nas críticas ao freudismo (Politzer, 1971), que pretendiam, antes de mais nada, compreender a singularidade concreta para além do mentalismo e da noção de representação.

Não considerar, desta forma, o conceito de personalidade, implica em omitir ou excluir uma questão teórica essencial colocado deste a década de vinte, bem como em todo o desenvolvimento teórico posterior com base no materialismo histórico, onde se busca na categoria da “personalidade” as bases para definir o objeto da Psicologia de forma a superar os princípios mentalistas e, por isso míticos, presentes neste âmbito disciplinar. As razões, no entanto, pelas quais o conceito de personalidade é excluído em detrimento do conceito de identidade, não são discutidas, não sendo fornecidas justificativas técnicas do por que se realiza esta opção.

A fim de prosseguirmos, no sentido de apreender as fontes que inspiram esta apropriação realizada do conceito de “atividade”, é necessário recorrermos aos princípios da Psicologia social no Brasil que buscou no materialismo histórico as bases para edificar a ciência psicológica.

Lane (1984) no intuito de alcançar o homem concreto chama a atenção para dois fatos essenciais que servem como ponto de partida nesta direção, quais sejam:

- (1) a falsa dicotomia indivíduo/grupo, visto que o homem desde seu nascimento está inserido em grupos sociais e,
- (2) a aquisição da linguagem que preexiste ao indivíduo como código produzido historicamente pela sociedade (*langue*), mas que ele apreende na sua relação específica com outros indivíduos (*parole*). Se a língua traz em seu código, significados para o indivíduo, as palavras terão um sentido pessoal decorrente da relação entre pensamento e ação, mediadas pelos outros significados. (LANE, 1984, p.16).

Podemos observar aqui, mais precisamente, a apropriação realizada do conceito de atividade de Leontiev que, em síntese, apreende do autor russo a “indissociabilidade entre indivíduo e mundo social”, característica da noção de “atividade em geral” e, também, a noção de “consciência”, como reflexo psíquico superior, resultante da atividade, que tem como característica básica o surgimento do “significado” e do “sentido pessoal”. Deste modo, a busca na compreensão do homem concreto e de uma demarcação de psíquico compatível, fica colocada dentro dos parâmetros da “atividade” e da “aquisição da linguagem”. Quais os desdobramentos e desenvolvimentos futuros que este recorte permite realizar? A resposta está nas noções de “representação”, de “identidade” e de “energia afetiva”, que vai colocar definição de psíquico aqui estudada dentro do território mentalista e psicanalítico, como já foi possível verificar. Mas precisamos tratar detalhadamente cada um destes pontos.

Lane (1986) ao explicar “como nos tornamos sociais” esclarece que nossa vida humana é uma vida em grupos, grupos estes que implicam na existência de regras, normas e no estabelecimento de papéis sociais. É, então, no processo de relação social com outros e com as condições históricas dos grupos sociais - ou seja, a partir da “atividade” - que o indivíduo adquire a linguagem e começa a pensar, que se caracteriza por relacionar símbolos lingüísticos (Lane: 1986). A linguagem, portanto, faz a mediação entre o indivíduo e o mundo, o que permite a elaboração de “representações sociais”, que se caracteriza “pelo sentido pessoal que atribuímos aos significados elaborados socialmente” (Lane, 1986, p.34). Aqui, mais vez, é importante destacar o “pano de fundo” teórico de Leontiev nos termos em que é apropriado, tal como podemos verificar de forma clara nesta passagem:

Desta forma, os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um ‘sentido pessoal’, ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo. (LANE, 1984, p.34)

Deste modo, com base na “atividade”, que sempre acontece numa determinada situação social e, através da qual, cada um se encontra em relação com grupos determinados e em determinado processo de comunicação é que o sujeito vai apreendendo os significados sociais que, por sua vez, vão formar o conteúdo fundamental de sua “consciência”. Compreende-se então, com base em Leontiev, a consciência como uma “realidade interior”, constituída por um conjunto de representações a partir de cada um dos significados que circundam o espaço social do sujeito e que passam a participar e compor o seu conteúdo consciente. Conforme Lane:

Concluindo, para conhecermos as representações sociais de um indivíduo é necessário, através dos atos ilocutórios explícitos e implícitos, definirmos o lugar que ele ocupa em relação aos outros (os que se 'limitam' com ele), e através do discurso, como seu espaço se constitui nesta relação, enquanto a realidade subjetiva que se insere no real, socialmente representado e reproduzido em termos de 'todo mundo' (LANE, 1986, p.38).

Observamos, contudo, como o materialismo implicado no conceito de "atividade", de Leontiev, com todos os recortes realizados pelos autores aqui em estudo, conduz a uma noção de psíquico como representação, ou seja, como conteúdos de uma realidade interior - a consciência - que espelham ou refletem a realidade exterior de uma forma, ao mesmo tempo genérica - através dos significados -, e individual - através do sentido pessoal. O conjunto de representações sociais ou, se quiser, dos sentidos pessoais, vai formar a "identidade", na concepção formulada por Ciampa (1987), sendo para este conceito, que agora nos deteremos em expor, visto que se constitui num outro elemento chave das fontes teóricas as quais a definição de psíquico em estudo se baseia.

A tese central defendida por Ciampa (1987) é a da identidade como metamorfose. Neste sentido, busca articular as categorias "atividade" e "consciência" com a de identidade, mostrando-se fundamental para o terreno da Psicologia social. Para Ciampa, a construção da identidade implica na "predicação de uma atividade anterior" (Ciampa, 1987, p.133), o que significa dizer que a "identidade" *'vem-a-ser'* à medida que a atividade vai ganhando atributos característicos que a vão qualificando. A atividade vai assumindo, assim, "predicações" por intermédio dos papéis sociais, ganhando, desta forma, a especificidade que o "personagem" vai lhe dando e, não simplesmente os atributos gerais que os papéis sociais implicam. A categoria identidade aparece definida na forma de "personagem", ou seja, do indivíduo ir se fazendo um "representante de si mesmo" perante os outros, da mesma forma como os outros comparecem cada um como representante de si em toda a trama social, implicando uma verdadeira rede de representações que permeiam todas as relações. Desta forma:

Não só a identidade de uma personagem constitui a de outra e vice-versa (o pai do filho e o filho do pai), como também a identidade das personagens constitui a do autor (tanto quanto a do autor constitui a das personagens) (CIAMPA, 1984, p.60)

Da categoria “atividade” é ressaltada, principalmente, seu caráter de movimento, de um acontecer constante que se dá como um fazer do indivíduo no mundo, ou seja, como uma relação (Ciampa, 1987) a partir deste plano, que se realizam as predicções, que por suas próprias características, implicam a articulação da diferenciação e da igualdade de cada uma das atividades que o indivíduo leva a cabo.

Sucessivamente, vamos nos diferenciando e nos igualando conforme os vários grupos sociais de que fazemos parte: brasileiro, igual a outros brasileiros, e diferente dos estrangeiros (nós os brasileiros somos, enquanto os estrangeiros são...). (Ciampa, 1987, p.63)

No entanto, a ação de pregar a atividade é caracterizada por um processo constante e sempre renovado, que implica um assumir e desfazer uma série infinita de personagens: é ser ao mesmo tempo uma multiplicidade de predicções que “vem a ser” e “deixam de ser” constantemente, e, ao mesmo tempo, uma unidade que faz do indivíduo sempre um representante de si mesmo, ou seja: “por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu que sou assim, ou seja, sou uma unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança” (Ciampa, 1987, p.61).

Na busca, de instrumentos conceituais para fundamentar sua noção de “devir” e, afirmar assim, a identidade como metamorfose, Ciampa, por um lado, recorre ao amparo de Hegel, especialmente à *Ciência da Lógica* (Ciampa, 1987). A forma de apreender a lógica dialética do processo histórico desconsidera, neste aspecto, toda crítica a respeito da dialética de Hegel empreendida por Marx, nos *Grundrisse* (Sève, 1979), onde os princípios especulativos e abstratos, que consistem em reconhecer por toda e qualquer parte as determinações da lógica (dialética), são superados em função da necessidade concreta e científica de conhecer a lógica específica do objeto específico. É, neste sentido, que podemos compreender a afirmação de D’hondt de que:

Já não se pode ser mais hegeliano. Depois de Hegel a vida transformou-se, e também o pensamento da vida. A sua concepção de mundo sofreu o desgaste do tempo e foi submetida à crítica de Marx, destrutiva e ao mesmo tempo compreensiva, crítica essa inspirada numa dialética regenerada. (D’HONDT, 1987, p.54)

Parece claro neste sentido, que recorrer a dialética hegeliana como instrumento de apreensão do “devir humano” é, do ponto de vista técnico e científico, um equívoco, à medida

que desconsidera a própria superação dialética, que esta sofreu depois de Marx; e do ponto de vista histórico, um atraso sem proporções. Fato este, que mostra suas conseqüências práticas na tentativa de apreender a trajetória de vida de *Severina*, como uma particularidade em constante transformação dentro do devir de uma “substância histórica” (Ciampa: 1987), tal como em Hegel, as contradições de um fenômeno (particularidade) são unidades no interior da unidade do ser ou da “idéia”, estando justamente aí o caráter idealista e especulativo da dialética hegeliana, conforme esclarece criticamente Marx (Sève, 1979). A lógica dialética, nestes termos, torna-se um devir universal do espírito que faz perder a lógica específica das variáveis que entram em jogo no esclarecimento de um objeto específico. Tanto é assim que, a definição de metamorfose acaba por tornar-se extremamente ampla, apreendendo uma história de vida singular, em termos amplamente genéricos e vagos.⁶

Seguindo o amparo de Hegel, a identidade para Ciampa, aparece como a “representação” de um “estar sendo” no interior da “substância histórica”, ou seja, como uma concretização particular que se nega dentro da totalidade histórica, para afirmar-se como totalidade individual (Ciampa, 1987). Processo este que se dá através de “interiorizações” de personagens atribuídos socialmente (papéis sociais), consumando um devir constante de “identificações”, que não são outra coisa que a definição de “predicação”, já anteriormente explicada. É importante observar como a relação singular e universal dentro deste horizonte mais hegeliano do que materialista histórico, só ganha pleno sentido à medida que faz entrar a noção de “inconsciente” (D’hondt: 1987), como uma força atuante em todas as individualidades que faz realizar, através delas, os desígnios do espírito absoluto:

A história pode, pois, ser compreendida como a resultante dialética dos esforços individuais. Mas visto que obedece, enquanto obra global, a leis diferentes daquelas que regem as atividades parcelares, podemos também encará-la como a englobante suprema de todos os seres singulares, como o espírito mundial que habilmente os governa, deixando-os acreditar que se determinam livremente. [sem grifos no original] (D’HONDT, 1987, p.27)

Nesta perspectiva a história, como “substância englobante”, possui em si própria, suas finalidades que são realizadas inconscientemente pela totalidade das ações individuais “que inconscientemente trabalham para uma obra que não é sua” (D’hondt, 1987). É dentro deste horizonte, que Marx é abordado, à medida em que é identificado com esta noção teleológica

⁶ Trataremos de forma detalhada o modo como Ciampa vai elaborando a trajetória de vida de *Severina*, no próximo capítulo, onde estas questões ficarão mais claras, com o objetivo de enriquecer a análise do alcance e dos limites da definição de psíquico que se faz objeto de nosso trabalho.

de Hegel, onde se compreende que o homem só existe como tal, no final da história, ou seja, é só lá que realiza totalmente suas potencialidades humanas: “do mesmo modo que, no esquema marxista da história, o homem só vem no final do que Marx denomina pré-história da sociedade humana – o espírito só aparece enquanto espírito no final da fenomenologia” (Ciampa, 1987, p.175).

Neste quadro todas as “predicações” que vão qualificando a “identidade”, refletem este momento de pré-história da realização do sujeito; são predicações, que negam o sujeito como sujeito. Este processo, regredindo ao singular, se caracteriza para Ciampa, pela reposição constante de uma identidade pressuposta de uma forma imutável e a-temporal. Assim, a identidade, que é metamorfose para Ciampa, é fixada e cristalizada como “não metamorfose”: é o “fetichismo da identidade”. (Ciampa, 1987, p.181)

Como pano de fundo desta transformação da identidade fixada como não-metamorfose para sua forma metamorfose, aparece a noção de “inconsciente”, como o empreendedor deste vir-a-ser, tal como acontece em Hegel, no plano universal. Podemos observar este ponto nesta passagem em que Ciampa faz referência a Stanislavsky, ao louvar o “maior artista da natureza”, qual seja, o “subconsciente”, como alguma coisa que interfere decisivamente na construção da personagem e na representação do ator.

Isso é criatividade verdadeira, vem de dentro, de emoções humanas, não teatrais (...) Ai não tem lugar para raciocínios e análises. Não pode haver nenhuma dúvida quanto ao fato de que esta coisa inesperada ergueu-se do fundo manancial da natureza orgânica. O próprio ator é avassalado e cativado por ela. É transportado para um ponto que ultrapassa a sua consciência (CIAMPA, 1987, p.193)

É o inconsciente, como este fundo manancial que impulsiona a atividade humana a metamorfosear-se, a romper as barreiras das representações fixas e a-temporais. E, é dentro deste horizonte conceitual que se pode compreender os elogios de Ciampa, a noção de “espontaneidade” de Moreno e, a “psicanálise”, como ambas tendo muito a contribuir sobre este aspecto da questão. Importante ressaltar neste ponto, no que diz respeito à noção de “espontaneidade” moreniana, é seu fundo místico, à medida que tem sua raiz nas noções religiosas do “Hassidismo”, conforme esclarece Fonseca Filho (1980) que, por sua vez, tem suas origens na Cabala judaica. A noção de “espontâneo criador”, neste sentido, conforme Moreno (1978, p.34), postula a existência de uma espécie de “natureza primordial”, que é “imortal” e reaparece em cada nova geração, um primeiro universo que contém todos os seres, sendo que a raiz hassídica aparece assimilada à medida que propõe:

substituir a relação vertical por uma horizontal, por um Deus próximo, o Deus presente. Deus está em todas as coisas do mundo, na Criação. As centelhas divinas do mundo são liberáveis. Quando acontece a liberação, o Deus latente aflora (FONSECA FILHO, 1980, p.67).

Dentro de todo este quadro conceitual, observando o desenrolar na história de *Severina* (Ciampa, 1987), tal como narrada e elaborada por Ciampa, podemos verificar como a idéia que se busca afirmar é justamente a de um aflorar libertário e espontâneo que caracterizaria a metamorfose vivida por tal sujeito, à medida que se liberta das representações pressupostas que repunha inconscientemente. Estamos assim, cada vez mais longe da práxis e do materialismo histórico, como fica cada vez mais evidente.

Ainda dentro da questão de embasar a definição de identidade como metamorfose e, elaborar a noção de devir humano que esta pressupõe, Ciampa faz uso de Habermas, no que diz respeito à definição de identidade do Eu do autor alemão. Vale a pena aqui verificar as noções implicadas da elaboração de identidade do Eu de Habermas, que nos permitirá compreender a função da psicanálise dentro deste quadro, e concluir o esclarecimento das fontes teóricas da definição de psíquico, estudada neste trabalho.

Habermas (1983) busca formular um conceito de identidade do Eu à luz de sua “teoria do agir comunicativo” (Habermas, 1983, p.65). Nesta, com é sabido, o autor usa como núcleo central a noção de “mundo da vida”, espaço onde se desenvolve a subjetividade e, definido nos seguintes termos:

o lugar transcendental onde o que fala e o que ouve se encontram, onde eles podem reciprocamente colocar a pretensão de que suas declarações se adequam ao mundo e onde eles podem criticar e confirmar a validade de seus intentos, solucionar seus desacordos, e chegar a um acordo. (ANTUNES, 1999, p.147)

Desta forma, a edificação das identidades se realizam nesta esfera do mundo da vida para Habermas, noção por sinal, tirada da fenomenologia (Antunes, 1999), em particular, do idealismo fenomenológico de Husserl e de sua noção de intersubjetividade transcendental (Fragata, 1985). Neste mundo a noção de intersubjetividade é fundamental, à medida que:

o reconhecimento do princípio de alteridade, da validade e do entendimento entre os seres sociais, por meio da interação subjetiva, da intersubjetividade que ocorre no mundo da vida, assume caráter de centralidade na ação humana (ANTUNES, 1999, p.148).

Sendo ainda, vale acrescentar, a linguagem e a cultura, seus dois elementos constitutivos básicos. Neste sentido, o mundo da vida é o espaço de organização dos seres em função de suas identidades e dos valores que nascem da esfera da comunicação, tendo a dimensão simbólica, função primordial. Mundo este, que é importante não esquecer, organize-se de forma desacoplada tanto da esfera da “produção material” como da “lógica administrativa” e burocrática do estado.

A noção de “identidade”, para Habermas, vinculada a sua teoria do agir comunicativo, implica em um processo de vir-a-ser por etapas ou níveis, que vão se sobrepondo e servindo de base para o seguinte. Um ponto importante a salientar é que os níveis são demarcações de evoluções do “universo simbólico” do indivíduo, onde cada um destes níveis simbólicos ou cognitivos correspondem a determinadas estruturas do agir comunicativo (Habermas, 1983). Desta forma, o primeiro nível implica numa correspondência ao outro, o segundo numa correspondência aos papéis sociais e, no terceiro implica na capacidade de compreender, interpretar e aplicar normas reflexivas sendo que, cada nível para Habermas, implica em o “ator” social perceber ou ter “estruturas simbólicas”, diferentes e cada vez mais abstratas para interagir intersubjetivamente (Habermas, 1983).

Assim, a identidade do Eu “devém”, se concretiza na intersubjetividade ao evoluir de um nível simbólico para outro, ao qual se ligam estruturas do agir, até o ponto de se consubstancializar na capacidade que tem o adulto de construir, em situações conflituosas novas identidades, harmonizando-as com as identidades anteriores superadas, com a finalidade de organizar - numa biografia particular - a si mesmo e as próprias interações, sob a direção de princípios e modos de procedimentos universais (Habermas, 1983). É neste nível “biográfico”, que Ciampa (1987) vai identificar “*Severina*” ao final de seu estudo, qualificando o mesmo como um avançado momento de sua metamorfose.

Importante compreender, que todo este processo de estruturação da identidade do Eu em Habermas se passa no plano da “consciência”, da elaboração consciente no nível interativo, ou seja, no plano do juízo, que corresponde a uma determinada “competência interativa” (Habermas, 1983, p.70). Assim, toda a descrição sobre a construção da Identidade do Eu vai abarcar o aspecto “cognitivo”, “consciente”, e não o aspecto “motivacional”, “inconsciente”, que se refere aos destinos das pulsões (Habermas, 1983). Se bem que, Habermas, chega a comentar o fato de que, quando acontece uma “debilidade” qualquer neste plano consciente do Eu, existem os mecanismos de defesa, para as situações em que se deseja evitar a elaboração consciente dos conflitos. Aqui podemos observar como a elaboração sobre a identidade se compatibiliza com o arcabouço conceitual psicanalítico, respaldando a noção de

psíquico de Freud (Heck, 1987) e, esforçando-se para apresentá-la como “produção simbólica” no interior da cultura:

As necessidades (pulsões) já se dão interpretadas em termos de linguagem, simbolicamente fixadas; a herança natural (impulsos desprovidos de qualquer especialização) só determinam as condições iniciais da reprodução humana, mas os meios de reprodução societária implicam na auto-conservação, reproduzir sua vida em condições culturais (HABERMAS, 1987, p.299)

Podemos verificar nitidamente, portanto, conforme avançamos no esclarecimento das fontes teóricas da definição de psíquico, onde estão as bases que permitem e organizam as condições de possibilidade de formular uma definição de psíquico, que apesar de partir do materialismo histórico, vai concretizar-se como compatível com o mentalismo freudiano.

Como um último ponto, dentro do desenvolvimento na noção de identidade de Habermas, tomada por Ciampa, é importante ver como o “agir comunicativo”, a “intersubjetividade” e o “mundo da vida” vão tornando a definição de identidade muito mais próxima da tradição “hermenêutica” do que do “materialismo histórico” (Antunes, 1999). Cabem aqui, algumas palavras para explicitar este último aspecto em relação as fontes teóricas, que nos ocupamos neste capítulo. A hermenêutica:

Vê as relações entre vários discursos como as dos fios numa possível conversação, uma conversação que não pressuponha nenhuma matriz disciplinar que una os locutores, mas onde nunca se perde a esperança de acordo, enquanto a conversação dure (RORTY, 1988, p.249).

Importante notar, apesar da discussão de Rorty dar-se em combate com a epistemologia, o enfoque essencial dado a interpretação, ao discurso, ao simbólico que se edifica na conversação, nos atos ilocutórios de uma intersubjetividade. O ponto de vista hermenêutico, portanto, liga-se ao “discurso” que vai, por sua vez, se transformando pelas novas formas intersubjetivas baseadas na comunicação e na linguagem, ao atribuir novos significados as palavras. A hermenêutica, neste sentido, ainda seguindo a reflexão de Rorty (1988), prima por querer libertar o indivíduo de qualquer discurso fixo, cristalizado, na busca sempre de reinterpretar o ambiente que nos é familiar em termos novos. Noção esta que vai aparecer em Ciampa, pela mediação de Habermas, quando o autor brasileiro afirma que a não-metamorfose de *Severina* ocorre à medida que ela fica “repondo sua identidade pressuposta”,

e se liberta – se metamorfoseia - à medida que cria novas identidades, já não se fixa em suas representações cristalizadas.

Estamos, portanto, dentro do domínio do simbólico, do discurso, da interpretação do par consciente/inconsciente, ou seja, dentro do domínio do homem abstrato. Estamos, contudo, fora do domínio da práxis, do homem concreto e do materialismo histórico. Estamos, ainda, no domínio do inconsciente de Hegel, do idealismo transcendental de Husserl, do mito da espontaneidade de Moreno, das pulsões de Freud ou, ainda, do materialismo precário da noção de atividade de Leontiev, como sendo os impulsos que movem a ação humana. Estamos assim, fora dos domínios do futuro, do projeto, da materialidade da práxis, como perspectiva dialética do homem concreto, dialética esta revigorada, após a crítica ao idealismo de Hegel. Estamos em suma, nos antípodas da práxis e do materialismo histórico.

Temos agora condições concluir que, ao buscar as bases da noção de psíquico em Leontiev, Ciampa, e na Psicologia Social brasileira de inspiração materialista, Codo e colaboradores não chegaram a outra definição de psíquico, ficando, por assim dizer, inalterada em relação a perspectiva analítica. Pois, ao se desconsiderar a complexidade do conceito de práxis, de personalidade, que conduz nos marcos do materialismo histórico, a apreensão concreta do sujeito, partindo-se para a noção de identidade, que preconiza as noções de personagem e representação, com uma inspiração muito mais hermenêutica e psicanalítica, do que de base materialista histórica, fica impossível sair dos limites do mentalismo e da psicopatologia.

Assim, a noção de psíquico permanecendo inalterada, o problema sobre os quais ficam a se debater os autores estudados, recai sobre as questões sociais do trabalho na sociedade capitalista, a problemática da alienação e da força de trabalho, que cinde trabalho e afeto, a uma crítica enfim, do trabalho na sociedade burguesa. Mas convém interrogar: isto se deve em função dos autores não terem encontrado o caminho para outra noção de psíquico, de modo a responder as exigências que o materialismo histórico impõe a Psicologia? Ou fica inalterada a noção de psíquico em função dos autores se darem por satisfeitos, por fazer uma crítica social ao sofrimento psíquico no trabalho imposto pela alienação, relevando a segundo plano a problemática quanto ao objeto psíquico? Seja qual for a razão, nossa incursão sobre as bases da noção de psíquico revelou que, a ida de Codo e colaboradores a estas bases, não os fez encontrar o que pretendiam.

Passemos, agora, a analisar a *aplicação* desta noção de psíquico, usada por Codo e seus colaboradores, tratando de verificar como fica a observação e os esclarecimentos teóricos

dados aos fenômenos pesquisados. Temos que responder se, usar tal noção de psíquico trás alguma diferença técnica, em relação às pesquisas que se utilizam da perspectiva analítica. Afinal, o que ganhamos, em termos de resultados cientificamente fecundos, ao usarmos a noção de psíquico estudada, tomando como referência o conjunto do estado teórico e prático das pesquisas sobre Saúde Mental e Trabalho que, Codo e seus colaboradores, se propõe a superar?

- Capítulo 3 -

Análise dos limites e alcances da definição de psíquico verificada

Depois de verificar e analisar a definição de psíquico, que se mostrou compatível com o mentalismo freudiano e com certas noções psicopatológicas e, ainda, depois de esclarecer e analisar suas fontes que, em síntese, mostraram-se nos antípodas da práxis e do materialismo histórico, neste capítulo pretendemos nos deter a examinar sua aplicação à prática de pesquisa, recorrendo aos trabalhos já descritos na primeira parte deste estudo. Procuraremos assim, observar o quanto a definição de psíquico proporciona efetivamente “novas descobertas”, ou seja, até que ponto a definição de psíquico é operacional a ponto de responder as exigências que o materialismo histórico faz à Psicologia e que, por sua vez, Codo e seus colaboradores pretendem responder, ou, ao contrário, em que medida a aplicação de tal noção de psíquico nada mostra de novo e original.

Como ponto de partida de nosso exame, podemos lembrar como Codo e colaboradores (1995: p.99) tem como questão fundamental a ser respondida em suas pesquisas “qual o lugar que o trabalho ocupa na hierarquia das determinações do perfil psicológico/psicopatológico de um grupo?”, o que por sua vez, nos faz focar a observação e análise no quanto a definição de psíquico utilizado proporciona tal objetivo.

Começando pela “hipótese” dos mesmos autores, que norteia suas investigações sobre a questão, parece ser uma afirmativa que se anula a si mesma, á medida que afirma que “o perfil produtivo, *ao lado de outros momentos significativos* da vida humana, como a infância e a adolescência, exercem papel preponderante”. Ou seja, se enuncia o “trabalho” como podendo ocupar uma função determinante na “hierarquia das determinações do perfil psicológico/psicopatológico, ao mesmo tempo em que se afirma que outros momentos significativos também podem ser. Ora, uma hipótese que coloca “ $Sp = f(t)$ ”, mas que ao mesmo tempo coloca “ $Sp = f(i)$ ” ou “ $Sp = f(a)$ ”, não pode ser considerada uma hipótese nos termos que o rigor científico exige, pois não estabelece nenhuma relação de função entre variáveis: “dentro da investigação científica, as hipóteses são proposições antecipativas a cerca das relações entre duas ou mas variáveis e, se apóiam em conhecimentos organizados e sistematizados” (Sampiere e outros, 1991, p.77). O que se tem ao contrário, é que, o

sofrimento psíquico (Sp) pode estar em função do trabalho (t), mas também da infância (i) ou da adolescência (a), ou seja, pode estar em função de tudo.

Avançando em direção a uma análise da prática de pesquisa, podemos passar a nos deter, primeiramente, sobre a pesquisa de Carvalho (1995) - "*Professora primária: amor e dor*". A observação epidemiológica, fornece primeiramente dados de identificação da população para, em seguida, expor os dados referentes ao percentual de sofrimento psíquico encontrado. Podemos dizer, então, que do fenômeno do sofrimento psíquico das professoras primárias, a observação se detém a verificar os fatos relativos a identificação da população e a percentagem de seu sofrimento psíquico. Com base nestes dados e, buscando uma resposta à pergunta "do que sofrem as professoras?" passa-se a discorrer sobre o trabalho feminino em geral, sobre sua alta taxa de exploração e alienação na sociedade capitalista brasileira, para assim concluir:

Parece-nos lícito supor que as características psicológicas e psicopatológicas evidenciadas nesta categoria profissional, e neste estudo específico, encontrem suas determinações no modo como trabalham e como tem seu trabalho explorado (CARVALHO, 1995, p.137)

Quais as ocorrências verificadas pela observação do fenômeno estudado que indicam e tornam 'lícito' esta conclusão? A resposta é: nenhuma. Dá-se um 'salto', então, *do* fenômeno estudado, que só fornece dados de identificação e epidemiológicos, *para* uma reflexão geral que serve para *todas* as mulheres exploradas e alienadas, na sociedade capitalista para, assim, chegar a conclusão mencionada. A elaboração teórica que se segue, realizada a respeito do problema, acaba sendo uma reflexão especulativa com base em alguns conceitos, como podemos ver: assinalando como o discurso ideológico do magistério como sacerdócio já não mais consegue apaziguar a contradição entre o trabalho que se faz e seu valor de troca como salário, "supõe-se que haveria um acirramento das contradições que perpassam as relações de trabalho, gerando uma ruptura entre subjetividade e objetividade", "responsável pelos índices de sofrimento psíquico encontrados" (Carvalho, 1995, p.138). Podemos verificar, que as conclusões são tão incertas para a própria autora, que estas sempre estão precedidas de "é lícito *supor*", "*supõe-se*". Mas onde estão, no fenômeno estudado, as ocorrências que evidenciam às professoras estudadas estarem concretamente vivendo a contradição entre a ideologia do sacerdócio versus o valor de troca de seu trabalho? Em lugar algum. Então, a elaboração teórica do problema não é tirada de indicativos do próprio fenômeno estudado - o

sofrimento psíquico das professoras primárias – se tornando assim interpretações arbitrárias e vazias. Pura “dialética”, no sentido platônico do termo.

A pesquisa *Enfermagem: trabalho e cuidado*, parece apresentar as mesmas características. Demarcada a população, os dados descritos apresentam um percentual de 19,4% de incidência do “perfil histórico”. Considerando a definição de que a “histeria tem como base a angústia gerada por algum tipo de conflito” (Borsoi e Codo, 1995, p.147), os autores se propõe a olhar mais de perto as contradições do “trabalho de cuidar”, característico do objeto estudado. Concluem, que o afeto que está implicado no trabalho de ‘cuidar’ se defronta com a alta do paciente e o conseqüente corte com o afeto estabelecido. Ainda, nesta aproximação do trabalho de cuidar aponta-se a contradição entre personificação da atividade e a impessoalidade exigida pelo trabalho técnico. Os fatos verificados no fenômeno indicam isso? Onde aparece, dentro da demarcação realizada, que os trabalhadores em enfermagem vivem o “conflito”, entre o afeto objetivado no trabalho de cuidar e o desligamento do paciente com sua alta? Onde aparece, no interior do objeto estudado, o “conflito” psicológico entre a personificação da sua atividade e a impessoalidade técnica? Podemos verificar que este não aparece em lugar algum, sendo portanto mais um jogo de conceitos estranhos à vida real do objeto estudado, deduzidos de fora, portanto.

Na pesquisa *Trabalho e Identidade nas Telefonistas*, se nos detemos no fenômeno tal como observado, vemos que os autores trataram de verificar a rotina de seu trabalho, onde aparece uma repetitividade marcante, um ritmo intenso e um controle excessivo. Em seguida, ainda, no que diz respeito às observações realizadas, tratam de obter dados sobre a representação que as trabalhadoras fazem do produto de seu trabalho e do significado do mesmo: como resultado aparecem “as ligações completadas,” “a comunicação entre o cliente e seu interlocutor” ou as “informações fornecidas”, todas com respeito às representações sobre o produto; sobre o significado, “é o salário”, ‘a obrigação cumprida”, “a satisfação do cliente” ou “sem representação alguma”. O passo seguinte é relacionar as “características genéricas” das formas de exploração no trabalho das telefonistas, quais sejam: (1) controle da produtividade marcado pela sofisticação tecnológica; (2) perda do controle sobre o processo; (3) comunicação visando eficiência e rapidez; e (4) jornada de trabalho realizada em escala de revezamento. Conclui-se, com base nesta observação que,

os aspectos relacionados ao trabalho, tais como, o processo de trabalho em si, a relação com as chefias e com os companheiros de trabalho, o controle e a jornada de trabalho, fariam com que a telefonista se comportasse e se identificasse

com tal mesmo fora da organização (Borsoi, Ruiz e SAMPAIO, 1995, p.170).

Mas é de se interrogar: como se relacionam o controle da produtividade, a perda do controle sobre o processo de trabalho, a comunicação eficiente e rápida, o revezamento de jornada, *naquelas* telefonistas estudadas? E como, neste processo singular, estes elementos internos às relações de trabalho se relacionam com as representações das telefonistas sobre o produto e o significado de seu trabalho? E, ainda, na busca de inteligir a lógica do fenômeno estudado, como estas variáveis ligadas ao trabalho se articulam entre si e se tornam determinantes na constituição da identidade social das telefonistas? Nada disso é esclarecido. Afirma-se, conceitualmente, como o homem se realiza e se faz mediado pelo trabalho, que é na atividade concreta que o homem faz a si mesmo, mas no momento em que se busca compreender como este processo acontece concretamente, com homens reais e singulares, não encontramos nada além de afirmações vagas e genéricas. É importante afirmar, neste sentido, que perder os homens reais e concretos e o modo que estes, por sua práxis, realizam suas relações com a materialidade e com os outros, em situações sempre singulares e datadas, é, ao mesmo tempo, perder o universal expresso pelos conceitos, tornando-os abstrações vazias, alheias, como já dissemos, a vida do objeto. Em função destas precariedades que, os próprios autores chegam a seguinte conclusão:

temos consciência de que os estudos realizados sobre o trabalho humano, mesmo aqueles presos a uma abordagem que presta tributo ao marxismo em Psicologia, não tem conseguido abarcar com êxito a complexidade do objeto em questão. (BORSOI, RUIZ e SAMPAIO, 1995, p.172).

É, ainda, neste mesmo sentido, que parece bem instrutivo a passagem em, que Codo comenta que, não há também como iludir o fato de que:

por melhores que sejam as descrições sobre o trabalho da telefonista e suas neuroses, por mais que cada pesquisador desta área tente sua incursão no problema, ainda não o compreendemos (CODO, 1995, p.14)

Estamos, ainda, como é fácil notar, sem avançar cientificamente nesta área, deste a época de Le Guillant.

A pesquisa *A histeria em creches* é um próximo trabalho que convém examinarmos. A observação realizada sobre as recreacionistas de creches revelou um “perfil histórico”, relativamente significativo em relação ao grupo de controle – trabalhadoras “não-creche”,

levando o autor a considerar, de acordo com a análise estatística, serem as condições de trabalho as responsáveis pelas diferenças nas escalas entre grupo experimental e de controle.

Depois do estudo ancora-se na definição de “histeria de conversão”, com recurso a Freud e a psicopatologia, retorna-se as recreacionistas estudadas para afirmar como estas estão de fato, inseridas num mesmo tipo de conflito descrito pela psicopatologia clássica. A elaboração que se segue do problema assinala como as recreacionistas são exigidas a comportarem-se como mães, ao mesmo tempo em que não podem ser, resultando deste conflito, sua tendência histérica. Mas, os fatos descritos do fenômeno estudado se restringem a verificar a tendência histérica das recreacionistas, com a hipótese de ser o trabalho a variável determinante, de acordo com as análises estatísticas. E de forma alguma aparece uma descrição concreta e objetiva das recreacionistas estudadas, vivendo o conflito entre objetivar seu afeto como mães e, ao mesmo tempo, terem que estabelecer uma relação fria com as crianças. Então, como é possível concluir que o sofrimento psíquico vem daí? Mais uma vez a singularidade do movimento vivo dos sujeitos estudados desaparece e a lógica interna do fenômeno estudado fica desconhecida. Podemos verificar, até aqui, como a definição de psíquico utilizada, mais “esconde” o objeto e o obscurece do que permite descobertas originais que compreendam sua lógica interna com suas regularidades e leis específicas.

Em *Paranóia e Trabalho* onde são estudados os trabalhadores de um Centro de Processamento de Dados de um banco estatal, é mais uma pesquisa que convém reter nossa análise. Depois de fazer um relato da estrutura e funcionamento deste tipo de trabalho, se descrevem os resultados da observação epidemiológica realizada, onde se constata índices de sofrimento psíquico significativo – *paranóia* - no setor de “Digitação e Microfilmagem”, bem como no setor de “Preparação”. Os autores, ainda, relatam dados de observação direta do local trabalho, apontando como os Setores de “Digitação e Microfilmagem”, “Preparação” e “Conferência” possuem as características de serem um serviço de massa e, por isso, exigem grandes esforços físicos e cognitivos.

Feitas estas observações do fenômeno, conclui-se com a questão de que, se a informática inova nos mecanismos de controle e, se o controle sobre o que se faz é importante para a realização do sujeito, então “quais os efeitos deste processo sobre a saúde mental destes trabalhadores?” (Codo e outros, 1995, p.315). Ou seja, qual a função desta variável – falta de controle sobre o trabalho - na constituição do fenômeno da “paranóia”, verificado pela observação epidemiológica? Neste caso, o estudo manteve-se no âmbito de constatar fatos epidemiológicos, com a definição de psíquico mostrando, mais uma vez, seus limites relativamente à “etiologia da paranóia”. A definição de psíquico, portanto, não tem permitido

uma investigação e compreensão dos fenômenos, na sua complexidade interna, de forma a tornar compreensível as relações entre suas variáveis constitutivas e, conhecer assim, a função do trabalho na constituição do perfil psicológico/psicopatológico.

Na pesquisa relatada em *A Síndrome do Trabalho Vazio*, os resultados da observação epidemiológica realizada, bem como das análises estatísticas, indicam a prevalência do quadro de “depressão narcísica”, correlacionado ao exercício do trabalho vazio. Quadro psicológico este, que segundo os autores, mostra-se confirmado pelas entrevistas de aprofundamento e representação do trabalho (EART). Até este ponto, estamos, pelo que parece, diante de observações que revelam relações presentes no fenômeno estudado. Mas, é importante notar como, quando se busca compreender o problema, começam a aparecer debilidades que acabam por deixar o fenômeno incompreensível: chama-se a atenção para o fato dos “sujeitos com menos de trinta anos de idade”, bem como, as “mulheres casadas e com família” – todos submetidos ao exercício do trabalho vazio - não apresentarem o quadro psicológico de “depressão narcísica”, ou seja, de não serem assim afetados pelo conjunto de sintomas decorrentes do trabalho vazio: os primeiros, em função de terem suas “utopias para o futuro” e, os segundos, identidades alternativas com as quais se identificam. Mas, podemos observar, como tais fatos mudam completamente as possíveis compreensões que se possa fazer do problema: como garantir, neste sentido, que os sintomas psicológicos descritos pela observação epidemiológica são resultado do exercício do trabalho vazio e não uma perda das utopias em relação ao futuro? Ou ainda, da ausência de identificações alternativas? A inclusão destes dois grupos que exercem o trabalho vazio e não sofrem os sintomas descritos, coloca, então, os achados da pesquisa sob total suspeita. O que está enfim determinando os sintomas verificados? É o exercício do trabalho vazio? Ou é a ausência de utopias para o futuro que os homens com mais de trinta anos passam a não mais ter? Ou é a ausência de identidades alternativas? Pode-se alegar que todas fazem parte do fenômeno, mas isto não basta, pois a primeira coisa que a ciência tem que responder é qual a relação de determinação entre elas no interior do fenômeno estudado? E ainda temos que perguntar: os homens que sofrem da síndrome não são casados? Não possuem família, filhos? Temos que admitir ser muito difícil que isso não ocorra. E, sendo assim, isto não representa a constituição de “identidades alternativas”? E, neste caso, como podem apresentar os sintomas da síndrome? Podemos notar como estes fatos, colocados de forma secundária ao final do relato da pesquisa, deixam o fenômeno incompreensível. Mas, ainda se pergunta, como os autores podem ratificar a tese da síndrome do trabalho vazio, não observando a função destas ocorrências na compreensão do conjunto do fenômeno estudado? Isto evidencia uma limitação, imposta pela própria definição

de psíquico utilizada, em lidar com o fenômeno psicológico como um complexo de variáveis articuladas.

Passamos agora a nos deter sobre a pesquisa do fenômeno *burnout* dos professores, relatada em *Educação: Carinho e Trabalho*. Começamos com o fenômeno pesquisado, qual seja, *burnout*, que é a síndrome da desistência, desistência de quem ainda está presente, executando seu trabalho, mas que não mais o suporta.

É o espírito corroído pelo desânimo, a vontade minguando devagar, até atingir os gestos mais banais, até minimizar as vitórias mais acachapantes, a beleza e a força da missão dando lugar ao mesmo irritante cotidiano, por mais diferentes que sejam os dias de trabalho (CODO e VASQUES-MENEZES, 1999, p.254)

É, portanto, sem dúvida alguma, um fenômeno concreto, real, que assola milhares de pessoas, sendo, desta forma, imprescindível que a ciência o conheça, descubra quais as determinantes que o compõe, para assim, possibilitar à sociedade, instrumentos para sua superação. Os dados referentes ao problema, segundo relatam os autores, parecem, também, ser preocupantes: entre 10,3% e 21,6% foram os percentuais apontados em um estudo de Farber, nos EUA, fazendo com que os autores brasileiros chamem a atenção para este, como um problema internacional, não sendo, assim, privilégio desta ou daquela realidade educacional ou social e, não se restringindo, portanto, nem só ao Brasil, nem tampouco a categoria profissional dos professores da escola pública de segundo grau.

Os dados epidemiológicos relatados pelos autores brasileiros, na pesquisa com os professores, identificam 31,9% da população apresentando baixo envolvimento pessoal com o trabalho da escola, 25,1% apresentando exaustão emocional e 10,7% apresentando despersonalização. Mais do que isso, segundo, ainda, os dados epidemiológicos, *burnout* não é só um fenômeno frequente entre os educadores, mas também altamente disseminado em todos os cargos e funções, que fazem parte do trabalho em educação. Posto o fenômeno, importante ainda tornar presente que o objetivo dos autores ao pesquisar *burnout* consiste em:

não mais isolar as variáveis e cuidar de cada uma delas em uma 'Caixa de Skinner', mas ao contrário, relacioná-las entre si, compreender sua dinâmica interna, tentar traçar toda uma hierarquia de determinações (CODO e VASQUES-MENEZES, 1999, p.248).

Lograram os autores este objetivo? Veremos que não. Começamos observando o ponto de partida: a definição de *burnout*. E, justamente *neste ponto*, a definição de psíquico utilizada expressa seus limites, à medida que ao refletir sobre o problema, esbarra-se:

“com um velho problema que persiste ainda na ciência”, qual seja: “Por que as pessoas desistem? Por que fracassam? Como e quando fogem quando não há razão aparente? Quando a ação não ocorre, o que está imobilizando o sujeito? (CODO e VASQUES-MENEZES, 1999, p.239).

Vemos, então, que não estamos diante de uma carência de “detalhes”, mas sim de uma carência essencial para o rumo de qualquer prática científica. Os resultados desta carência técnica para o caso do estudo sobre o fenômeno, trataremos em seguida, mas convém notar como tal problema acaba abarcando todos os estudos anteriores já tratados, pois diz respeito à própria limitação imposta pela definição de psíquico utilizada.

Com relação ao alcance que esta situação teórica proporciona à investigação científica, os autores nos fornecem uma primeira resposta:

trata-se de um fenômeno multifacetado e determinado por múltiplos fatores, e rigorosamente falando, “tudo” interfere em burnout, e nossos dados mostrarão o mesmo resultado, ‘tudo’, interfere em burnout (CODO e VASQUES-MENEZES, 1999, p.247).

Ou seja, os autores estão diante de um fenômeno – da desistência- que não sabem, com rigor científico, como acontece, ao mesmo tempo em que, afirmam que este sofre a influência de “tudo”.

Passemos a analisar o modo como procedem os autores para observar o fenômeno *burnout* nos professores, para em seguida verificar como elaboram o problema. Como já foi possível expor anteriormente, os autores realizam uma observação e análise de um conjunto de variáveis, buscando fazer sempre sua relação com os sintomas de *burnout*, para, ao final, tentar compreender o problema. Aqui dispensaremos as explicações dadas pelos autores para cada fato pesquisado, por não se mostrar relevante este procedimento no momento da análise.

A observação do conflito “família-trabalho” e *burnout*, verifica o fato de que 6% da população estudada sofre com o conflito família-trabalho, sendo observado que o índice de exaustão emocional cresce significativamente na presença do mesmo conflito. Ou seja, segundo a observação realizada, o trabalhador que sente que seu trabalho rouba ou prejudica seu tempo de estar com a família, apresenta índices altos de exaustão emocional no trabalho.

Na observação da relação entre a ausência de suporte afetivo e o aumento da exaustão emocional e da despersonalização, 14% da população sofre a ausência de suporte afetivo, fato este que apresenta correlações significativas com o aumento da exaustão e da despersonalização no trabalho. Ou seja, verifica-se o fato de que 14% dos professores não possuem vínculos de amizade íntimas, amigos com os quais contar, com quem dividir preocupações e esperanças, sendo que tais pessoas apresentam índices “dobrados” de exaustão no trabalho e esfriamento afetivo na relação com os alunos (despersonalização).

Na verificação da relação entre a falta de suporte social e sua relação com *burnout*, 18% da população apresenta-se com falta de suporte social, sendo que neste grupo é encontrado um comprometimento dos índices de exaustão emocional” e “envolvimento pessoal no trabalho”. Isto significa, que 18% dos professores não possuem uma rede de contatos sociais com vizinhos, colegas, conhecidos, com os quais possam distrair-se, esquecer por algum tempo os problemas, etc, e que tais pessoas sentem-se exaustas emocionalmente no trabalho e se envolvem pessoalmente muito pouco com a escola.

Na relação entre a falta de suporte social no trabalho e *burnout* verifica-se que, as pessoas que não possuem uma relação de cooperação na escola, que perderam ou não possuem bons vínculos de trabalho e nem o desejo de trabalhar em conjunto, a presença dos índices que indicam *burnout* dobram.

A observação da relação entre carga mental e *burnout*, apresenta 18,2% da população com problemas de “carga mental”, fato este que se correlaciona significativamente com altos índices de exaustão emocional e despersonalização. Isto significa que 18% dos professores têm um trabalho fragmentado, com mais de um emprego, números de turmas, escolas e/ou alunos diferentes, tornando difícil ou até mesmo impossibilitando a própria realização do trabalho de ensinar. Fato este, que resulta em índices comprometedores, para estes 18%, de exaustão emocional no trabalho e numa frieza e falta de afetividade na relação com os alunos.

Verificando a importância social do trabalho (ou a falta desta) e *burnout*, chama-se a atenção para que 8,7% da população têm problemas em relação à importância do produto de seu trabalho, fato este que se correlaciona positivamente com o aumento dos índices de *burnout*. Isto é o mesmo que dizer que 8,7% apresentam problemas em relação à satisfação, comprometimento, rotina e cooperação nas relações de trabalho, o que compromete o controle destes 8,7%, sobre o próprio trabalho, sendo este conjunto de fatos relacionados ao aumento dos índices de *burnout*.

Na observação sobre as relações entre violência e *burnout*, o que os autores chamam a atenção não é o fato de terem surgido novos tipo de violência, mas é sobretudo, o incremento

e a intensidade com que os atos violentos passaram nos últimos anos a conviver no cotidiano escolar. Como exemplo, só no que diz respeito ao vandalismo – roubos, depredações, etc.- 60% das escolas públicas estaduais, de todo o país apresentaram, segundo os dados da pesquisa, problemas deste tipo. Índices menores, mas não menos preocupantes, aparecem com relação às formas de agressão, seja entre alunos ou entre alunos e professores. De acordo com os dados, os altos índices de vandalismos nas escolas se correlacionam com a exaustão emocional no trabalho dos professores, e o aumento dos índices de agressão nas escolas, mostra-se em relação direta com o aumento dos índices de despersonalização, ou seja, de esfriamento e perda da afetividade na relação com os alunos.

A observação da relação entre a ‘carência de materiais básicos e de apoio na escola’ e a ‘carência das condições de trabalho’ x *burnout*, mostra que, no primeiro caso, – carência de materiais básicos e de apoio – não se correlacionam com nenhum dos sintomas da síndrome e, já o segundo caso – carência de condições de trabalho – apresenta correlação com altos índices de exaustão emocional e um baixo envolvimento pessoal no trabalho. Isto mostra então que, o fato de que os professores submetidos à carência de ferramentas que lhes permitem ensinar, não os leva a sofrer algum sintoma de *burnout*, ao passo que os professores submetidos a precárias condições de trabalho, que se relacionam mais a questões de infraestrutura da escola, são afetados com os sintomas da síndrome, apresentando um baixo envolvimento pessoal no trabalho, bem como, exaustão emocional.

A observação da relação entre a gestão nas escolas e *burnout* relata que, uma gestão tradicional, à medida que integra o conjunto das condições de trabalho, se correlaciona de forma indireta, significativamente com altos índices de exaustão emocional. A gestão tradicional é relacionada a altos índices de vandalismos da escola, ao mesmo tempo em que, a baixos índices de participação, o que por sua vez, mantém correlação significativa com o sintoma de exaustão emocional.

A penúltima observação relatada diz respeito às relações entre salário e *burnout*. A relação que os dados estabelecem é indireta, à medida que o fato “salário” passa pelos fatores “iniquidade”, “dispersão salarial interna da categoria” e por “baixo poder de compra”, o que por sua vez, se correlacionam a um baixo envolvimento pessoal no trabalho e com a despersonalização na relação com os alunos.

O último fato observado refere-se à relação entre os índices de desenvolvimento econômico e *burnout*, sendo relatado como, quanto maior o índice de desenvolvimento de uma região, maiores são os índices que indicam a síndrome, sendo o inverso, também

verdadeiro, ou seja, quanto menor o índice de desenvolvimento econômico de uma região menores os indicadores de *burnout*.

Tendo presente este conjunto dos fatos observados é importante retomar a questão posta pelos próprios autores da pesquisa, qual seja: “não mais isolar as variáveis e cuidar de cada uma delas em uma ‘caixa de Skinner’ mas, ao contrário, relacioná-las entre si, compreender sua dinâmica interna, tentar traçar toda uma hierarquia de determinações” e, a partir disso, perguntar: a observação realizada, o que nos forneceu? Elas permitem chegar ao objetivo proposto? Verificando o modo de proceder da pesquisa podemos ver que, o que é menos feito durante todo o processo de verificações estatísticas é, justamente, o relacionar dos fatos entre si, o que por sua vez, permitiria traçar a hierarquia de determinações que possibilitaria compreender o fenômeno *burnout*, nos professores. Podemos verificar como a cada fato estabelecido pela observação, corresponde, sempre, uma explicação, do por quê “tal fato” se relaciona com um dos sintomas de *burnout*. Em todos os momentos em que se relatam uma “possível” variável da síndrome, a preocupação, é sempre, em fornecer uma explicação de como é possível o conflito família-trabalho, por exemplo, se relacionar com *burnout*. Mas de forma alguma é realizado - e o modo como a observação vai sendo conduzida mostra isso - uma correlação entre as variáveis “conflito família-trabalho”, “vandalismo”, “carga mental”, “salário”, etc., para que seja possível traçar o que se pretende, ou seja, uma hierarquia de determinações entre elas. Neste sentido, podemos interrogar: nesta verdadeira epidemia, que se caracteriza pelo alto percentual, como que o fenômeno *burnout* atinge os professores, qual a função das altos índices de vandalismo na constituição do fenômeno? Qual a relação do vandalismo com os altos índices de trabalho fragmentado e a que está sujeito tal população? Podemos dizer que, o vandalismo afeta mais psicologicamente os professores, à medida que ocorre a falta de suporte afetivo e social no trabalho? Pois, pelo que a observação do fenômeno permite ver, o percentual de trabalhadores em situação de desamparo social e afetivo é bastante elevada, ou seja, a solidão é uma presença marcante nesta população. Como se relaciona este acontecimento com os altos índices de trabalho fragmentado e de vandalismo na escola? Poderíamos seguir adiante com interrogações deste tipo, buscando saber em que medida os autores nos fornecessem uma descrição concreta do fenômeno estudado e, nos mostram como é possível 31% desta população apresentar um baixo envolvimento pessoal no trabalho, 25% apresentar exaustão e 10% estarem despersonalizados. Realizou-se, justamente o que se pretendia evitar, tratando-se de cada fato isoladamente, buscando explicações para *aquele fato*, perdendo-se a complexidade do fenômeno.

Mas, é possível opor-se a esta argumentação alegando que na última parte do livro, é justamente onde os autores buscam fornecer uma resposta positiva às faltas, que aqui estamos apontando. Cabe, então, considerarmos os capítulos *A Si Mesmo Como Trabalho* e *O Outro Como Produto* para verificarmos se isto ocorre.

No que diz respeito ao capítulo “A Si Mesmo Como Trabalho”, como já o expomos em nosso capítulo três, da primeira parte, buscaremos aqui só tratar de seus pontos essenciais, que nos permitam responder a indagação colocada. Neste sentido, é demarcado a “mania”, como característica psicológica fundamental do professor, sendo o idealismo a tônica desta profissão, ao mesmo tempo em que se busca mostrar como, com o passar dos anos de trabalho, este dinamismo da mania vai se perdendo: “*burnout*, então, é a síndrome de um profissional encalacrado entre uma vida que castra os sonhos um a um, e uma profissão que tem nos sonhos o seu modo de ser” (Vasques-Menezes e Soratto, 1999, p.378).

Mas onde estão, com base no que foi observado, as variáveis determinantes desta perda do dinamismo da mania e desta castração dos sonhos? Como se articulam e se correlacionam os fatos observados - conflito trabalho-família, falta de suporte social, falta de suporte afetivo, falta de suporte social no trabalho, violência, baixo poder de compra, gestão tradicional, etc - com este acontecimento de perda do dinamismo da mania? Nada é dito a respeito. Páginas e páginas onde se descrevem uma quantidade enorme de fatos, para, no momento onde se é exigido a encontrar seus nexos e fazer do fenômeno da “desistência” algo compreensível, deixá-los de fora.

Podemos observar, ainda, que toda a explicação dada no decorrer do capítulo não considera o conjunto do fenômeno observado, resultando, assim, em uma explicação do processo com recurso a processos simbólicos internos, portanto, tornando-se totalmente genérica e especulativa, alheia mais uma vez à realidade do objeto. Caso contrário, onde estão demarcadas as variáveis que se relacionam com a vida concreta do professor, que fazem com que, ao perder seu idealismo, caia numa relação fria e despersonalizada com os alunos. Está na falta de suporte social no trabalho, que deixa o professor na solidão dentro da escola? Tem relação com o aumento gritante das agressões entre alunos e professores? Comporia, ainda, esta passagem para a despersonalização a sobrecarga de trabalho pelo número excessivo de alunos, de turmas, que chegam, por vezes, a inviabilizar o trabalho de ensinar? Enfim, a complexidade do fenômeno fica perdida, o que quer dizer que o homem concreto fica perdido, caindo, por um lado, num acúmulo de fatos e, por outro numa racionalização especulativa. Podemos ver portanto, como a definição de psíquico não se faz operacional para definir o

fenômeno *burnout*, relacionar entre si os fatos que o constituem e, operar assim, novas descobertas, como o exigem os próprios autores.

Mas, é possível, ainda, que nos interroguem, afirmando que no capítulo *O Outro Como Produto* ao se realizar a síntese dos dados empíricos que a pesquisa revelou, que tais lacunas sejam suprimidas. Mas como esta síntese é realizada? Os autores tratam a questão de forma a esclarecer “o campo tensional que determina *burnout*”. Podemos ser levados a pensar que, os fatos observados agora seriam objeto de uma apreciação sintética de forma a serem “relacionados entre si, compreender sua dinâmica interna, e tentar traçar toda uma hierarquia de determinações”, de maneira a responder como o professor é tensionado e levado a sofrer com a síndrome da desistência.

Ao invés disso, os autores tratam de considerar, no *plano genérico*, três campos que tensionam o professor para fazê-lo entrar em *burnout*, quais sejam: (1) o “conflito razão X afeto”, (2) as relações sociais e (3) o controle sobre o meio. Do primeiro, afirma-se que existem duas razões para que ele ocupe o centro das preocupações: uma “da ordem da dinâmica psicossocial do trabalho” e a outra “da inserção do próprio trabalho na organização capitalista”. Ou seja, uma diz respeito ao “cuidado” que é inerente ao trabalho do professor e a outra diz respeito à “racionalia” pré-definida à qual o professor está preso, determinando o conteúdo que tem que ser assimilado em determinado tempo. Desta forma, é apontado como “o cotidiano do trabalho é todo ele marcado pela organização sempre tensa entre trabalho e afeto” (Codo e Batista, 1999, p.387). Sintetiza-se a questão afirmando como o trabalho do professor se desenvolve em meio a um campo tensional denso entre razão e afeto, que ao ser mal resolvido, exaure emocionalmente e faz com que o professor se defenda, construindo uma perda de envolvimento pessoal no trabalho ou transformando cada aluno em mais um número - despersonalizando a relação. Sobre o segundo campo de tensão – as relações sociais – os autores afirmam que, mais do que apenas uma simples fonte de bem estar, como o é para a maioria das pessoas, para o professor “os seus meios de trabalho são, em última instância, a sua sociabilidade” (Codo e Batista, 1999, p.388), sendo portando, assinalado que, quando a confiança se for, quando as relações sociais falham, surge *burnout*. E, com respeito ao terceiro e último campo tensional – controle sobre o meio – explica-se que tudo está sobre o controle do professor no trabalho que realiza e, sendo assim, “é ele que está no comando” e, portanto, “a perda do controle sobre o meio, já se viu, é desamparadora, é portadora da desesperança, por isso determinante de *burnout*”.

Tendo observado isso, perguntamos: quais as ocorrências determinantes que impedem a objetivação da energia afetiva do professor perante a “racionalia” capitalista da organização

escolar? Este impedimento estaria em função da perda do controle sobre o meio? Caso fosse assim, quais as determinantes para esta perda do controle? Mas, da maneira como o problema está posto, se tirarmos todos os fatos singulares levantados referente ao professor e seu trabalho (conflito trabalho-família, falta de suporte afetivo, etc.) e preservarmos a “racionalia” capitalista que o impessoaliza, continuaremos a ter a existência deste “campo tensional”, que pode conduzir a *burnout*. Mas, então, todos os fatos observados - falta de suporte afetivo, ou social, vandalismo, fragmentação do trabalho, etc. - estão diluídos ou subordinados ao conflito entre racionalidade capitalista, que desafeta o trabalho e impossibilita a objetivação da energia afetiva? Mas, tal campo tensional, não acontece só para os professores, mas para todos os trabalhadores submetidos a “racionalia” capitalista que impessoaliza o trabalho. Sendo assim, o que singulariza o *burnout* nos professores? Quais as determinantes na situação concreta e singular destes trabalhadores? Quais os acontecimentos que objetivam a racionalidade capitalista para estes professores no cotidiano de seu trabalho e, que impedem seu “cuidar”, ou que levam a uma má resolução do conflito trabalho X afeto e os fazem cair em *burnout*? Não temos resposta para isso.

E, ainda, sobre o segundo campo tensional: da sociabilidade ser o meio fundamental de trabalho do professor: onde estão as ocorrências que fazem a sociabilidade do professor entrar em colapso? Tem a ver com o vandalismo, com o conflito família-trabalho, com a falta de suporte social no trabalho? Provavelmente a resposta que os autores nos dariam é “tem a ver com todas estas!” Mas quais são as determinantes, aquelas sem as quais *burnout* nos professores não aconteceria? E qual a articulação entre elas que conduz a síndrome? A resposta de que “tudo” interfere em *burnout*, equivale a dizer que, nada se compreende do fenômeno.

Com relação ao terceiro campo tensional considerado - controle sobre o meio -, uma observação nova a considerar é seu caráter contraditório com o primeiro campo tensional, pois, se ter o “ter o controle e o ser o dono de seu trabalho” é o que caracteriza o professor (fora, portanto, da lógica taylorista-fordista), como afirmar, ao mesmo tempo, um conflito que se caracteriza pelo impedimento da objetivação do “afeto”, pelo aparato racional capitalista, que assinala justamente que o trabalhador está alienado de seu trabalho. Mas, então, se o professor vive esta tensão “razão X afeto”, não pode ser aquele, para quem seu trabalho caracteriza-se justamente por ter o controle sobre o que faz. Nos parece que, além de todos os problemas anteriores, a própria articulação interna entre estes três campos tensionais não é considerada, o que nos leva novamente a concluir que, estes “campos” são tratados isoladamente, cada um restrito a si próprio, sem uma articulação interna que compreenda a

hierarquia de suas determinações e, assim, as condições de possibilidade de *burnout* continuar a ocorrer nos professores. Da mesma forma, como apontamos anteriormente, nesta “síntese dos dados empíricos”, os autores também trabalham com fatos isolados, perdendo a complexidade do fenômeno.

Mas, ainda, resta deter nossa análise sobre os casos clínicos trabalhados e, já relatados por nós, em nossa primeira parte, acrescido da análise da “história de vida de Severina” de Ciampa, que nos permitirá mais visibilidade sobre os limites da aplicação da definição de psíquico estudada. Passemos a eles então, para que possamos concluir nossa análise e sintetizar nossos resultados.

Começemos com o caso relatado em *Saúde Mental e Trabalho Têxtil*, tratando de considerar os acontecimentos observados a respeito do fenômeno do sofrimento psíquico estudado e, em seguida, à elaboração do problema, tal como realizada pelos autores.

Os acontecimentos iniciais (suas queixas) eram: irritabilidade, sensação de opressão cardíaca, tontura, dificuldades para começar a dormir e sonhos estranhos e ameaçadores. Estes, portanto, são os acontecimentos que singularizam e que mostram o ponto de partida do fenômeno a ser equacionado.

No mapa dos conflitos, um recurso para observar os fatos que dizem respeito ao fenômeno estudado: estão descritos (1) “esposo alcoolista”, (2) “relacionamento com a mãe pouco afetivo/mãe autoritária”, (3) “por não ter tempo de cuidar dos filhos, teve que passá-los aos cuidados da mãe, a quem condena o modo de tratá-los”, (4) “relação de sujeição com a mãe, com o trabalho e com o ex-marido”, (5) “acha que a mãe sempre lucrou às suas custas, transferindo os encargos dos cuidados com os irmãos menores e depois o cargo da empresa”, (6) “trabalho como um tormento”. Ainda, no que diz respeito à observação do fenômeno, os autores relatam os dados da Entrevista de Aprofundamento e Representação do Trabalho (EART): no tópico “representação de si mesmo” aparece uma mulher, que não dá importância a sua aparência, que não se acha inteligente, que não sente mais necessidade de sexo e que há dois anos vem cansada de viver, com o casamento fracassado e com o trabalho muito difícil e exigente. No tópico “representação da família” comenta ser muito dependente da família, da mãe fiscalizar tudo e ser muito distante, seca e nervosa e, ainda, de adorar os filhos, mas não ter paciência com eles. Com relação ao tópico “representação das relações sociais” afirma que, sempre foi alguém normal, com facilidade para fazer amigos e nunca foi “embotada”. No último tópico, “representação do trabalho”, a paciente afirma que este é um jeito de esquecer os problemas de casa, mas que não tem possibilidades de carreira, de ascensão, é um lugar muito quente barulhento e abafado, onde fica nervosa com a fiscalização e as cobranças. Não

acha puxado cuidar de dez teares automáticos, diz ser bom o relacionamento com suas colegas e a respeito do produto de seu trabalho afirma, que é a peça tecida, mas não sabe se realmente é um produto dela ou da máquina. Sobre o tempo livre diz precisar ficar cuidando dos filhos e de sua saúde.

Objetivado este conjunto de fatos, sobre o fenômeno do sofrimento psíquico da pessoa em questão, os autores passam a elaborar o problema: o primeiro ponto considerado é a “lógica da cliente”, relatando que a relação com a mãe, com o casamento, a vida sexual, o trabalho, os filhos é sempre expressa pela paciente pela palavra “bagunça”, sendo portanto, desta forma que suas experiências e idéias estão articuladas. Mas, cabe aqui um primeiro assinalamento de nossa parte: esta bagunça é a “lógica da cliente”, ou seja, é a lógica das suas idéias e sentimentos íntimos ou é a situação real e concreta de sua vida de relações? Neste ponto, podemos observar os limites que a noção de psíquico como representação e seu mentalismo característico implicam, pois, tal definição conduz a demarcar as idéias e sentimentos presentes em seu processo simbólico - o abstrato, portanto - ao invés de demarcar o psíquico como segmento da realidade de sua vida de relações, ou seja, de sua práxis - o concreto, portanto. Ainda, neste ponto, os autores comentam o fato da paciente estar presa à praticamente dois espaços - lar e trabalho - e “viver um, como anulação do outro”. Observamos, como a limitação implicada pela noção de representação, aparece aqui para operar um desvio do concreto, pois refletindo com atenção sobre os fatos que os autores dispõe do fenômeno, estes não autorizam a afirmação da paciente viver o trabalho como anulação do lar e vice-versa. Ao contrário, mostram o trabalho como válvula de escape dos problemas de casa, além de seu caráter desgastante e sem perspectivas. Mas de maneira alguma, aparece a paciente se anulando como mãe em função do trabalho, ou se anulando como trabalhadora em função de sua família. Pelo que está relatado, seus problemas com os filhos se relacionam com sua mãe, que quer educá-los como a educou e, seus problemas com a mãe se relacionam com a frieza materna e sua própria dependência da família. Pela observação realizada, seus problemas com o lar não decorrem pela paciente se anular no trabalho, mas por uma dinâmica interna presente nas próprias relações familiares. A definição de psíquico aplicada a este caso está, ao fim das contas, obstruindo uma reflexão objetiva sobre o conjunto das ocorrências observadas pelos próprios autores sobre o fenômeno em questão.

Outro ponto considerado na elaboração do problema, diz respeito às transferências de encargos de mãe e trabalhadora, sendo a cliente, portanto, a receptora de todas estas “transferências”. Mas qual a função destas “transferências” sofridas pela paciente, na

composição do seu sofrimento psíquico? Qual a relação entre “sofrer estas transferências” e “representar suas relações como uma bagunça”? Tal articulação não é tratada.

Um último ponto, trabalhado nesta elaboração do problema, diz respeito à “consciência do trabalho como sofrimento”: afirma-se que a paciente, antes mesmo de se submeter às exigências desgastantes do trabalho, já o fazia em relação à mãe, sendo, portanto, sua consciência do sofrimento no trabalho uma continuação da mesma lógica de antes. Mas, sendo assim, perguntamos como é possível compreender que a paciente antes “não era embotada”, e sempre foi “normal”? Se a paciente sempre esteve dentro da lógica da submissão, como é possível que ela passasse a constituir-se a partir de determinado momento uma pessoa “embotada”, com suas queixas de irritabilidade, sensação de opressão cardíaca, tonturas, insônia, etc? Ou seja, a paciente sempre foi alguém submissa, mas nem sempre foi alguém embotada: como tal fenômeno veio a constituir-se? Elencar a consciência do trabalho como sofrimento em continuidade com sua lógica de submissão, como um elemento que constitui o problema, de maneira alguma o torna compreensível. Além do que, também, este ponto não é colocado em relação aos outros dois anteriores, sendo tratado da mesma forma, como um fato isolado.

A conclusão a que chegam os pesquisadores, elabora o problema da seguinte maneira:

se a família é uma experiência obrigatória, se a religião não consegue envolvê-la, se a cidadania política lhe escapa (...) se não realiza qualquer tarefa, que lhe objetive e satisfaça sua subjetividade, então falham os modos de reapropriação (SAMPAIO e CARNEIRO, 1995, p.239).

Podemos observar, o caráter genérico e vago desta conclusão: “a família é uma experiência obrigatória”, mas onde está e como é seu problema com a família? O problema é com a mãe que é fria e que agora esta educando seus filhos? O problema é com seus filhos, de quem gosta mas com quem não consegue ter paciência? O problema está no fracasso de um casamento em que só foi feliz no período de namoro? Onde está o impasse, ou como os fatos se articulam para compor o seu problema da família ser uma experiência obrigatória? Estamos no escuro total a respeito disso. E com relação à “religião não conseguir envolvê-la”: como não consegue envolvê-la, se a paciente é católica praticante, tal como está relatado nos dados de sua identificação? E, caso conseguisse envolver-se, então, seu problema estaria resolvido, à medida que desta forma funcionariam seus mecanismos de reapropriação? Então, em qualquer lugar que ela conseguisse objetivar sua energia afetiva – já que no trabalho está impedida -

seu problema de estar embotada, com todos os sintomas de irritabilidade, opressão cardíaca, insônia, etc, se resolveriam?

Podemos verificar desta forma, uma conclusão totalmente de fora, arbitrária, presa a fatos isolados, que da mesma forma, não alcança a lógica interna do fenômeno estudado, permanecendo num plano especulativo, não tirando, portanto, o objeto do “jogo de esconde-esconde” típico da Psicologia, como fizeram notar os próprios autores, e nada trazendo então a seu respeito de original.

Passemos para a análise do segundo caso clínico trabalhado: *Saúde Mental e Trabalho: Estudo de Caso de Mulher Policial*. Como bem já relatamos, trata-se do caso de uma “mulher policial”, que procurou tratamento clínico por estar apresentando “idéias de suicídio, crises [nervosas], e por julgar-se depressiva. Estes, portanto, são o conjunto de acontecimentos que acometiam uma mulher concreta, de 34 anos de idade, casada, mãe e ex-policial há oito meses. Mais uma vez aqui, nos deteremos em analisar o alcance e limites da definição de psíquico, ou seja, o quanto esta definição operacionaliza novas descobertas à respeito desde fenômeno, o quanto ela põe às claras sua lógica interna, numa compreensão sintética e concreta do objeto psicológico.

O relato da observação do fenômeno aparece na descrição da EART: sobre o tópico “representação de si mesma” aparece o “ser forte”, “corajosa”, aquela que “não tem medo”, tanto para a família quanto para a polícia e que sempre pensou em trabalhar na polícia, sendo isto sempre o que mais quis. Sobre o segundo tópico - representação da família de origem - aparece que em sua família todos se ajudam, e que sempre foi decidida, nunca temendo as proibições dos pais, nem tendo medo de discutir o que fosse com eles. A respeito da família atual, aparece um marido bom que ajuda em casa e com os filhos, mas depois do casamento, nunca mais foi como antes, assinalando o fato dos dois serem “geniosos”, de “personalidade forte”, que não abrem mão de nada, o que resulta em muitas brigas. Com relação ao tópico “representação do trabalho”, aparece, como a paciente sempre teve paixão pela polícia, tanto antes de casar quanto nos anos subsequentes, mas que atualmente não sentia mais nada (há oito meses tinha pedido afastamento da polícia, tendo neste período, cortado totalmente seus vínculos com o trabalho). Coloca o fato de ter sido estuprada no primeiro ano de trabalho, mas que ficou segurando a esperança de não perder a paixão pela polícia, até que em determinado momento não foi mais possível. Os últimos fatos apresentados à respeito deste tópico mostram a paciente desde cedo querendo ser policial, tendo convivido a vida inteira com a polícia militar, através de seu pai e sempre se considerando muito corajosa para ser da polícia.

Descrito este conjunto de ocorrências, relata-se o “mapa dos conflitos” do caso: o primeiro conflito mapeado diz respeito “a idealização apaixonada do trabalho”. Afirmam neste ponto, o conflito gerado entre a “fantasia idealizada” [do trabalho] versus sua desmistificação frustrante e decepcionante. O segundo conflito mapeado é classificado como o “compartilhar ou não um segredo vital”, marcando o conflito expresso pela dificuldade da paciente de compartilhar com o marido o segredo do estupro, acontecido antes mesmo de namorarem, e só exposto depois que saiu da corporação. Mas, devemos interrogar, nesta altura, sobre qual a relação entre este conflito e o anterior? De que forma a decepção pela idealização frustrada no trabalho tem a ver com a dificuldade de expor que foi estuprada, para o marido, na constituição do fenômeno do sofrimento psíquico da paciente? Continuamos perante explicações isoladas. Mas, continuemos o mapeamento dos conflitos realizados para ver aonde chegamos. O terceiro conflito exposto - “a imagem de forte versus o papel social da mulher” - marca-se que, o fato de deixar de corresponder à figura de forte, representada pelo pai, pelo marido, pelos colegas e exigida pela corporação, constitui uma experiência intolerável. Mas, da mesma forma interrogamos: como é possível a figura de forte ter sido acometida por idéias de suicídio, crises nervosas, fazendo a paciente julgar-se em depressão? Qual a função da “dificuldade de não conseguir compartilhar com o marido que foi estuprada”, na polícia, sobre o fato de “deixar de corresponder à figura de forte”? E qual a função da “fantasia frustrada” de ser policial neste seu “abatimento insuportável” sofrido pela perda figura de forte? Continuamos sem respostas. No quarto conflito mapeado - “o estado de sítio e o salto” -, assinala-se a tensão gerada entre o esforço para compatibilizar o ser policial com a vida familiar, que em determinado momento chega ao limite, fazendo a paciente romper de forma radical com a polícia, e realizando um “salto”, passando a priorizar os papéis sociais de mulher caseira. Mas, deste modo, a compreensão do problema pesquisado encontra-se no “conflito entre não conseguir compatibilizar o ser policial com a vida familiar?” Seguindo este raciocínio, foi este o conflito, então, que a levou a “ter dificuldades de compartilhar seu segredo vital”, a “frustrar-se em seu sonho de ser policial” e “não mais corresponder à figura de forte”? Está, então, na “tensão de não conseguir compatibilizar o ser policial com a vida familiar” a função determinante e principal do problema que fez a paciente passar a pensar em suicídio e começar a ter crises nervosas e, por fim, desistir da polícia e saltar para a vida doméstica? Mas, analisemos melhor que conflito propriamente é este assinalado pelos autores. Como ele se objetiva, tomando em consideração o conjunto dos fatos observados? Pois, entre a paciente e seu marido o conflito não se dava em função dela ser policial, mas sim de ambos terem personalidades fortes. E, inclusive, no que diz respeito

à vida doméstica, ele se mostrava um bom homem, ajudando na casa e com os filhos. E, com a sua família de origem, nada aparece, também, que indique algum pólo de tensão entre o fato dela ser policial estar conflitando com o ser filha ou irmã, por exemplo. Neste aspecto, não dizia a paciente que, em sua família, todos se ajudam e, portanto, nada manifestando de tensão neste plano? Onde está, com base nas observações realizadas pelos próprios pesquisadores, este conflito entre ser policial e sua vida familiar? Tal afirmação mostra não ter fundamento. E, além de não ter fundamento, não está relacionada com os demais conflitos mapeados, ficando, como podemos ver, mais um item numa lista de conflitos isolados, que inclusive parecem acontecer a pessoas diferentes.

Prosseguindo com a análise, o que é feito em seguida a respeito da elaboração da problemática da paciente? Considera-se que, “a despeito da baixa visibilidade do lugar que o trabalho ocupa na determinação desta histórica de vida, esta não pode ser entendida sem a compreensão deste trabalho específico”, (Sampaio e Carneiro, 1997: p.313) e, partem assim, para realizar elaborações a respeito do trabalho do policial em geral, sua função e suas condições sociais e materiais. Mas como, “baixa visibilidade”? Alguém que sempre pensou em ser policial, que adorava filmes policiais, principalmente de mulheres policiais. Que sempre teve paixão pela polícia e que conviveu a vida toda com a polícia militar, através de seu pai. Como que os autores podem afirmar que, o trabalho tem baixa visibilidade nesta história de vida? Parece que a limitação imposta pela definição de psíquico, para observar e compreender as relações entre sofrimento psíquico e trabalho demonstram aqui, uma debilidade bastante grande.

Como desdobramento destas considerações, atesta-se que o estupro sofrido pela paciente levou ao colapso de suas referências, conduzindo-a ao medo de se tornar o outro, qual seja, um policial “corrupto”. Mas, então, não é mais o conflito entre trabalho e vida familiar que a levou a saltar da polícia para o espaço doméstico e, assim, levá-la ao colapso de seu sistema de referência, como foi assinalado anteriormente? Como podemos ver, fica um elemento contradizendo o outro, e o fenômeno totalmente incompreendido. O problema define-se como uma tensão insuportável entre família e trabalho ou define-se por uma tensão insuportável por ter sido estuprada? E se, são ambos, qual está em função de qual, ou seja, qual a hierarquia de suas determinações que fazem o sofrimento psíquico desta mulher policial possível? Estamos assim, totalmente longe de compreender concretamente a complexidade do fenômeno, por intermédio da definição de psíquico utilizada.

Por último, e como forma de enriquecer nossa análise dos limites e alcances da definição de psíquico aqui estudada, nos deteremos a analisar no mesmo sentido, o relato e as

elaborações teóricas realizadas sobre a história de vida de *Severina*, feitos por Ciampa (1987), visto que, como já vimos, o conceito de “identidade” se constitui em uma das fundamentais fontes teóricas da definição estudada e, por esta razão, nos auxilia a melhor compreender seus alcances e limites.

Passemos a observar e apreciar criticamente o relato de Ciampa, da história de vida de *Severina*: temos que até seus onze anos de idade, vive essencialmente submetida a violência brutal de seu pai e as exigências fortes do trabalho na roça: com isso, “não teve infância” (Ciampa, 1987, p.42). Depois que sua mãe morre, *Severina* é levada para trabalhar em Salvador, depois para o interior de São Paulo, sendo feita, praticamente, escrava de seus patrões. Neste processo, o único objetivo que dava sentido à vida de *Severina* era conseguir juntar dinheiro para voltar a sua cidade e “vingar a morte de sua mãe”, sendo a revolta e o ódio presenças marcantes em seu comportamento. Depois da escravidão no interior de São Paulo, ainda, é levada para a cidade de São Paulo, onde é praticamente jogada de um lado para o outro, de mão em mão, fato que, por sua vez, foi lhe mostrando o quão difícil seria conseguir juntar algum dinheiro e assim viabilizar sua vingança.

Severina neste momento começa a ter alucinações que ela relata assim:

mais ou menos eu estava com uns vinte e poucos anos quando comecei a ter esses tipos de pesadelos (...) antes eu não tinha, a única coisa que eu tinha era muita revolta, muita briga [e agora] (...) eu enxergava, eu via coisas (...) à noite eu tinha aqueles pesadelos horríveis, acordava gritando, berrando, eu acordava e via múmia, via coisas na beira de minha cama (CIAMPA:1987: p.55).

Deste acontecimento, *Severina* entende como sendo um “encosto de Exu”, que havia baixado nela.

Em meio a este processo conhece um homem, com o qual começa a namorar e que se torna noiva. Recebe durante os cinco anos de noivado os carinhos dele e de sua família, convivendo diariamente no centro espírita de seu sogro, no qual encontra amparo para entender seus delírios como “Encosto de Exu”. Mas, ao tornar-se esposa, passou a sofrer toda uma série de violências e espancamentos do marido, tornando novamente a viver na condição de escrava. Seus delírios e alucinações passam, a partir daí, a serem tratados por um psiquiatra, e *Severina* posta como doente mental. Começa, então, um processo de separação do marido que, por sua vez, faz de tudo para prejudicar a ex-esposa, lhe tirando o emprego, a casa, tudo que tinha, inclusive tentando ficar com o filho. Deste processo, resulta que *Severina* consegue uma pensão por invalidez, pelo INPS: “encostada, ficou no zero, só com

sua vida e seu filho”, relata Ciampa. Desta situação, o rumo que dá a sua vida, em meio ao ódio pelo marido, é vingar-se dele. Vai em busca de emprego, e encontra um casal para quem trabalhar como doméstica e que lhe dá muito apoio, fazendo sua vida se normalizar. Neste emprego, *Severina* “apronta uma série de molecagens”, como relata Ciampa e, em seguida, parte em busca de outro emprego, onde pudesse ganhar mais e assim conseguir ter seu filho de volta. Tal objetivo é alcançado por *Severina*.

O relato prossegue narrando que, num determinado dia, “dá na cabeça” de *Severina* querer se arrumar e vai fazer as unhas, com as alunas de um curso de manicure. Neste processo, não só faz as unhas, como se inscreve no curso e se dá o objetivo de ser autônoma e não mais ser escrava de ninguém. Já como manicure, vai à casa de uma cliente, religiosa Budista, que lhe convida a assistir um culto, o que de pronto *Severina* aceita, passando a freqüentar a organização, assistir seus cultos, conversar com a catequista. Num dos dias em que está na organização “vive a experiência de estar sendo aquilo que tanto procurou”: “o bicho humano sente a carência de sentido, de pertencer a um grupo”, sendo que “para a vingadora morrer, outro personagem precisa surgir e dar sentido a sua vida” (Ciampa: 1987: p.104). Mas, para transformar-se verdadeiramente, segundo Ciampa, é preciso identificar-se com a personagem, é preciso sentir, pensar, acreditar nele, ter a fé e a convicção que caracterizam a personagem (Ciampa: 1987). Desta forma, para Ciampa, é no Budismo que *Severina* passa a vincular-se pela primeira vez a uma comunidade humana, desfrutando suas regras, comungando seus objetivos, participando de seus rituais, etc. Agora, ainda segundo o autor, *Severina* tem onde se segurar, tem um controle sobre as coisas, controle para lutar e transformar aquilo que era. *Severina* passa a professar que “a gente tem que se transformar permanentemente” discurso este característico da organização Budista, mas que Ciampa afirma, ser a expressão da “metamorfose” de *Severina*. Como provas desta metamorfose, o autor relata fatos de *Severina* não se sentir mais como escrava, vingadora, mas passando a assumir nova personagem, e a identificar-se realmente com ela, atingindo a “espontaneidade característica de ser seu próprio personagem” (Ciampa, 1987, p.116). Uma das passagens citadas para caracterizar a metamorfose de *Severina* é a seguinte:

(...) Que eu vim conhecer o (refere-se ao marido pelo sobrenome) de verdade, foi nessa época (...) O ponto primordial começou ali com o (marido/sobrenome), começou com ele; (...) da hora que aprendi a eliminar (o ódio), que entendi ele, compreendi o que aconteceu com ele – comigo e ele, que eu vi ele como uma pessoa normal, sem eu ter ódio dele, sem ter mágoa, vendo ele como ser humano (...) daí prá cá comecei a ligar as coisas, os pontinhos (...) sabe quando a gente parece que está flutuando, feliz da vida, a gente olha uma

peessoa, a gente não ter medo, não ter ódio, não ter nada. Eu senti bem na hora, (...) aí eu comecei a começar (*sic*) a entender as coisas. (CIAMPA, 1987, p.115)

Importante considerar, ainda, que Ciampa considera que mesmo antes de *Severina* transformar-se através do Budismo e, não ser mais a personagem que odeia e quer vingar-se, já era “metamorfose”, mas sem consciência de ser: “metamorfose é expressão de vida, tenhamos ou não consciência dela” (Ciampa, 1987, p.113). O que significa afirmar que assumir a personagem de vingadora é se metamorfosear; passar a sofrer o encosto de Exu é se metamorfosear; assumir a personagem de doente mental é também se metamorfosear; tal como ser a moleque na casa onde trabalhou, tornar-se manicure ou ainda crente fervorosa da religião budista, tudo isto numa evolução similar a evolução do espírito hegeliano, que passa de um estado de inconsciência até uma consciência de si, movido, no caso de Ciampa, por aquele “fundo manancial de vida” – o inconsciente -, que já explicamos no capítulo cinco. Metamorfose é, então, um conceito amplo que demarca somente mudanças sociais.

Importante observar neste aspecto, a descrição do sujeito humano que embasa a tese da metamorfose. Afirmar que cada personagem assumido por *Severina* é revelador da vida, do vir-a-ser da vida humana é identificar o processo de singularização do ser humano com uma série infinita de demarcações sociais em que a pessoa vai sendo posta e, ao mesmo tempo, assumindo, no transcorrer de sua vida em sociedade. Mas é isto suficiente para se compreender os fenômenos psicológicos? O recorte, com base em demarcações sociais, em personagens assumidos, sejam conscientes ou inconscientemente, seja repondo papéis sociais impostos ou identificando-se com o próprio personagem, mas de qualquer forma, sempre demarcações sociais, é suficiente para compreendemos os fenômenos psicológicos?

Vejamos melhor está questão: como foi possível *Severina* passar a ter alucinações, ouvir vozes, ver imagens, etc.? Ciampa explica: “a realidade objetiva se impõe – com seus limites. Seu desejo também. Como preservar a vingadora com quem se identifica? Alucinar: uma saída” (Ciampa, 1987, p.55). Mas se alucinar, na situação de *Severina* é uma saída, quais são as outras? Não é mostrado. E se, se afirma a existência de outras saídas, como foi possível se concretizar logo a “saída de alucinar”? Como o desejo de vingança barrado pela realidade objetiva pode desencadear um processo de alucinações tal como viveu *Severina*? O processo subjetivo, singular e real vivido por *Severina* em meio a sua situação de brutal escassez material, em meio à perda de um provável noivo por ser “filha de ninguém”, *não aparece*, significa dizer enfim, que o pólo subjetivo da práxis de *Severina* foi deixado de fora. Senão vejamos: como foi a situação de *Severina* deparar-se com a impossibilidade de ser a

vingadora? Quando isso ocorreu? E o que lhe aconteceu concretamente em função disso? Ela desesperou ou tentou encontrar alternativas? E quando a família de seu possível noivo recusou-a, o que foi que lhe aconteceu realmente? Qual foi a verdade de sua práxis neste momento? Para nada disso temos respostas. A análise de Ciampa ressalta o calvário e o desamparo de Severina, relata o fato de “aceitar”, de certa forma, o fato da família do namorado não mais querê-la e, relata, ainda, *Severina* tendo alguma coisa a fazer na vida: a vingança. Mas, em seguida, já aparece *Severina* sofrendo de suas alucinações, nos deixando do desconhecimento completo de como a situação de vingadora é “ultrapassada” em direção à loucura. O nexos objetividade-subjetividade de sua práxis viva se perde, deixando somente aparecer uma série de personagens sociais que se sucedem no tempo.

O mesmo podemos dizer quando observamos a mudança de *Severina*, no momento em que deixa de ser vingadora e de odiar o marido. Afirma *Severina* que, começou a deixar de odiar quando “compreendeu o marido”, quando “o viu como um ser humano”, “sem ter ódio dele”, como já citamos e, a partir desta situação, começa a ligar as coisas uma com a outra: Mas que situação concreta foi esta que Severina viveu em que objetivou o marido sem ódio, sem mágoa, sem medo? Como isto aconteceu? Em que momento isto aconteceu? E como isto foi possível para alguém que deste muito cedo estava lançado no desejo de vingança? Qual a função concreta e real que exerceu o Budismo nesta situação? E após viver esta experiência concreta o que precisamente *Severina* “foi ligando”, que “peças foi juntando” e como isto foi mediando seu “fazer-se” Severina? Ciampa afirma, à respeito deste processo, que Severina “conclui seu aprendizado” (Ciampa, 1987, p.115). Mas, como isto aconteceu não é descrito. O momento subjetivo de sua objetivação como “não-vingadora” fica de fora. Que aprendizado foi este então? Qual transformação afinal, *Severina* viveu? Se consideramos que, se tomou uma ardente pregadora do Budismo, ao mesmo tempo que, vive seu passado como se ele “não tivesse existido” (Ciampa, 1987, p.115), o que podemos atestar sobre tal transformação? Pode uma pessoa concreta transformar-se efetivamente, como afirma Ciampa, à medida que exclui seu passado? E, ainda, como pode, uma pessoa concreta estar inteira, ser uma “unidade”, como marca o autor, à medida que se relaciona com seu passado como se ele não existisse? Todas estas questões em aberto acabam por deixar obscuro o que e como mudou efetivamente *Severina*. Limite do próprio conceito de “identidade”, que se mantém em demarcações de personagens [sociais] e suas representações, afastando-se por isso da práxis, do homem concreto e do materialismo histórico, como já fizemos notar.

No mesmo sentido, quando é relatado que “deu na cabeça” de *Severina* e foi ser manicure para não mais servir ninguém ou, quando vai fazer as unhas de uma cliente e já

passa a freqüentar a religião Budista, o que se realiza, através do conceito de “identidade”, é uma demarcação de personagens sociais e suas representações, que, tal como o personagem *Forrest Gump* vai indo de lugar a lugar, vagando como uma pena ao vento, o que, para Ciampa, é a prova de “metamorfose”.

Em determinado momento *Severina* “vive a experiência de estar no lugar que sempre procurou”: mas tal experiência não é relatada para que possamos descobrir seu conteúdo. Assim, em termos de conhecimento objetivo do processo de singularização de *Severina* nada fica compreendido, somente sendo exposto uma sucessão de personagens sociais e suas representações. O conceito de identidade, então, não nos leva além da narrativa de uma peregrinação, de uma sucessão de eventos e fatos, mas que não atingem a práxis nem trazem à luz os processos subjetivos concretos, permanecendo no limite de demarcações sociais que se vão transformando por força inconsciente.

Da mesma forma, então, como a análise da aplicação da definição de psíquico já tinha revelado, o alcance que a definição de identidade permite chegar são as demarcações sociais e discursivas, que não tiram o fenômeno psicológico do “jogo de esconde-esconde”, obrigando aqueles que o usam, a tecer elaborações genéricas, que interpretam de fora as possíveis ligações entre subjetividade-objetividade.

Temos então, como resposta à questão dos limites e alcances da aplicação da noção de psíquico utilizada por Codo e colaboradores que: a mesma não conduz para além do que já tem sido realizado pelo conjunto dos autores de perspectiva analítica. Sua aplicação neste sentido, nada traz de novo à ciência psicológica, sobre o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho. Vemos como os autores exaltam a crítica ideológica ao trabalho alienado e suas conseqüências aos indivíduos, mas não conseguem alcançar as ligações internas entre as variáveis nos fenômenos investigados. Realizam, sempre, amarrações arbitrárias e especulativas entre os fatos, estranhas à realidade do fenômeno observado. Acumulam observações, fatos, mas não conseguem relacioná-los entre si e, conhecer a função do trabalho no sofrimento psíquico daqueles casos tratados. Ou seja, o singular e seus fenômenos psíquicos são sempre perdidos em prol da crítica social.

A contribuição, portanto, de Codo e colaboradores em relação ao conjunto dos autores da perspectiva analítica se revela então como uma crítica do trabalho na sociedade capitalista, uma crítica à alienação e ao trabalho, se fazendo força de trabalho, uma crítica à “desafetivação” do trabalho pela organização fabril, em suma, uma crítica sociológica ao sofrimento psíquico. Isto, por quê, ao longo de suas pesquisas, Codo e colaboradores perderam a preocupação com a noção de psíquico que correspondesse às reivindicações do

Materialismo Histórico, o que, por sua vez, teria que desdobrar noutra definição que a de perspectiva analítica. É, fundamentalmente, sobre este ponto que discutiremos nossos resultados e elaboraremos nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois deste caminho percorrido, no qual verificamos que a noção de psíquico utilizada por Codo e colaboradores não mudou na teoria e nem na prática, em relação à noção do conjunto dos autores de perspectiva analítica, um problema se pôs a descoberto: podemos ver, ao longo desta investigação teórica, como Marx, Engels, Sève, Politzer e Vigotski fazem uma reivindicação à Psicologia, que corresponderia a uma outra definição de psíquico como aquela da perspectiva analítica.

Recuperando sinteticamente, tivemos a oportunidade de observar como Marx exige que se faça o rompimento com as especulações a respeito de um ser humano abstrato, em direção aos homens reais, de “carne e osso”, tal como agem e vivem realmente em situações materiais objetivamente dadas. Aprender o homem concreto, suas ações e suas condições materiais de existência, implica em considerar a complexidade da *práxis*, como a perspectiva dialética e sintética por excelência, que torna compreensível toda e qualquer ação humana. É, pela categoria da *práxis* que encontramos os nexos entre subjetividade e objetividade, entre as relações de produção e os modos de produção, entre o econômico e o antropológico, entre o material e o subjetivo se quiser:

Na indústria material costureira (...) temos perante nós sob a forma de objetos *sensíveis estranhos e úteis*, sob a forma de alienação, *as forças essenciais, objetivadas* do homem. Uma *Psicologia* para qual permanece fechado este livro, isto é, justamente a parte mais sensorialmente atual e acessível da história, não pode tornar-se uma ciência efetiva, provida de conteúdo real (MARX, 1987, p.179).

A reivindicação de Marx é, então, pensar o homem se objetivando no mundo, objetivando suas finalidades, como ser material e sócio-histórico, em contraposição às noções que pensam *o mundo dentro do homem*. Todas as reivindicações, que autores baseados no materialismo histórico fazem à Psicologia exigem o rigor científico para que esta defina seu objeto com respeito a estas bases dialéticas, que demarque e conheça a “lógica específica do objeto específico”, em oposição ao princípio especulativo hegeliano, reivindicações que implicam, por sua vez, na superação do mentalismo e do idealismo na Psicologia.

Para termos estas reivindicações mais claras, convém neste momento expô-las sinteticamente, tal como aparecem nos trabalhos de Politzer, Vigotski e Sève, de forma a ficar compreendido, como estas reivindicações não foram respondidas por Codo e colaboradores e,

por isso, não se alcançou outra noção de psíquico, que fosse distinta da perspectiva analítica. Começamos pelos trabalhos de Politzer (1965, 1969), depois por Vigotski (1996) e em seguida Sève (1979).

Como ponto de partida cabe assinalar que Politzer identifica, em meio aos anos vinte, uma *crise na Psicologia*, que com cinquenta anos de história e uma série de críticas a seus conhecimentos e métodos, “ninguém até então sabia demarcar o campo científico do pré-científico nesta disciplina” (Politzer, 1965, p.51). Tal situação evidenciava-se pelo fato da Psicologia carecer, até então, de resultados fecundos e positivos à respeito dos fenômenos psicológicos, não tendo descoberto, ainda, verdades consistentes e precisas, vagando em indeterminações ou resultados isolados, ora buscando o amparo das ciências biológicas, ora de mãos dadas aos princípios espiritualistas. Politzer encontra, desta forma, uma “impotência científica” (Politzer, 1969), presente no devir histórico desta disciplina, vítima por um lado, de uma série de ilusões metafísicas e, por outro, de um acúmulo de dados dispersos “à espera de um porvir mais generoso”. Vejamos nas palavras do próprio autor:

Sabemos que momentaneamente não dispomos mais do que investigações isoladas por uma parte, promessas por outra e que temos que esperar tudo de um misterioso perfeccionismo que deve aportar o porvir generosamente (...); sabemos que a história da Psicologia é, desde há cinquenta anos, epopéia e desilusões, e que, hoje mesmo, se lançam diariamente novos programas para fixar as esperanças disponíveis de novo (POLITZER, 1969, p.14)..⁷

Politzer busca demonstrar os equívocos desta disciplina ao conhecer seu objeto, mostrando onde estão os nós, onde precisamente erram o “tiro”, aqueles que edificaram a Psicologia até então, fazendo com que ela nada de novo produzisse sobre a realidade humana (Politzer, 1965, p.64)

Podemos fixar três condições essenciais, definidas por Politzer, que uma Psicologia precisa cumprir para superar suas distorções mitológicas e pré-científicas e, assim afirmar-se como ciência: são elas: (1) deve ser uma ciência a posteriori, ou seja, o estudo adequado de uma grupo de fatos; (2) deve ser original, ou seja, estudar fatos irreduzíveis aos objetos de outras ciências e ; (3) precisa ser objetiva, ou seja, definir os fatos e métodos psicológicos de tal maneira, que sejam universalmente acessíveis e comprováveis (Politzer, 1969, p.204).

⁷ Sabemos que momentaneamente no disponemos más que de investigaciones aisladas, por una parte ; promesas, por otra, y que hay que esperar todo de un misterioso perfeccionismo que debe aportarnos el porvenir generosamente (...); sabemos que la historia de la psicología es, desde hace cincuenta años, epopeya e desilusiones, y que, hoy mismo se lanzan diariamente nuevos programas para fijar las esperanzas disponibles de nuevo.

Pensemos sobre a primeira condição posta: temos neste sentido que a ciência psicológica deve determinar-se, ou seja, formular seus conceitos, seu conhecimento “a partir” do grupo de fenômenos aos quais se deve ocupar. Uma Psicologia que busque conhecer como efetivamente são os fenômenos psicológicos, precisa produzir-se “a posteriori”, quer dizer, à partir dos fenômenos tal como são realmente, tratando com realidades concretas demarcadas com precisão e, daí extrair seus ensinamentos, e não, ao contrário, partir de postulados “a priori”. Neste aspecto, Politzer assinala que um dos equívocos para sua crise é que a Psicologia “procedeu de forma inversa” (Politzer, 1965, p.77), ou seja, não teve como ponto de partida acontecimentos concretos e reais tomados em si mesmos, para desses extrair noções teóricas, mas ao contrário, tomou como ponto de partida definições “a priori” sobre os fatos psicológicos, tomando ao azar qualquer idéia (o indivíduo, a sociedade, a associação de idéias, a herança genética, as glândulas de secreção, etc.) para depois disso partir para suas investigações. O resultado deste procedimento é que jamais se consegue “saber onde se está efetivamente”, “onde efetivamente houve um avanço importante no conhecimento acerca dos fenômenos psicológicos” e onde não houve, conduzindo os psicólogos a uma preocupação minuciosa com medições e usos de instrumentos sem, no entanto, partir do fenômeno para conceber corretamente o objeto psicológico sobre o qual se mede e experimenta:

Por exemplo, se estuda a vontade: mas se toma ao acaso qualquer coisa seguindo a idéia que se tenha na cabeça: o indivíduo, a sociedade, a associação de idéias, a herança genética, as glândulas de secreção interna. A ‘vontade’ se apresenta então como infinitamente maleável, todas as teorias parecem ser convenientes, posto que, em função de a conceber em cada oportunidade tendo em vista a teoria, não se pode excluir-se nenhuma (POLITZER, 1965, p.77).⁸

Não se deve compreender nisso um descarte da teoria, o que faria de Politzer um empirista extremo, algo totalmente inadmissível, mas se deve apreender a exigência técnica presente nesta posição. Esse aspecto, nos indica que a Psicologia em sua gênese e evolução, na ânsia de conhecer com rigor científico a realidade, realizou um erro de princípio, qual seja, conceber “a priori” seu objeto a partir das noções herdadas do idealismo. Idealismo que inventou um “mundo interior” dentro do homem, onde se imaginou habitar os fenômenos

⁸ Por ejemplo, se estudia la voluntad: pero se toma al azar cualquier cosa siguiendo la idea que se tenga en la cabeza: el individuo, a sociedad, la asociación de ideas, la herencia genética, las glándulas de secreción interna. La ‘voluntad’ se presenta entonces como infinitamente maleable, todas las teorias parecen convenirle, puesto que dado que se la concibe en cada oportunidad teniendo en vista la teoria, no puede excluirse ninguna.

psicológicos. Ou por outra parte, mas sem fugir ao problema de definir “a priori” seu objeto, estabeleceu-se a relação entre os fatos psicológicos e fisiológicos, decidindo-se apressadamente a prioridade da determinação dos acontecimentos fisiológicos ou neurológicos, sobre os acontecimentos psíquicos humanos.

Uma vez mais é deslocada a questão: nunca se vê que o domínio de uma ciência positiva esteja delimitado e seus métodos sejam definidos partindo de uma de suas ciências auxiliares: por exemplo, não se delimita o domínio da física, partindo da estatística (POLITZER, 1965, p.81).⁹

Isto nos faz indagar à respeito da segunda condição, posta por Politzer, para uma Psicologia, qual seja: “que deve ser original, ou seja, estudar fatos irreduzíveis aos objetos de outras ciências”. Pois se, como vimos, o conhecimento científico se realiza ‘a posteriori’ e não ‘a priori’, é necessário ter como ponto de partida um conjunto de acontecimentos reais e concretos, à partir dos quais é possível a produção de um conhecimento científico específico, que não fosse fisiologia, biologia, sociologia, economia, etc., apesar de estar, sem dúvida, estreitamente ligado a estas disciplinas.

Politzer faz questão de mostrar que é do “homem concreto” que a Psicologia deve partir, afirmando como é incontestável a existência de fenômenos objetivos, que cabem exclusivamente à Psicologia esclarecer. Neste sentido, outro apontamento técnico de extrema importância é definido, qual seja: que a ciência psicológica para realizar-se efetivamente, como tal, não pode extrair seus ensinamentos a partir de fenômenos que não sejam aqueles que justifiquem sua existência e sua evolução como ciência. Em outras palavras, não se deve partir de fatos fisiológicos, por exemplo, para a partir deles compreender o que são os acontecimentos psicológicos ou, ainda, esperar que o estudo das relações de produção e as transformações sociais no mundo do trabalho, por si só, venham brindar com conhecimentos psicológicos. O princípio, portanto, que se evidencia, é que para a Psicologia conhecer e atuar é preciso partir do homem concreto para assim delimitar concretamente um conjunto de fenômenos reais que definam sua existência como ciência. Tal como o movimento dos astros, a queda dos corpos e os projéteis justificavam que Galileu e sua época demarcassem estes objetos como de preocupação científica, e passassem, assim, a constituir a Física, ou tal como a diversidade das espécies e da fauna animal foram os fenômenos à partir dos quais se constituiu a teoria da Evolução na Biologia.

Acontece, e este ponto é capital, que a Psicologia ao surgir como um novo domínio do conhecimento, ao buscar delimitar o conjunto de fenômenos para constituir seu próprio domínio disciplinar, opera uma “transposição” (Politzer, 1965, p.58-69), que substitui a realidade concreta dos fenômenos humanos por processos de uma “vida interior”, que nada mais são do que a preservação do “mito da alma ou espírito”, coisas que nada têm a ver com os interesses de uma ciência, pois como afirma o autor, “não é questão para ciência ocupar-se de um mito, mas sim de realidades” (Politzer, 1965, p.117).

Ocorre, portanto, no desenvolvimento da Psicologia, a preservação da “tradição animista”, marcada pela presença no âmbito das teorias psicológicas, das noções de “vida interior”, “representações mentais” etc., levando a Psicologia a uma “impotência científica”, raiz de sua crise.

Já não se trata de que um homem haja matado outro homem, senão da ação de uma representação sobre outra, de relações mecânicas, dinâmicas, energéticas, etc., existentes entre os fenômenos físicos, de seu encadeamento, de sua fusão: as histórias das pessoas são substituídas por histórias das coisas (...) Toda transposição só tem por resultado amarrar uma experiência dramática a uma tradição que é incontestavelmente metafísica. O estudo do homem se encontra deste modo, com todos os problemas que se coloca à alma (POLITZER, 1965, p.66-67).¹⁰

Tomar, neste sentido, como ponto de partida a associação de idéias ao invés das relações concretas entre pessoas singulares, considerar a vida interior como um *mundo*, onde se processam sensações, imagens, sentimentos, ao invés de considerar as relações concretas de um indivíduo no interior de um mundo concreto onde trabalha, luta, sofre, ou, ainda, considerar os fenômenos psíquicos como coisas internas que funcionam à maneira das coisas físicas ou biológicas, ao invés de considerar os fenômenos psicológicos como um segmento da vida de relações concreta dos homens, são equívocos de grandes proporções, que deixaram a Psicologia à deriva. Pois, pretende-se concluir sobre os homens, porém se parte da vida interior ou do fisiológico, pretende-se fazer ciência, mas não se abandonam os princípios espiritualistas que não comportam um interesse científico; deseja-se conhecer os fenômenos

⁹ Una vez más aquí es translocada la cuestión: nunca se ve que el dominio de una ciencia positiva esté delimitado e sus métodos sean definidos partiendo de una de sus ciencias auxiliares: por ejenlo, no se delimita el dominio de la física partiendo de la estadística.

¹⁰ “Ya no se trata de que un hombre haya matado a otro, sino de la acción de una representación sobre otra representación, de relaciones mecánicas, dinámicas, energéticas, económicas, etc., existentes entre los fenómenos físicos, de su encadeamento, de su fusión: las historias de personas son reemplazadas por historias de cosas. (...) Toda transposición sólo tiene por resultado la atadura de una experiencia dramática a un tradición que es

psicológicos, mas não se vai ao encontro das situações humanas concretas, onde eles aparecem e precisam ser investigados. Neste sentido,

Se a Psicologia não houvesse escamoteado a realidade humana, o *sui generis* não haveria nunca de chegar a ser o tema preferido da Psicologia. E se ela se houvesse contentado com a realidade tal como oferece a experiência *humana*, não haveria tido necessidade de inventar toda esta mitologia a respeito da natureza espiritual (...) Por meio da criação da vida interior se introduz assim no devir das coisas humanas um ímense agulheiro por onde se cai simplesmente no vazio e no nada (POLITZER, 1965, p.133).¹¹

Desta forma, a Psicologia ao buscar demarcar seu objeto e, portanto, definir seu campo disciplinar como algo irredutível à outra disciplina, mistura o misticismo de uma vida interior com fenômenos psicológicos. Isto expressa um equívoco técnico em seu modo de conhecer, à medida que, a irredutibilidade e originalidade de fenômenos concretos são mutilados, diluídos ou substituídos por uma “pseudo-realidade”, herdeira de princípios metafísicos que inviabilizam a ciência psicológica. Tal constatação se estende à psicanálise freudiana, que abandona o homem concreto ao valer-se na noção de inconsciente:

Trata-se, em efeito, de demonstrar dois pontos essencialmente, a saber: que o inconsciente é inseparável dos procedimentos fundamentais da Psicologia abstrata e, por outra parte, que longe de construir um progresso em psicanálise, indica regressão na medida em que supõe abandono da inspiração concreta e retorno aos procedimentos clássicos (POLITZER, 1969, p.167)¹²

Somos levados, assim, a considerar a terceira condição para uma ciência, qual seja: “precisa ser objetiva, ou seja, definir os fatos e o métodos psicológicos de tal maneira, que sejam universalmente acessíveis e comprováveis”. Importante compreender o princípio ontológico afirmado nesta condição, à medida que *ser objetivo* antes de tudo, revela que o fenômeno investigado é exterior (e nesse sentido transcendente) ao ato de conhecer do

incontestavelmente metafísica. El estudio del hombre se encuentra de este modo con todos los problemas que plantea el alma”.

¹¹ “...si la Psicología no hubiese escamoteado la realidad humana, el *sui generis* no habría podido nunca llegar a ser el tema preferido de la psicología. Y se ella se hubiese contentado con la realidad tal como se ofrece el la experiencia *humana*, no habría tenido ninguna necesidad de inventar toda esta mitología respecto a la naturaleza espiritual.(...) Por medio de la creación de la vida interior se introduce así en el devenir de las cosas humanas un ímense agujero por donde se cae simplemente en el vacío e en la nada”.

¹² “Se trata, en efecto, de demostrar dos puntos esencialmente, a saber: que lo inconsciente es inseparable de los procedimientos fundamentales de la psicología abstracta, y, por otra parte, que, lejos de construir progreso en psicoanálisis, indica regresión en la medida en que supone abandono de la inspiración concreta y retorno a los procedimientos clásicos”.

sujeito. Ou seja, para ser universalmente acessível e comprovável, o fenômeno psicológico precisa ter uma consistência real e concreta, de tal forma que sua existência independa do gosto e da vontade daquele que busca conhecê-los. Conforme Politzer:

Em efeito, se o fato psicológico é objetivo, não se deve a que seja extenso ou mensurável, senão por quê no plano do realismo empírico da ciência, é exterior ao ato de conhecimento que o aborda; deste ponto de vista é transcendente com respeito a ele; possui sua dialética própria e não pode ser conhecido senão de maneira mediada com a ajuda dos dados do relato. Em outras palavras, o fato psicológico não é objetivo, não por confundir-se com o objeto das ciências da natureza e *ser* o que aqueles são, senão por que se *comporta* da mesma maneira perante o conhecimento (POLITZER, 1969, p.212).¹³

Ser objetivo, portanto, não é ser medido, pesado, e muito menos ser objeto de uma percepção imediata à maneira de um empirismo positivista, mas sim, existir com a mesma consistência real que os demais objetos da natureza, sem privilégios que uma suposta “realidade” sui generis (a vida interior ou mental) poderia querer reservar para si. O fato de Politzer assinalar que apreendemos a dialética própria do fenômeno psicológico de maneira “mediada” através dos dados do relato, em nada altera este princípio, pois assim o faz toda a ciência, deste a física quando se faz mediar por instrumentos como os aceleradores de partículas atômicas para observar os elétrons ou ainda, quando a biologia se faz mediar por potentes microscópios para verificar propriedades dos microorganismos.

A partir destas afirmações, sobre o caráter “objetivo” do conhecimento científico, é que encontramos em Politzer observações à respeito da exatidão. O autor faz notar que exatidão não é “sinônimo” (Politzer, 1965, p.71) de uso de aparato matemático-experimental, pois a matemática e os testes de laboratório são formas de exatidão próprias das ciências físicas ou biológicas. O que implica afirmar, por um lado, que uma ciência que não usa a matemática não está, por isso, deixando o domínio do rigor científico, como, também não é por usar computadores de última geração, testes estatísticos mais avançados ou, ainda, instrumentos e técnicas das ciências naturais, que a Psicologia garantirá sua exatidão ou rigor. A-exatidão implica, portanto, na “adequação do conhecimento aos fatos em questão, quer dizer, na adequação ao gênero de precisão que é próprio do objeto” (Politzer, 1965, p.72), sendo

¹³ “En efecto, si el hecho psicológico es objetivo, no se debe a que sea extenso o mensurable, sino porque en el plano del realismo empírico de la ciencia, es exterior al acto de conocimiento que lo aborda; desde este punto de vista es hasta trascendente con respecto a él; posee su dialéctica propia y no puede ser conocido sino de manera mediada con ayuda de los datos del relato. Em otras palabras, o hecho psicológico no és objetivo, no por

portanto, o rigor científico de uma disciplina definido quando seu conhecimento está adequado às formas, nas quais se concretizam o objeto de que ela se ocupa.

A partir destes assinalamentos, se evidencia que, se a Psicologia não realizar uma demarcação correta do seu objeto, não vai ser por meio de testes e experimentos que se alcançará resultados valiosos de uma ciência original. Ao contrário, se cairá na verdade, numa “ilusão do experimento” (Politzer, 1969, p.17), onde se realiza todos os passos de uma técnica importada das ciências naturais sobre um “nada”, que é a “vida interior” ou as “representações mentais” ou, ainda, sobre fatos naturais ou comportamentais desprovidos de seu caráter humano. A Psicologia, então, equivoca-se ao buscar o fenômeno psicológico, seja no “mundo da natureza” seja no “mundo do espírito”, ficando, neste sentido, presa na alternativa clássica “espírito-matéria”, onde para ser positiva, busca utilizar os procedimentos das ciências naturais, mas desde modo, perde a singularidade dos fenômenos humanos e, quando busca resgatar a originalidade do psíquico, perde os princípios da ciência. Sem abandonar, portanto, a alternativa clássica espírito-matéria e seu dualismo característico, a Psicologia não sairá da crise, não encontrará o homem concreto e, por conseguinte, a correta demarcação dos fenômenos psicológicos.

Vigotski (1996), tal como Politzer, e inclusive na mesma época, também, assinala a mesma *crise* na Psicologia, à medida que identificou que continuar acumulando material empírico e construir conceitos se tornava uma tarefa “estéril” e sem sentido, enquanto “não se demarcasse um caminho”, enquanto não se definisse precisamente qual o “objeto da Psicologia” e, se postulasse conceitos que respondessem ao “que é que a Psicologia estuda?” (Vigotski, 1996, p.213). Continuar seguindo como se nada estivesse errado, seria ignorar uma necessidade essencial da ciência, qual seja, saber o que converte fenômenos concretos em objeto de uma ciência; no caso da Psicologia, o que converte os inúmeros fatos a que esta disciplina se dedica em objeto de uma ciência psicológica; em outros termos, o que é próprio e caracteriza essencialmente o objeto da Psicologia e, o que é preciso se destacar como sendo genuinamente psicológico nos delírios de um louco, nos cálculos de um matemático, etc., o que demarca o campo desta disciplina? Por falta de uma solução correta a esta questão, e na busca de princípios explicativos gerais que unifiquem sua diversidade errante é que a Psicologia:

como um doente que sofre de uma enfermidade letal,
prevendo a morte certa se não empregar determinado remédio,

confundirse com el objeto de las ciencias de la naturaleza y *ser* o que aquellos son, sino por que se *comporta* de la misma manera ante el conocimiento”

sente-se na contingência de procurá-lo, ainda que incerto, com todas as suas forças, pois que nele está sua esperança (VIGOTSKI, 1996, p.228).

Um primeiro ponto (Vigotski, 1996, p.218-222) que cumpre destacar aqui como tendo originado este estado patogênico, é de ordem metodológica: na aspiração de conhecer os acontecimentos psicológicos, a Psicologia tem procedido de forma a “abandonar” o âmbito da realidade, à partir do qual realiza certas descobertas originais, postulando princípios explicativos que já não mais encontram-se ancorados e relacionados aos fenômenos reais que estavam no ponto de partida. Perde-se, assim, o recorte do real que os conceitos devem expressar, passando a se produzir especulações que valem para todas as coisas. Assim é que da descoberta do reflexo condicionado nos animais se extrapola para que tudo seja “E-R”, da descoberta da percepção das formas e não de fragmentos se generaliza apressadamente que tudo é “Gestalt” ou, ainda, na descoberta de que os sintomas das histéricas tinham um fundo sexual, se ultrapassa indiscriminadamente para defender a “sexualidade” como princípio de tudo na psicanálise. Devido a este modo de proceder, Vigostki assinala que “o conceito vai tendendo para o infinito” perdendo, desta forma, a delimitação do real que como conceito ele busca refletir, tornando-se totalmente inútil e sem valor: procurar explicar tudo, é o mesmo que não explicar nada (Vigotski, 1996). Perde-se, assim, sua validade científica, à medida que a categoria deixa de expressar uma zona da realidade claramente demarcada para defender um princípio “já ideológico” de uma escola. Sendo assim:

Existe pois uma tendência a estabelecer um princípio explicativo unitário e a que este atue a partir de fora dos limites em que nasceu a ciência, convertendo-se desse modo num princípio explicativo, não mais das categorias da realidade a que se referia num princípio, mas do sistema global da realidade, e não só da ciência em que surgiu, mas do sistema científico em sua totalidade. Essa tendência está na origem da rivalidade interdisciplinar pela supremacia (Vigotski, 1996, 216).

Evidencia-se um equívoco técnico, que se consuma, à medida que a elaboração das categorias ou leis da ciência desvencilha-se do âmbito do fenômeno real, resultando numa distorção racionalista, que aproxima o conhecimento psicológico mais das especulações e dos silogismos aristotélicos do que dos princípios do método científico, inaugurados por Galileu.

É necessário, então, para Vigotski que a ciência psicológica supere esta situação de crise e encontre sua unidade. Ou seja, que determine suas categorias essenciais que dizem respeito ao objeto psicológico, que estabeleça o domínio do fenômeno psicológico e defina seus

métodos, que saiba dar coerência de uma disciplina ao conhecimento e as práticas produzidas, aproveitando o que é genuinamente original até então produzido e saiba dispensar o que não lhe diz respeito. Em síntese, é preciso construir uma “Psicologia geral”. Como afirma:

Para criar estas teorias intermediárias –ou metodologias, ou ciências gerais – será preciso desvendar a *essência* do grupo de fenômenos correspondentes, as leis sobre suas variações, suas características qualitativas e quantitativas, sua causalidade, criar categorias e conceitos que lhes são próprios, criar *seu O capital* (VIGOTSKI, 1996, p.393)

Para a Psicologia, então, realizar uma superação desta situação é necessário que desvende a “essência” do grupo de fenômenos que interroga, suas leis e categorias, pois, só assim, ultrapassará o domínio do puramente empírico ou do puro acúmulo de fatos. Mas, para realizar esta tarefa é negado, por Vigotski, qualquer valor científico para aquelas posições que postulam ser esta empresa uma “pura construção da razão”. Ou seja, nega-se a noção de Binswanger, por exemplo (e de Kant), que atestam ser as categorias e leis gerais puras deduções lógicas, separadas por um abismo intransponível da realidade dos fenômenos observáveis. Tal tese, de fundo idealista, busca passar a idéia de que, de um lado, tem-se os objetos reais que uma ciência particular se ocuparia e, de outro, a pura razão, que com seu exercício crítico criaria as categorias e leis gerais. Nesta tese idealista resultam, que os métodos de conhecimento é que determinam a realidade daquilo que é conhecido, assim “como para Kant a razão ditava as leis para a natureza” (Vigotski, 1996, p.246). Há um corte, portanto, com o idealismo de Kant e com todos aqueles que defendem suas teses, onde o princípio é invertido, ou seja, é a realidade com sua consistência e características próprias que determina os métodos e modos de seu conhecimento e não o contrário, como quer o idealismo. Como podemos ver:

Para ele (Binswanger), as relações entre as ciências não estão determinadas por seu desenvolvimento histórico, nem pelas exigências da experiência científica (isto é, pelas exigências da própria realidade que se conhece através da ciência), mas pela estrutura lógico-formal dos conceitos (VIGOTSKI, 1996, p.246).

Neste sentido, é que Vigotski (1996, p.229-248) afirma que a “abstração” na ciência tem que ser explicada sempre à partir da “realidade” da qual foi tomada e não por ela mesma, ou seja, que todas as categorias e leis têm uma base real, visto que a ciência não estuda conceitos puros, mas a realidade que eles expressam. O engenheiro que estuda o projeto de uma

máquina, está estudando a máquina através do projeto, do mesmo modo que um anatomista que estuda um atlas anatômico, estuda a realidade da anatomia humana e não simples desenhos.

Neste sentido, é que os conceitos ganham consistência no conhecimento científico, pois deixam de ser puras deduções lógico-formais para “entrar no lugar conquistado pela investigação, isto é, à medida que correspondem ao estado objetivo das coisas” (Vigotski, 1996, p.316). Vigotski exemplifica o conceito de evolução e, mostra, que foi através dos dados reais fornecidos por ciências particulares como a fisiologia, a botânica, a zoologia, etc., que se estabeleceu o conceito de evolução dos seres vivos. É o ser vivo que se está conhecendo, seja nas ciências particulares como a fisiologia, zoologia, etc., seja quando se trabalha à partir das leis postas por estas ciências e se formula uma categoria que as englobe, como é o caso da definição de evolução. É, portanto, a “unidade sobre o objeto que garante a unidade da ciência”, (Vigotski, 1996, p.303), sendo sempre pelas exigências da realidade estudada nas experiências científicas em seu desenvolvimento histórico que se vão formulando conceitos e categorias nas ciências.

É investigando uma determinada singularidade demarcada, (a aprendizagem infantil, por exemplo) que se vai descobrir e produzir conhecimento a respeito do que é a aprendizagem, ou seja, as categorias e leis gerais próprias de uma classe de fenômenos, que possuem os mesmos elementos, que se enquadram nos mesmos limites e características essenciais definidos pela singularidade analisada. Vigotski mostra assim, como a ciência ao estudar um “gás”, por exemplo, busca “estudar as propriedades gerais do gás que se realizam nele”, ou seja, supera o puro empirismo ao separar pela análise de cada caso concreto o que lhe é próprio e aquilo que é geral para um mesmo gênero de fenômenos. Da mesma forma, citando Engels (Vigotski, 1996, p.375), mostra que, “cem” máquinas a vapor não provam mais do que “uma”, a verdade científica de que com calor se pode obter movimento mecânico, ou seja, que é pela observação e análise de objetos que se definem os limites e as formas das categorias e leis gerais que formarão a ciência.

Um outro ponto, que cumpre destacar é o princípio ontológico de base, que fundamenta o conhecimento científico, qual seja: “que o objeto estudado existe como sendo outra coisa que aquilo que pensamos dele” (Vigotski, 1996, p.378). Tal princípio pode parecer mais compreensível para as ciências naturais, mas Vigotski faz questão de deixar bem claro que, na medida em que a Psicologia não respeita este princípio, desliza para o idealismo e se inviabiliza como ciência de processos reais. Assim, para a Psicologia resulta a exigência de estudar o “fenômeno tal como é e não tal como eu o represento” (Vigotski, 1996, p.381).

Estudar a percepção, por exemplo, é investigá-la tal como efetivamente ocorre e não como as pessoas percebem sua percepção, à moda dos introspeccionistas. Resulta desta forma, a exigência técnica que o objeto da ciência psicológica tem que existir objetivamente e ser passível de ser analisado no seu movimento próprio, como outra coisa do que as representações ou percepções imediatas que o sujeito venha a ter dele.

Infelizmente, assinala Vigotski, este vem sendo um impasse que a Psicologia não tem conseguido se desvencilhar e que, a tem impedido de atingir resultados mais frutíferos para a compreensão científica dos fenômenos psicológicos. Assinala, o autor russo, que a Psicologia teve no princípio idealista seu ponto de partida, o que implica dizer que “toda a Psicologia” de um modo ou de outro, foi parar dentro da metafísica:

De fato, todos os sistemas foram se enredando em suas conclusões e foram parar em cheio na metafísica (...) Se a psicanálise fala abertamente de metapsicologia, de forma encoberta qualquer outra Psicologia sem alma também tem, ainda que não recorra a metafísica alguma, sua própria metafísica. Embora baseada na experiência, a Psicologia incluiu em seu seio o que não estava baseado nessa experiência. Para dizê-lo em poucas palavras, toda a Psicologia teve sua metapsicologia (VIGOTSKI, 1996, p.332).

Em outras palavras, o idealismo para Vigotski, também é a pedra no sapato da Psicologia, pois, “incluir em seu seio o que não estava baseado na experiência” equivale a dizer que trouxe para seus domínios, as especulações metafísicas a respeito do corpo e do espírito, presentes no pensamento filosófico do qual se serviu. Como expressão desse idealismo, tem-se o “dualismo” (Vigotski: 1996: p.343), que levou a Psicologia a dividir-se em duas: de um lado, uma ciência natural, de base fisiológica que se realiza observando, experimentando os acontecimentos orgânicos e, de outro, uma idealista, que trata dos “valores”, “do espírito” e, busca alcançar uma pretensa vida interior que se confunde com a vida espiritual. De qualquer modo, um equívoco como já assinalou Politzer. Aceitar o idealismo é, então, ao mesmo tempo, aceitar este dualismo de inspiração cartesiana e continuar de mãos amarradas para sair da crise, levando a Psicologia a uma impossibilidade científica, qual seja: se realizar sobre dois tipos de ‘objetos’ diferentes: um espiritual e outro fisiológico. A consequência disso é que, ou se reduz o psíquico ao puramente orgânico ou se faz da Psicologia uma “ciência” de formas puramente abstratas desvinculadas do mundo objetivo, produzindo-se, assim, uma espécie de platonismo psicológico. Nas palavras de Vigotski:

se não se estabelece uma relação entre psique e os processos da natureza, se a psique está à margem da causalidade, se não pode ser estudada de forma indutiva, observando fatos reais e generalizando-os, será preciso estudá-la pelo método especulativo: captando diretamente a verdade nessas idéias platônicas ou idéias psíquicas (VIGOTSKI, 1996, p.366).

Sève (1979), último de nossa lista, também, é outro autor para quem não resta dúvidas que a Psicologia da personalidade, assim como o domínio da ciência psicológica em seu conjunto, ainda não aparecem como plenamente “adultos”. Para realizar tal afirmação, é de capital importância ter presente que nela estão embutidas exigências técnicas bem definidas, que balizam o domínio científico bem desenvolvido de outro pré-científico ou imaturo.

O autor francês é categórico ao firmar que “o caráter adulto de uma ciência é algo objetivamente identificável” (Sève, 1979: p.36), pois depende de três princípios básicos, quais sejam: uma “definição”, que fornece a essência do objeto de determinada ciência; seus “conceitos de base” e, as “leis fundamentais de desenvolvimento” deste objeto. Portanto, à medida que uma ciência não realiza estas três condições fundamentais, ela não consegue deixar de tatear no escuro e andar às cegas com relação ao seu campo prático e teórico.

Neste sentido, é que o mesmo autor, fazendo eco às teses já afirmadas na década de vinte, (às quais conhecia bem) mostra como a Psicologia “avança, mas ainda desconhece em que é que consiste seu objeto” (Sève, 1979, p.38). E, faz questão de afirmar esta situação com recurso à própria constatação de psicólogos como Janet, Wallon, Piaget, Leontiev, Lewin, Lagache e tantos outros que convergem sobre esta questão. Ou seja, Sève se remete aos próprios construtores da empresa psicológica para realizar o diagnóstico de que, “a Psicologia em geral ainda está com um problema para solucionar” (Sève, 1979, p.37). Problema este, que diz respeito a um dos pilares fundamentais na edificação da ciência, qual seja, a delimitação exata de seu âmbito ou, se quiser, a definição de seu objeto:

E esta juventude, ou seja, na verdade, esta persistente imaturidade, manifesta-se logo de início, na incerteza em que se encontra ainda à Psicologia a respeito da questão mais vital que se coloca a toda ciência: a definição rigorosa do seu objeto, da delimitação coerente de seu âmbito, logo, da captação da própria essência daquilo de que pretende constituir-se com ciência” (SÈVE, 1979, p.37)

O caráter errante da empresa psicológica é identificado, então, devido a um tropeço no ponto de partida, o qual podemos entender melhor pensando por analogia: para construirmos nossa casa primeiro é preciso saber onde fica nosso terreno, quais são seus limites, quais seus

vizinhos principais. Sem isto, sem estes limites, nunca saberemos quando estamos construindo nossa casa ou edificando algo para o vizinho. A demarcação do seu campo, a definição dos limites do “psicológico” ou, ainda, a captação do que “é” o objeto da Psicologia, com suas categorias e leis fundamentais, mostra-se, assim, uma questão técnica essencial para o conhecimento da realidade psicológica. Sem este ponto de partida, nunca saberemos se estamos ou não, fazendo Psicologia, se o conhecimento sobre a realidade psicológica está progredindo ou equivocando-se, quais são suas hipóteses mais plausíveis e quais são as dispensáveis. Logo, não tendo realizado este princípio, é que os erros de demarcação se acumulam, e as incertezas práticas e teóricas com relação ao que é ou não Psicologia fazem parte do dia-a-dia da profissão.

Um dos erros de demarcação a respeito do que seja o objeto da Psicologia, apontados por Sève, nos remete a Politzer, e diz respeito ao buscar definir o psiquismo como algo essencialmente desvinculado do corpo. Ou seja, como sendo outro tipo de ser, puramente psíquico ou mental, não restando muita diferença entre este e as realidades espirituais postuladas pelas crenças religiosas. A Psicologia, neste sentido, encontra-se de mãos dadas com o idealismo, reafirmando as constatações de Vigotski e Politzer já expostas.

Outro equívoco de demarcação, é o que o autor chama de “o erro do fisiologismo” (Sève, 1979, p.305). Há no “fisiologismo” uma “perversão total” em relação a concepção de homem, devido a sua tentativa de captar no terreno do fisiológico ou similares, as estruturas essenciais da personalidade ou dos fenômenos psicológicos. Sève marca, neste sentido, como toda a matematização e a série de cálculos estatísticos, ao invés de atestarem cientificidade, manifestam, ao contrário, uma imaturidade, lançando “poeira nos olhos de uma disciplina que, nem sequer, consegue elaborar de forma aceitável os seus órgãos fundamentais” (Sève, 1979, p.305). O autor francês faz notar que, só é possível evitar esta ignorância fisiologista ou biologista (e todas as conseqüências racistas que os acompanham), quando se concebe a “essência social” da personalidade humana e dos fenômenos psicológicos. Neste ponto, fica expresso que este erro de demarcação do objeto desdobra-se de um erro “antropológico”, que concebe a essência humana como natural, fruto de resultados evolutivos da mesma ordem do que aqueles explicados por Darwin, pela genética moderna ou, ainda, pelos processos bioquímicos. Conceber, portanto, os fenômenos psicológicos humanos tendo como base a estrutura biológica significa “que não se sabe ou não se quer empreender o estudo crítico da sua base histórico e social” (Sève, 1979, p. 310).

Em função deste erro de demarcação do objeto, se desdobram discussões estereis à respeito dos efeitos da hereditariedade e o do meio na conformação da realidade psíquica.

Querer explicar os traços de uma personalidade por exemplo, com recurso aos fatos morfológicos, orgânicos, fisiológicos, genéticos, cerebrais e outros afins, revela o equívoco técnico de buscar respostas sobre um objeto procurando-se em outro ou seja, de buscar os “segredos dos fatos psicológicos onde eles não estão” (Sève, 1979, p.318). Aponta neste sentido, como este erro fisiologista mostra o “equívoco positivista” que, na luta contra a “ridícula fantasia espiritualista da alma” acaba por criar uma nova ficção naturalista tão falsa quanto àquela que pretende negar.

Fica claro, portanto, que na base de todas estas distorções está a “problemática tradicional do espírito e do corpo que se trata de superar” (Sève, 1979), ficando expresso como o espiritualismo e o materialismo tradicional, além de não resolverem o problema, mostram uma metafísica secular, onde a questão humana e seus correlatos psicológicos ficam sempre definidos “a priori” e impedindo o desenvolvimento científico.

Outro erro em relação a demarcação do objeto apontado por Sève se refere aos “paradoxos da Psicologia Social” (Sève, 1979, p.337). Sève não nega o valor científico da Psicologia Social “como estudo da conduta social comum a inúmeros homens”, mas aponta como sendo um desvio técnico sério, a tentativa de ‘deduzir’ deste “âmbito psicossocial” uma definição a respeito da individualidade concreta e de seus fenômenos psíquicos correspondentes. Ou seja, para realizar uma psicologia da personalidade ou para se demarcar os limites dos fenômenos psicológicos, é preciso partir dos fenômenos que os indicam e não deduzi-los e contrabandeá-los à partir de outra ordem de fatos. É, neste sentido, que a fronteira entre as ciências psicossociais e a psicologia da personalidade tomam-se obscuras, ora se definindo a personalidade à partir de condições psicossociais genéricas, caindo-se assim, num caráter abstrato e especulativo ou, ora se personalizando o social, caindo-se ao contrário, numa psicologização da sociedade.

Portanto, a necessidade fundamental de demarcar o objeto ou, o recorte preciso da realidade para então fazer a ciência, implica, na condição ontológica que está na base do próprio fazer científico, qual seja, a existência de uma “essência concreta”, capaz de ser demarcada com suas regularidades que caracterizam os fenômenos psíquicos humanos. Nas palavras de Sève:

se a essência é geral, de que forma lhe é possível não passar de uma simples abstração estranha a vida do objeto? E se exprime a vida concreta do objeto de que forma é possível alcançar a generalidade científica? (SÈVE, 1979, p.359)

Temos então que, o problema da imaturidade da ciência psicológica remete a sua indefinição de base o que, por sua vez, coloca como condição capital a questão da “essência” como participando da realidade objetiva do mundo, campo de atuação da ciência. Conhecer “seu objeto”, é ser uma “abstração”, que não seja estranha à realidade concreta deste objeto, ao mesmo tempo em que, implica na existência concreta e real de tal “objeto”, ou seja, implica, por condição, na existência real de características regulares essenciais passíveis de serem demarcadas como objeto da ciência psicológica.

Os demais critérios postulados como sendo definidores de uma ciência adulta – os “conceitos de base” e as “leis de desenvolvimento de seu objeto”, – podem ser vistos como desdobramentos deste primeiro ponto até aqui assinalado, visto que, sem uma definição do objeto, a Psicologia se perde nos seus conceitos de base. É por esta razão, que encontramos a fragmentação e a contradição de conceitos como atividade, necessidade, desejo, etc., pois, à medida que a ciência não exprime as contradições internas de seu objeto cada conceito se dedica a agrupar fatos isolados e dar-lhes uma explicação fragmentada ou, cada lei não expressa mais que uma regra arbitrária, ao contrário de exprimir a movimento real do objeto demarcado.

É, enfim, por incompreensão destas exigências técnicas essenciais para a ciência, que a Psicologia, acaba por escolher a opção mais cômoda de um “ceticismo manhoso” (Sève, 1979), rejeitando as grandes ambições teóricas necessárias exigidas pela lógica científica, se satisfazendo com modelos fragmentários e contraditórios, que não são mais que a mostra de sua permanente imaturidade.

Podemos sintetizar este conjunto de reivindicações do materialismo histórico para a Psicologia em três aspectos fundamentais, quais sejam: (1) o ontológico, (2) o antropológico e (3) o de método - no sentido de princípios da ciência.

1. O aspecto ontológico: se definir o objeto de uma ciência é definir a essência daquilo que se investiga e, se esta essência deve ser real e não ‘ideal’ à maneira do idealismo e se, desta forma, deve ser concreta e apreensível no concreto e não puramente uma elucubração da razão e se, ainda, o conhecimento desta deve ser uma expressão lógica de um objeto determinado no espaço e no tempo, por tudo isso, então, fica claro que a questão da “consistência ontológica” do mundo objetivo mostra-se fundamental. Esclarecer as bases ontológicas, de forma que a “essência” abandone o plano metafísico de uma substância última e eterna da matéria ou do espírito, que dita os destinos do mundo, para formar parte da realidade do mundo se torna um ponto capital. Se, como vimos, a “essência” expressa, por definição, as características reais de um determinado universo e suas regularidades (as

características essenciais do capitalismo, por exemplo.) e, se isso expressa a realidade do movimento de um determinado objeto, podemos concluir que, o não equacionamento desta questão ontológica, ou seu abandono, impede uma solução satisfatória para a definição do objeto psíquico.

Portanto, a questão da definição da essência do objeto da Psicologia, nos conduz à “necessidade ontológica” deste objeto possuir uma “consistência de ser própria”, ou seja, que seu ser não seja um ‘*esse est percipi*’ à moda do idealismo de Berkeley ou Husserl, de tal forma que afirme, ao mesmo tempo, a irredutível singularidade dos fenômenos psíquicos, mas também suas condições essenciais, ou melhor, o que os fazem ser efetivamente fenômenos psíquicos e não acontecimentos de outra ordem (fisiológicos, orgânicos ou puramente sociais). Sem considerar e equacionar o problema ontológico, de forma que se garanta a realidade dos fenômenos psicológicos para além de um idealismo da linguagem, da representação ou das puras interações simbólicas, a ciência psicológica não responde a uma das principais exigências que o materialismo histórico lhe faz.

2. O aspecto antropológico: se um dos grandes tropeços do conhecimento psicológico tem sido admitir uma “vida interior” e buscar fazer desta, a matéria de seu trabalho ou, ao contrário, negar a existência de qualquer ordem psíquica singular como sendo ranços metafísicos ou individualistas, isto expressa uma indefinição de base com relação ao que seja o “ser humano”. É, portanto, uma carência antropológica que surge aí como estando na base desses desvios. Assumir uma ‘vida interior’ ou ‘mental’, é partir de uma definição de homem que remete, no mínimo, a Descartes com seu *cogito ergo sum*. Ao mesmo tempo, reduzir os acontecimentos humanos à raízes fisiológicas é ignorar totalmente a essência social e histórica do ser humano, e desconhecer como se objetiva um homem, de forma a este ser irredutível a um animal comum ou a alguma desordem puramente orgânica ou fisiológica. O problema antropológico se manifesta, ainda, quando encontramos no conhecimento psicológico o abismo subjetividade-objetividade, indivíduo-coletivo ou ainda o dualismo mente-corpo: pois, à medida que o homem é concebido dentro do paralelismo “subjetividade” (definida como representações internas, pura linguagem, conteúdos mentais, etc.), “objetividade” (definida pelas manifestações fisiológicas, comportamentais, ou puramente sociais) o fenômeno humano, em sua base antropológica, fica cindido, repartido em pedaços. E, caso estes pólos (subjetividade e objetividade) não sejam unificados numa compreensão sintética da realidade humana, que nos remete ao conceito de *práxis*, esta se torna incompreensível, o homem concreto fica perdido, e a demarcação dos fenômenos psíquicos repleta de distorções.

3. O aspecto de método (como princípios da ciência): um primeiro ponto a destacar é o da “definição do objeto”, como ponto de partida da ciência. Como mostram os autores, não considerar esta exigência técnica faz com que a Psicologia examine fatos e mais fatos, acumule observações e experimentos, aplique estatísticas e cálculos complexos, sem no entanto, ter uma compreensão exata do que, afinal, está investigando. Nesta questão, portanto, fica expresso que a ciência não estuda “fatos”, mas sim, “objetos”, à medida que estudar fatos é acumular material indiscriminadamente, é perder-se no empírico, ao passo que, estudar “objetos”, é demarcar fenômenos reais, definir suas características essenciais, sua lógica interna, seu conjunto de determinações com suas relações internas. É o objeto, portanto, o ponto de partida da ciência, tal como podemos compreender a partir dos autores tratados, e não fatos isolados ou, muito menos, os ‘criticismos’ da razão.

Neste sentido, se a Psicologia se preocupa primeiro em definir seus “métodos” - no sentido agora de instrumentos e técnicas de investigação - e estabelecer conceitos com recurso unicamente da razão, estes procedimentos subvertem um princípio lógico da ciência, perdendo o ponto de partida em função do qual o método e os conceitos precisam sempre se ajustar e serem elaborados, ou seja, “o objeto”. Tratar, todavia, o problema do conhecimento psicológico no plano da discussão sobre as técnicas e instrumentos de investigação é colocar-se num plano superficial de análise da questão, é discutir a forma de fazer a investigação e não seus princípios de base, pressupondo que o “objeto” seja um desdobramento dos modos de conhecer e investigar: uma inversão de princípio.

Outra questão que convém destacar é, como na tentativa de definição dos fenômenos psíquicos, com base em investigações empíricas, a Psicologia acabou não obedecendo os “limites”, em que realizava suas investigações, o âmbito possível de suas comprovações, chegando a conceitos tão amplos e indeterminados que acabaram por perder sua validade científica. Explicar tudo é o mesmo que explicar nada como marca Vigotski. Perde-se, assim, outro princípio expresso pelos autores trabalhados que nos diz que: os rumos de uma prática científica deve, ao mesmo tempo, delimitar seu âmbito, e restringir suas conclusões ao conjunto de ocorrências contidas dentro dos limites do objeto demarcado, bem como estender suas generalizações somente para a mesma classe de fenômenos estudados. Definir e investigar um objeto para concluir a respeito de outro, é neste sentido, uma distorção do princípio científico. Estudar o comportamento social dos macacos e concluir a respeito do comportamento social dos seres humanos é, portanto, um equívoco crasso, dentro destes princípios científicos.

Postas todas estas reivindicações à Psicologia, podemos afirmar que, o materialismo histórico exige e necessita de outra definição de psíquico para realizar uma crítica científica ao sofrimento psíquico no trabalho, além da noção analítica freudiana. E, nos remetendo à noção de psíquico de Codo e colaboradores, podemos dizer como tais autores não respondem, de modo algum, a estas reivindicações, encontrando-se, ao contrário, no interior dos problemas diagnosticados: não tratam, nem mencionam, a questão ontológica para responder a questão da essência, sem a qual não se faz possível lograr uma definição da essência do objeto psíquico com suas categorias e leis fundamentais. Com relação à questão antropológica, mantém-se dentro do dualismo, do mentalismo, da noção de representação e de simbólico, comungam do conceito de inconsciente, não considerando a complexidade do conceito da *práxis*, perdendo, assim, o homem concreto, em função de exposições genéricas, especulativas sobre homens abstratos. Com relação à exigência de método, investigam os fenômenos sem terem uma definição do objeto em questão, como é o caso, por exemplo, do estudo sobre *burnout*, mas que se estende como fica pacífico, para o conjunto dos estudos aqui analisados. E, ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas, à medida que, os autores vão perdendo a preocupação com o problema da definição do objeto, as consequências técnicas são um acúmulo de fatos isolados, de explicações isoladas, para os quais são forçados a criar relações arbitrarias e especulativas, tratando, cada vez mais, de um homem genérico, realizando abstrações vazias, que não apreendem a dialética do objeto específico, perdendo os limites dos fenômenos investigados.

Nossa pesquisa, então, nos permitiu detectar uma incompatibilidade entre a noção de psíquico exigida e reivindicada pelo Materialismo Histórico à Psicologia e, a noção de psíquico que os autores estudados se utilizam para suas pesquisas. É, portanto, um problema que a Psicologia tem ainda a discutir, visto que, Codo e seus colaboradores, apesar de se inspirarem no materialismo histórico, não responderam ao conjunto de suas reivindicações técnicas e científicas, resultando um problema ainda em aberto, que exige outras pesquisas teóricas e aplicadas.

É possível, no entanto, discutir sobre a relevância de se pesquisar e se resolver esta questão. Compete à Psicologia e aos psicólogos que se dedicam ao estudo das relações entre o sofrimento psíquico e trabalho discutir se é ou não relevante o problema da “definição de psíquico” responder as exigências técnicas e científicas, feitas pelo Materialismo Histórico. Ou será mais relevante à Psicologia, exclusivamente, fazer uma crítica social ao trabalho alienado na sociedade capitalista? Esta seria a melhor contribuição que uma Psicologia poderia dar para uma transformação prática da sociedade? Ou, se a Psicologia não encontrar

uma definição de psíquico que responda as reivindicações do Materialismo Histórico, não ficará impedida em dar uma efetiva contribuição para uma superação do sofrimento no trabalho, bem como para a transformação prática da sociedade? Os limites de nosso trabalho se encerram aqui e, se restringem a diagnosticar e colocar o problema, cabendo aos psicólogos e a Psicologia responderem a ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA**, Maria Celeste C. G. O Trabalho na Clínica Psicológica. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- ANTUNES**, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.
- AZEVEDO**, Marco Antônio. Da Psicologia Industrial à Psicologia do Trabalho. Cadernos de Psicologia, Belo Horizonte, v.3, n.4, pp.66-72, dez. 1995.
- AZEVEDO**, Renata Cruz Soares. Drogas e Trabalho. In: Grubits e Guimarães (orgs), Saúde Mental e Trabalho, v.1, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- BARROS**, Celso Aleixo e **GUIMARÃES** Liliana Andolfho Magalhães. Lesões por Esforços Repetitivos – LER.: Aspectos Psicológicos. In: grubits e Guimarães (orgs), Saúde Mental e Trabalho, v.1, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- BORSOI**, Isabel C. F e **CODO**, Wanderley. Enfermagem, Trabalho e Cuidado. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- BORSOI** Isabel C. F., **RUIZ**, Erasmo M. e **SAMPAIO** José Jackson C. Trabalho e Identidade em Telefonistas. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- CARNEIRO** Cleide e **SAMPAIO**, José Jackson C. Saúde Mental e Trabalho Têxtil. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- CARDOSO**, Ligia S. Trabalho Bancário, Sofrimento Psíquico e Identidade. In: Silva filho e Silvia jardim (orgs.) A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico. Rio de Janeiro, Te Corá, 1997a.
- _____. Trabalho Bancário e Identidade Profissional. In: Cadernos do IPUB – Organização do Trabalho e Saúde Mental. no.2, Instituto de Psiquiatria da UFRJ, 1997b.
- CARDOSO**, Wilma Lúcia Castro Dinis. Qualidade de Vida e Trabalho: Uma Articulação Possível. In: Grubits e Guimarães (orgs), Saúde Mental e Trabalho, v.1, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- CARVALHO**, Hilma T. t. Khoury. Professora Primária: Amor e Dor. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- CIAMPA**, Antônio da Costa. À Estória do Severino e A História de Severina: Um Ensaio de Psicologia Social. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. Identidade. In: Psicologia Social: o Homem em Movimento, Lane e Codo (orgs), São Paulo, Brasiliense, 1984.

- CODO, Wanderley.** O Fazer e a Consciência. In: Psicologia Social: O Homem em Movimento, São Paulo, Brasiliense, 1984, p.48-57.
- _____. Relações de Trabalho e Transformação Social. In: Psicologia Social: o Homem em Movimento, São Paulo, Brasiliense, 1984, p.136-143.
- _____. O que é Alienação. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. Saúde Mental e Trabalho: Uma Urgência Prática., Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, n.2, p.20-24, 1988.
- _____. Um Diagnóstico do Trabalho (Em Busca do Prazer). Revista da ANPPEP, 1996.
- _____. Histeria em Creches. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- CODO, Wanderley e MELLO, Ana Maria de A.** Relações Creche - Família. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- CODO, Wanderley, SAMPAIO, José Jackson e HITOMI, Alberto H.** Indivíduo, Trabalho e Sofrimento. Petrópolis, Vozes, 1992.
- CODO, Wanderley e SAMPAIO, José Jackson Coelho (orgs).** Sofrimento Psíquico nas Organizações. Petrópolis, Vozes, 1995.
- CODO Wanderley (cord.).** Educação, Carinho e Trabalho. Petrópolis, Vozes, 1999.
- CODO, Wanderley et al.** A Síndrome do Trabalho Vazio em Bancários. In: Jornal Brasileiro de Psiquiatria; 42: 23-28, 1993.
- _____. A Síndrome do Trabalho Vazio em Bancários. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- DEJOURS, Christofer.** A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho, São Paulo, Cortez, 1998.
- _____. Psicodinâmica do Trabalho, São Paulo, Atlas, 1994.
- D'HONDT, Jacques.** Hegel, Biblioteca Básica de Filosofia, , Lisboa, edições 70,1987.
- EY, Henri et al.** Manual de Psiquiatria, São Paulo, Masson,, s/d.
- FONSECA FILHO, José.** Psicodrama da Loucura: Correlações entre Buber e Moreno São Paulo, Agora, 1980.
- FRAGATA, Júlio.** A Fenomenologia de Husserl Como Fundamento Para a Filosofia, Braga, Livraria Cruz/ Faculdade de Filosofia, 1985.
- GIL, Antônio Carlos.** Como Elaborar Projetos de Pesquisa, São Paulo, Atlas, 1996.
- GONZÁLES, Fernando Rey.** Epistemología Cualitativa y Subjetividad, , São Paulo, Educ, 1997.

- GRAMSCI**, Antonio. Concepção Dialética da História, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.
- GRISCI**, Carmem L. I. Trabalho, Tempo e Subjetividade: Impactos da Reestruturação Produtiva e o Papel da Psicologia das Organizações. Psicologia Ciência e Profissão, n.1, p. 02-13, 1999a.
- _____. O Cotidiano do Trabalhador In: Histórias de Trabalho, Porto Alegre, Unidade Editorial, 1995.
- GRISCI** Carmem. L. I e **GUARESCHI**, Pedrinho. A. A Fala do Trabalhador. Petrópolis, Vozes, 1993.
- GRISCI** Carmem. L. I. e **FONCECA** Tânia. Galli. Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar, In: Bonfim E. (org), Psicologia Social: Horizontes Contemporâneos, Belo Horizonte, Abrapso, 1999b.
- GUIMARÃES** Lilian Adolfo M. e outros. Prevalência de Transtornos Mentais nos Ambientes de Trabalho, In: Grubits e Guimarães (orgs), Saúde Mental e Trabalho, v.1, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- GUIMARÃES**, Liliana Adolfo M. e **GRUBITS**, Sonia (orgs). Saúde Mental e Trabalho, v.1, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- HECK**, José N. Introdução de Conhecimento e Interesse, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- HABERMAS**, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. Conhecimento e Interesse, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- HARVEY**, David. A Condição pós-Moderna. São Paulo, Loyola, 1996.
- JARDIM**, Sílvia R, et al. Processo de Trabalho e Sofrimento Psíquico: O Caso dos Pilotos Do Metrô do Rio de Janeiro, Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 45 (5), p.265-284, 1996.
- JARDIM**, Sílvia R. Trabalho e Construção do Sujeito, In Silva Filho e Jardim (orgs), A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico, Rio de Janeiro, Te Corá, 1997a.
- _____. Sublimação e Trabalho, In: Cadernos IPUB, Organização do Trabalho e Saúde Mental, Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria UFRJ, 1997b.
- KOLB**, Lawrence. Psiquiatria Clínica, Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- KOSIK**, Karel. Dialética do Concreto., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LACERDA**, Acioly Luis Tavares. Álcool e Local e Trabalho, In: Grubits e Guimarães (orgs), Saúde Mental e Trabalho, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.

LANE, Silvia T.M. A Psicologia Social: Uma Nova Concepção de Homem para a Psicologia. In: Codo e Lane (orgs), Psicologia Social: O Homem em Movimento, São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. O Que é Psicologia Social. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. Linguagem, Pensamento e Representações Sociais. In Psicologia Social: O Homem em Movimento, São Paulo, Brasiliense, 1984.

LANG, Ronald, D. O Eu Dividido: Estudo Existencial da Sanidade e da Loucura, Petrópolis, Vozes, 1987.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J-B. Vocabulário de Psicanálise, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

LEONE, Éder B. Psiquiatrização/Despsiquiatrização do Social: Balanço da Produção Acadêmica Brasileira no Campo da Saúde Mental no Período 1990 à 1997, Florianópolis, 1998, Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

LEONTIEV, Alex. O Desenvolvimento do Psiquismo, Lisboa, Horizonte Universitário, 1978a.

_____. Actividad, Conciencia y Personalidad, Buenos Aires, Ediciones Ciencias del Hombre, 1978b.

LIMA, Maria E. Antunes. Os Equívocos da Excelência: As Novas Formas de Sedução na Empresa, Petrópolis, Vozes, 1996a.

_____. As Novas Políticas De Recursos Humanos: Seus Impactos na Subjetividade e nas Relações de Trabalho, Revista de Administração de Empresas, São Paulo, V.34. N.3. p. 115-124, 1994.

_____. O Gerente: Agente ou Vítima das Mudanças Organizacionais?, Anais do 20º ENAPAD, Angra dos Reis, 1997.

_____. Psicopatologia do Trabalho, Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, Ano 18, n.2, p. 10-15, 1998.

_____. A Pesquisa em Saúde Mental e Trabalho, Revista da ANPPEP, 1996b.

MARX, Karl. O Capital, Livro I, Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 1998.

_____. Manuscritos Econômicos- Filosóficos, In: Col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1987.

_____. Los Fundamentos de la Critica de la Economia Política, Tomo I, Madrid, Comunicación, 1972.

_____. Los Fundamentos de la Critica de la Economia Política, Tomo 2, Madrid, Comunicación, 1972.

- MARX**, Karl e **ENGELS** Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- MAURO**, Marisa Lúcia Fabricia, **GIGLIO**, Joel Sales e **GUIMARÃES**, Liliana A. Magalhães. Saúde Mental do Adolescente Trabalhador, In: Grubits e Guimarães (orgs), Saúde Mental e Trabalho, v.1, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- MENDES**, Ana M., **ABRAHÃO**, Júlia I. Organização do Trabalho e Vivências de Prazer e Sofrimento do Trabalhador: Abordagem Psicodinâmica. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Maio-Ago, v.12, n.2, p.179-184, 1996.
- MEIKSINS**, Peter. Trabalho e Capital Monopolista para os Anos 90: Uma Resenha Crítica do Debate sobre o Processo de Trabalho. Crítica Marxista, v.1, no. 3, Brasiliense, 1996.
- MERLO**, Álvaro R. C. A Informática no Brasil: Prazer e Sofrimento no Trabalho. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1999.
- _____. Tecnologia da Informação e Doenças do Trabalho: Um Estudo Sobre o Processamento de Massa de Dados no Brasil. SAÚDE: Revista Do NIPESC, V2, P.41-52, 1997.
- MORAES**, Lúcio Flávio Renoult et al. O Trabalho e a Saúde Humana: Uma Reflexão Sobre as Abordagens do Stress Ocupacional e da Psicopatologia do Trabalho. Cadernos de Psicologia, Belo Horizonte, v.3, n.4, pp.11-18, dez. 1995
- MORENO**, Jacob. Teatro Del La Espontaneidad. Buenos Aires, 1978.
- MOULIN**, Maria das G. Barbosa. Modos de Inserção das Mulheres no Trabalho Bancário. In: Silva Filho e Silvia Jardim (Orgs.), A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico. Rio De Janeiro, Te Corá, 1997.
- _____. Trabalho, Saúde Mental e Gênero – O Caso das Bancárias. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 47 (4), p.169-177, 1998.
- NEVES**, M. Yale, et al. Trabalho e Saúde Mental: Vivência Subjetiva dos Trabalhadores do Setor da Manutenção do Hospital Universitário/UFPB. In Silva Filho e Silvia Jardim (Orgs), A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico. Rio de Janeiro, Te Corá, 1997.
- POLITZER**, Georges. Crítica de Los Fundamentos de La Psicología. Barcelona, Martines Roca, 1969.
- _____. Psicologia Concreta. Buenos Aires, Alvarez S.R.L., 1965.
- RORTY**, Richard. A Filosofia e o Espelho da Natureza. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.
- SAMPAIO**, José Jackson Coelho e **SORATTO** Lúcia Helena. Saúde Mental e Trabalho: Trabalhadores Industriais da Usina do Açúcar e do Alcool. In: Codo e Sampaio (Orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.
- SAMPAIO**, José Jackson Coelho e **CARNEIRO**, C. Saúde Mental e Trabalho: Um Estudo de Caso de Mulher Policial. In Silva Filho e Silvia Jardim (Orgs), A Danação do

Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico, , Rio de Janeiro, Te Corá, 1997.

_____. Saúde Mental e Trabalho Têxtil. In: Codo e Sampaio (orgs), Sofrimento Psíquico nas Organizações, Petrópolis, Vozes, 1995.

SAMPIERI, Roberto H., CALLADO, Carlos F., e LÚCIO, Pilar B. Metodologia de La Investigación, México, Mcgraw-Hill, 1991.

SELIGMAN-SILVA, Edith. Saúde Mental e Trabalho. In: Tundis e Costa (orgs), Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. Psicopatologia do Trabalho. In: Mendes R. (org), Patologias do Trabalho, São Paulo, Ateneu, 1996.

_____. Desgaste Mental no Trabalho Dominado, São Paulo, Cortez, 1994.

_____. A Interface Desemprego Prolongado e Saúde Psicossocial. In: Silva Filho e Silvia Jardim (orgs.), A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico., Rio de Janeiro, Te Corá, 1997.

_____. A Inter-relação Trabalho - Saúde Mental. Revista de Administração de Empresas, 32(4) , p.70-90, 1992.

_____. Repercussões das Condições de Trabalho na Vida Familiar. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, (supl. 2), p.23s-27s, 1990.

SÈVE, Lucien. Marxismo e Teoria da Personalidade, Lisboa, Horizonte Universitário, 3 vol., 1979.

SILVA FILHO, João Ferreira. Subjetividade, Sofrimento Psíquico e Trabalho Bancário, A Saúde no Trabalho Bancário, São Paulo: INST, CNB/CUT, 1993a.

_____. Trabalho e Saúde Mental: Ética e Pesquisa no Banco do Brasil. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 42 (6), p.341-343, 1993b.

_____. Trabalho e Doença Mental, Cadernos IPUB – Organização do Trabalho e Saúde Mental, no.2, p.129-132 , 1997.

_____. O Homem Moderno, Sua Gênese, Sociabilidade E Trabalho, Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 38 (5) : p.296 , 1989.

_____. Sociabilidade, Trabalho e Loucura, Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 39 (supl.2) : 231-251 , 1990. (LER)

_____. O Trabalho da Interpretação. In: Silva filho e Silvia jardim (orgs), A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico, Rio de Janeiro, Te Corá , 1997b.

SILVA FILHO, João Ferreira, et al. Informatização, Trabalho Bancário e Saúde Mental, Cadernos IPUB, Organização do Trabalho e Saúde Mental, n.2, p. 01-20, 1997a.

- SILVA FILHO**, João Ferreira, et al. Trabalho e Saúde Mental no Banco do Brasil, *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 43 (12), p.667-672, 1994.
- SILVA FILHO**, João Ferreira, et al. Automação e Doença Mental, *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 36 (6): p.313-315,1987.
- SZASZ**, Thomas. O Mito da Doença Mental, São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- TITTONI**, Jaqueline. Subjetividade e Trabalho, Porto Alegre, Ortiz, 1994.
- _____. Saúde Mental E Trabalho: Reflexões a Partir de Estudos com Trabalhadores Afastados por Adoecimento Profissional. In: Jacques et al. (orgs), *Relações Sociais e Éticas*, Abrapso – Regional Sul, 1995.
- _____. Saúde Mental e Trabalho: Reflexões Sobre a Informatização e os Saberes dos Trabalhadores, *SAÚDE - Revista do NIPESC*, v.2, p. 53-61, jan/dez 1997.
- UCHIDA**, Seiji. Trabalho Informatizado e Sofrimento Psíquico, *Psicologia USP*, São Paulo. v.9, n.2, p.179-204, 1998.
- VÁSQUEZ**, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- VAN DEN BERG**, J.H. O Paciente Psiquiátrico, São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- VIEIRA**, Lucélia Chiavegato, **GUIMARÃES**, Liliana A.M., **MARTINS**, Daniela de A. O Estresse Ocupacional em Enfermeiros, In: Grubits e Guimarães (orgs), *Saúde Mental e Trabalho*, v.1, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- VIGOTSKI**, Liev Semionovitch. O Significado Histórico da Crise na Psicologia: Uma Investigação Metodológica, In: *Teoria e Método em Psicologia*, São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- ZANELLI**, José Carlos. O Psicólogo e as Organizações de Trabalho: Formação e Atividades Profissionais. Florianópolis, Paralelo 27, 1994.